

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

Grazyelle de Carvalho Fonseca

O Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo:
esfera pública, imprensa e espiritismo (1948 - 1970)

Juiz de Fora

2023

Grazyelle de Carvalho Fonseca

**O Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo: esfera pública, imprensa paulista e
espiritismo (1948 - 1970)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, como requisito parcial para obtenção do título de doutora. Área de concentração: Religião, Sociedade e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Emerson José Sena da Silveira

Coordenador: Frederico Pieper Pires

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fonseca, Grazyelle de Carvalho.
O Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo: : esfera pública, imprensa e espiritismo (1948-1970) / Grazyelle de Carvalho Fonseca.
-- 2023.
242 p. : il.

Orientador: Emerson José Sena da Silveira
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, 2023.

1. Espiritismo. 2. Imprensa Paulista. 3. Esfera Pública. I. Silveira, Emerson José Sena da, orient. II. Título.

GRAZYELLE DE CARVALHO FONSECA

O Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo: esfera pública, imprensa paulista e
espiritismo (1948 - 1970)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, como requisito parcial para obtenção do título de doutora. Área de concentração: Religião, Sociedade e Cultura.

Aprovada em 30 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Emerson José Sena da Silveira - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Marcelo Ayres Camurça
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Humberto Coelho
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Joana D'Arc do Valle Bahia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dr. Péricles Moraes de Andrade Araújo Junior
Universidade Federal de Sergipe

RESUMO

Estudos sobre a doutrina espírita, codificada por Allan Kardec em 1857, têm abordado a atuação da religião na política, intelectualidade, obras publicadas, esfera pública, e a estrutura dos centros espíritas no campo brasileiro. A presente tese investigou a conexão entre imprensa, religião e esfera pública, com ênfase no espiritismo. Enquanto objeto de pesquisa foi o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo (1948-1970), liderado por José Herculano Pires (1914-1979). Nesta tese de doutorado, parte-se de métodos qualitativos (análise do discurso, pesquisa documental e bibliográfica) a fim de compreender o percurso de construção de legitimidade no campo religioso e social. Desta maneira, a questão central busca compreender como debates da esfera pública interferiram no processo de manutenção da doutrina e nas relações com a sociedade civil. Conclui-se que a profissão de jornalista foi um facilitador para a demarcação de espaço no âmbito da doutrina e construção de legitimidade. O contexto democrático e de abertura sindical da época possibilitou um posicionamento crítico e defensivo em relação à doutrina. Além disso, a cidade de São Paulo demonstrou-se como uma expansão doutrinária competitiva em relação ao espiritismo no Rio de Janeiro. Portanto, a tese central desse trabalho é: o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo foi fundado por José Herculano Pires, devido à sua atuação político-social e como profissional da imprensa comercial. Este ator considerava a imprensa como fonte de legitimação discursiva, diante de um contexto de perseguição sanitarista oriundo da criminalização das práticas espirituais desde o Código Penal de 1890 (influenciado por membros da imprensa, judiciário, medicina e religião) e sua respectiva atualização (Decreto 5.156/1904). Com posicionamento imponente tanto no interior do espiritismo quanto na sociedade civil, o Clube atuou em disputas, críticas e construção de pautas tanto sociais (comunismo, educação e participação partidária) quanto religiosas (tal como, umbanda e catolicismo). Devido ao momento de profissionalização do jornalismo, havia uma distinção de entre jornalistas espíritas amadores (imprensa espírita) e jornalistas espíritas profissionais (imprensa comercial / leiga). Neste sentido, havia clareza e consciência a respeito da importância da produção da mensagem e da informação tanto na consolidação de formas de pensamento e quanto na recepção da mensagem. Com o declínio do Clube, após o uso da sede por um membro para ocultar joias, Herculano continuou atuando em prol do espiritismo (e da imprensa espírita) até a sua morte, em 1979.

Palavras-chave: Espiritismo; Imprensa Paulista; esfera pública

ABSTRACT

Several recent studies have examined the Spiritist Doctrine, encoded by Allan Kardec in 1857, exploring the impact of this religion on politics, intellectualism, published work, the public sphere, and the structure of the spiritist center in the Brazilian field. Hence, this study was conducted to investigate the connection between press, religion, and the public sphere, specifically focused on Spiritist Doctrine. The research object was the Club of Journalists Spiritists from São Paulo (1948-1970), conducted by José Herculano Pires (1914-1979). This Ph.D. thesis uses qualitative methods (discourse analysis, documentary and bibliographic research) to comprehend a path to construct legitimacy in a religious field and society. Therefore, the central question asks how debates in the public sphere could interfere in maintaining the doctrine in Brazil and its bond with civil society. The result of the analysis presents that the journalist profession was a possibility to delimit the space into the doctrine and to construct the legitimacy. The moment of democratic context and opening to trade unions allowed a critical and defensive positioning related to doctrine. Furthermore, the city of São Paulo demonstrated as a competitive doctrine expansion in relation to the spiritism of Rio de Janeiro. Thereupon, the central thesis of that work is: the Club of Journalists of São Paulo was founded by Jose Herculano Pires due to his work on social-politics causes and as a man from the commercial press. This actor comprehended the press as a source for discursive legitimacy, in a context of sanitary persecution originated in the 1890 Criminal Code (influenced by members of press, judiciary, medicine and religion) and their respective updates (Decree 5.156/1904). With a strong position both in spiritism and in civil Society, the Club performed in disputes, criticism and constructed as social agenda (communism, education, party participation) as religious (Umbanda, Catholicism). There was a distinction among amateurs journalists spiritists (spiritist press) and professionals journalists spiritists (commercial press), by virtue of the moment of professionalization in journalism. Hence, there were clarity and awareness on importance of the construction of the message and information both into the consolidation of the ways of thinking and the reception of the message. Subsequently, the decline of the Club, after a member hidden jewels at the Club's headquarters, Herculano also continued working on spiritism (and on spiritist press) until his death, in 1979.

Keywords: Spiritism; Paulista Press; Public Sphere

AGRADECIMENTOS

Considerando que a presente tese traça um olhar entre as tramas do esboço biográfico e da ação de sujeitos na sociedade civil, desejo traçar nestes breves agradecimentos um fio condutor com meu percurso até aqui. Cursar um doutorado entre 2019-2023 foi um grande desafio: instabilidade econômica, escassez de bolsas de pesquisa devido aos cortes e bloqueios na educação superior, pandemia de Covid-19 e horizonte nebuloso para quem cursa pós-graduação. Difícil para uma sonhadora advinda de políticas públicas do ensino superior. Enquanto estudante de ensino fundamental e médio em escola pública, meu pai, Sérgio, e minha mãe, Juraci, incentivaram-me, e continuam incentivando-me, neste sonho. Agradeço por compartilhar a jornada com minhas irmãs, Kelle e Michele; meu irmão Jefferson; sobrinhos Davi e Isadora. Com as crianças, observei que experimentar o início da vida tem a beleza das descobertas e que, mesmo na fase adulta, temos muitas novidades a experimentar. À minha tia Regina, que sempre é muito empolgada com a minha jornada acadêmica, tanto com apoio quanto com visitas no tempo em que estive em Juiz de Fora.

Ser a primeira da família a ter o doutoramento completo deixa o coração feliz, mas ao mesmo tempo entristecido pela redução do incentivo à pós-graduação, dificultando o acesso de outras pessoas com tanta vontade por conhecimento. Empreitada muito difícil: de um lado, ser bolsista cujo valor econômico tem sido reduzido devido à inflação e, de outro, tantas horas de trabalho de pesquisa, escrita e interlocução com pares.

Com a entrada na Universidade Federal Fluminense, pelo Enem, via cota de estudantes de escolas públicas, começou-se a traçar essa jornada acadêmica a partir da bolsa de monitoria, a qual me introduziu na docência do ensino superior. Agradeço a Antônio Ribeiro de Oliveira Junior, meu professor orientador na graduação e hoje grande amigo, com o qual pude conversar várias vezes sobre minhas angústias ao longo desses 10 anos de jornada acadêmica, sem contar nossas tardes de conversas amistosas.

A partir daí, segui mestrado no PPGHS-UERJ com bolsa Capes, seguido do doutorado, no PPCIR-UFJF, com bolsas PBPG-UFJF e, depois, Capes. Sou grata a todos e todas as docentes do percurso. Agradeço à professora Joana Bahia, orientadora de mestrado, na UERJ, que recepcionou a minha pesquisa sobre espiritismo e possibilitou-me o amadurecimento para o doutorado, e que agora avalia a presente tese de doutorado.

Juiz de Fora me acolheu, fez-me olhar o mundo pela via da curiosidade, na Universidade Federal de Juiz de Fora. Sou muito grata aos professores com os quais aprendi no percurso:

Jimmy Sudário, Marcelo Camurça, Claudio Ribeiro (o qual, além das aulas que pude assistir, também pude escrever capítulos nas suas coletâneas de livros e dialogar sobre o princípio pluralista na religião) e o corpo docente, em geral. Aos TAE'S que sempre me auxiliaram nas demandas. Enfatizo meu especial agradecimento ao meu orientador, Emerson Sena da Silveira, o qual me deixou livre para compreender o trabalho da tese, ao mesmo tempo em que efetuou correções e sugestões (além das divertidas horas do GEROS, de estudo teórico e conversas). Agradeço também à professora Magali Cunha (ISER / MIRE-Intercom), com a qual participei do Dicionário de Comunicação e Religião e no Grupo de Pesquisa Comunicações e Religiões, ambos da Intercom.

O estudo sobre o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo também me levou à querida São Paulo, tão frenética e difícil de compreender em suas tramas, mas que ganhou meu coração desde que pisei lá, em 2017, para eventos acadêmicos. Agradeço pelo apoio da Fundação Maria Virgínia e Herculano Pires, onde fui gentilmente recebida pela Tatiana e Herculano Ferraz para o acesso ao acervo do Clube.

Por fim, agradeço a presente banca pela avaliação da tese de doutorado, composta pelos professores Emerson Sena (orientador), Marcelo Camurça, Humberto Coelho, Joana Bahia e Péricles Andrade.

Neste caminho terreno, o qual estaremos por apenas um breve período, agradeço a possibilidade por deixar esse registro escrito. Os percursos vindouros estarão atravessados por toda a jornada narrada acima, que, apesar da linearidade contada, foi muito árdua e de altos e baixos. Feliz por chegar aqui. Grata por ter vivenciado a universidade gratuita, pública e de qualidade, com fomento à pesquisa e que nos últimos anos se apresentou mais colorida na diversidade de classe, gênero e de tons de pele. Que permaneçamos com esperança.

“Quando nos comprometemos com a educação como prática da liberdade, participamos da construção de uma comunidade acadêmica onde podemos ser e nos tornar intelectuais no sentido mais completo e profundo da palavra”.

(bell hooks)

“Das utopias
Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!”
(Mario Quintana)

“Minha história muda de uma biblioteca para outra, ou de um rascunho de uma biblioteca para o seguinte, nunca exatamente o único, nunca o último”.

(Alberto Manguel)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	O Porvir	47
Figura 2 -	José Herculano Pires eleito presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo	48
Figura 3 -	Carteira do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, no cargo de presidente	49
Figura 4-	Herculano Pires recebe a licenciatura em Filosofia pela USP	49
Figura 5 -	Jantar no Líder Hotel - Marília, 1942 ou 1943	51
Figura 6 -	Visita à Prefeitura de Marília, década de 1940	52
Figura 7 -	Comício religioso no fim da II Guerra Mundial com padres, pastores, rabinos, maçons e espíritas, promovido pelo Diário Paulista, 1945	52
Figura 8 -	Placa do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo	64
Figura 9 -	Fundação do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, em janeiro de 1948	65
Figura 10	Wandyck de Freitas candidato a vereador pelo PSP, em São Paulo	73
-		
Figura 11	Palestra espírita de Herculano Pires no Hospital Psiquiátrico Mandaqui, em 23 de julho de 1960	77
Figura 12	Livro de atas dos serões espíritas	79
-		
Figura 13	Diário da Noite - Reportagem sobre o médium Pedro Machado e referência a Chico Xavier	105
Figura 14	Certificado de Participação de Herculano Pires no III Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas, 1960	110
Figura 15	Apresentação de Herculano Pires, representando o Clube dos Jornalistas Espíritas, na X Semana Espírita de Santos, 1960	113
Figura 16	XIV Semana Espírita de Santos, em 1966. Herculano Pires palestrando no microfone, fotografia superior	115
Figura 17	Integrantes do “Comando” do Diário da Noite, em nossa redação	116
Figura 18	Ação de divulgação do Dia do Livro Espírita, 1950	128

Figura 19	Dia do Livro Espírita, Teatro Municipal, 18 de abril de 1950	129
Figura 20	Apoio do Partido Socialista Brasileiro à Campanha de Defesa da Escola Pública, do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, 1960	138
Figura 21	Apoio da Frente Nacionalista à Campanha de Defesa da Escola Pública, do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, 1960.	139
Figura 22	“Ninguém escapará à ação dos comandos”, disse o sr. Alfredo Cruso	141
Figura 23	Comemoração de Ação de Graças do Bradesco, São Paulo, década de 1970	159
Figura 24	Comemoração de Ação de Graças do Bradesco, São Paulo, década de 1970.	159
Figura 25	Certificado de Participação de José Herculano Pires no V Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas.	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Jornalistas espíritas e imprensa espírita em São Paulo	43
Quadro 2	Teses debatidas no I Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas	56
Quadro 3	Órgãos de Imprensa presentes no evento	58
Quadro 4	Cargos dos dirigentes do clube	66
Quadro 5	Fundadores do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo	71
Quadro 6	Ciclo de conferências de 1957	80
Quadro 7	Imprensa espírita e comercial com base nos dados da reportagem de O Semanário, nº 111, 1958	86
Quadro 8	Temas abordados na seção / série de reportagens “Há ou não há fenômenos espíritas?”	119
Quadro 9	Manchetes de fenômenos da Seção “Há ou não há Fenômenos Espíritas em São Paulo?”, do Diário da Noite.	121
Quadro 10	Manchetes de fenômenos internacionais da Seção “Há ou não há Fenômenos Espíritas em São Paulo?”, do Diário da Noite.	122
Quadro 11	Manchetes de fraudes da Seção “Há ou não há Fenômenos Espíritas em São Paulo?”, do Diário da Noite.	123
Quadro 12	Pontos nodais do projeto ou os sete nós	135
Quadro 13	Títulos selecionados da Coluna Chico Xavier Pede Licença	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A presença do espiritismo no jornalismo paulista	31
1.1 Espiritismo e comunicação social	34
1.1.1 Espiritismo na imprensa comercial de São Paulo	35
1.1.2 A imprensa espírita em São Paulo	42
1.2 I Congresso Brasileiro de Jornalistas e escritores espíritas	54
2 O Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo	60
2.1 A fundação do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo em 1948	63
2.2 Membros e redes de sociabilidades	70
2.3 Pautas de discussões e os Serões Espíritas	78
2.4 II Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas	83
3 O Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo: esfera pública, disputas e atuações	92
3.1 As inter-relações e embates com instituições espíritas	95
3.1.1 A combinação de práticas espiritualistas místicas e afro-brasileiras à doutrina de Kardec	99
3.1.2 A relação com médiuns e com o espiritismo internacional	104
3.2 O comando Jornalístico do Diário da Noite: o “verdadeiro” e o “falso” espiritismo	116
3.3 Os circuitos cultural, político e social	126
3.3.1 Circuito cultural: doutrina espírita, livro e teatro	127
3.3.2 Circuito político: pena de morte e posicionamento político do clube	131
3.3.3 Circuito social: Em Defesa da Escola Pública	133
4 Associativismo e o trabalho de comunicação social: declínio do clube e outras possibilidades associativas	147
4.1 O declínio do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo	148
4.2 A trajetória de Herculano após o Clube dos Jornalistas Espíritas	152
4.3 Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores Espíritas - ABRAJEE	167

4.4	Divulgadores do Espiritismo e Comunicação Social na Federação Espírita Brasileira	173
4.5	Imprensa como uma das vias de construção de legitimidade	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS		182
REFERÊNCIAS		187
Anexo A	Estatutos de Fundação do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo	204
Anexo B	Exposição Sobre o Projeto de Diretrizes e Bases	208
Anexo C	Análise das Teses Sobre a Filosofia Espírita	228
Anexo D	Campanha em Defesa da Educação Brasileira	231
Anexo E	Declaração Espírita de Princípios Educacionais	235
Anexo F	Frente Nacionalista de São Paulo	238
Anexo G	Partido Socialista Brasileiro	239
Anexo H	Panfleto I - Clube dos Jornalistas Espíritas - Campanha em Defesa da Educação Brasileira	240
Anexo I	Panfleto II - Clube dos Jornalistas Espíritas - Campanha em Defesa da Educação Brasileira	241

INTRODUÇÃO

A partir desta breve introdução, pretendo apresentar o objeto de pesquisa e os recursos metodológicos pelos quais encaminhei a presente tese. Minha pesquisa buscou estudar, analisar e compreender a relação complexa entre a imprensa paulista e o espiritismo - especificamente, o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo. Portanto, observei a constituição de espaços de debates próprios para jornalistas espíritas, entre as décadas de 1940 e 1970. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, com base em análise documental e bibliográfica, a fim de compreender a relação entre a formação associativa, o religioso e a comunicação social – especificamente, a imprensa comercial e jornalistas profissionais. Durante a escrita da tese, a fonte documental apontou ênfase de Herculano Pires na atuação em relação aos outros membros, sobretudo, tanto devido ao acervo de fontes (documental e bibliográfica) e a própria produção textual na imprensa.

Parti da premissa de que a mídia e as práticas religiosas, enquanto constituintes do sistema cultural e do poder simbólico, não funcionaram necessariamente intrínsecas umas às outras, mas lado a lado e, às vezes, se sobrepondo ou de maneira interdependente. À vista disso, o objeto da tese foi investigar e analisar as interferências e o processo de intercâmbio simbólico entre as práticas espíritas, o jornalismo e a imprensa, mediante a constituição de um espaço de discussão, o Clube dos Jornalistas Espíritas do Estado de São Paulo. Partindo do objetivo de compreender o processo de negociação discursiva, a construção de espaço crítico, e, por fim, compreender visões de mundo acerca do veículo de comunicação e a respectiva construção de sentido espírita na coletividade.

Ao cursar comunicação em Estudos de Mídia (UFF), comecei a notar uma associação entre mediunidade e comunicação (o corpo humano como intermediação da comunicação espiritual e os humanos), bem como, as referências aos meios de comunicação na escrita de Allan Kardec (por exemplo, o próprio uso do livro, cuja invenção de tipos móveis de Gutenberg, em meados do século XV europeu, modificou a maneira de circular formas de pensamento e visões de mundo). Assim, segui para o mestrado (em História Social - UERJ), estudando as representações audiovisuais e teatrais, relacionadas ao riso e religião, com ênfase na doutrina espírita. O estudo de religiões levou-me ao PPCIR, através do qual, o tema ligado ao Clube dos Jornalistas Espíritas remeteu-me à construção de um espaço de discussões mediante razões tal

como os clubes ingleses, ligados aos circuitos literários e jornalísticos, analisados por Jurgen Habermas, em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*.¹

Tal conceito foi a minha primeira associação, pois o clubismo remeteu-me aos clubes e salões literários oitocentistas, ligados a uma esfera burguesa e que discutiam questões literárias entre a vida privada e o público. Não podemos perder de vista que o espiritismo é uma doutrina letrada, cujos livros de Allan Kardec formam sua base principal. Além disso, o Clube dos Jornalistas Espíritas buscava agregar não somente sujeitos das redações dos jornais, mas também literatos, o que me chamou a atenção a criação de um espaço com o desejo de sintetizar a doutrina e questões associadas à sociedade civil.

A proposta de Habermas (2014) apontou o declínio da esfera pública a partir da formação da comunicação moderna / de massa, porém, em uma perspectiva com tendência pessimista em relação ao século XX e à comunicação de massa naquele contexto europeu. Com isso, ao mesmo tempo em que considere a importância do conceito de esfera pública, também me atentei que há revisões, nas quais buscam observar as ações militantes nos espaços públicos, a partir das mudanças comunicacionais cujos consumidores da imprensa não são passivos e, portanto, as interpretam e apropriam-se delas. Em alguns casos, pode-se atentar à relação entre debates da sociedade civil e a religião. Então, considere que seria preciso problematizar o contexto em que as mensagens foram recebidas, usadas e incorporadas, seja por produtores ou consumidores (THOMPSON, 2014). No caso em análise, preocupo-me com os produtores (jornalistas espíritas), no contexto paulista de 1948 a 1970, devido à distância do contexto espaço-temporal, torna-se dificultoso compreender a recepção da mensagem.

A estruturação da doutrina espírita sob a forma de livros por Allan Kardec² - a “Codificação Espírita” - ocorre na segunda metade do século XIX, momento no qual a sociedade europeia vivenciava uma série de transformações - industriais, urbanas e invenções

¹ Apesar de eu não seguir nenhuma doutrina religiosa, a doutrina espírita sempre me chamou a atenção devido à estruturação por escrito das práticas mediúnicas. Nutro simpatia pelas abordagens espiritualistas em minha concepção religiosa pessoal. Todavia, busco uma perspectiva menos parcial na pesquisa acadêmica, a partir da fundamentação histórica e da interdisciplinaridade das ciências sociais. Assim, busquei descrever os discursos conforme apontados pelos grupos. Entretanto, os fatos são construção de quem pesquisa com base na interpretação dos dados, na análise, esquematização e representação, com base sistematizada e teórica. Portanto, alguns elementos subjetivos podem estar presentes na escrita (tanto pela parte do observador quanto pela parte do sujeito observado), pois, “os ‘fatos’ não existem por si mesmos, toda observação é teoricamente orientada” (BARROS e JUNQUEIRA, 2012, p. 33).

² Allan Kardec (1804 - 1869) é o pseudônimo do pedagogo francês Hyppolite Leon Denizard Rivail (1804-1869). Aproximou-se do fenômeno espiritualista a partir das mesas girantes, na França. Na segunda metade do século XIX, ele iniciou as publicações dos livros que formam a base da doutrina espírita (ARRIBAS, 2010): *O Livro dos Espíritos* (1857), *O Livro dos Médiuns* (1861), *O Evangelho Segundo o Espiritismo* (1864), *O Céu e o Inferno* (1865) e *A Gênese* (1868).

técnicas e científicas. É notável algumas referências à fotografia, ao telégrafo e, principalmente, à imprensa nos textos que compõem a doutrina. Tratava-se de um momento de valorização e atenção para a ciência e a difusão de informações e visões de mundo, bem como, para a noção de progresso.³

O século XIX europeu foi marcado pela intensificação das formas de comunicação (física e elétrica) e de tecnologias, crescimento populacional e da produção industrial (HOBSBAWM, 1977). Sendo assim, observou-se grande difusão científica e o aumento da circulação de jornais e da literatura – inclusive, a com temática sobrenatural. Embora, para Hobsbawm (1977), tal progresso não necessariamente representasse a melhora na qualidade de vida dos trabalhadores assalariados, os defensores do progresso compartilhavam da concepção de que tal atraso era pertinente aos resquícios feudais e aristocráticos. Entretanto, de acordo com ele, a burguesia⁴ não se propôs a revisar tais critérios, apesar da acusação feita por socialistas. Isto é, naquele período, uma parcela considerava o capitalismo como expressão viável do progresso humano. Por outra via, os revolucionários socialistas também acreditavam que a sociedade e o ser humano poderiam ser aperfeiçoados, a partir da aplicação da razão, do conhecimento científico e das invenções técnicas.⁵

Segundo Reinhart Koselleck (2006), o progresso técnico, trazido pelos projetos econômicos capitalistas, e suas consequências trouxe uma forma distinta de experimentar as relações entre espaço e tempo – inclusive, com as transformações dos transportes e da comunicação. Além disso, afetou nas perspectivas políticas e sociais, tais como em Karl Marx ou em Proudhon: “As categorias da aceleração e do retardamento, evidentes desde a Revolução

³ Marion Aubrée e François Laplantine (2009) fazem uma analogia entre os meios de comunicação social (as mídias) e o ser humano médium quanto ao processo de mediação das mensagens. Não obstante, os autores enfatizam que a própria capacidade ampla de difusão dos meios de comunicação foi importante para a história de fundação do espiritismo em países (Estados Unidos, França e Brasil) e de ideias do contato entre o plano terreno e o “Além”. “Comunicação entre os adeptos da nova cultura; comunicação entre os vivos e os mortos; comunicação entre os planetas e mesmo entre sistemas solares, levadas por esses exércitos aéreos que se deslocam no espaço infinito, aberto pelas descobertas da astronomia” (AUBRÉE E LAPLANTINE, 2009, p. 65). Deve-se considerar também que o deslocamento das religiões para o espaço privado e a construção de espaços públicos que lidavam com as dinâmicas da vida privada também foram importantes para tal conjuntura.

⁴ De acordo com o Dicionário de Conceitos Históricos, de Kalina Silva e Maciel Silva (2005), a definição de burguesia de Marx e Engels refere-se a uma classe de capitalistas que possuíam meios de produção e exploravam a mão de obra dos assalariados, portanto, relativa ao contexto do século XIX. Porém, conforme os autores, a aceção acerca da burguesia varia de contexto social e geográfico. Além disso, com o advento das tecnologias de comunicação e sua intensificação no contemporâneo, a burguesia possui outras características, tais como, a exploração da produção de bens e serviços.

⁵ Não poderei aqui estender a discussão da intrincada teia que envolve capitalismo como modo de produção e de cultura, ciência, mercado, liberdade de imprensa, estado laico e pluralismo religioso. Parece-me que são termos correlacionados de alguma forma. Deve-se evitar um certo personalismo na análise, atribuindo mais autonomia a uns sujeitos, que a outros e, nesse aspecto, aponto o cuidado para não naturalizar ou fetichizar as classes sociais.

Francesa, modifica, em ritmo variável, as relações entre passado e futuro, conforme o partido ou ponto de vista político. Aqui reside o caráter comum entre o progresso e o historicismo” (KOSELLECK, p. 59).

Os séculos XIX e XX também presenciaram o desenvolvimento da indústria do jornal, a partir da criação de agências de coleta e internacionalização da notícia e da circulação massiva do jornal impresso. Sendo assim, tratou-se de um período de mistura das fronteiras entre o público e o privado, bem como, de percepção da necessidade de construir divisões. Visto que acontecimentos privados poderiam tornar-se públicos e os conhecimentos públicos poderiam ser recepcionados nas instâncias privadas, tais como os debates de acontecimentos políticos (THOMPSON, 2009).

O jornalismo intensificou seu caráter comercial e o aumento da geração de renda, visto que o período oitocentista também investiu em desenvolvimento de maquinário, tal como a imprensa a vapor (1815), que aumentou consideravelmente o número de tiragens de exemplares. Nesse período, além do aprimoramento do meio técnico e do suporte da mensagem, diferentes sujeitos vivenciaram um processo de constituição de aparelhos institucionais. Assim, as formas simbólicas/mensagens e informações foram usadas e afetadas por diferentes instâncias de poder (cultural, econômica, coercitiva e política). Isto porque elas podem ser direcionadas conforme objetivos e interesses de grupos, que podem ser comerciais, para conhecimento ou em detrimento de outros indivíduos ou grupos. Inclusive, as formas simbólicas podem sofrer (e sofreram) controle e regulação a depender dos interesses e disputas nos campos ideológicos (THOMPSON, 2009).

Entretanto, com base em Patrick Charaudeau (2018), acredito ser necessário demarcar diferenças entre comunicar, informar e a mídia/imprensa. Tanto a informação quanto a comunicação são fenômenos de natureza social e ocorrem a partir de interações e enunciações face a face, assim como, mediadas; por sua vez, a mídia/imprensa é uma organização corporativa que integra perspectivas econômicas, tecnológicas e simbólicas, na qual esta última inclui o agenciamento/intercâmbio político, religioso e discursivo. Sendo assim, torna-se relevante compreender as lógicas simbólicas praticadas por agentes que compreendiam e acreditavam na importância de serem profissionais da imprensa, que, neste caso, lidavam com as interseções das lógicas simbólicas do religioso em diversas esferas do cotidiano. Compartilho da proposta de lógica simbólica, de Charaudeau, enquanto a “maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem representações dos valores que subjazem suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido” (CHARAUDEAU, 2018, p. 16).

Na Europa, a prensa gráfica havia sido inventada por Johannes Gutenberg em 1450, e a circulação de ideias, visões de mundo possuía ampla difusão em longa duração, assim o processo de constituição do jornalismo se inicia por volta do século XVII e se consolida no século XIX. No Brasil, a chegada da prensa gráfica e a autorização para impressos ocorrem somente com a chegada da família real e a instalação da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, em 1808. Tratava-se de uma medida governamental vinculada a outras ações de apoio infraestrutural para a instalação provisória da Coroa Portuguesa (MARQUES DE MELO, 1973). O jornalismo brasileiro se constituiu por volta de 1821⁶, com caráter ideológico (tanto de oposição, como de crítica ao Império), militante e de opinião. Partia-se do objetivo de tomada de posição e mobilização de leitores em prol de diferentes causas e polêmicas. Naquela época, a estrutura das tipografias era de aspecto artesanal e foi gradualmente substituída por empresas jornalísticas e indústrias gráficas ao longo do final do século XIX. Assim, foram adotados padrões da imprensa europeia de editorial e maquinário (RIBEIRO, 2007).

Diante deste contexto, Allan Kardec estruturou seus livros sob a concepção de uma fé revelada, e com proposta racional, a partir de métodos experimentais, que traziam a proposta de uma doutrina com caráter científico e filosófico conforme os valores daquela época.⁷ Apesar de trazer a noção de ciência, o espiritismo foi concebido a partir de uma proposição que combina a dimensão idealista da crença nos espíritos com a relação e interferência no mundo material.⁸

⁶ Momento de expansão das tipografias no território brasileiro: até 1821, só havia tipografias com funcionamento regular no Rio de Janeiro e em Salvador, após esse período, Recife, São Luís, Belém e Vila Rica também constituem suas tipografias. Também houve expansão das oficinas no Rio de Janeiro, a partir desta data. (MARQUES DE MELO, 1973)

⁷ Uma fé racional também foi proposta pelo pensador Auguste Comte (1791-1857), de acordo com Carlos Eduardo Sell (2017), nos anos finais do pai da sociologia, ele propôs a “religião da humanidade”, dotada do “Catecismo Positivista”, cuja deusa razão era o centro da crença, e os pensadores ocupariam uma noção de santidade. Neste caso, a doutrina de Kardec possui fortes influências dos debates da época sobre religião e ciência, e do deslocamento do religioso. O espiritismo é oriundo das transformações modernas no âmbito religioso.

⁸ De acordo com Augusto Araújo (2014), Kardec acreditava que a doutrina espírita era capaz de superar o materialismo e o espiritualismo. O autor defende que o espiritismo formulado por Kardec possui os aspectos científico e filosófico mais explícitos, em detrimento do religioso. Para ele, o aspecto religioso somente adquire maiores proporções no contexto brasileiro durante a passagem do século XIX para o XX. Bernardo Lewgoy (2006) e Augusto Araújo (2014) consideram que ciência, religião e filosofia são mais demarcadoras da identidade do que é ser espírita. Assim, Lewgoy (2006) argumenta que se trata mais de uma doutrina com caráter secular do que propriamente uma cosmologia sagrada, cujo teor moral da mensagem converge com os pensamentos do determinismo, progressismo e evolucionismo. Considero que também devemos levar em conta que se tratava de um momento do contexto europeu cuja perspectiva secularizante destinou o religioso para o plano privado e carregado de críticas. A ciência estava em seu processo de valorização diante da consolidação do capitalismo industrial. Assim, o espiritismo se evidencia como uma adaptação da crença no invisível àquele contexto, no qual o suposto critério de cientificidade seria utilizado para validação. Além disso, a perspectiva filosófica ofereceria uma argumentação totalizante e universalizada. Desta maneira, tal como argumenta Fausto Nogueira (2016), não se tratava da extinção do sobrenatural e da magia, mas de um processo de revitalização dessas intercorrências de acordo com a demanda da racionalidade e do campo científico, a partir da experimentação e da reflexão.

Além dos livros, Kardec não perdeu tempo e produziu uma revista, a *Revue Spirite*⁹ (1858-1869), considerando a facilidade de circulação de mensagens, tal como publicado no livro *Obras Póstumas* (2008).

No Brasil, as ideias dos livros de Allan Kardec chegaram por meio de imigrantes e de jornais estrangeiros, que gradualmente tomaram conta dos integrantes das camadas mais abastadas do Império, principalmente, na Bahia e no Rio de Janeiro. Com isso, a escrita periódica foi uma via importante para a disseminação da doutrina, ao mesmo tempo em que havia uma reação de repúdio na imprensa comercial (STOLL, 2003). De um lado, à medida em que o espiritismo abarcou a participação de anticlericais, positivistas e republicanos, por outro lado, também chamou a atenção de curiosos pela comunicação com os espíritos.

Assim, o contexto brasileiro direcionou a ênfase do espiritismo para uma via mais religiosa e caridosa, como uma maneira de resistência às pressões e perseguições médicas e judiciais. Segundo Sandra Stoll (2003) não se tratava de uma perspectiva desviante da proposta de Kardec e revelada pelos espíritos, mas de uma abordagem original e pertinente ao contexto espaço-temporal brasileiro; isto é, as demandas da formação do “espiritismo à brasileira”.

De maneira geral, algumas concepções foram mantidas no espiritismo brasileiro, o qual compreende que todos os seres humanos são dotados de sensibilidade, em maior ou menor grau, para realizar a mediação das mensagens entre o invisível (espíritos desencarnados) e os humanos (espíritos encarnados). (CAVALCANTI, 2008). Conforme a ortodoxia espírita, trata-se de uma perspectiva natural e passível de explicação científica, excluindo a perspectiva do sobrenatural. O corpo humano é compreendido como um aparelho mediador, cujo processo de comunicação através da fala é chamado de “psicofonia” e, no processo de psicografia (escrita mediúmica), o corpo realizaria movimentos mecânicos na intermediação entre espírito e médium (KARDEC, 2007).¹⁰

A literatura acadêmica da história do espiritismo sempre demarca os grupos dentre os quais a doutrina teve sua primeira adesão no Brasil Império: a começar por franceses, seguidos

⁹ A *Revue Spirite* foi uma publicação trimestral, que circulou no contexto francês e perdurou até o falecimento de Rivail / Allan Kardec. A proposta inicial da revista era abordar críticas e refutações a respeito da doutrina espírita, bem como, relatar acontecimentos inerentes ao universo espírita - manifestações, experimentos e acontecimentos ao redor do mundo. (CARVALHO; LOUSADA, 2009)

¹⁰ Via de regra, a ação religiosa possui uma relação estreita com o ato de comunicar, no qual o sujeito busca realizar conexões simbólicas com o transcendente ou com uma manifestação sagrada. Busca-se tornar inteligível para o sensorio humano a mensagem do invisível. Considerando que as diferentes formas de linguagens (imagéticas / simbólicas, verbais, escritas e sensoriais, com diferentes nuances) são pertinentes às maneiras como os sujeitos interagem socialmente e cognitivamente, a linguagem religiosa é uma linguagem humana que se refere a figuras, seres, forças e objetos religiosos (ELLER, 2018).

por profissionais liberais - jornalistas, médicos, advogados - e nobres da Corte Imperial (ARRIBAS, 2010; FRANÇOIS E LAPLANTINE, 2009; GIUMBELLI, 1997a e outros). Sendo assim, é atribuída ao Luís Olímpio Telles de Menezes (1829-1893), o caráter de divulgador da doutrina, pois foi o primeiro a produzir um jornal de breve circulação com cunho doutrinário, o *Eco D'Além Túmulo* (publicado em 15 de julho de 1869). Todavia, a ideia de fundação de um jornal espírita surgiu após embates com o padre católico Juliano José de Miranda (ARRIBAS, 2010).

Além disso, Telles de Menezes possuía um projeto de tradução de obras espíritas, cujo processo de divulgação do espiritismo ocorria correlato ao contexto em transformação do Brasil. A criação do jornal e a formação de uma rede de sociabilidade auxiliaram-no no reconhecimento enquanto divulgador espírita, inclusive, no que concerne à formação organizacional de uma imprensa e no financiamento econômico. Portanto, Telles de Menezes estabeleceu vínculos com aristocratas baianos e espíritas franceses e teve uma trajetória de vida que combinava o ensino, o jornalismo e a literatura (ARRIBAS 2010).

A criação de uma imprensa espírita no território brasileiro teve seus primeiros ensaios nos estados da Bahia - com Telles de Menezes - e do Rio de Janeiro, os quais, adotaram posturas favoráveis e defensivas a respeito da doutrina. Porém, esse projeto se consolidou somente na década de 1880, trazendo o contato permanente com os adeptos da doutrina e alcançando novos simpatizantes. Naquele período, surgiram diferentes projetos editoriais - como revistas e jornais - de pouca duração, assim como, projetos que perduram até os dias atuais, como o Reformador. “Os títulos de publicações são, em geral, bastante evocadores da vontade dos fundadores de contribuir, pela difusão da fé, para a marcha de sua sociedade em direção a um futuro radioso” (AUBRÉE E LAPLANTINE, 2009, pp. 157-158).

Foi a partir da consolidação de um veículo de comunicação espírita brasileiro, de ampla circulação e duração, que a doutrina espírita conseguiu ver o projeto de divulgação e publicidade doutrinária mais estruturado no Brasil. Isso teve estreita ligação com a fundação da Federação Espírita Brasileira (FEB), uma entidade com o propósito de aglutinação dos ideais espíritas. Segundo Emerson Giumbelli (1997a), *O Reformador* foi fundado pelo fotógrafo Elias da Silva como um jornal quinzenal, em janeiro de 1883. A princípio, a proposta era estruturar uma coluna que abordasse somente assuntos da doutrina espírita e, em outras sessões, assuntos com relativa proximidade com a doutrina. Então, houve uma adesão afirmativa de espíritas para a publicação de artigos polêmicos e doutrinários.

Com essa formatação, quando a FEB é fundada, em 1884, *O Reformador* se torna um órgão oficial administrado pela entidade, a fim de veicular as decisões e as discussões

articuladas entre os associados. O “periódico continua a publicar artigos de propaganda e defesa do espiritismo, escritos por colaboradores locais ou extraídos de periódicos estrangeiros, bem como notícias sobre o movimento espírita no Brasil e em outros países” (GIUMBELLI, 1997a, p. 63). Ou seja, a posição defensiva e proselitista de *O Reformador* é uma reação ao catolicismo, enquanto religião hegemônica, ao anticlericalismo e ao materialismo científico. Inclusive, como argumenta Giumbelli (1997a), *O Reformador* foi criado como uma maneira de responder publicamente às pastorais católicas, ao jornal católico *O Apóstolo*, a cientistas nacionais e estrangeiros.¹¹

A relação entre espiritismo e imprensa se evidenciou de maneira ambivalente: de um lado, alguns jornalistas tornaram-se adeptos ou simpatizantes da doutrina e utilizaram o espaço dos jornais comerciais para propagação e defesa da doutrina. Não havia uma clara dissociação na imprensa leiga entre espiritismo praticado a partir da doutrina codificada por Kardec e o curandeirismo/contato espiritual praticado, principalmente, por negros e pessoas das classes populares, camponesas e povos originários. A definição de “espírita” era compreendida como “especuladores” que desejavam obter lucros a partir da credulidade do outro.

Jornais como *O País* atuavam como acusadores de pajés, caboclos e espíritas que atuavam na prática de cura, pois, considerava-se que tais práticas causavam moléstias mentais e de saúde. (GIUMBELLI, 1997b). Alguns espíritas praticantes se aproximaram da escrita da imprensa e produziram jornais de caráter proselitista (nesse caso, tratava-se de uma imprensa nativa, própria da linguagem espírita). De outro lado, a imprensa leiga/comercial e a católica expressaram profundas reações negativas à doutrina kardecista e às práticas de curandeirismo, influenciando no artigo do Código Penal de 1890.¹²

A criminalização das práticas de “magia” e “curandeirismo” possuíam recorte racial na aplicação de ações penais mais rígidas e estava correlacionada a um contexto que considerava

¹¹ A princípio, as publicações na coluna espírita d’*O Reformador* possuíam caráter doutrinário e polemizador. Giumbelli (1997a) observou que os primeiros números do jornal possuíam críticas às pastorais católicas e replicavam os opositores. De acordo com o autor, houve uma busca para defender-se das acusações realizadas pelas pastorais católicas e “distribuídas pelo bispo do Rio de Janeiro ao Episcopado Brasileiro em 1881 e 1882” (GIUMBELLI, 1997a, p. 69).

¹² O artigo 157 do Código Penal de 1890 sofreu grande influência da reação da imprensa comercial e católica em relação ao espiritismo e a outras práticas de cura presentes nos meios afro-indígenas brasileiros, principalmente, dos menos abastados e negros, acusados de provocarem moléstias mentais (GIUMBELLI, 1997a). O decreto 847 instituiu o código penal republicano em 11 de outubro de 1890, como via de substituição do Código Criminal do Império, no qual, o artigo 157 delimitou a prática de espiritismo e magia, cartomancia e talismã como crime de fascínio e aproveitamento da credulidade pública (GIUMBELLI, 1997a). Em síntese, as seguintes práticas foram criminalizadas: espiritismo, magia, amuletos, cartomancias, influências em sentimentos - amor, ódio - e em moléstias mentais e físicas. Como penalidade, os sujeitos poderiam sofrer prisão e multa, assim como, perda do direito de exercício da profissão - no caso da prática ilegal de medicina com fins espirituais (GIUMBELLI, 1997a).

que práticas mágicas não eram civilizatórias. Os tons acusatórios presentes nos jornais diários indicam a presença estrutural do racismo e a rejeição das práticas que lidam com os espíritos.¹³ Isto porque havia um senso comum de que as práticas realizadas por negros e mestiços causavam dolo material ou espiritual por serem “magia negra”, “feitiçaria” ou “macumba” (MONTERO, 2006).

Como observou Paula Montero (2006) as representações das práticas religiosas estão correlacionadas com o Estado e a sociedade civil, neste sentido, há uma variação de perspectiva na direção da religião que deseja se legitimar em detrimento de outra. Sendo assim, a contraposição da caridade e das práticas de assistência social em relação à feitiçaria aponta para um espaço de disputas, pois, há “uma variação na combinação do código ‘caridade/feitiço’: quanto mais pública e abrangente, mais será acionado o código ‘religião/caridade’; quanto mais local for ela, mais será acionado o código ‘magia e feitiçaria’” (MONTERO, 2006, p. 59).

Uma categoria pertinente para pensar o contexto em análise é que a laicidade brasileira implica a noção de “pluriconfessionalidade” (o intercâmbio entre católicos e evangélicos para possibilitar a presença no espaço público). Tanto no âmbito interno quanto externo dos distintos campos religiosos “(católico, evangélico, afro-brasileiro, kardecista e outros) se encontram afetados por formas institucionais de relação com o Estado, de modo que as dinâmicas internas aos campos religiosos não podem ser pensadas sem as conexões com as esferas social e política” (CAMURÇA; SENA; ANDRADE JR. 2020, p. 985). Com isso, espíritas também foram beneficiados com a possibilidade de diferentes interações de religiões em uma presença pública e a garantia de apresentar dissonâncias, de se apropriar de discursos da esfera comum, associados à expressão religiosa. Como por exemplo, a presente tese, pode-se constatar que houve uma participação de agentes da imprensa como construção de legitimidade para embates laicos (sobre a educação pública) e de definição do que é o verdadeiro espiritismo (Comando Jornalístico do Diário da Noite).

Dentre os jornais de circulação diária, no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* (1901-1974) foi o jornal que cedeu mais espaço para artigos espíritas. Uma seção foi criada entre 1 de maio e 12 de julho de 1914, chamada “Espiritismo: *theoria* e fatos”, assinada por Antônio Lima, que possuía vínculos com a FEB. Em 26 de junho de 1917, conforme aponta Marco Aurélio Oliveira (2014), o jornal iniciou uma coluna intitulada “Chronica Espírita”, com a participação

¹³ Entretanto, vale destacar que intelectuais umbandistas construíram uma rede de sociabilidade, na década de 1930, como forma de legitimar, institucionalizar e descriminalizar a prática religiosa. Com isso, eles procuraram desmistificar e associar a magia a partir da perspectiva de um fim ético, bem como, utilizaram da influência do cristianismo renovado proposto por kardecistas. (ISAÍÁ, 2011)

de várias lideranças espíritas, inclusive Cairbar Schutel, que foi importante para a imprensa espírita paulista (será tratado mais adiante, no capítulo 1, seção 1.1.2). Aquela sessão perdurou até 19 de janeiro de 1947, com o falecimento de Frederico Figner, o responsável pela maioria dos artigos.¹⁴ (OLIVEIRA, 2014).

No mesmo contexto, em 1906, João do Rio refletiu criticamente em sua crônica sobre a doutrina espírita, na qual observou que havia demasiada atração de membros das profissões liberais pela “ciência da revelação”. Ele aproximou as práticas espirituais dos menos abastados (pobres e praticantes de “feitiçaria”) com os membros da elite carioca como sendo ambos ocultismo: se, de um lado, na “sociedade baixa”, as “centenas de traficantes enganam a credulidade com uma inconsciente mistura de feitiçaria e catolicismo, entre a gente educada há um número talvez maior de salas onde estudam o fenômeno psíquico e a adivinhação do futuro, com correspondência para Londres e um ar superiormente convencido” (JOÃO DO RIO, 1906, p. 72). A diferença é que o espiritismo é compreendido por ele com ar de presunção e soberba.

Além disso, jornais como *Diário Carioca*, *Gazeta de Notícias*, *O Paíz*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*, *A Batalha*, *Diário de Notícias*, *A Noite* e outros, abriram espaços para seções e artigos espíritas. Conforme Marco Aurélio Oliveira (2014) observou, havia muitos jornalistas da imprensa espírita carioca (“amadores”) que exerciam mais profissões como forma de garantir a subsistência e praticavam o jornalismo espírita por militância. De acordo com a observação de Oliveira (2014), era recorrente o fato de que não tivesse publicação da coluna quando algum colunista espírita tivesse algum problema pessoal ou de saúde, havendo justificativa com o retorno dele no número seguinte. O “sustento da vida material, muito naturalmente, deve ter afetado a participação de alguns militantes do ‘jornalismo amador’ também na imprensa mantida por espíritas” (OLIVEIRA, 201, p. 127).

Quanto ao jornalismo profissional, a relação a respeito de quem teria capacidade e conhecimento doutrinário era ambígua. Entretanto, como *O Reformador* possuía pequenas tiragens (para assinantes espíritas e participantes de centros), a FEB considerou que jornais de grande circulação, como *O Correio da Manhã*, eram possibilidades de expansão do discurso doutrinário. Havia um duplo movimento na imprensa comercial: ao mesmo tempo em que se divulgava o espiritismo, os jornais fidelizavam os espíritas como clientela. Este último, inclusive, era motivo de críticas por parte de espíritas. Também havia um movimento crítico em direção aos jornais que disponibilizavam espaços para religiões afro-brasileiras ou jornais

¹⁴ Marco Aurélio Oliveira (2014) refere-se a outras colunas do *Correio da Manhã*, tais como “Federação Espírita Brasileira” e “correio Espírita”. O autor então destaca que estes espaços estavam ligados a jornalistas que possuíam simpatia e/ou aproximação com a doutrina.

com tendência ao catolicismo. Era uma relação ambivalente e que, em alguns momentos, a imprensa comercial buscou desvencilhar-se do espiritismo. (OLIVEIRA, 2014).

A partir do conhecimento do panorama introdutório proposto acima (sobre a história do espiritismo e a modernidade, a chegada da doutrina no Brasil e sua respectiva consolidação na imprensa carioca), desejo inserir ao longo desta tese questões pertinentes à imprensa, o Clube dos Jornalistas Espíritas e o contexto de São Paulo. Para tal, pretendo seguir as seguintes questões: Como a construção de debates numa esfera espírita (clube ou congresso de jornalistas espíritas) interferiram para a manutenção da doutrina no Brasil e sua relação com a sociedade civil? Como se constituía a negociação de ideias entre o clube e a imprensa?

Parti da hipótese de que a presença de jornalistas espíritas, que negociavam a possibilidade de debater o espiritismo na imprensa cotidiana, servia para criar legitimidade para a doutrina. Ao observar sob o viés dos embates e disputas, busquei compreender a construção e troca de sentidos no discurso espírita, pois, com a demanda e o interesse por fenômenos espirituais, as páginas dos jornais comerciais abordaram fatos curiosos e criminais sobre tais práticas.

O Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, que possuía caráter predominantemente masculino, composto por jornalistas e escritores, e fundado em 23 de janeiro de 1948, pelo jornalista José Herculano Pires, na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. O clube existiu por 22 anos, terminou em janeiro de 1970, tendo contado com a participação inicial dos seguintes jornalistas: Odilon Negrão, Domingos Antônio D'Ângelo Neto, Wandick de Freitas, Demetre Abraão Nami, Paulo Alves Godoy e Jorge Mussa. O patrono do grupo era o “Espírito Batuira”, que, segundo Rizzini (2001), referia-se a José Gonçalves da Silva Batuira, o primeiro jornalista espírita do Estado de São Paulo.

Na década de 1940, conforme Célia Arribas (2014), o estado de São Paulo apresentou um número mais expressivo de adeptos da doutrina, apesar de o espiritismo ter se inserido primeiramente no Rio de Janeiro. De acordo com recenseamento oficial daquele período, dentre os 463.400 espíritas, um terço era composto por paulistas (ARRIBAS, 2014). O estado de São Paulo adquiriu protagonismo e influência nacional em relação aos demais: “um polo de discussões, ainda que não institucionalmente organizado” (ARRIBAS, 2014, p. 79). Inclusive, espíritas paulistas – tal como Herculano Pires – realizaram críticas à própria Federação Espírita Brasileira (RJ) e suas possíveis falhas doutrinárias.

Sendo assim, uma parcela daqueles jornalistas trabalhava em defesa de um viés “purista” - isto é, acreditava na permanência fiel aos escritos da doutrina por Allan Kardec -, o qual não vinha sem conflitos: debates e concorrências de opiniões surgiam no campo espírita

entre aqueles que chegavam a assumir a possibilidade de o espiritismo ser constituinte do espiritualismo tanto quanto a umbanda, aqueles que negavam veementemente tal possibilidade, e a parcela dos que criticavam a interferência do catolicismo na doutrina. Também havia uma esfera de discussão acerca das relações do religioso (espiritismo) e suas ações nos planos da saúde, educação e política, carregada de embates acerca dos limites de entrosamento entre o espiritismo e a constituição de uma bancada política favorável à angariação de fundos para o exercício da caridade e a outros assuntos pertinentes à sociedade civil. Tal esfera manifestava-se sob a forma da União Social Espírita, centros espíritas, congressos, federações e até o Clube dos Jornalistas Espíritas.

Célia Arribas (2014) estudou as narrativas biográficas de protagonistas espíritas em perspectiva relacional com a ação intelectual, percebendo as configurações dos grupos a partir das noções de *campo* - estrutura que guarda certa interdependência entre as demais, mas que possui regras, fórmulas e classificações que lhes são próprias, guardando disputas e ambivalências - e de *habitus* - práticas estruturadas incorporadas por um grupo com uma visão social determinada-, de Pierre Bourdieu (2015). Os intelectuais espíritas atuavam como um tipo de clero com autoridade intelectual/ideológica (ARRIBAS, 2014). O intelectual espírita seria um porta-voz reconhecido pela sua “bagagem intelectual”, capaz de auxiliar nos problemas de diferentes aspectos da vida a partir do conhecimento doutrinário, da reflexão, sistematização e racionalização da doutrina. Diferente do médium, que recebe diretamente a mensagem do invisível, o intelectual espírita acumula saber ao longo da experimentação com o transcendente; isto é, ele precisa ser um estudioso contínuo à medida em que toma conhecimento dos preceitos da codificação de Kardec. Arribas (2014) propõe duas categorias de espíritas intelectuais: o ortodoxo, que se esforça para evitar as alterações na doutrina, por preservá-la e seguir uma tradição dos escritos, e o heterodoxo, que cria interpretações e expõe interpretações pessoais.

Trata-se de uma importante contribuição para compreender a participação de agentes do espiritismo que não estavam necessariamente vinculados às federações espíritas. Por outro lado, compreendo ser possível trazer, junto dessa, uma outra via interpretativa: a atuação de alguns intelectuais espíritas na imprensa, inclusive, na imprensa comercial, conferia a eles legitimidade para falar sobre a doutrina e a concessão de espaços autorizados de fala para um público heterogêneo. Aqueles jornalistas tinham entendimento da capacidade de articulação discursiva e até política. Então, no âmbito do discurso, para eles, era preciso que o jornalista da imprensa espírita compreendesse a história e a missão do jornalismo espírita. O discurso é uma combinação dual, que considera a identidade de quem estrutura a mensagem e de quem a

recepciona, assim como, as condições de recepção e a intencionalidade (CHARAUDEAU, 2018).

A mensagem possui uma pré-estruturação a partir do ponto de vista de quem emite, mas a configuração/sentido final ocorre durante o processo de apropriação do receptor. Para o grupo espírita em análise (jornalistas espíritas), o discurso proferido é o verdadeiro, no qual a doutrina espírita possui abrangência para explicar diferentes aspectos da vida material e da vida espiritual. Sendo assim, é preciso considerarmos as noções de “valor de verdade” e de “efeito de verdade”. De acordo com Patrick Charaudeau (2018), a noção de “valor de verdade” é uma explicação a partir de uma instrumentação científica, que se quer objetiva e objetivada, ligada a um saber erudito e que busca “saber comentar o mundo”, lida como o “ser verdadeiro”; a noção de “efeito de verdade”, por sua vez, está relacionada com o “acreditar ser verdadeiro”, ligado às subjetividades de como os sujeitos compreendem o mundo, baseia-se na convicção e cria adesão em relação às pessoas que compartilham do mesmo pensamento. Portanto, o “efeito de verdade” está correlacionado à enunciação e à busca por credibilidade.

Ademais, observa-se a construção de imaginários e as redes de sociabilidades na esfera espírita. Junto à perspectiva do intelectual espírita, proposta por Arribas (2014), associa também à dimensão da capacidade discursiva e simbólica da imprensa. De acordo com o historiador francês Jean-François Sirinelli (2003), as redações de revistas e os editoriais constroem laços e redes no âmbito intelectual, pois permitem a circulação de ideias e tomadas de posição. Assim, “conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão - pelas amizades que subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem - e da exclusão - pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas” (SIRINELLI, 2003, p. 249). Manifestos e abaixo-assinados também teriam estes aspectos, além de permitir contar numericamente os participantes presentes no manifesto.

Sirinelli afirma que o intelectual carrega consigo as noções de legado e de transmissão cultural. Seguindo essa perspectiva, é possível compreender a postura tomada por Herculano Pires de defesa e purismo doutrinários, o qual foi adjetivado pelo biógrafo e amigo, o também jornalista Jorge Rizzini, de “apóstolo de Kardec”. O intelectual produz e veicula ideologias e visões de mundo, correlacionadas às demandas culturais e políticas da época, assim como, à mentalidade e à memória coletiva.

Segundo Sirinelli, na sociabilidade, o afetivo e o ideológico se interrelacionam. No processo de formação de “redes”, há microclimas compostos por comportamentos e ações dos sujeitos. “E, assim, entendida, a palavra sociabilidade reveste-se, portanto, de uma dupla acepção, ao mesmo tempo ‘redes’ que estruturam e ‘microclima’ que caracteriza um

microcosmo intelectual particular” (SIRINELLI, 2003, p. 252-251). O intelectual ou os grupos de intelectuais organizam-se conforme uma sensibilidade ideológica ou cultural em comum.¹⁵ Trata-se uma formação de redes de sociabilidades que possuem afinidades determinantes e difusas (isto é, com várias direções), capazes de construir vínculos e convivências, que podem ser mais ou menos conflituosas (SIRINELLI, 2003).

Porém, podemos considerar um jornalista intelectual? No caso em questão, como veremos mais à frente, a figura do jornalista espírita aparece imbricada com a função de escritor e de pensador espírita. Entretanto, nem sempre um jornalista é necessariamente um intelectual. Conforme argumenta Fernanda Lopes (2009), como a função do jornalista envolve a produção de textos acerca do cotidiano e o circuito entre a esfera política e literária, a noção de intelectualidade permeia a identidade do jornalista. Concomitante a isso, o veículo de comunicação também interfere na formação identitária e de autoridade dessa profissão, devido à natureza que dialoga com diversos campos de conhecimento e que permite discussões com intelectuais (sujeitos que se dedicam à formação do pensamento autônomo e crítico e, em alguns casos, engajados politicamente, e eruditos). Porém, é necessário seguir as normas empresariais do veículo comunicacional. Logo, há uma tensão entre a dinâmica do trabalho, o que é autorizado a ser publicizado e o posicionamento ideológico dos sujeitos.¹⁶

Um conceito importante para a presente pesquisa é o de *campo religioso*, formulado por Pierre Bourdieu (2015), no qual o autor propõe que há relações concorrentes tanto internos (na construção de autoridades espirituais, quanto externo, na proposição de outras ideologias religiosas. Ademais, outro aspecto a se considerar é a diferenciação entre adeptos / praticantes da doutrina espírita, entendido aqui na tese como sinônimos, isto é, pessoas que aderem e seguem a doutrina; e simpatizantes, pessoas que transitam pelo espiritismo a partir de uma aceitabilidade da ideia de seus elementos (tais como, reencarnação, psicografia, capacidade de falar com espíritos etc.), mas não necessariamente definem-se como espíritas.

Na presente pesquisa, tomei como ponto de partida um estudo de caso com caráter qualitativo, no qual, realizei um levantamento bibliográfico, atentando para a perspectiva multidisciplinar entre os estudos históricos, estudos de mídia, e das ciências sociais / Ciência

¹⁵ Não há um consenso acerca da definição de intelectual, pois depende do posicionamento teórico do autor. Segue-se aqui a perspectiva de intelectual como um sujeito que exerce função de construção do pensamento de maneira engajada socialmente, por outro lado, há definições de intelectual que possuem a tendência do sujeito que reflete a erudição e o fazer profissional (LOPES, 2009).

¹⁶ De acordo com Patrick Charaudeau (2018), a empresa midiática possui modo de trabalho hierarquizado, cujos atores possuem um determinado status e que lidam com práticas institucionalizadas, as quais devem ser pensadas e justificadas. Dentre as práticas produzidas, estão as produções de discursos representativos e com intencionalidade, dentre a qual, não se pode perder de vista as relações econômicas.

da Religião, acerca da religião – sobretudo do espiritismo – e das tecnologias de comunicação e da esfera pública. Enquanto uma pesquisa documental, o acervo se encontra disponibilizado no site e na sede da Fundação Maria Virginia e Herculano Pires¹⁷ e a imprensa periódica digitalizada pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹⁸.

Estive presente na Fundação Maria Virgínia e Herculano Pires, em São Paulo, entre 26 e 27 de setembro de 2019, para coleta de documento sobre o Clube. Além do acervo documental, há a biografia de José Herculano Pires, escrita por Jorge Rizzini (2001), que aborda o Clube dos Jornalistas como parte inerente à trajetória e protagonismo do jornalista, sendo necessária uma análise crítica acerca do intercâmbio entre o individual e o coletivo narrado através da biografia. Porém, não se pode perder de vista que o presente trabalho não tem por objetivo analisar somente o indivíduo intelectual, mas as ações coletivas. Devido à pandemia de Covid-19, além do acervo consultado pessoalmente, os documentos digitalizados no site da fundação também foram utilizados como fonte documental. No que concerne à ABRAJEE, em consulta via e-mail ao Acervo de Memória e Documentação da FEB, de Obras Raras, em Brasília, foi-me informado que os documentos de fundação não foram localizados.

Na presente tese, no início de cada capítulo aponto um breve panorama histórico a fim de contextualizar a conjuntura espaço-temporal em análise. Os dois primeiros capítulos, 1 “A presença do espiritismo no jornalismo paulista” e 2 “O Clube dos Jornalistas Espíritas do Estado de São Paulo”, representam o fio condutor da historicidade da relação espiritismo e jornalismo em São Paulo, bem como, a história do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, partindo da correlação do contexto histórico e político que teria possibilitado um posicionamento associativista.

No que concerne aos dois últimos capítulos, 3 “O Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo: esfera pública, disputas e atuações” e 4 “Associativismo e o trabalho de comunicação social: declínio do clube e outras possibilidades associativas”, apresento uma pesquisa de base documental acerca da atuação do Clube de Jornalistas, assim como, as estratégias associativas realizadas *a posteriori* por outros grupos espíritas. Como foi a tentativa associativa da Abrajee e suas relações com a doutrina e com a esfera pública? Ela buscou se expandir para além do circuito interno do espiritismo, tal como foi proposto pelo Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo? Tratou-se da realização efetiva da proposta do I Congresso de Escritores e Jornalistas Espíritas, tal como foi o Clube? Como a perspectiva de associação profissional ainda

¹⁷ Disponível em: <<https://www.fundacaoherculanopires.org.br/>> Acesso em: novembro de 2020.

¹⁸ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em: novembro de 2020.

se estrutura no espiritismo? Como são pensadas as estratégias de comunicação social? Tal proposta é uma busca de compreensão para além das personalidades, a fim de compreender a construção de grupos, as continuidades e rupturas.

Ao verificar a hipótese acerca da construção da legitimidade da doutrina espírita, a partir da imprensa e de um grupo associativista, cheguei à seguinte tese: através da construção de redes de sociabilidades (com influências do campo político, informacional e religioso), o Clube dos Jornalistas Espíritas, sob a liderança de José Herculano Pires, utilizou-se da cidade de São Paulo, do período de efervescência política e sindical após a ditadura varguista, da escrita e de espaços de discussões como forma de se posicionar de maneira crítica e/ou defensivamente em relação aos próprios espíritas e a sociedade. Neste sentido, a cidade de São Paulo, em expansão urbana e com novos adeptos ao espiritismo, também buscou articular-se em relação ao espiritismo do Rio de Janeiro.

Apesar de buscar estudar a ação associativista de um grupo por uma perspectiva holística, a personalidade, a liderança de um membro / ator apresentou-se de maneira preponderante. Destaco que tal estratégia associativista não permaneceu por mais de duas décadas devido à expressiva liderança de Herculano, assim como, os embates relacionados à construção da memória do espiritismo nos Congressos de Jornalistas e Escritores Espíritas, culminando em associações posteriores sem posicionamento crítico e vinculado à Federação Espírita Brasileira.

Portanto, a tese central desse trabalho é: o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo foi fundado por José Herculano Pires, devido à sua atuação político-social e como profissional da imprensa comercial. Este ator considerava a imprensa como fonte de legitimação discursiva, diante de um contexto de perseguição sanitarista oriundo da criminalização das práticas espirituais desde o Código Penal de 1890 (influenciado por membros da imprensa, judiciário, medicina e religião) e suas respectiva atualização (Decreto 5.156/1904). Com posicionamento imponente tanto no interior do espiritismo quanto na sociedade civil, o Clube atuou em disputas, críticas e construção de pautas tanto sociais (comunismo,ducação e participação partidária) quanto religiosas (tal como, umbanda e catolicismo). Devido ao momento de profissionalização do jornalismo, havia uma distinção de entre jornalistas espíritas amadores (imprensa espírita) e jornalistas espíritas profissionais (imprensa comercial / leiga). Neste sentido, havia clareza e consciência a respeito da importância da produção da mensagem e da informação tanto na consolidação de formas de pensamento e quanto na recepção da mensagem. Com o declínio do Clube, após o uso da sede por um membro para ocultar joias, Herculano continuou atuando em prol do espiritismo (e da imprensa espírita) até a sua morte, em 1979.

1. A PRESENÇA DO ESPIRITISMO NO JORNALISMO PAULISTA

José Hamilton Ribeiro (1935-), jornalista paulista e ex-vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (1990-1993), afirmou que até a fundação do Sindicato, em 1937, a profissão era considerada como comerciária. Nos primórdios, ser jornalista era associado à boemia, pouca escolaridade, ambiente com pessoas oriundas de outras profissões e predominância masculina. Então, Ribeiro observou que havia uma dificuldade de inserção de mulheres no jornal, principalmente como repórteres, dentre as quais Margarida Izar foi a primeira jornalista de reportagem geral em São Paulo. (RIBEIRO, 1998). Portanto, ao mesmo tempo em que o jornalismo desejou autoconstruir-se enquanto lugar de poder, havia a presença marcante de escritores homens e do gênero narrativo e ficcional (BARBOSA, 2007).

Segundo o autor, devido às más condições de trabalho no jornalismo, havia forte tendência de participação de membros de esquerda (trabalhadores dos Diários Associados) no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e uma predominante presença modernista, devido à história de fundação da entidade, tendo Oswald de Andrade como sócio fundador. A mudança de status da profissão ocorreu após a regulamentação, formação sindical e instrução profissionalizante (por meio de cursos nos sindicatos e a abertura de ensino superior). Entretanto, considera-se que houve tanto uma parceria com o governo federal de Getúlio Vargas (Estado Novo - 1937-1947), quanto com o governo do Estado de São Paulo. Segundo ele:

Um ano depois da fundação, em novembro de 1938, o Governo Getúlio Vargas, com assessoria dos sindicatos dos jornalistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, criou a primeira legislação sobre a profissão de jornalista no Brasil. Por interferência pessoal do presidente, ficou estabelecida a jornada de trabalho, tanto de dia como de noite: cinco horas, podendo ser elevada contratualmente para sete, com a devida compensação financeira [...]. (RIBEIRO, 1998, pp. 43-44).

Dessa maneira, as primeiras escolas superiores de jornalismo do Brasil foram Cásper Líbero (1947) e Escola de Comunicação e Artes, ECA-USP (1966).¹⁹ Ademais, o autor relata a presença do discurso da missão do jornalista associado à religião, devido às concepções de *relegere*, *religare* e *religere*²⁰. Isto é, uma busca em relação à ética, à construção de síntese, à essência e à escuta.

¹⁹ O curso de Jornalismo da Faculdade do Brasil foi fundado em 1948, resultando na reestruturação na forma da Escola de Comunicação da UFRJ, fundada em 1967.

²⁰ Vale ressaltar que há outras definições para o termo, conforme pesquisas etimológicas. Entretanto, a referência do termo no texto diz respeito ao argumento de José Hamilton Ribeiro acerca da relação entre a prática jornalística e a proximidade com a prática religiosa. Cristiane Azevedo (2010) estudou a mudança dos conceitos *relegere*,

Neste caso, considero que tal percepção da missão do jornalista estava na busca pela mudança de comportamento social da vida boêmia para a formação intelectual. Assim como, a associação com religião também pode enfatizar a adoção do *status quo* da profissão também na vida pessoal; isto é, no âmbito privado.

De acordo com Marialva Barbosa (2007), o fazer jornalístico é associado à ideia de árdua tarefa, à construção da memória do saber-fazer. Bem como, tal grupo profissional associa sua identidade a um determinado comportamento, ligado às noções de detenção da informação, representação social e orientação do público. Nesse sentido, a profissão adquire uma conotação de sacerdócio com poucos recursos materiais e horários incertos, o que contribui para a construção da memória dos jornalistas: “constroem uma imagem preponderante do seu eu - sujeito de sua própria descrição -, caracterizando-se de maneira peculiar e transmitindo essa idealização como memória do grupo” (BARBOSA, 2007, p. 101).

Outro aspecto que deve ser destacado é que a linguagem narrativa do jornalismo sofreu importante mudança entre as décadas de 1930 e 1950, cujos posicionamentos políticos-ideológicos e de opinião se tornaram mais sutis, sob a premissa de objetividade e imparcialidade, que constituiu e legitimou o imaginário jornalístico. De acordo com Fausto Nogueira (2016), a imprensa paulista abordava uma gama variada de sociabilidades urbanas, desde grupos religiosos até literatos e científicos. Sendo assim, a imprensa comercial paulista atentou-se ao interesse crescente por ideias espiritualistas (desde as mais esotéricas até aquelas do espiritismo kardecista) e surgiram também periódicos associados a instituições espíritas e esotéricas. O diferencial da imprensa proselitista é que ela se voltava a divulgar conhecimento doutrinário em numerações contínuas e não relacionadas diretamente ao cotidiano. Já os noticiários da imprensa leiga tendiam a comentar curiosidades das doutrinas espiritualistas²¹, conforme os acontecimentos e as polêmicas pertinentes àquele tempo (NOGUEIRA, 2016).

Apesar de o espiritismo ter se inserido primeiramente no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, a doutrina ganhou adeptos em mais centros urbanos. Nas páginas dos jornais de grande circulação, o “espiritismo” frequentemente era associado às práticas de

religare e *religere*, na literatura, a partir da seguinte observação: *relegere* tem origem etimológica em atenção escrupulosa com pudor e piedade, recolhimento e escolhas; *religare*, a relação entre Deus e o homem, o laço de piedade; *religere*, um retorno a Deus.

²¹ As doutrinas espiritualistas, de maneira geral, abarcam a crença nos espíritos (inclusive, o fenômeno das Irmãs Fox) e movimentos esotéricos, além da própria doutrina de Allan Kardec. O espiritismo costuma ser designado como a doutrina formulada / codificada por Allan Kardec, embora, no Brasil, esse termo esteja associado, no senso comum, como práticas que lidam com a comunicação com os espíritos. Diz Kardec sobre a palavra espiritismo, no *Livro dos Espíritos*: “quem crê haver em si outra coisa que a matéria é espiritualista”, já o Espiritismo “tem por princípios as relações do mundo material com os Espíritos ou seres do mundo invisível” (KARDEC, 2009, p. 7).

curandeirismo, magia, feitiçaria e uso ilegal da medicina. A imprensa se apresentou como uma arena de embates entre os estratos médico, religioso e jurista (GIUMBELLI, 1997a).

Portanto, na jovem república, liam-se também artigos relativos a diferentes religiões. A título de exemplo, na década de 1940, no *Jornal de Notícias* (SP), a coluna “Seara Espírita” localizava-se junto com os fatos relativos ao entretenimento; no *Diário da Noite*, a coluna “Há ou não há fenômenos espíritas em São Paulo”, era o destaque da capa, no ano de 1949. Entretanto, a coluna espírita não aparecia necessariamente atrelada a colunas de outras práticas espiritualistas, tais como esoterismo e fantasmagoria, tal como no carioca *O Jornal*; ou como o paulistano *Diário Nacional*, cuja coluna “Vida Catholica” estava na mesma página que a coluna “Vida Evangélica”, além de fatos diversos.

Era comum observar a estreita ligação dos jornalistas espíritas com o campo da escrita literária. Por isso, é importante salientar de antemão que o jornalismo brasileiro, seguindo o estilo francês²², estabeleceu vínculos com o estilo de escrita literária até cerca de 1950, momento em que houve a reforma editorial, a partir de um estilo de escrita mais direto e objetivo, com a finalidade de apenas noticiar o fato - estilo próprio do modelo anglo-americano²³. Tal influência do modelo francês é devida à emulação de costumes e práticas culturais, bem como, pela presença de franceses nos editoriais brasileiros (GUIMARÃES, 2011). Diferentemente dos Estados Unidos da América e da Inglaterra, a imprensa francesa contava com a participação e influência de literatos como Honoré de Balzac, Antoine de Saint-Exupéry, Albert Camus e outros, assim, o jornalismo era uma maneira de destacar a carreira literária. De acordo com Jean Chalaby (2003), a prática literária era mais prestigiada em relação ao relato puramente noticioso. Portanto, a crônica e artigos polêmicos, de natureza agressiva em relação às personalidades e instituições, possuíam destaque no estilo francês.²⁴

²² O modelo francês possuía caráter mais literário e opinativo. Os fatos apareciam imbricados com comentários. Desta maneira, torna-se evidente a presença de homens da literatura no cotidiano da imprensa. (SCHUDSON, 2007)

²³ O estilo anglo-americano. *a priori*, caracterizou-se por um estilo partidário. O que mais se destaca deste modelo é que se constituiu como informativo e de fatos. A princípio, no século XVIII, os jornais norte-americanos importavam notícias, impressoras e o estilo editorial britânico. Entretanto, diferente dos jornais britânicos, os jornais norte-americanos possuíam tendência comercial. No século XIX, a imprensa norte-americana adotou um editorial com tendência objetiva e menos partidária. Neste sentido, a ideologia da objetividade traçava um molde industrial, modelo que posteriormente foi adotado pelos britânicos. (SCHUDSON, 2007)

²⁴ Isto é, no Brasil, esse estilo polêmico e narrativo ocupava as páginas da imprensa comercial ou cotidiana, na qual havia a publicação de autores como Machado de Assis e José de Alencar. Inclusive, Machado de Assis e Joaquim Manoel de Macedo colaboraram para o semanário ilustrado, do gênero de caricaturas, denominado *A Semana Illustrada* (1860-1876), a qual recebia proventos do Império, dedicada à política e à crítica aos costumes: “sendo uniformemente oposicionistas e agressivas, duma violência que ia muitas vezes direta ao ataque pessoal, o que era, aliás uma característica da imprensa de combate na época” (LIMA, 1963).

Assim, em 1950, o projeto de adoção do modelo norte-americano (mais comercial e com proposta objetiva) se consolidou e o jornalismo político-literário foi transformado em jornalismo informativo, no qual o editorial de notícias adquiriu uma clara dissociação das colunas de comentário pessoal e de notícia. (RIBEIRO, 2007) Portanto, isto influenciou, mais tarde, no espaço que o espiritismo teria na imprensa, cujo projeto de divulgação doutrinária deixou de avançar em seções do cotidiano. Com a mudança do jornalismo, o caráter opinativo, que possibilitou embates entre religiosos de diferentes confissões, perdeu espaço para a perspectiva noticiosa e informativa.

1.1 Espiritismo e comunicação social em São Paulo

O jornalismo paulista comercial nasceu 15 anos mais tarde que o carioca, em 1823, com *O Paulista*, que não possuía gráfica própria. Era também permeado pelo agenciamento do curso dos acontecimentos e com uma estreita ligação com a política e a economia. No contexto da República, a imprensa paulista se consolidou enquanto indústria e teve uma relação ambígua com o poder central e as elites paulistanas. Em 1925, Assis Chateaubriand adquiriu o *Diário da Noite* e iniciou uma cadeia nacional de comunicação chamada *Diários Associados* (1924-), somando 34 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 emissoras de televisão, 2 revistas e 1 agência de notícias. Na estreita ligação com a política, o conglomerado obteve favores públicos nos âmbitos comercial e econômico, assim como, capacidade de pressão política. Durante a ditadura do Estado Novo (1937 - 1945), os *Diários Associados*, junto com *A Gazeta*, alcançaram um ganho de capital e um aumento dos periódicos. (PILAGALLO, 2012).

De acordo com Maria Helena Capelato (1991;1992), entre as décadas de 1920 e 1940, o jornal que liderava o consumo diário da imprensa paulista era *O Estado de São Paulo* (1875-), de Júlio Mesquita; cujo editorial era afinado com a perspectiva política liberal e a equipe redacional se considerava parte da “elite bem pensante” e iluminista do Brasil. Entretanto, apesar de tal domínio do *Estado*, Capelato argumenta que, de maneira geral, os jornalistas paulistas de diferentes organizações utilizavam o artifício a impessoalidade e, ao mesmo tempo, se consideravam “intérpretes e formadores da opinião pública” (CAPELATO, 1991;1992, p. 56).

O proprietário dos *Diários Associados*, Assis Chateaubriand (1892-1968), definiu o profissional de jornalismo como sujeito público, político militante e dotado de autoridade para opinar frente aos debates pertinentes à sociedade (CAPELATO, 1991;1992). Para Chateaubriand, o caráter opinativo da imprensa possuía espaço e possibilidade de condução

política. Entretanto, após o levante comunista de 1935 e o golpe do Estado Novo, em 1937, organizações como *O Estado de São Paulo* e *Diários Associados* se posicionaram favoráveis à restrição de liberdade de imprensa, a fim de controlar discursos considerados subversivos. Críticas, debates, discussões e participações políticas eram regulados, pois eram considerados desorganizadores da sociedade (CAPELATO, 1991;1992).

Nesse mesmo contexto, de acordo com a análise de Cândido Procópio Camargo (1961), desde a década de 1930, instituições paulistas ligadas ao espiritismo ganharam forte expressão: Sinagoga Espírita, União Espírita Federativa, Liga Espírita e Federação Espírita de São Paulo (FEESP). Esse sociólogo da religião destacou a organização em caráter associativo de alguns jornalistas espíritas. A profissão de jornalista²⁵ era uma possibilidade de contribuição para a formação de lideranças no espiritismo, visto que se tratava de uma profissão que articulava narrativas e discursos. Porém, ele não se aprofundou acerca desse aspecto.

Assim, não podemos perder de vista que o recenseamento da década de 1940 registrou que a doutrina espírita apresentou um número expressivo de adeptos no estado de São Paulo, sendo que, dentre os 463.400 espíritas, um terço era composto por paulistas (ARRIBAS, 2014). São Paulo adquiriu certo protagonismo e influência nacional em relação aos demais: “um polo de discussões, ainda que não institucionalmente organizado” (ARRIBAS, 2014, p. 79). Naquele meio, espíritas paulistas – tal como o jornalista Herculano Pires – realizaram críticas à própria Federação Espírita Brasileira (RJ) e suas possíveis falhas doutrinárias.

1.1.1 Espiritismo na imprensa comercial de São Paulo

Na imprensa leiga / comercial paulista, assim como a carioca, também havia jornalistas que se definiam enquanto espíritas ou simpatizantes – através de anedotas e curiosidades sobre a doutrina espírita–, além daqueles que realizavam oposição (através das controvérsias, principalmente, entre espiritismo e catolicismo). Ocupavam as manchetes, medidas sanitárias,

²⁵ Refiro-me à profissão de jornalista no que concerne a profissionais que trabalhavam na imprensa apurando, redigindo artigos, bem como, responsáveis pelos editoriais. Entretanto, é preciso considerar que a profissionalização do jornalista no Brasil é demarcada a partir das reformas editoriais importadas do modelo anglo-saxão, que aplicavam um tom de objetividade e suposta neutralidade, bem como, na institucionalização dos primeiros cursos de jornalismo no território brasileiro (entre as décadas de 1940 e 1950). (Ver: RIBEIRO, 2007). Sendo assim, a literatura acadêmica refere-se que a profissionalização do jornalismo ganha moldes industriais com as práticas norte-americanas de produção da informação e dos fatos, a partir de uma perspectiva objetiva (CHALABY, 2003; SCHUDSON, 2007).

de criminalização e de prova de veracidade entre o “charlatanismo”, práticas de “magia e feitiçaria”, bem como, investigação de possíveis farsas espirituais de efeitos físicos.²⁶

Por outro lado, em algumas seções dos jornais, as ações de diferentes práticas religiosas eram noticiadas como eventos inerentes ao intercâmbio social. Como é o caso da nota do *Correio Paulistano* (1854-1963)²⁷ - jornal do Partido Republicano Paulista, de 6 páginas -, de 03 de abril de 1903, nº. 14.233, que emitiu uma nota referente a 01 de abril daquele ano, em Mogi das Cruzes, onde por dois dias realizou-se um evento interreligioso, que contou com protestantes e com o espírita Gonçalves Batuíra, figura que será considerado patrono dos Jornalistas Espíritas mais à frente. Assim:

[...] houve nesta cidade mais duas conferências, uma sobre o protestantismo e outra sobre o espiritismo, orando, na primeira o revdmo. sr. Eduardo Carlos Pereira, e, na segunda, o professor Braulio Prego, segundado pelo sr. Gonçalves Batuíra. Ambas as conferências realizara-m-se no theatro Vasques e foram muito concorridas. (CORREIO PAULISTANO, 1903, p. 2).

O *Correio Paulistano*, de 20 de março de 1904, nº 14583, noticiou sobre a medida protetiva²⁸ da Federação Espírita Brasileira acerca das práticas de cura e de liberdade de culto, pois, a federação teria se sentido constrangida diante da impossibilidade de atuar livremente com a prática de cura espírita. De acordo com a notícia, a federação alegou que o artigo 21 do regulamento sanitário divergia da Constituição republicana, que permitia a liberdade de culto. Diz a notícia:

A Federação Espírita Brasileira, associação de caráter científico e religioso, impetrou do juízo competente uma ordem de *habeas corpus* por estar sob perigo de constrangimento, em virtude do artigo 21 do regulamento sanitário, que proíbe a cura pelo espiritismo. A Federação, que mantém um posto de receituário, alega em sua petição que a Constituição da República garante a liberdade de crença religiosa. (CORREIO PAULISTANO, 1904, p. 1).

Todavia, ao confrontar a informação do regulamento sanitário instituído em 8 de março de 1904, pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919), o artigo referido pela Federação Espírita Brasileira é o 251, que trata das penalidades para médicos, farmacêuticos e dentistas. No parágrafo único do artigo, instituiu-se que praticantes de

²⁶ Durante a passagem de 1890 até a década de 1940, o vínculo entre Igreja Católica e Estado brasileiro sofreu um processo de dissociação: ocorreu o processo de institucionalização civil de instâncias que outrora eram religiosas (tais como, cemitérios e casamentos). Havia um controle repressivo rígido de práticas espirituais que lidavam com tratamentos de cura e, portanto, eram enquadradas como ameaça à ordem pública e sanitária. A partir da década de 1930, observa-se uma busca por legitimação das práticas de espiritismo kardecista e de umbanda como religiosas, neste sentido, o cristianismo evidencia-se como um modelo de referência do que é religião para tais práticas. (MONTERO, 2006).

²⁷ Foi o primeiro jornal diário de São Paulo.

²⁸ Foi pedido um *habeas corpus*, que é uma medida utilizada no Direito, quando a pessoa (física ou jurídica) está sofrendo, ou na iminência de sofrer, coação ou privação da liberdade.

espiritismo, magia e cura de moléstias incuráveis estariam sujeitos às penalidades do artigo 157 do Código Penal, com cassação do exercício profissional caso os praticantes fossem da área da saúde (médicos, farmacêuticos, dentistas ou parteiras). (BRASIL, 1904.). Portanto, considerando tal dado, o pedido de *habeas corpus* da FEB seria devido ao contingente de adeptos ao espiritismo oriundos da área da saúde.

Ademais, há também uma anedota acerca da curiosidade sobre a morte de um praticante não assumido da doutrina. Como é o caso de Desidério de Mello, de Uberaba - MG, que teria sido um sujeito curioso acerca das diferentes práticas religiosas, transitando entre o catolicismo e o espiritismo. Neste caso, este jornal paulistano diário, trouxe esta abordagem acerca do imaginário da vida interiorana (inclusive, foi no interior do Estado de São Paulo, que o espiritismo se desenvolveu primeiramente). De acordo com o relato de um correspondente anônimo:

Estou informado, por pessoa da família do saudoso Desiderio de Mello não ter elle se confessado, como afirmou alguém, e nem tão pouco morrido sustentando suas crenças no espiritismo. Quando o exmo. sr. d. Eduardo, bispo desta diocese, o visitou, dias antes de sua morte, procurando confessa-lo. Desiderio disse que era *livre pensador*, respondendo-lhe d. Eduardo não fazer a religião catholica exclusão de ninguém. Metto-me nesta questão, não porque queira tomar este ou aquelle partido, mas sim para restabelecer a verdade. Desiderio foi quasi nosso companheiro de infância. Vivemos juntos, já na imprensa, já no fôro, há cerca de 20 annos. Sempre o conheci como livre pensador e maçom, iniciado em França, em 1879. Ultimamente, é certo, andava envolvido com as doutrinas espiritas, mas supponho que apenas por mero diletantismo, tanto que, na véspera da morte, em presença de d. Eduardo - elle se disse livre pensador. É a eterna questão. Sempre que morre um homem superior levantam-se em derredor de sua sepultura, ainda fresca, estas questões. (CORREIO PAULISTANO, n.14883, 16 de janeiro de 1905, p. 2).

O *Diário Nacional* (1927-1932), jornal paulistano do Partido Democrata (de oposição ao Correio Paulistano) abordou a perspectiva do espiritismo de maneira ambígua: ao mesmo tempo em que deu espaço na seção “Vida Espírita”, permitiu a oposição católica. O jornal correlacionava as práticas espíritas como “funestas”, principalmente, as práticas mediúnicas das classes menos abastadas, chamadas de “baixo espiritismo”. Havia, então, associação da prática de “espiritismo” a crimes, suicídio, “assombração” e feitiçaria. Vale destacar que a seção “Vida Espírita” tinha por princípio compartilhar visões de mundo do espiritismo kardecista, de modo a desvincular-se do “baixo espiritismo” ou das práticas mediúnicas afro-brasileiras. Na mesma página, havia seções com outras religiões, denominadas “Vida Cathólica” e “Vida Evangélica”.

A perspectiva acima do jornal paulistano implica para a ideia de “espiritismos” com diferentes matizes de perseguições e sanções sanitaristas, cuja comunicação com os espíritos ou “mortos” deveria ser supervisionada e estava ligada ao imaginário “primitivo”, ao mesmo tempo em que se autorizava proposta mais “branda” e “disciplinada” do espiritismo de Kardec.

Apresenta-se como um pensamento presente na conjuntura brasileira (tanto na imprensa quanto no pensamento do senso comum). Ao recuar no tempo, como observou Emerson Giumbelli sobre o contexto do Rio de Janeiro: “Nas notícias e artigos veiculados pelos grandes jornais, o espiritismo aparecia sempre associado ao curandeirismo. E, nesse contexto, os ‘espíritas’ eram tratados como ‘especuladores à frente de uma ‘indústria lucrativa’ sustentada pela ‘ignorância/credulidade’ da população” (GIUMBELLI, 1997a, p. 89).

Considerando a referência recorrente ao “baixo espiritismo” - isto é, às práticas mediúnicas que combinavam tradições afro-indígenas-brasileiras -, acredito que seja necessário realizar uma referência à umbanda, devido à relação dúbia com o espiritismo kardecista. Trata-se de uma religião brasileira que combina aspectos de matriz afro-brasileira, bem como, práticas católicas e kardecistas. Ela foi institucionalizada na década de 1920 e expressou-se em diferentes estados brasileiros, tais como, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Conforme Lísias Negrão (1993), a umbanda se organizou em São Paulo, no qual as federações e os terreiros adotavam posturas distintas: as primeiras, eram mais ortodoxas e racionalizantes; enquanto os terreiros possuíam práticas rituais mais criativas com os “orixás” e espíritos guia. Destaca-se ainda que, em 1941, houve articulação para o Primeiro Congresso Brasileiro de Umbanda, no Rio de Janeiro, e, além disso, como estratégia de legitimação e de desvencilhamento das perseguições, buscou-se moralizar seus espíritos-guia e aproximar-se da noção de caridade kardecista.²⁹

Então, Negrão (1993) observou um dado relevante: as federações umbandistas foram importantes para o auxílio de legitimidade social, diante de um momento de vigilância e escassez, porém, as práticas dos terreiros eram distintas conforme a classe social da clientela. A posição social dos frequentadores - classe alta e média ou mais proletária e popular – influenciava nos rituais (matança de animais, bebidas alcoólicas, uso de pólvora) e na cobrança ou não da consulta fora das giras. Quanto mais de classe média, - rica, urbana e branca -mais próxima dos preceitos kardecistas.

²⁹ Há de se investigar mais detidamente, com base documental e bibliográfica, a reação dos jornalistas em relação à umbanda. Especificamente, acerca da defesa, articulação e contraposição. O Correio Paulistano, a título de exemplo, colocou-se de maneira hostil em relação à umbanda, deslocando-a para a categoria de magia, porém, questionando o porquê as pessoas não a aceitam: “Por que, então, perseguirmos a magia? Não será ela um laço entre os homens e as forças sobrenaturais? Por que havemos de permitir a livre prática dos credos, e perseguiremos o “macumbeiro”, expulsaremos o “pai de santo”, ou reteremos preso o “curandeiro” dos casebres de Mboy?” (MATTOS, 1935, p. 8). Então, para o autor do texto, a magia e a umbanda têm relações com o primitivo, com o selvagem, e os cultos esquecidos, baseando-se em Nina Rodrigues. É interessante, pois se trata de uma tentativa ambivalente: ao mesmo tempo em que defende a liberdade religiosa, também aponta um preconceito, indicando “totemismo” e relações tribais e primitivas nas práticas de comunicação com os espíritos.

Conforme Beatriz Gois Dantas (1982), o catolicismo se apresenta na prática umbandista a partir de uma aproximação religiosa: batismo na Igreja, missas dominicais e contato com padres. Com isso, confere capacidade interpretativa e de compreensão de ritos oriundos da África, trazendo a noção de referência e ao altar católico, à trindade e aos santos. Portanto, uma autorização de circulação em ambos os espaços religiosos.

Dessa forma, no que concerne à posição corrente da época nos jornais, no *Correio Paulistano*, de 12 de maio de 1940, na coluna *Vida Judiciária*, Câmara Leal distinguiu a doutrina de Kardec do “mau uso” da prática espiritual, como charlatanismo. De um lado, enfatizou-se a orientação espiritual espírita, de luz e próxima do cristianismo e, de outro, as práticas afro-brasileiras consideradas como magia, macumba e feitiçaria, tal como o jornalista Câmara Leal ressaltou em sua coluna³⁰:

Constantemente surgem nos jornais as mais dantescas notícias de dramas que se desenrolam e são atribuídos ao fanatismo ou má influência do Espiritismo. Urge que cessem essas campanhas infames e injustas contra uma ideologia, que representa o Cristianismo em sua quintessenciada pureza. Esses crimes degradantes que se verificam, de quando em quando, no interior brasileiro, e aparecem como fruto do Espiritismo, nada têm de comum com este. São oriundos do baixo espiritismo, da magia negra, da macumba, da feitiçaria, cujos médiuns trabalham para o mal e sob a imediata influência dos espíritos malignos e trevosos, sem a menor proteção ou assistência das correntes superiores dos espíritos de luz. [...] Sejam adversários, mas sejam leais, e não lancem mão da perfídia para procurarem desmoralizar o que é digno de respeito e admiração pelos inesgotáveis benefícios que espalha sobre a terra, como o mediano das divinas consolações. (CAMARA LEAL, 1940, p. 19).

Mais tarde, em 1948, o *Jornal de Notícias* (SP) noticiou uma campanha rigorosa contra os costumes de macumba, na qual fechou-se “terreiros de umbanda”, que cultuavam Ogum, Xangô e Oxossi. Acusando a prática de mistificação, a reportagem denunciava:

Muito pouco ou quase nada se tem feito contra a macumba e o curandeirismo em São Paulo. Mistificadores de toda espécie aí estão, disseminados por todas as partes da cidade, agindo livremente e explorando criminosamente a credulidade pública. [...] Entretanto, surge agora a Delegacia de Costumes, tendo à frente o delegado Hernani Ferreira Braga, resolvida a dar combate sem trégua a esses especuladores do povo. Essa campanha, pelo que temos visto, será rigorosa, e ontem, com uma série de diligências, teve início. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1948, p. 12).

³⁰ Paula Montero (2006), quando aborda a constituição da esfera pública do Estado brasileiro, o catolicismo perdeu certo espaço na esfera pública, ao mesmo tempo em que houve disputas entre religiões não-cristãs para formar espaço social. Porém, a Igreja Católica foi uma matriz importante para o processo de distinção entre sacramento e rito, assim, como, a legitimação de ritos sociais. Como a autora comenta, os ideais católicos formam ideias gerais pertinentes à esfera pública: religião e verdade, feitiçaria e falsidade. Com a noção de liberdade de culto, instituída na República, abriu-se caminho para a diminuição do cerceamento de matriz afro-brasileiras, embora ainda houvesse o jogo da caridade e o feitiço.[#] No processo de dissociação entre Estado brasileiro e Igreja católica, “a manifestações variadas de ‘feitiçaria’, ‘curandeirismo’ e ‘batusques’ só puderam ser descriminalizadas quando, em nome do direito à liberdade de culto, passaram a se constituir institucionalmente como religiões” (MONTERO, 2006, pp.49-50).

Então, num contexto de criminalização e psiquiatrização das práticas mediúnicas, o discurso³¹ hegemônico da imprensa comercial considerava as ações “mágicas” e ritualísticas da umbanda como fetichistas e até primitivas. No *Estado de São Paulo*, de 17 de abril de 1948, uma coluna direcionada para o espiritismo nota que a doutrina de Allan Kardec ganhava expressão sobretudo em São Paulo, em diferentes circuitos sociais. Ao longo do artigo, enfatizou-se que havia diferentes formas de práticas espíritas conforme as classes sociais, assim como o catolicismo praticado por grupos mais populares e os mais abastados.

O espiritismo de Allan Kardec foi colocado como uma das facetas do espiritismo praticado no Brasil, que englobaria a “macumba” e a “feitiçaria” do “baixo espiritismo”. Dentre os argumentos, a difusão do espiritismo kardecista seria adequada diante daquele momento de efervescência de ideias materialistas e marxistas. Segue trecho do artigo:

A época em que vivemos é materialista por excelência. Os fenômenos econômicos, sociais e políticos prendem muito mais a nossa atenção do que os espirituais. Por isso atentamos, com particular interesse, na difusão das doutrinas marxistas e não nos impressionamos com a do espiritismo. Compreende-se. Reconhecemos que o comunismo representa grave e imediata ameaça e constitui um perigo para a sociedade e para o homem. A amplitude crescente do espiritismo não encerra nenhuma ameaça nem pode ser interpretada como perigosa, a não ser para os que da religião fazem ofício ou profissão. Procuramos, como é necessário, combater o comunismo, nem sempre pela forma mais apropriada e eficaz. Diante do crescimento do espiritismo, apenas temos intermitentemente um movimento de curiosidade passageira, quando o notamos. [...] As religiões têm contribuído para transformações do mundo em escala muito mais vasta do que as doutrinas econômicas ou as concepções políticas. E os perigos do comunismo provêm exatamente do caráter religioso e messiânico que inspira o fanatismo de seus adeptos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 17 de abril de 1948, p. 16).

Como observei no *Acervo Estadão*³², enquanto um jornal de fatos diversos, *O Estado de São Paulo* possui momentos de abertura para a divulgação do espiritismo e, em outras colunas, trata da questão psiquiátrica e medicalizante e das práticas de “baixo espiritismo”. No momento de intervenção varguista na imprensa (1931-1945)³³, em 1942, há uma série de artigos sobre psicologia e espiritismo, assinada pelo professor italiano Antonio Piccarolo, na qual ele

³¹ O discurso não é apenas o ato de se comunicar e o processo de linguagem, ele é a combinação do momento em que a mensagem é produzida e transmitida (logo, envolve os produtores (identidade, legitimidade, instituição, profissão), os receptores, a intencionalidade, assim como, a tonalidade e a maneira como a mensagem é transmitida. Desta forma, para compreender um discurso envolve entender o contexto espaço-temporal, bem como a mensagem (CHARAUDEAU, 2018).

³² Repositório online dos jornais digitalizados mantido pela organização O Estado de São Paulo. Disponível em: <<<https://acervo.estadao.com.br/>>>. (Último acesso em maio de 2020)

³³ Esse momento é chamado na literatura acadêmica como empastelamento ou cooptação dos jornais liberais que se opuseram à ditadura varguista. No caso de *O Estado De São Paulo*, no período de empastelamento, o jornal ficou sob a direção de Plínio Barreto (CAPELATO, 1991; 1992; PILLAGALO, 2012).

argumenta com base no livro *Ricerche sui fenomeni ipnotici e spiritici*³⁴, de Cesare Lombroso, além de autores como Henrique Morcelli e Charles Richet. Em 1943, Piccarolo publicou um artigo no *Estado de S. P.*, intitulado “Ainda o Espiritismo”, no qual ele se disse simpatizante, porém, posicionou-se contrário à junção do espiritismo enquanto religião - ou seja, o espiritismo-religião. Para ele, a religião abriria margem para intolerância e fanatismo:

E aos espíritas em geral, digo: Não tendes razão de considerar-me vosso adversário e inimigo. Desde meio século acompanho com grande simpatia o movimento espírita, tenho assistido a sessões nas quais funcionavam médiuns de grande renome, entre outros a grande Eusápia Paladino: tenho constatado fenômenos maravilhosos, inexplicáveis nas condições atuais da ciência. Considero, portanto, o espiritismo ou metapsíquica, o verdadeiro caminho que pode conduzir à explicação do problema que desde tantos séculos está faticando a humanidade; e amo-o tanto, que desejo vê-lo trilhar o caminho exclusivo da ciência. (PICCAROLO, 1943, p.4).

Seguindo a linha de Lombroso, ele defendeu uma perspectiva do espiritismo pela via experimental. Ademais, relatou que alguns espíritas de vertente religiosa alegaram que o filho dele estava no Hospital Psiquiátrico Juqueri por intervenção de espíritos. Todavia, ele defendia a explicação psiquiátrica, bem como, o “sacrifício” diante da desilusão com a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932³⁵, em São Paulo.

Por fim, vale destacar que esse embate entre espiritismo científico e espiritismo religioso é antigo (GIUMBELLI, 1997a). Como o espiritismo proposto por Kardec combina as categorias de religião e ciência, diferentes sujeitos utilizavam essas semânticas conforme as suas práticas sociais. Trata-se de forças que estavam em constante enfrentamento entre finais do século XIX e início do XX, pois, de um lado, a religião evocava as noções de dogma e formalismo próprias da Igreja Católica; e, de outro, a ciência se aproximava dos ideais de “verdade” e do positivismo, que poderia enfatizar a descrença no invisível. Por sua vez, o espiritismo apareceu como uma possibilidade de conciliação e síntese entre esses distintos polos, excluindo-se as perspectivas materialistas (GIUMBELLI, 1997a).

No Rio de Janeiro, a posição que ganhou hegemonia possui maior ênfase no religioso, entretanto, buscou-se manter laços com o aspecto científico. O médico militar Bezerra de Menezes, que foi presidente da Federação Espírita Brasileira, buscou aliar a visão psíquico-fisiológica com o espiritismo religioso. (GIUMBELLI, 1997a). A vertente religiosa foi

³⁴ Pesquisa sobre o fenômeno hipnótico e espírita. (Tradução livre)

³⁵ Foi um movimento paulista insatisfeito com o governo provisório de Getúlio Vargas. Ver: MOREIRA, Regina da Luz. Revolução Constitucionalista de 1932. In: **Fatos e imagens: artigos Ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil.** CPDOC (online). Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>>> (último acesso em maio de 2020).

importante para o processo de legitimação do espiritismo no território brasileiro, enfatizando-se os aspectos morais. Por outra via, a ciência experimental espírita hierarquizava o espiritismo como uma ciência capaz de corrigir os erros do materialismo, por carregar traços ateístas, e do positivismo, que desconsiderava a contribuição espiritual. O espiritismo carregava a pretensão de dominar diferentes ramos intelectuais, além de abarcar a compreensão da matéria, o princípio vital e as doenças espirituais. (GIUMBELLI, 1997a).³⁶

Os espíritas de São Paulo ficaram a par de tal debate. Havia a questão entre ciência e religião, mas um novo questionamento também se apresentou: a manutenção/tradição fiel aos preceitos de Kardec, em contraposição às inovações doutrinárias. Portanto, na primeira metade do século XX, como observa Célia Arribas (2014), a disputa se estendeu tanto para aqueles que compartilhavam das possibilidades de inovação e de heterodoxia na doutrina, quanto para outros que defendiam um viés mais purista, tradicional e ortodoxo, que recusavam “mistificações”. Como a autora observa, de maneira geral, os campos religiosos são competitivos entre si, tanto no processo de construção simbólica quanto no intercâmbio de visões de mundo. Havia uma disputa de facções na própria doutrina, na qual “os intelectuais espíritas jogam então um jogo duplo: de enunciação doutrinária, mas também de definição e consolidação do lugar de enunciação legítima” (ARRIBAS, 2014, p. 236).

1.1.2 A imprensa espírita em São Paulo

A imprensa espírita paulista iniciou seus ensaios pouco depois da fundação de *O Reformador*, no Rio de Janeiro. Entretanto, a constituição de uma imprensa espírita é um esforço pertinente ao projeto de divulgação doutrinária. Assim como no caso do Rio de Janeiro, muitos atuantes da imprensa espírita não trabalhavam no jornalismo profissional, portanto, eram jornalistas amadores. Dentre os nomes dos atuantes na imprensa espírita estão Santos Cruz, Batuira e Cairbar Schutel - estes conhecidos por terem fundado os primeiros jornais espíritas em São Paulo. Por fim, abordarei Herculano Pires, por ter trabalhado para a imprensa comercial, além de ter sido um protagonista atuante na doutrina espírita e ter idealizado o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo (1948-1970) com outros confrades jornalistas espíritas.

³⁶ Dentro também dessa discussão positivista, na perspectiva acadêmica, o marxismo também se propôs a ser um molde científico que daria conta de explicar as dinâmicas das classes e das estruturas. Conforme Perissinotto (2010), o grande problema é a busca pela pureza metodológica no marxismo, entretanto, trata-se de uma proposta analítica preocupada com a coletividade.

Quadro 1. Jornalistas espíritas e imprensa espírita em São Paulo.

Jornalistas espíritas			
Nome	Nascimento	Morte	Veículo
Francisco dos Santos Cruz Júnior	-	-	<i>Espiritualismo Experimental</i>
Antônio Gonçalves da Silva (Batuíra)	26/12/1838	22/01/1909	<i>Verdade e Luz</i> (imprensa espírita)
Cairbar Schutel	22/09/1868	30/01/1938	<i>O Clarim</i> (imprensa espírita)
José Herculano Pires	25/09/1914	09/03/1979	<i>Diários Associados</i> (imprensa comercial) <i>Jornal Mensagem</i> (imprensa espírita)

Fonte: A autora. Pesquisa Pessoal, 2021.

A revista *Espiritualismo Experimental* (1886 - desconhecido³⁷) foi fundada em 1886, por Santos Cruz Junior, a partir de um espiritismo mais científicista, porém, a publicação teve um tempo de tiragem irregular ao longo de cinco anos (AUBRÉE E LAPLANTINE, 2009). Com uma publicação mensal, denominava-se como um órgão dedicado a diversos assuntos científicos, principalmente à “ciência espírita”.

O título, *Espiritualismo Experimental*, de certa forma, era uma referência à proposta de “ciência espírita”, pois, como propõe a doutrina espírita de Kardec, o espiritismo é uma forma de espiritualismo que se colocava à prova o conhecimento dos mundos espiritual e físico. Segundo *O Livro dos Espíritos*, todos os espiritualistas creem na existência da vida além do plano material, porém, “a **Doutrina Espírita** ou o **Espiritismo** tem por princípios as relações do mundo material com os Espíritos ou seres do mundo invisível. Os adeptos do Espiritismo serão os **espíritas** ou, se quiserem, os **espiritistas**” [grifos do autor] (KARDEC, 2009, p. 7).

Segundo o exemplar do jornal de Santos Cruz Junior, a proposta estaria voltada para o espiritismo proposto por Kardec. Na capa, lê-se “Fora da Caridade não há salvação”, máxima do *Evangelho Segundo o Espiritismo*. Entretanto, conforme destacado no periódico, havia também uma preocupação com obras contrárias à doutrina:

Nas páginas do *Espiritualismo Experimental*, aproveitando as lições de Allan Kardec, havemos de assinalar as obras publicadas contra o espiritismo, porque nós longe de temer a divulgação dos escritos publicados contra a doutrina que aceitamos, os

³⁷ De acordo com o site da Federação Espírita do Paraná, o jornal já não mais circulava na década de 1890. Ver em: <http://www.feparana.com.br/topico/?topico=733> (último acesso em agosto de 2020).

assinalamos a atenção dos Espíritas e do público, a fim de que possam julgar pela comparação, tanto mais que sempre inconscientemente colaboram a favor do espiritismo. (ESPIRITUALISMO EXPERIMENTAL, 1886, nº. 2, p. 2).

Para o editorial de *Espiritualismo Experimental*, textos contrários ao espiritismo ofereciam uma possibilidade combativa. Além disso, tal exemplar colocou-se contrário à superstição de efeitos espirituais, bem como, opôs-se ao catolicismo. De maneira geral, a escrita pode ser classificada como caráter literário e de opinião, com a proposta de defesa da doutrina espírita. Na seção de fatos doutrinários, reservou-se espaço para narrar acontecimentos espirituais de países da Europa, tais como, Inglaterra, Espanha e Itália.

Um aspecto que me chamou atenção é que, na ocasião de uma reunião em São Paulo, pela comemoração do aniversário de 82 anos de Allan Kardec, eles fizeram referência a ele como filósofo - isto é, apesar da formação de Hippolyte Leon Denizard Rivail ter sido pedagogo, sobressaiu-se o caráter proposto pela doutrina espírita de ser científica e filosófica. Mais à frente, narra que Léon Denis (1846 - 1927) - pensador espírita que seguiu os passos de Allan Kardec, na França - teria realizado uma conferência na qual opôs o ateísmo e o materialismo em relação ao espiritismo, este que seria potencialmente a religião do futuro.³⁸

Por fim, nesse exemplar merece ser destacado o seguinte aspecto: o erro de escrita foi atribuído à influência de maus espíritos. Assim, eles fizeram uma errata na qual, “Os compositores e revisores do *Espiritualismo Experimental*, sendo excelentes médiuns inconscientes autuados por maus espíritos, cometem algumas faltas, que merecem a nossa indulgência; porém, apenas retificamos o último período do artigo de fundo.” (ESPIRITUALISMO EXPERIMENTAL, 1886, nº2, p.24).

Em 1890, Antônio Gonçalves da Silva (1839-1909), conhecido pelo pseudônimo Bатуíra, iniciou a publicação bimensal da revista por assinatura *Verdade e Luz* (1890 - 1929), com proposta aliada ao discurso da FEB, de caráter religioso, embora buscasse versar com a perspectiva científica, autodenominando-se órgão do espiritismo científico. (AUBRÉE E LAPLANTINE, 2009) Portanto, a partir das tiragens tipográficas e pelas ações espíritas, Bатуíra se tornou uma figura proeminente para a imprensa espírita paulista, na passagem para o século XX.

³⁸ Nesse mesmo período, no ano de 1864, o Papa Pio IX elaborou uma bula *Syllabus* na qual criticava-se a modernidade numa perspectiva conservadora, apontando-se os erros do modernismo desde o panteísmo até o racionalismo. Tal documento reverberou no Brasil em uma crítica à maçonaria, cujo Dom Vital teve acesso aos documentos ao estudar no estrangeiro. No Brasil, tal embate apresentou-se como a Questão Religiosa. (MEDEIROS, 2020)

Na primeira capa do jornal lê-se, no cabeçalho, as seguintes máximas espíritas: “Fora da caridade não há salvação”, “Nascer, morrer, renascer e ainda progredir - Tal é a lei”. Além disso, o *slogan* do jornal era: “Órgão do espiritualismo científico”. A perspectiva de *Verdade e Luz* abordava o espiritismo em seu aspecto religioso e moral, na qual era atribuída a essência consoladora. “O Espiritismo que para os sábios é uma ciência, é promessa de celestiais venturas, uma bendita esperança de consolações e de perfeição adquirida à custa de sofrimentos e de lágrimas” (VERDADE E LUZ, 1891, nº 33, p. 2). Assim como, defendia-se que o espiritismo deveria chegar até os fiéis, tocar-lhes o coração, isto é, para o editorial, o espiritismo não era apenas ciência, mas também lidava com o amor, esperança, virtude e justiça.

Além das personalidades apontadas acima, Cairbar Schutel (1868 - 1938) também foi um sujeito importante para o espiritismo paulista, tanto nas ações de caridade e espirituais quanto no âmbito da imprensa. Ele estabeleceu vínculos diversificados de sociabilidade no âmbito espírita, tornando-se uma personalidade importante acerca da divulgação e editoração doutrinária. Natural do Rio de Janeiro e descendente de uma família de origem suíça e católica, a biografia de Schutel é marcada pela transição da vida boêmia carioca para uma vida mais pacata no interior de São Paulo, devido à necessidade de preservar a saúde.

A partir de 1891, ele deu prosseguimento ao exercício de habilidades farmacêuticas e comerciantes em torno da região de Araraquara, Piracicaba e Matão. A cidade de Matão foi o local onde fundou uma *pharmacia*, devido à demanda por febre amarela, em 1895. Nesse local onde estabeleceu relações políticas e tornou-se o prefeito entre 1899 e 1900 e estabeleceu um centro espírita chamado “Amantes da Pobreza”, em 1905. (AUBRÉE E LAPLANTINE, 2009).

A prática católica de Cairbar Schutel foi atravessada por relações amistosas com curandeiros: “Nesse meio tempo, tinha continuado a praticar esporadicamente o catolicismo, no qual fora criado e mantinha relações cordiais com o cura da religião” (AUBRÉE E LAPLANTINE, 2009, p. 170). Isto é, conforme a narrativa de Aubrée e Laplantine, Schutel se aproximou também com a prática de cura espiritual. Então, apontam quatro aspectos importantes para a adesão definitiva do suíço-brasileiro ao espiritismo: o sonho, amigos praticantes da doutrina, a imprensa e o livro espíritas.

De acordo com a narrativa de vida de Schutel, os primeiros sonhos com os pais teriam sido no ano de 1904, motivando-o a realizar missas em favor dos entes mortos. Entretanto, as comunicações através dos sonhos ainda permaneceram, levando-o a se aproximar das mesas girantes, que realizavam comunicações espirituais. A partir de então, ele tomou conhecimento da revista *O Reformador*, dos livros de Kardec e dos Estudos Filosóficos de Bezerra de

Menezes, dedicando-se ao estudo da doutrina dos espíritos. (AUBRÉE E LAPLANTINE, 2009).

Nesse sentido, a narrativa de Aubrée e Laplantine (2009) acerca da história de adesão de Schutel à doutrina tangencia importantes aspectos para o espiritismo: primeiro, o sonho, que é considerado como o momento em que o espírito pode estabelecer relações com outros espíritos, assim como, desvencilhar-se das amarras do corpo físico. Conforme o *Livro dos Espíritos*, de Kardec (2009, p. 148), “[...] enquanto o corpo repousa, o Espírito dispõe de mais faculdades do que na vigília. Tem o conhecimento do passado e, algumas vezes, previsão do futuro. Adquire maior energia e pode entrar em comunicação com outros Espíritos, seja neste mundo, seja em outro”.

Ainda segundo Aubrée e Laplantine (2009), para a compreensão do sonho, Schutel teria recorrido às mesas girantes cujos amigos faziam parte. Isto nos remete à própria história do espiritismo, cuja origem é demarcada pela aproximação de Hippolyte León Denizard Rivail, conhecido pelo pseudônimo de Allan Kardec, aos movimentos das mesas girantes, na França, no qual se especulava a veracidade das comunicações com espíritos, a atração magnética e até a prática de entretenimento.

Há um terceiro aspecto a ser considerado: a literatura e a imprensa espíritas como forma de compreensão científica e filosófica, assim como, a exigente demanda pela manutenção constante do estudo doutrinário. Afinal, o próprio espiritismo se propõe como uma ciência experimental aplicada à religião, com bases filosóficas e respostas acerca dos mistérios e desígnios da vida com um caráter didático, isto é, “uma tensa e não resolvida relação entre demonstração experimental e revelação” (LEWGOY, 2008, p. 86).

A aproximação de Schutel com a imprensa e editoração espírita não ocorreu necessariamente como uma via comercial, mas de publicidade doutrinária. Para este fim, ele fundou um jornal mensal, denominado *O Clarim* (1905 - dias atuais), que era impresso numa gráfica em Taubaté. Dois anos mais tarde, o centro espírita “Amantes da Pobreza”, dirigido por Schutel, adquiriu uma impressora rotativa a fim de ter autonomia de impressão. Com isso, chegou-se a 10.000 tiragens, sendo que no dia de Todos os Santos, a distribuição era gratuita nos cemitérios de diferentes localidades do país, alcançando cerca de 40.000. O que chamou a atenção da imprensa leiga de São Paulo (*Gazeta de Notícias e Correio da Manhã*), da imprensa espírita e de autoridades policiais. (AUBRÉE E LAPLANTINE, 2009).

A oficina tipográfica era simples e com poucos recursos financeiros, necessitava de mecenato e algumas propagandas que não entrassem em conflito com a doutrina espírita. Uma porcentagem das vendas do jornal *O Clarim*, da *Revista Internacional do Espiritismo* e das

obras editadas era destinada a vendedores - preferencialmente espíritas. (AUBRÉE E LAPLANTINE, 2009). Apesar disso, Schutel oferecia apoio de impressão para outros espíritas.

Por sua vez, José Herculano Pires (1914 - 1979) foi um protagonista do jornalismo paulista que pode ser abordado tanto na imprensa comercial quanto na imprensa espírita. Natural de Avaré, cidade do interior de São Paulo, Herculano lidou com a poesia e a literatura desde a infância. Quando adolescente, o pai, José Pires Correa, fundou uma tipografia junto com o irmão, chamada “Casa Ipiranga” e então realizou tiragens do primeiro semanário político da cidade de Cerqueira César, *O Porvir* (ver figura 1). (RIZZINI, 2001). Tratava-se de um semanário alinhado ao projeto do Partido Republicano Paulista (PRP), tal como *O Correio Paulistano*, abordado acima.



Figura 1: O Porvir, 15 de Novembro de 1928, redator José Pires Correia.
Fonte: Acervo da Fundação Maria Virgínia e José Herculano Pires, 2019.

Trata-se de um aspecto interessante, pois observei que *O Correio Paulistano* possuía certa abertura para o espiritismo – permitindo publicações sobre a doutrina. Inclusive, em depoimento audiovisual, Maria Virgínia Ferraz Pires, esposa de Herculano, declarou que a

família do esposo consumia *O Correio*, enquanto a família dela era alinhada ao jornal do Partido Democrático (HERCULANO, 2016). Mais tarde, José Herculano transformou o jornal político do pai em jornal literário e fundou a União Artística do Interior (UAI, 1932-1935), como uma forma de agregar pessoas com afinidade para a literatura e a arte (ARRIBAS, 2014; RIZZINI, 2001).

Na fase adulta, atuou como jornalista profissional, foi proprietário de um pequeno jornal em Araraquara, o *Diário Paulista*, e, após a venda do pequeno empreendimento, mudou-se para a capital de São Paulo, na qual trabalhou por longos anos nos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand (ARRIBAS, 2014; RIZZINI, 2001) Além do mais, foi presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo e conseguiu o título de licenciatura em Filosofia em 1957, aos 44 anos, cuja cerimônia de formatura contou com Florestan Fernandes como paraninfo (DIÁRIO DA NOITE, 1958). Conforme Arribas (2014), a aquisição do título após a constituição familiar, possibilitou o aprofundamento filosófico no espiritismo, mas também no meio espírita - o que abriu portas para uma cadeira como professor universitário na Faculdade de Filosofia de Araraquara.

Ademais, considero que também conferia um *status* intelectual no próprio jornalismo, cuja formação superior e consolidação da profissão ainda era recente, com a presença de profissionais de áreas distintas ou com baixa escolaridade. As imagens a seguir referem-se ao momento de posse de José Herculano Pires ao cargo de presidência, em 15 de abril de 1957, a carteira do sindicato com o cargo de presidente e a formatura na USP:



Figura 2 - José Herculano Pires eleito presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (fundado em 1937).

Fonte: Acervo Fundação M. Virgínia e J. Herculano Pires, 2019.



Figura 3 - Carteira do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, no cargo de presidente.
Fonte: Acervo Fundação M. Virgínia e J. Herculano Pires, 2019.



Figura 4: Herculano Pires recebe a licenciatura em Filosofia pela USP.
Fonte: Diário da Noite, São Paulo, 15 de janeiro de 1958, nº 10.111.

Em 1958, Herculano Pires lecionou sociologia no curso de profissionalização dos jornalistas, articulado pelo sindicato - conforme o certificado emitido pelo Sindicato de

Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, em 20 de fevereiro de 1959. Tal como apontado no início do presente capítulo, é preciso destacar que essa necessidade de formação do jornalista por parte do sindicato era inerente a um contexto em que cursos de ensino superior em jornalismo foram fundados. Tais como, a Escola de Jornalismo da Cásper Líbero (1947), parceria da Fundação Cásper Líbero e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e o curso da Universidade do Brasil (1948) - atual UFRJ -, com articulação da Associação Brasileira de Imprensa; como também, em 1951, a primeira Escola Superior de Propaganda Marketing, fundada em São Paulo, com o apoio de Assis Chateaubriand. (HOHLFELDT E VALLES, 2008).

Além da associação com entidade sindical do jornalismo e da atividade profissional na imprensa, Herculano atuou intensamente no movimento espírita. Defendia um viés purista e um critério científico. Para ele, o jornalismo espírita era uma atividade inerente à divulgação doutrinária, sendo um importante articulador do Clube dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

Assim, utilizou seu *ethos* profissional para lidar com a doutrina espírita: buscou aproximar a atuação de professor e a de jornalista na construção e na defesa do que ele compreendia como um espiritismo mais próximo ao de Allan Kardec (ARRIBAS, 2014). Desta forma, na ocasião de comemoração do centenário da publicação de *Echo D'Além Túmulo*³⁹ / Primeiro Centenário da Imprensa Espírita, em julho de 1969, Herculano, que assinava sob o pseudônimo Irmão Saulo, no *Diário de São Paulo*, exaltou os feitos de Telles de Menezes na divulgação doutrinária, considerado como fundador da imprensa espírita (RIZZINI, 2001).

No texto de comemoração, o jornalista destacou a habilidade profissional de Telles de Menezes para a docência e a escrita, entretanto, foi o caráter combativo da militância do fundador da imprensa espírita que teve maior ênfase - seja no que era pertinente à oposição ao catolicismo, mas também ao apoio à campanha abolicionista. Neste último aspecto, o jornalista Telles de Menezes praticou a função libertária⁴⁰ na imprensa espírita, além de ter seguido os princípios de fraternidade e caridade da doutrina. Assim, para o jornalista paulista, Telles de Menezes “não foi apenas o primeiro jornalista espírita do Brasil, mas também o exemplo e o modelo do verdadeiro jornalista espírita para todo o mundo” (PIRES apud RIZZINI, 2001, p. 80).

³⁹ Publicado pela primeira vez em 1869.

⁴⁰ Trata-se de um termo de caráter ambivalente, entretanto, conforme Rizzini, a questão libertária de Telles de Menezes era devido à compreensão de que não era possível “sustentar os princípios espíritas de fraternidade e caridade se não desse seu testemunho contra o desumano sistema de escravidão negra do Brasil” (RIZZINI, 2000, p. 80).

Conforme observei no arquivo da Fundação Maria Virgínia e José Herculano Pires⁴¹, em São Paulo, o jornalista Herculano possuía grande capacidade de articulação, inclusive, política - embora não tenha escolhido seguir tal carreira. O acervo possibilitou o acesso a arquivos fotográficos, o que nos abriu a possibilidade para um percurso imagético, um resgate do rastro da memória visual de um tempo passado. Nas imagens a seguir, na década de 1940, pode-se observar que Herculano realizou visitas à prefeitura de Marília, participou de jantares, assim como, fez parte de um comício ecumênico. Esse comício foi promovido, em 1945, após a Segunda Grande Guerra Mundial, por intermédio do periódico *Diário Paulista (1933 - desconhecido)*⁴².



Figura 5 - Jantar no Líder Hotel - Marília 1942 ou 1943
Fonte: Acervo Fundação M. Virgínia e J. Herculano Pires, 2019.

⁴¹ A Fundação Maria Virgínia e José Herculano Pires fica situada no estado de São Paulo, no bairro Vila Clementino. É uma instituição sem fins lucrativos criada em 2001. A sede atual da fundação (desde 2004) é a casa na qual o jornalista José Herculano Pires e a esposa Maria Virgínia viveram com os filhos entre 1949 e 1979. Mais informações: <https://www.fundacaoherculanopires.org.br/> (último acesso em agosto de 2020)

⁴² Data do término de circulação desconhecida. José Herculano Pires dirigiu o periódico entre 1940 e 1946.



Figura 6 - Visita à Prefeitura de Marília, década de 1940.
Fonte: Acervo Fundação M. Virgínia e J. Herculano Pires, 2019.



Figura 5 - Comício religioso no fim da II Guerra Mundial com padres, pastores, rabinos, maçons e espíritas, promovido pelo *Diário Paulista*, 1945.
Fonte: Acervo Fundação M. Virgínia e J. Herculano Pires, 2019.

O *Diário Paulista* foi fundado em 1933, era matutino e abrangia a região Alta Paulista. A priori, Herculano Pires foi contratado como jornalista e, diante da crise econômica do jornal, no início da década de 1940, ele se tornou proprietário por meio de um empréstimo bancário.

Além da notícia cotidiana, o jornal abriu espaço para movimentos literários. De acordo com os relatos de Rizzini (2001), a referência combativa do espiritismo não era muito frequente no editorial. Em 1946, o jornal foi vendido devido ao déficit econômico por diminuição de anunciantes. (RIZZINI, 2001)

Através das imagens anteriores, considero que há um trânsito entre a prática espírita, a política e a imprensa. Por outro lado, apesar da proposta ecumênica, no comício de comemoração do fim da II Guerra Mundial não há interação com a umbanda e o candomblé, práticas mediúnicas subalternizadas. Pode-se notar que houve uma facilidade de permear por redes de sociabilidade não somente espíritas, mas como também da imprensa e de outras práticas religiosas hegemônicas.

É interessante perceber que a trajetória biográfica/profissional de José Herculano Pires traçada por Célia Arribas (2014), pelo biógrafo Jorge Rizzini (2001) e pela Fundação Maria Virginia e J. Herculano Pires - possui uma coerência de práticas que se interpenetram ao longo de toda a jornada do sujeito: a literatura, o espiritismo, o jornalismo e a educação. E isso, inclusive, transparece no momento que José Herculano adquire o jornal *Diário Paulista*. Isto é, tal trajetória era um desejo tanto em nível organizacional, quanto como profissional do jornalismo / ator social, e tornou-se evidente a intencionalidade de agregar valores espíritas, literários e da profissão de jornalista.

Vale destacar que a postura política de José Herculano Pires ia em direção contrária ao marxismo e ao comunismo. Para ele, a doutrina espírita era capaz de oferecer sozinha as bases de transformação do mundo. Portanto, ele era contra as apropriações espíritas afinadas com o marxismo, o “espiritismo dialético” proposto por jovens do Movimento Universitário Espírita de Campinas. Conforme relata Jorge Rizzini (2001), Herculano Pires abordou o reino de Deus como um lugar sem classes, competições políticas e econômicas.

Todavia, tal perspectiva sem classes alinhava-se com os ideais de espíritas marxistas do Movimento Universitário de Campinas. Assim, o texto foi publicado no periódico do movimento chamado “A Fagulha”. Embora Herculano tenha apoiado inicialmente o grupo, ele divergiu da interpretação de base marxista oferecida na distribuição do artigo. Como um homem formado em filosofia, compartilhava da perspectiva dialética de Hegel, porém, discordava do materialismo dialético proposto por Marx.⁴³

⁴³ De acordo com Eric Hobsbawm (1977), a filosofia hegeliana aborda que o trabalho é um fator fundamental para a humanidade, porém, tratava-se de uma tentativa de reconciliação com a sociedade burguesa. Em Hegel, a abordagem é pela via do idealismo, rejeitando o materialismo. Considera-se que o coletivo / a comunidade é impactada pelo desenvolvimento histórico e, somente a partir dela, pode-se observar os indivíduos. Embora seja

Herculano, então, afirmou que somente “a Doutrina Espírita aprofunda as causas espirituais das injustiças e monstruosidades da nossa estrutura social, e que por sinal estão presentes não apenas no mundo capitalista, mas também no chamado mundo socialista’ (PIRES apud RIZZINI, 2001, p. 59). Como ressaltou Célia Arribas (2014), para Herculano, associar o espiritismo ao marxismo era uma combinação desviante da doutrina.

O embate entre posicionamento político estava presente no âmbito espírita. Acerca da relação da construção do pensamento espírita sobre sociedade, a pátria e as políticas, da medicina e até de outras religiões, buscou-se articular o *I Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas*, como veremos no item a seguir, o evento representou uma busca pela erudição, pelo debate engajado e profissional atravessado pelo viés religioso.

1.2 Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas

O I Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas, ocorreu no Rio de Janeiro, entre 15 e 25 de novembro de 1939. A proposta foi organizada pela Liga Espírita do Brasil, cujo secretário era o jornalista Deolindo Amorim, e tinha por objetivos a realização de um projeto de unificação da imprensa espírita, e a congregação de espíritas (RIZZINI, 2001; OLIVEIRA, 2014). Àquele momento, Amorim era o primeiro secretário da Liga e o evento foi organizado por jornalistas adeptos do espiritismo com a proposta principal de articular jornalistas espíritas que pudessem se posicionar diante da pressão da sociedade médica em relação à doutrina. Aliás, pode-se observar também uma constante nos eventos de jornalistas espíritas: a homenagem a *Eco d’Além Túmulo* e a Luiz Olímpio Telles de Menezes, devido ao pioneirismo no jornalismo espírita brasileiro (AMORIM, 1980).

De acordo com o relato de Deolindo Amorim (1980), a ideia do congresso surgiu no mesmo ano de estruturação do evento e as reuniões de organização ocorreram na própria Liga Espírita do Brasil. Porém, os documentos não foram preservados (tais como, atas, livros e teses). O registro que temos são de dois textos escritos tardiamente: o primeiro, é um texto escrito trinta e três anos depois (isto é, em 1972), chamado “Memória do I Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas (1939)”, escrito por Amorim para a ocasião do *V Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas* (AMORIM, 1980); o segundo, “I Congresso de Jornalistas

uma perspectiva idealista, forneceu os princípios para Karl Marx refletir sobre as relações de trabalho e da construção do pensamento a partir da dialética. Além disso, vale destacar que Karl Marx usou pensadores liberais clássicos para pensar a relação entre trabalho e capital, tais como Adam Smith e David Ricardo, criticando suas limitações, bem como as bases do socialismo utópico francês.

e Escritores Espíritas”, foi escrito por Jorge Rizzini, em crítica ao texto de Amorim, como alegação de resgate da “verdade histórica” (RIZZINI, 1995)⁴⁴.

Conforme a “Memória” escrita por Amorim (1980), foram debatidas teses pertinentes ao contexto que o espiritismo se relacionava com a sociedade brasileira. Entretanto, não houve uma comissão de teses, tal como nos congressos posteriores. Apenas na reunião final do evento, na qual foram debatidas as ideias, a fim de realizar uma síntese. As seguintes teses foram debatidas:

Quadro 2 - Teses debatidas no I Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas.

Teses	Autor
Obsessão e psiquiatria	Dr. Ignácio Ferreira
Espiritismo e medicina	Dr. Levindo Melo
O espiritismo e o direito	Dr. Henrique Andrade
O espiritismo e as religiões	Carlos Imbassahy
O espiritismo e a ideia de pátria	Dr. Luiz Autuóri
O espiritismo e a educação	Prof. Leopoldo Machado
O esperanto e sua grande influência na fraternidade humana	Prof. Ismael Gomes Braga
O espiritismo e seus fundamentos científicos	Dr. Francisco Luiz de Azevedo Silva
O espiritismo é a religião	Dr. Noraldino de Melo Castro
O jogo e o aborto em face do espiritismo	Domingos d’Angelo Neto

Fonte: A autora, 2020. Dados baseados em Amorim (1980, p. 173).

De acordo com Marco Aurélio Oliveira (2014), a Federação Espírita Brasileira (FEB) acusou o recebimento do convite para participar do congresso, entretanto, recusou a participação devido a alguns problemas conjunturais e econômicos: o programa de rádio “Hora Espírita Radiofônica”, estreado em 01 de junho de 1939, recebeu represálias da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, assim como, o periódico Reformador e a atuação editorial da federação atravessavam arrocho nos custos de produção e censura pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (o D.I.P) do Estado Novo.

Por outro lado, Oliveira (2014) apresenta uma controvérsia: a FEB preferiu silenciar-se diante do evento e não se propôs a participar do balanço dos resultados, ainda que possuindo

⁴⁴ Jorge Rizzini (1995) argumenta que Amorim também escreveu um texto com o relato do evento em 1958 para José Herculanô Pires. Entretanto, esse texto fazia parte do acervo pessoal de Rizzini e não tive acesso.

um veículo de imprensa desde a sua origem, *O Reformador*. Então, para o autor, a negativa de participação era uma tentativa de esvaziar o evento, pois a iniciativa não teria partido da federação. Ademais, *O Reformador* era um importante jornal espírita e a comunicação era considerada como um pilar de propagação doutrinária.

O argumento de Oliveira (2014) evidencia que o movimento espírita possuía heterogeneidade e projetos divergentes, destacando que as tentativas de organização de espíritas e de unificação do movimento doutrinário eram muito esparsas. Entretanto, como argumenta Emerson Giumbelli (1997a), já em 1938, o jurista paulista Alcântara Machado havia formulado um projeto de revisão do Código Penal de 1890, no qual abriu espaço para ações medicalizantes que criticavam e criminalizavam o “curandeirismo”, inclusive, a prática do espiritismo kardecista. Assim, o programa “Hora Espírita” foi acusado de nocivo por divulgar o espiritismo: “As moções contaram com o apoio do então diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública e criaram um extenso debate pelos jornais” (GIUMBELLI, 1997a, p. 218).

O jornalismo era uma possibilidade de articulação de forças tanto opositoras quanto favoráveis ao espiritismo. Considero que a iniciativa de organização de um congresso de jornalistas e escritores adeptos ao espiritismo denota o reconhecimento da necessidade de autoafirmação do que era ser espírita naquele momento, assim como a plena consciência da capacidade de articulação política e discursiva que a profissão de jornalista oferecia. Como bem coloca Oliveira, *O I Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas* era “um esforço de afirmação política onde os espíritas buscam legitimidade para suas diferentes atividades doutrinárias, com destaque, naquele ambiente, para a imprensa, reconhecendo nela papel importante de auto-afirmação deles” (OLIVEIRA, 2014, p. 182).

Tendo isso em consideração, A Liga Espírita do Brasil⁴⁵ contou com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (A.B.I)⁴⁶, a fim de receber o consentimento da prática jornalística espírita em relação às demais - leiga, católica ou de outras práticas. Sendo assim, o

⁴⁵ A Liga Espírita do Brasil foi fundada em 31 de março de 1926, como parte de um projeto de unificação doutrinária e divulgação do espiritismo. Após 1950, a Liga sofreu mudanças de nomes: Liga Espírita do Distrito Federal (1950); Liga Espírita do Estado da Guanabara (1960); Federação Espírita do Estado da Guanabara (1972); Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro (1975); União das Sociedades Espíritas do Estado do Rio de Janeiro (1985); e atualmente se chama União das Sociedades Espíritas do Estado do Rio de Janeiro (USEERJ). Ver em: <<<https://www.febnet.org.br/blog/geral/movimento-espirita-e-divulgacao-espiritismo/>>> (último acesso em agosto de 2020).

⁴⁶ A Associação Brasileira de Imprensa foi fundada em 7 de abril de 1908, no Rio de Janeiro, por Gustavo Lacerda (repórter do jornal *O País*), com o nome de Associação de Imprensa. A modificação para o nome ocorreu em 1913. A instituição foi importante para criar um fundo de pensão, a carteira de jornalista e organizar salões e conferências. Ver em: <<<http://fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-de-imprensa-abi>>> (último acesso em agosto de 2020)

ato de inauguração do evento foi na própria A.B.I, cujo presidente Herbert Moses, participou com os trajes da cerimônia cívica da Proclamação da República (AMORIM, 1980).

Portanto, a escolha para a data do evento foi 15 de novembro de 1939, em consonância com a comemoração patriótica do quinquagésimo aniversário da Proclamação da República.⁴⁷ Para o jornalista, havia uma preocupação entre os jornalistas espíritas com o nacionalismo e o patriotismo, pois havia uma disseminação de que os espíritas eram “‘homens sem pátria’, porque adeptos de uma doutrina universalista, e outras insinuações ferinas. Precisávamos, sem perda de tempo, desfazer o equívoco e a maldade dos adversários do Espiritismo, para melhor dizer” (AMORIM, 1980, p. 178). Daí a importância da tese proposta por Luiz Autuori, denominada “O espiritismo e a ideia de pátria”.

No quadro a seguir, listo os órgãos de imprensa presentes no evento, porém, conforme Amorim (1980), os dados não estão completos, pois, muitos jornais espíritas não existiam mais no momento de recapitulação da memória e sua base de dados é a *Revista Espírita do Brasil*, de 1939, pertencente à Liga Espírita do Brasil.

⁴⁷ 15 de novembro é uma data importante para as religiões mediúnicas como uma construção de imagem nacional. O mito de fundação da Umbanda é considerado o dia 15 de novembro de 1908.

Quadro 3 - Órgãos de imprensa presentes no evento.

Imprensa Espírita	Imprensa Leiga / Comercial
Revista Internacional do Espiritismo O Clarim Mundo Espírita Revista Espírita do Brasil Voz do Além Reencarnação Bahia-Espírita	A Tarde A Vanguarda A Pátria O Globo Meio-Dia A Tarde Correio da Noite A Nota O Estado O Fluminense Diário da Noite

Fonte: A autora, 2020. Dados baseados em Amorim, 1980.

No congresso, foram debatidas questões relacionadas à liberdade de culto, práticas de cura e terapêuticas (que eram um embate com a medicina legal da época, visto que o receituário mediúnico era uma questão considerada ilegal), as relações entre espiritismo e ciência, espiritismo e educação, bem como, o espiritismo e as leis (considerando a problemática do Código Penal). Ademais, as resoluções tinham como propósito principal articular o trabalho dos espíritas na imprensa, assim como, reunir a imprensa espírita. À vista disso, foi proposta a fundação de uma associação de jornalistas e escritores espíritas, com sede no Rio de Janeiro, a fim de promover e aumentar a rede de intercâmbio entre veículos de comunicação espírita (revistas, jornais e noticiários). (OLIVEIRA, 2014).

Entretanto, Jorge Rizzini (2001) apontou que esse projeto foi protelado por dezenove anos, apesar de ter sido definido no primeiro congresso uma resolução pela organização do segundo evento no ano seguinte, em São Paulo. Isto é, nem membros de São Paulo nem os do Rio de Janeiro deram continuidade ao evento. Somente no ano de 1958 retomaram as articulações em torno do evento, a partir da proposta de comemoração dos centenários da *Revue Spirite* (a grande representante da imprensa espírita) e da Fundação Parisiense de Estudos Espíritas. Então, o *II Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas* foi organizado pelo Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo (aprofundarei no segundo capítulo desta tese), sob a presidência de José Herculano Pires. Allan Kardec e o jornalista Batuira, considerado o pioneiro da imprensa espírita, foram escolhidos como patronos para guiar a empreitada do segundo evento.

Apesar da pouca informação acerca do *I Congresso*, a narrativa sobre o evento o apresentou-se como um espaço de controvérsias, pois, como os documentos não foram preservados, os relatos tardios sobre ele fundam-se numa base sobre quem possui uma narrativa

correta. De um lado, Amorim (1980) foi o organizador do evento, mas argumenta que suas memórias sobre o congresso possuem lacunas e omissões. Dentre uma das resoluções do evento, ficou decidido que seria criada uma Sociedade de Jornalistas e Escritores Espíritas, entretanto, o jornalista alegou não ter havido interesse posterior do grupo em criá-la (irei retomar este ponto no capítulo 4).

De outro, Rizzini (1995) compreende que há divergências no relato, pois, não considera o legado da organização do segundo congresso, em São Paulo, e nem o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, criado anos mais tarde, em 1948, e que foi a primeira instituição a agregar jornalistas e escritores espíritas. Deolindo Amorim não participou do II Congresso, em 1958, e a representação do Instituto de Cultura Espírita ficou a cargo de Carlos Imbassahy (jornalista da imprensa espírita).

Com isso, é possível considerar que, apesar da capacidade agregadora e do grande círculo de sociabilidade criado por José Herculano Pires, ele era conhecido como um espírita polemista. Em *Ideias e Reminiscências Espíritas*, Amorim (1980) alega que possuía proximidade de Herculano, porém, eles tinham discordâncias claras acerca do espiritismo. Apesar disso, conforme relata Rizzini (1995), na ocasião do segundo congresso, Amorim escreveu um texto a pedido de Herculano para traçar uma história do evento. O relato de Amorim se propõe tanto como uma memória de quem vivenciou e organizou o *I Congresso*, quanto propõe-se como uma narrativa da história do espiritismo. Se ele não faz menção ao *Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo* e nem ao *II Congresso*, há também outras omissões. Primeiramente, não há neste relato uma relação dos congressos anteriores, bem como, ele comenta do programa *Hora Espírita*, porém, não menciona a Federação Espírita Brasileira (FEB) e tampouco a revista *O Reformador*. Tais omissões indicam a presença de um tensionamento no próprio meio espírita: entre a *Liga Espírita do Brasil* e a FEB, como também entre jornalistas espíritas do Rio de Janeiro e de São Paulo, com suas posições divergentes além da primazia regional do grupo que detinha a articulação discursiva da doutrina.

2. O CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SÃO PAULO

À primeira vista, ao tomar conhecimento acerca do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, fundado em 1948, remeteu-me a Jürgen Habermas (2014), cuja tese *Mudança estrutural na esfera pública* observou a formação de espaços de discussão crítica sobre fatos, eventos e assuntos literários e intelectualizados – o que ele chamou de discussão mediante razões na esfera pública. Nesse sentido, a formação clubista e os debates em cafés compuseram a estruturação de uma esfera pública burguesa entre o final do século XVII e início do XIX, que era carregada pelo debate opinativo de assuntos inerentes à sociedade civil e ao Estado. Logo, era um princípio organizador da ordem política: a esfera pública literária teria possibilitado a consciência de uma esfera pública política nos moldes burgueses.⁴⁸

Ainda segundo Habermas (2014), a consciência da esfera pública política era mediada institucionalmente pela esfera pública literária e ambas possuíam relações estreitas. Percebia-se que tanto a esfera política quanto a literária eram dotadas de pessoas com ideais da propriedade privada, que pretendiam representar as concepções da família burguesa (de amor, liberdade e formação), de colocar-se como parte inerente do ideal de humanidade.

A questão da esfera pública se trata de um conceito que exige aprofundamento e acompanhamento das revisões feitas pelo próprio Habermas, assim como seus críticos e estudiosos que observaram a aplicação conceitual internacional e no Brasil.⁴⁹ Na contramão dos estudos habermasianos, Richard Sennett (1988) considerou que a concepção do jovem Habermas desenvolveu demasiada atenção à dimensão pública da vida social associada à ideia de alienação, em detrimento da maneira como as condições sociais reforçam padrões. Com isso, em sua proposta, Sennett observou que o estudo da “erosão dos papéis públicos” na sociedade

⁴⁸ O conceito de esfera pública permite várias acepções, porém, parte-se na presente tese da concepção de um espaço de discussão mediante razões, proposto por Habermas. Assim, trata-se de um ambiente de discussão letrada, que se relaciona com a imprensa, a política e espaços públicos de debates de ideias. Por outra via, é possível outras análises, seja pela concepção das controvérsias, dos ambientes das minorias, dos papéis sociais na sociedade, bem como, da permanência da esfera pública com o advento da imprensa de massa, dentre outras perspectivas. O conceito de laicidade pode ser atrelado ao conceito de esfera pública, visto que se costuma distinguir a esfera pública (pertinente ao coletivo) da privada (como por exemplo, do religioso). Embora na Europa (sobretudo, na França), a laicidade tenha sido concebida como ausência de religião, no Brasil, o Estado laico foi concebido como uma pluralidade religiosa relacionada entre si, na qual o Estado abarcou aspectos que eram pertinentes ao religioso - tais como os cemitérios, os casamentos, registros, educação-, e a própria política que outrora possuía a Igreja Católica como religião oficial, autorizou a liberdade de culto.

⁴⁹ Trata-se de um amplo debate, no qual inspirou interpretações críticas e distintas. Grosso modo, pode-se compreender a noção de esfera pública como um espaço com pessoas públicas e privadas de discussão mediante razões. Enquanto espaço público pode se confundir ou se intercalar com aquela concepção. Entretanto, a noção de espaço público pode vir relacionada ao uso de espaços de ampla circulação e de uso comum.

contém problemas ocultos das condições humanas e de difícil análise para quem realiza pesquisa. Dentre as suas observações, os agentes desempenham papéis sociais atrelados a códigos de crenças e comportamentos carregados de ideologia e valor. Nesse sentido, a armadilha de interpretação apresenta-se no fato de que novos padrões de comportamento podem ser compreendidos como códigos de crença antigos.

Gayatri Spivak (2010) estudou o silenciamento de sujeitos considerados subalternos / minorias representativas (tal como, mulheres, pessoas do oriente e proletários), sobretudo, a questão da mulher subalterna indiana e as lógicas de dominação masculina. Por sua vez, Fernando Perlatto (2015), analisou a seletividade da esfera pública brasileira, com caráter excludente na sociedade com grande índice de analfabetismo, rejeição ao trabalho manual e constituição de uma pequena parcela de interlocutores legítimos. Perlatto (2013) considera que apesar de política, democracia e religião serem abordados como categorias antagônicas em algumas pesquisas acadêmicas, as esferas públicas não necessariamente são espaços dotados de racionalidade, pois a emoção, o “irracional” e as visões de mundo afetam e mobilizam o sistema democrático.

Sem deixar de lado a importante abordagem de Habermas (2014), também é possível abarcar tal noção de esfera pública pela via dos embates e controvérsias, visto que ele considera o debate mediante razões como catalisador da esfera pública. Conforme Paula Montero (2012) observou, a relação entre esfera pública e religião é constituída através de fluxos discursivos que envolvem a produção de legitimidade e abarca o entrosamento entre sujeitos de discursos, construtores de redes de circulação. É através dessas redes que dinâmicas de produção de legitimidade são desenvolvidas, sendo, portanto, resultado da prática simbólica (de comunicação ou atos) e não necessariamente inerentes à personalidade do sujeito de discurso.

A formação associativa brasileira possui peculiaridades. Segundo alguns autores, como Avritzer (1997), tal formação é marcada por debilidades na formação do movimento social, visto que, em sua origem, possui maior ligação com movimentos religiosos. Sendo assim, o associativismo colonial latino-americano, de caráter dominante, possuía tendência homogeneizante, a qual exigia pureza sanguínea, situação econômica abastada e antecedentes religiosos dos seus associados. Isto é, ações solidárias sem pretensão pluralista (étnica, de gênero, classe e religiosa).

Para Avritzer (1997), os grupos maçônicos, que possuíam critérios laicos para adesão, conciliaram o religioso com o associativismo no contexto da América Latina. No Brasil, os primeiros movimentos societários tornaram-se mais expressivos a partir de 1850, com os processos urbanos, de imigração, pela proibição do tráfico de pessoas escravizadas e pela

demanda abolicionista. Apesar do reconhecimento de tais debilidades, Angela Alonso (2011) e Fernando Perlatto (2015), observaram que desde a segunda metade do século XIX, havia proposições associativas na contramão das propostas ligadas às instâncias hegemônicas.

As associações civis eram utilizadas como alternativas para combater os entraves políticos do Estado (ALONSO, 2011). À medida em que o liberalismo conseguiu aceder às instâncias políticas, abriu-se margem para a radicalização de movimentos abolicionistas, pois houve diminuição da repressão. As associações ligadas às elites possuíam um projeto de emancipação gradual e moderado da escravização (ALONSO, 2011), cuja mudança estava ligada à conservação de modelos tradicionais ao mesmo tempo em que se modernizava (PERLATTO, 2015).

Sendo assim, conforme observa Perlatto (2015), pode-se falar que há uma esfera pública no Brasil desde o século XIX, formada com a chegada da família Real, em 1808, e seus projetos culturais, como a liberação de impressos e a criação da Imprensa Régia. Entretanto, o acirramento se explicita a partir de 1860, com a construção de espaços de sociabilidades carregados de seletividade, mas também dotados da tentativa subalterna de se organizar, seja em planos dialógicos, seja conflituosamente. O século XX evidencia tentativas industriais mais consolidadas, expansões urbanas e tecnologias comunicacionais, com isso, atores sociais exerceram maior influência e pressão na esfera pública, tais como na formação do Partido Comunista Brasileiro (1922), a Semana de Arte Moderna de 1922 e outros movimentos intelectuais e políticos. Ademais, com o fim do Estado Novo (1937 - 1945), a retomada de ideias liberais e a ideia de bem comum possibilitaram o aumento do associativismo e a expansão da esfera pública⁵⁰.

Com relação à formação do Clube dos Jornalistas Espíritas, considero que ela evoca uma formação associativa de caráter comunicacional, confessional e com a intenção de marcar uma posição espírita intelectualizada e com um *ethos* profissional nos âmbitos culturais, sociais e políticos. Desta maneira, a partir dessas noções de esfera pública e de clube, deve ser considerado que a noção de clube/grupo envolve: formas contraditórias da formação da identidade dos atores; pessoas com objetivos e origens distintas no mesmo grupo (LATOURET, 2012). Por vezes, há algum ator que se destaca mais e que sustenta o grupo, delinea as demandas e o que lhe constitui. Isto é, a formação grupal “cumpre dispor de ‘porta-vozes’ que

⁵⁰ De acordo com Perlatto (2015), trata-se de um momento cujos analfabetos conseguiram permissão de voto, e os trabalhadores do campo, da cidade e os servidores públicos alcançaram o direito à greve.

‘falem pela’ existência do grupo - eles às vezes são bastante tagarelas” (LATOUR, 2012, p. 55).

No que tange à pessoa destacada no clube, é possível observar a atuação do jornalista Herculano Pires. Entretanto, outros sujeitos/atores também tiveram contribuições como membros e de produção discursiva, como será exposto ao longo do capítulo. Nesse sentido, no presente capítulo, realizo um panorama histórico de fundação do Clube dos Jornalistas de São Paulo, buscando levantar uma breve biografia dos membros, as pautas e o tema de estudo espírita nos “Serões Espírita”, bem como, a iniciativa do *II Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas*.

2.1 A fundação do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo em 1948

De acordo com a chamada do *Jornal de Notícias*, de 22 de dezembro de 1947, o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo tinha por intenção formar um grupo de jornalistas militantes em prol da doutrina, principalmente, aqueles que trabalhavam nos jornais diários de São Paulo. Sendo, portanto, a profissão não apenas um meio de subsistência, mas um espaço de militância para a manutenção doutrinária⁵¹. Assim, o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo foi fundado em 23 de janeiro de 1948, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Como abordei no capítulo 1, Herculano Pires além de membro do sindicato dos jornalistas, exerceu grande capacidade de sociabilidade na instituição, o que mais tarde culminou na eleição dele para presidente em 1957.

Como se verá, o grupo fez uso de espaços públicos, não religiosos, e da cidade - tanto para a colocação de cartazes da campanha do livro espírita, quanto para a distribuição de panfletos em prol da escola pública. Apesar de a doutrina ter adquirido um viés religioso após anos de condenação e perseguição, vê-se aqui uma demanda pelo domínio dos espaços laicos. Deve-se considerar a que a instauração de um país laico após a Proclamação da República beneficiou os espíritas com o aval para liberdade de culto e reversão da condenação dos aparatos judiciários e policiais (ARRIBAS, 2013).

De acordo com Fernando Perlatto (2013), a característica laica e secular, após a Proclamação da República, não dissociou institucional e legalmente a religião e a política. As religiões permaneceram na esfera pública, de maneira diversificada e com tradições variadas. Nesse sentido, houve tanto a presença do anseio pelas transformações progressistas quanto

⁵¹ JORNAL DE NOTÍCIAS. São Paulo: Diários Associados, 22 de dezembro de 1947, nº 488. Disponível em: <http://memoria.bn.br> (último acesso em: outubro de 2018).

fundamentalistas, tratando-se de uma “questão em disputa”. Para o autor, a presença do religioso na esfera pública pode ser importante para a democracia e no debate de “agendas públicas comuns”; isto é, de interesse tanto da sociedade civil quanto religioso.

A sede oficial para as reuniões foi cedida provisoriamente por Domingos Antônio D’Angelo Neto, no respectivo escritório de advocacia, na Praça da Sé, 297, 4º andar, sala 418, Palacete Santa Helena. Cerca de dois anos mais tarde, mudou-se para o local cedido pelo joalheiro Heitor Giuliani, simpatizante da doutrina espírita e um dos fundadores do clube, que possuía uma sala vaga no imóvel localizado na Rua São Bento, 21, sobreloja, centro da cidade de São Paulo (RIZZINI, 2001).



Figura 8. Placa do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo.

Fonte: Acervo Fundação M. Virgínia e J. Herculano Pires. Fotografia da autora, 2019.

Em 28 de janeiro de 1948, o *Jornal de Notícias* noticiou a fundação do Clube dos Jornalistas Espíritas ainda com o estatuto interno em construção, escritos por José Herculano Pires e Odilon Negrão; cuja aprovação seria deliberada em 29 de janeiro de 1948. Assim, naquela ocasião, trinta e seis jornalistas haviam declarado adesão como sócios e ficou definida a seguinte missão do clube:

São finalidades do novo clube manter contato maior entre os jornalistas espíritas, promover debates da doutrina, estabelecer intercâmbio intelectual com todas as organizações congêneres do país e do estrangeiro, organizar um serviço de colaboração para a imprensa, criar um corpo de tradutores e um curso de extensão de jornalismo espírita. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1948, nº 543).



Figura 9: Fundação do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, em janeiro de 1948.
Fonte: Jornal de Notícias, 28 de janeiro de 1948, n. 543.

Conforme os Estatutos do Clube (ver no Anexo A), finalizado em 29 de janeiro de 1948, tratava-se de uma entidade que se propunha a abranger escritores, radialistas e jornalistas (isto é, membros da imprensa escrita e falada), sob a exigência de professarem o espiritismo. Com isso, a proposta buscava lidar com causas sociais e de assistência, conforme indica o artigo 2:

Art. 2 - Cientes e conscientes os seus membros, de que o maior tesouro do ser inteligente, está concretizado na luta intemerata em prol da fraternidade universal, o "Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo", de uma forma geral, patrocinará ou apoiará todos os empreendimentos que tenham por mira a consecução desse nobilitante ideal, estendendo-se ao campo da assistência social. (CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SP, 1948, p. 1).

Definiu-se que as reuniões seriam semanais, em sistema de mesa redonda, salvo casos extraordinários, cuja chamada se daria por meio da imprensa e de convites pessoais. Apesar de

ênfatizar o apelo pelas causas sociais e “fraternas”, o artigo 21 do estatuto de fundação alega que o clube não tinha por objetivo se manifestar no âmbito da política partidária, tanto nacional quanto internacional.

O documento também previa o caso de extinção do clube, cujo patrimônio financeiro deveria ser doado para uma instituição de assistência social definida em mesa redonda, em livre debate. No caso de quantias para administração do clube e para causas sociais acima de quinhentos cruzeiros, definiu-se que deveriam ser controladas pelo primeiro tesoureiro e sob a supervisão do presidente.

Dessa maneira, os cargos dirigentes foram bem delimitados, apresentando-se membros da diretoria executiva e do conselho-fiscal (ver quadro 4). Apesar das hierarquias burocráticas, acreditava-se que o esquema de mesa redonda seria capaz de amenizá-las. Além de ser uma estrutura com suas hierarquias próprias de formas associativas, também remete à estrutura de funcionamento dos centros espíritas. Como observou Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (2008), o centro espírita possui uma estrutura organizacional formada por departamentos e por posições hierárquicas definidas conforme a experiência no trabalho espírita e o conhecimento doutrinário. De acordo com ela, “o centro espírita compõe-se formalmente de uma diretoria, conselho fiscal e consultivo, tesouraria e secretaria geral, e um corpo de sócios” (CAVALCANTI, 2008, p.48).

Quadro 4 - Cargos dirigentes do clube.

Cargos		
Diretoria executiva	Administração geral do clube	Presidente Vice-presidente 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro Bibliotecário
Conselho-fiscal	Balanços semestrais e admissão de membros	3 membros 3 suplentes

Fonte: A autora com base nos dados do estatuto do Clube, 2020.

A narrativa de fundação do Clube foi contada por Jorge Rizzini (2001), cuja biografia escrita sobre José Herculano Pires apresenta uma jornada de estruturação da associação que parte do ponto biográfico e particular, em direção ao coletivo dos confrades jornalistas espíritas. O dia de fundação foi delineado por Rizzini (2001) a partir do “acordar” e da demarcação do

caráter religioso de Herculano, o qual teria rogado por Maria, mãe de Jesus, para protegê-lo na ação que iria se concretizar.

A explicação para a aproximação do jornalista espírita a este grande símbolo cristão/católico apresenta-se através das noções de missão da concepção divina e de espírito elevado (pureza espiritual, elevação moral, abnegação e obediência). Diz Rizzini (2001, p. 84):

Herculano Pires numa clara manhã de janeiro de 1948 despertara e, como de costume, concentrara o pensamento em Maria, mãe de Jesus, e orou, rogando proteção, pois iria reunir-se com alguns confrades com o objetivo de fundar a primeira instituição em todo o mundo a congregar jornalistas e escritores espíritas - o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo.

Embora Herculano Pires tenha feito críticas ao longo de sua vida acerca do espiritismo evangélico, é possível compreender que o contexto espaço-temporal e as relações sociais / aproximações influenciam em hábitos na própria prática religiosa. Tal como abordado no capítulo 1, Herculano Pires teve uma criação familiar católica, no interior de São Paulo. Nesse sentido, ao longo de sua vida, ele refletiu acerca da relação entre espiritismo e cristianismo. Para ele, em *Revisão do Cristianismo*, o espiritismo seria uma revisão do cristianismo, pois a redação do evangelho teria sofrido uma modificação sociocultural, com base nas mitologias gregas e no Evangelho de João. O autor, então, defende uma perspectiva de natureza filosófica e moderna, baseada no dogma da revelação e da Santa Madre: “Kardec aceitou no Espiritismo, dando-lhe uma nova interpretação, puramente racional e dotada de conotação científica. Assim, devemos tratar da Revelação como um sustentáculo geral das estruturas cristãs mais diversas” (PIRES, 2014, p. 43).

Outro ponto a ser destacado é que na própria doutrina espírita brasileira houve aproximações com relação ao catolicismo, sobretudo, com Chico Xavier. Bernardo Lewgoy (2004) argumentou que Xavier e a Federação Espírita Brasileira colaboraram entre as décadas de 1930 e 1940 para um espiritismo associado ao catolicismo popular. A própria vida espírita foi representada como uma missão, com identificação com a noção de santidade e de sacrifício, tal como expresso na vida mediúnica ascética de Chico Xavier (STOLL, 2003).

Então, em 23 de janeiro de 1948, na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, firmou-se a entidade sob a presidência provisória de Domingos Antônio D'Ângelo Neto. Entretanto, Rizzini (2001) aponta Herculano como a “alma” do Clube. Logo, de acordo com o autor, sem a atuação proativa deste jornalista espírita, as reuniões e deliberações seriam inviáveis. Além desta proposta associativa, Herculano Pires seguiu com as atividades profissionais das quais era incumbido e “escreveu livros de poesia, romances,

pronunciou conferências, participou de eventos doutrinários, debates na Rádio, TV e jornais” (RIZZINI, 2001, p. 129).

Ao mesmo tempo em que a informação acima oferece um caráter biográfico e individual acerca da atuação de um sujeito intelectual, ela também nos fornece tanto a informação acerca da formação do grupo / clube, quanto atribui autoria a quem criou a narrativa de origem (passado), de missão e de projeção da finalidade da associação. Portanto, considero que o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo se trata de uma das tentativas de demarcar presença do espiritismo na esfera pública, partindo da influência que a profissão de jornalista possuía ao transitar por diferentes campos.

Os grupos não são formados de maneira autônoma, a partir deles busca-se produzir rumores, construir vínculos e missões preocupadas com o contexto social no qual estão inseridos. À vista disto, os grupos se comparam e formam fronteiras entre outros grupos (anti-grupos), e são compostos por porta-vozes (ou líderes), defensores e membros. Assim, os porta-vozes/líderes definem as regras e justificam a existência dos respectivos grupos acerca do que são, o que deveriam ser e o que um dia foram. (LATOURET, 2012).

Segundo Paula Montero (2012) a relação entre esfera pública e religião no Brasil contava com a predominância da Igreja Católica acerca da construção simbólica, bem como, na construção de modelos sociais, de direitos e de política. O processo de laicização do Estado, a partir da Primeira República, abriu precedentes para a liberdade de culto, porém, não excluiu a Igreja Católica do processo político e econômico. Pode-se dizer que o catolicismo possuía uma força institucional em disparidade às outras expressões religiosas, visto que possuía maior reconhecimento de legitimidade em suas ações.

O contexto sócio-histórico de fundação e existência do clube abrange um período de democracia liberal (1945-1964) até 1970, pertinente ao contexto do golpe civil-militar (1964-1985). Sendo assim, o período de 1945 a 1964 foi marcado por uma busca de construção de uma democracia representativa e, por conseguinte, pela consolidação de partidos políticos e da resistência de grupos conservadores.

Havia uma demanda ligada ao trabalhismo herdada do período varguista; uma tendência elitista, na qual questionava a capacidade da população exercer o direito de voto. Convivia-se com uma tensão entre setores das Forças Armadas e grupos conservadores (principalmente ligados à União Democrática Nacional) em relação aos resultados políticos dos setores liberal-democráticos, colocando em constante desequilíbrio os ideais republicanos de representatividade vigentes naquele período. (FERREIRA e GOMES, 2018).

É preciso destacar que, no que concerne à política, entre as décadas de 1930 e 1940, houve uma defesa intelectual por um Executivo forte, dotado de conhecimentos técnico-científicos, e um desprezo por partidos políticos como “manipuladores” dos interesses da população. Já a respeito das décadas de 1940 e 1960, os partidos políticos buscaram se fortalecer e estabelecer vínculos com o Congresso Nacional, pois foi um momento no qual houve significativas derrotas eleitorais das elites e o acirramento do pleito com chance de vitória para a oposição. Dentre os importantes partidos políticos que participaram dos processos eleitorais estavam: União Democrática Nacional (UDN); Partido Social Democrático (PSD); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). (FERREIRA e GOMES, 2018).

O cenário da política paulistana foi carregado pelo apelo carismático e ambíguo de Adhemar de Barros, um interventor nomeado por Getúlio Vargas para governar o Estado de São Paulo. Entretanto, apresentou-se como um opositorista, dotado de ambiguidades: ao mesmo tempo em que se ligou ao tradicionalismo e às elites, também buscou representar-se como popular e progressista, tendo em vista que o eleitorado aumentou consideravelmente na década de 1945. (DUARTE E FONTES, 2004).

Com isso, o Partido Social Progressista (PSP), partido criado por ele, adquiriu prestígio na cidade, além de ter realizado alianças com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nesse mesmo cenário de 1945-1960, também houve a importante atuação de Jânio Quadros como vereador - e, mais tarde, como governador -, em oposição a Adhemar. Para Jânio, dever-se-ia considerar as demandas periféricas, assim como, denunciar a corrupção e criticar a falta de autonomia administrativa da cidade, visto que os prefeitos eram indicados pelo governador. As questões urbanas, o fluxo de crescimento das cidades e da capital paulista foram também demandas correlatas ao trabalhismo no discurso político da época. (DUARTE E FONTES, 2004).

Naquele cenário, estava presente, no discurso das classes médias, a ideia de corrupção como problema moral pertinente à nação brasileira, por conseguinte, como a causa dos problemas sociais. Sendo assim, considerando que a política é passível de valorização e julgamentos ligados à moral de expectativas normativas cristalizadas na esfera pública, cuja corrupção é uma percepção de tal juízo realizado pelos diferentes atores sociais (FILGUEIRAS, 2009). Logo, no período em análise, havia um senso comum pertinente à noção de higiene social, o qual abarcou, inclusive, a classe média urbana – a qual estava inserida uma parcela de espíritos letrados.

O espiritismo que se consolidou no período varguista com uma perspectiva nacionalista e do cristianismo redivivo com Chico Xavier, além de ter adquirido a atenção de homens das letras e do jornalismo também buscou uniformizar as práticas doutrinárias nas décadas de 1950 e 1960. Sendo assim, a Federação Espírita Brasileira (FEB), por meio do Pacto Áureo de 1949, buscou articular federações de diferentes lugares do Brasil como via de fortalecer a doutrina e, a partir da década de 1950, o espiritismo se apresentou mais religioso e popular. (LEWGOY, 2004). Entretanto, deve-se salientar que o Pacto Áureo, realizado com o objetivo de reunir federações e uniformizar abordagens doutrinárias, foi motivo de críticas devido à tomada de decisão realizada pela cúpula da FEB e confrades. Por outro lado, como destaca Artur Isaia (2005), dentre as décadas de 1930, o discurso dos espíritas era marcadamente desenvolvimentista e progressista

2.2 Membros e redes de sociabilidades

No clube, era permitida a participação de homens e mulheres com idade igual ou superior a dezoito anos, independente da nacionalidade ou da etnia. Para o ingresso e admissão, escritores e jornalistas amadores deveriam apresentar um trabalho jornalístico autoral, não sendo necessário para jornalistas e radialistas profissionais. Definiu-se que os participantes deveriam seguir a moral das leis sociais, contribuir com um valor estipulado pela diretoria pertinente à mensalidade - sendo assim, o atraso de três mensalidades acarretaria desligamento do clube. (CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SP, 1948, p, 1). A ideia era que, de acordo com eles, partindo da desvinculação de partidos políticos, o clube fosse uma esfera de pressão para assuntos de interesses da sociedade civil.

Apesar da pretensa desvinculação entre partidos políticos e o clube, no cotidiano profissional havia circulação e entrosamento em espaços políticos. José Herculano Pires era jornalista político, assim, trabalhou na “Sala de Imprensa Amadeu Amaral” da Câmara Municipal de São Paulo. Conhecido como uma figura com postura conciliatória, foi reeleito como presidente da “Sala de Imprensa”, no ano de 1952, pois havia um embate entre a ala dos jornalistas “conservadores” e a dos “revolucionários” (DIÁRIO DA NOITE, n. 8.384, 1952, p.3). Todavia, os objetivos explícitos do Clube dos Jornalistas Espíritas do Estado de São Paulo eram os seguintes: preservar a pureza doutrinária; promover debates sobre o movimento espírita e a literatura; apoiar causas sociais. Segue o quadro com a listagem fundadores do Clube:

Quadro 5 – Fundadores do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo

Fundadores do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo	
Nome	Profissão/ Local de trabalho
José Herculano Pires (25/09/1914- 09/03/1979)	Jornalista dos “Diários Associados”, escritor, idealizador do clube.
Paulo Alves de Godoy (22/09/1914-19/04/2001)	Membro da revista “O revelador”, da União Federativa Paulista.
Jorge Mussa (Desconhecido)	Jornalista da “Folha da Manhã”, escreveu artigos para a coluna Seara Espírita, no “Jornal de Notícias” (SP).
Demetre Abraão Nami (28/06/1921-06/03/1986)	Jornalista do “Diário do Comércio”.
Odilon Negrão (22/05/1908-Desconhecido)	Radialista e jornalista de “A Gazeta”.
Domingos Antônio D’Ângelo Neto (28/10/1905-Desconhecido)	Jornalista de “A noite”.
Wandyck de Freitas (Desconhecido)	Jornalista do “Jornal de Notícias” e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

Fonte: A autora, baseada nos dados de Jorge Rizzini (2001), 2020.

Dentre os membros fundadores, Paulo Alves de Godoy foi jornalista e escritor espírita, ligado à Federação Espírita do Estado de São Paulo (FEESP). Fundou o jornal espírita *O Semeador* em 1966, o qual foi editor até seu falecimento em 2001.⁵² Conforme pode ser observado no texto “Todos os teus pecados são perdoados”, assinado por Godoy no periódico comercial carioca, *O Semanário*, de dezembro de 1958, a escrita dele possui uma tendência que aproxima o espiritismo do cristianismo, partindo da noção de uma justiça divina perfeita.

Apesar de não recusar o estudo do Evangelho de base espírita e nem a correção dos erros a partir do processo de reencarnação, ele defende a noção de perdão do pecado. De acordo com ele:

Mesmo não ocorrendo a aludida transformação interior da criatura na extensão desejada pelo Ato poderá haver interrupção na pena. Curando um cego de nascença já em idade avançada ou curando uma mulher que sofria penosa enfermidade há 40 anos, o Mestre estava encerrando ciclos expiatórios, pois as sentenças dessas criaturas haviam se expirado e o Cristo podia então dizer: “Ele ou ela veio para que fosse manifesta a vontade do Pai”, ou melhor, para provar os homens a excelência da Justiça de Deus que não permite que ninguém sofra sem que haja uma razão ou causa para isso. (GODOY, 1958, nº 139).

⁵² Ver em: <http://www.feparana.com.br/topico/?topico=696>, último acesso em novembro de 2020.

Há poucas informações a respeito de Jorge Mussa.⁵³ De acordo com Jorge Rizzini (2001), na biografia sobre Herculano Pires, Mussa foi uma personalidade atuante no periódico *Folha da Manhã*. Por sua vez, Demetre Abrãao Nami foi um escritor espírita paulista, profissional do *Diário do Comércio*. Odilon Negrão, curitibano, foi redator do grupo *Gazeta* e participou da União Social Espírita de São Paulo, ao lado de Edgard Armond, José Herculano Pires, Júlio Abreu Filho e outros homens das letras da época. A respeito de Domingos Antônio D'Ângelo Neto, um jornalista paulista, atuante na imprensa comercial, nos *Diários Associados*, realizou trabalhos em prol da caridade espírita e foi diretor da revista mensal *A Centelha*, a qual se propunha um “mensário cristão a serviço da fraternidade” (*Correio Paulistano*, 1952, nº 29.875). Dentre suas colaborações, havia uma seção de textos do espírito André Luiz e do Irmão Saulo (pseudônimo de Herculano Pires).

Wandyck de Freitas foi jornalista dos *Diários Associados* e colega de José Herculano Pires, além de também lidar com assuntos pertinentes ao jornalismo político. Ademais, ele era próximo às causas políticas trabalhistas, tendo sido também presidente da Cooperativa de Consumo do Jornal de Notícias, conforme indica a convocação para assembleia assinada no *Jornal de Notícias*, de 1947, nº352. Junto com Odilon Negrão e outros, compôs uma chapa de vereança em São Paulo, pela sigla do Partido Social Progressista, o PSP, ligado a Adhemar de Barros⁵⁴ (*JORNAL DE NOTÍCIAS*, 1947, nº460). Durante a campanha da candidatura, exaltou suas qualidades como um profissional de vinte anos de carreira.

⁵³ Em busca nos jornais da época, tais como *Correio da Manhã* e *Correio Paulistano*, consta que se tratava de um comerciante libanês no território paulista.

⁵⁴ Adhemar de Barros (1901-1969) foi um político brasileiro ligado às forças conservadoras. Foi interventor do estado de São Paulo, de 1938 a 1941. Seu partido PSP possuía fortes ligações com a conservadora União Democrática Nacional.

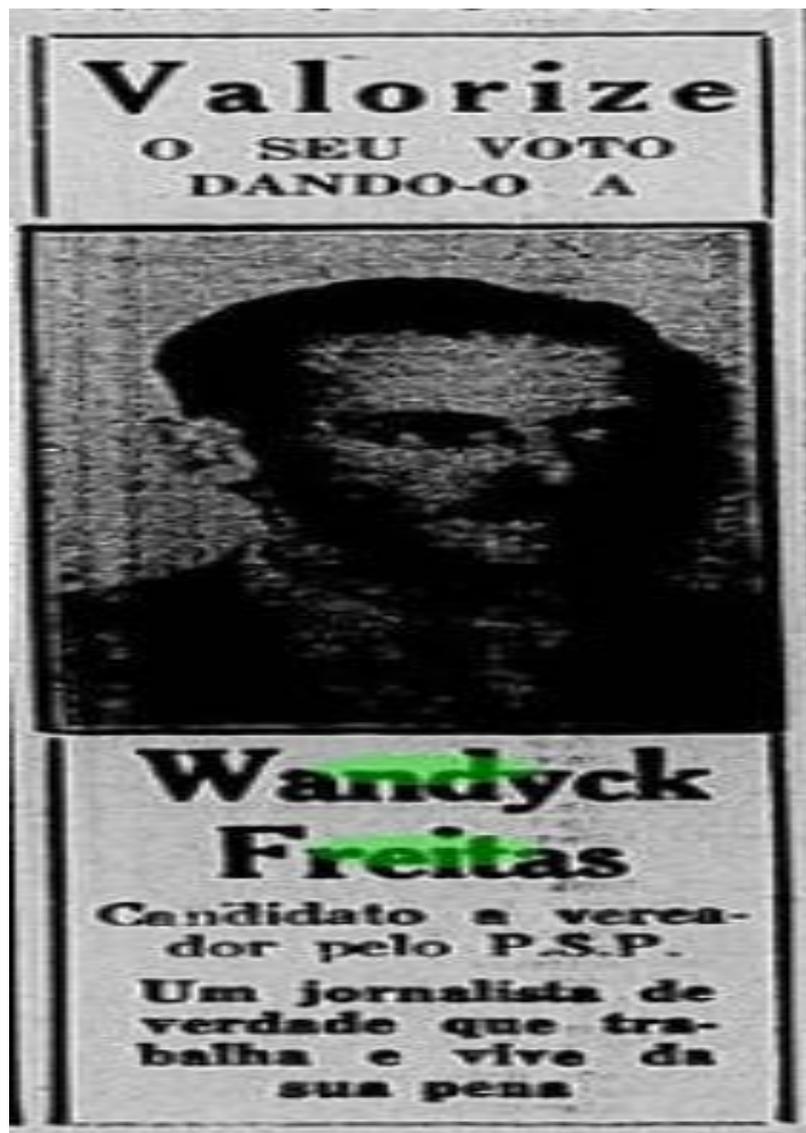


Figura 10: Wandycck de Freitas candidato a vereador pelo PSP, em São Paulo.
Fonte: Jornal de Notícias, 1947, nº 465.

As eleições, que seriam realizadas em 16 de novembro de 1947, foram mencionadas na coluna “Seara Espírita”, sendo a maioria ligada ao adhemarismo e ao PSP. Diz a indicação da coluna:

Candidatos Espíritos - Nas legendas dos diversos partidos que participarão do pleito de domingo figuram inúmeros espíritos, entre os quais, conseguimos anotar os seguintes: Johny Doin, Odilon Negrão, Wandycck de Freitas, Trajano Xavier Correia, J. Malheiros, Eurípedes de Castro, Rodrigues Montemor e J. Betarelo. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1947, nº 478).

Naquela mesma sessão “Seara Espírita”, do dia 11 de novembro de 1947, nº 478, anunciou-se a organização de uma instituição espírita com o propósito de difundir a doutrina e estabelecer o intercâmbio cultural com a imprensa, porém, ainda sem o nome do Clube dos Jornalistas Espíritos de São Paulo. De acordo com a coluna, a proposta era que o “organismo”

fosse independente, com membros atuantes na imprensa e radiodifusão, assim como, na educação - inclusive, preocupado com a alfabetização de adultos.

Na proposta espírita, o discurso do grupo indicava a preocupação com os três pilares da ciência, filosofia e religião; com a demanda de laicidade; do espiritismo como revelação, bem como, revela sujeitos marcados pelos períodos das grandes guerras:

Esse organismo, que já se encontra em organização debaterá com todas as correntes de ideias, fora do círculo ainda acanhado dos centros espíritas, e fará alarde de suas elevadas finalidades no seio da massa profana, fazendo ouvir a sua voz de timbres evangélico, filosófico e científico. Intensificando o livre debate das ideias, defenderá a imperiosa necessidade de se resolver, a par dos problemas de ordem econômica, os de ordem espiritual, num mundo que se prepara para nova guerra, abrindo valorosa campanha pela laicidade do Estado, contra todas as formas de opressão da consciência humana, contra ideias religiosas já caducas, que pretendem perpetuar a ignorância, e mostrar que o Espiritismo é a nova fé que vem destruir tradições nefastas, expressando novas formas de progresso, delineadas em ideias generosas de justiça e liberdade. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1947, nº 478).

Considero pertinente destacar a importância dada à campanha pela laicidade do Estado, cuja liberdade religiosa foi fundamentada desde a Primeira República. Com o estatuto de “religião”, o espiritismo ganhou espaço e se tornou menos vulnerável às repressões das instâncias de poder coercitivo (GIUMBELLI, 2008), à vista disso, tornava-se fundamental defender os ideais laicos a fim da possibilidade de exercer a liberdade doutrinária, de prática e de pensamento. Por outra via, tratava-se da demanda pertinente a este grupo em análise, visto que, de maneira mais ampla, a doutrina espírita no século XX se consolidou como uma religiosidade de caráter mais republicano e urbano, enquanto, no século XIX, a prática se colocava mais pela via laica e anticlerical; isto é, com mais enfrentamento com o religioso (LEWGOY, 2004).

Por sua vez, José Herculano Pires era considerado como um bom articulador no meio espírita e jornalístico. Segundo Célia Arribas (2014), Herculano era um homem afeito aos debates e clamava pelo aprofundamento do nível cultural e intelectual. Para a autora, o clube era uma forma de preservar a doutrina, além disso, a organização em forma de mesa redonda era uma maneira de se contrapor às instituições espíritas como a Federação Espírita de São Paulo (FEESP) e Federação Espírita Brasileira (FEB), pois estas teriam uma tratativa centralizadora e autoritária.

As articulações dos membros associados com a política permaneciam no âmbito de uma perspectiva liberal-democrata. Embora oferecessem embates com o catolicismo, não havia um rompimento com a estrutura hegemônica. Conforme Fernando Perlatto (2015), o processo de modernização brasileiro se estruturou com a combinação de ideais “arcaicos” e “modernos”, cuja ordem social foi estruturada sem uniformidade. Na formação de grupos seletos,

evidenciou-se uma sociedade excludente, com um elevado índice de analfabetismo e o desprezo pelo trabalho manual.

Sendo assim, considero que, apesar de o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo não romper com a lógica liberal burguesa, ao mesmo tempo considerava que os ideais modernos de intelectualização dos sujeitos e alfabetização de jovens adultos deveriam ser combinados como via de aprimoramento da sociedade brasileira. A preocupação com o analfabetismo relacionava-se ao desigual contexto brasileiro e ao pensamento kardequiano. Pois, conforme era remontada a biografia de Allan Kardec, a trajetória anterior à formulação do espiritismo evocava a formação pedagógica de Hippolyte Leon Denizard Rivail e sua preocupação com o ensino - dedicação de mais de vinte anos à educação e aos fundamentos dos métodos pedagógicos (AUBRÉE e LAPLANTINE, 2009).

Em 27 de novembro de 1947, tornava-se evidente a proposta de criação do clube e a organização originada por Wandyck de Freitas e José Herculano Pires, convocando a participação de jornalistas da imprensa comercial e da doutrinária. Eles se definiram como militantes da imprensa diária com o propósito de promover “a fundação do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, com o objetivo de estabelecer maior contato entre aqueles profissionais da pena, promover debates doutrinários e coordenar uma colaboração mais eficiente para os órgãos da imprensa espírita” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1947, nº 492). Na seção “Seara Espírita”, indicava-se a articulação com a “Confederación Espiritista Argentina”, de Buenos Aires e a celebração do primeiro centenário dos fenômenos mediúnicos realizados pelas irmãs Fox⁵⁵.

No início de 1948 e ao longo da década de 1950, Wandyck de Freitas começou a assinar a sessão “Seara Espírita”, no paulistano *Jornal de Notícias*, o jornal possuía um espaço destinado a publicações católicas e de outras expressões religiosas. A coluna, que já veiculava notícias e pensamentos do meio e da doutrina espírita, ganhou um tom marcadamente opinativo. Dentre os artigos publicados pelo autor, na publicação de 27 de janeiro de 1951 havia uma crítica à associação do espiritismo a fenômenos ditos “sobrenaturais”, pois, para ele, o espiritismo era uma doutrina de caráter natural e racional.⁵⁶

Dentre os fundadores, Wandyck de Freitas e José Herculano Pires evidenciaram-se como personalidades mais engajadas em propagar o nome do clube, bem como, na escrita sobre

⁵⁵ As irmãs Fox são consideradas como um marco na estruturação do movimento espiritualista dos Estados Unidos da América.

⁵⁶ Trata-se de uma crítica articulada desde o ano de 1949, na qual, a partir do Comando Jornalístico do Diário da Noite, buscou-se investigar a veracidade de sessões de materialismo espírita.

o tema do espiritismo na imprensa paulista. Embora não se pode deixar de considerar a participação articulação de D'Ângelo Neto em eventos do clube, como também, na produção de mensagens para o próprio meio espírita, como participações no programa radiofônico Hora Espírita, e ações beneficentes no Círculo Esotérico Comunhão do Pensamento.

A imprensa funcionou como uma maneira de publicizar o espiritismo na esfera pública. Ao observar o predomínio de profissionais da imprensa escrita na participação do clube, não podemos perder de vista que o jornal é um veículo que possui um distanciamento entre o fato e a mensagem; isto é, o ato comunicativo é pela via do relato dos acontecimentos. Sendo assim, os receptores das mensagens, embora distanciados das instâncias do acontecimento e da produção da mensagem, possuem a possibilidade de rememoração e releitura. Entretanto, não há o tempo imediato do debate, tal como na comunicação face a face. (CHARAUDEAU, 2018). Dessa maneira, a capacidade de memória e de circulação da mensagem possibilitava maior alcance da opinião acerca da doutrina espírita, cujas ideias poderiam ser mais efêmeras caso fossem pela via da oralidade.

O *ethos* profissional dos atores sociais era incorporado nas práticas, intelectuais, religiosas e na construção da opinião pública. Nesse sentido, o caráter opinativo revelava o ponto de vista dos sujeitos, porém, também indicava a noção “do fazer saber, fazer pensar” (CHARAUDEAU, 2018) de acordo com o interesse dos receptores / grupos pela temática. Isto porque, conforme defende Patrick Charaudeau (2018), os atores sociais sozinhos não agem isoladamente na produção do enunciado / da opinião, é preciso considerar a ressonância da mensagem no receptor / audiência. Assim, “cada um dos parceiros só pode sintonizar provisoriamente com o outro pelo viés de representações supostamente compartilhadas, as quais, levadas pelos discursos, circulam por entre os membros de uma determinada comunidade cultural” (CHARAUDEAU, 2018, p. 125).

Por fim, embora não conste a presença dos deputados e jornalistas Cid Franco (1904-1971, do PSB) e Francisco Carlos Castro Neves (1914-1974, do PTB) como membros associados, eles tiveram importante atuação nos espaços de sociabilidade do clube. Castro Neves atuou no projeto sanitarista de investigação dos fenômenos espiritualistas da cidade de São Paulo, no *Diário da Noite*. Cid Franco atuou junto a Herculano Pires nas ações do Hospital Psiquiátrico de Mandaqui, na qual objetivava-se estudar a doutrina espírita junto aos internados.

A atuação no hospital psiquiátrico (figura 11) é um marco importante, pois traz consigo o antigo embate entre doutrina espírita e psiquiatria. Aqui, o espiritismo é compreendido como cuidado, porém, o Código Penal de 1890 condenava a cura espiritual como capaz de causar danos mentais ao consulente. De acordo com Angélica Almeida (2020), a representação da

mediunidade como loucura, de um lado, deu ênfase à psiquiatria como uma instituição capaz de cuidar de pessoas acometidas por doenças mentais e, de outro, possibilitou que o espiritismo enfatizasse a concepção de caridade e cura.



Figura 11: Palestra espírita de Herculano Pires no Hospital Psiquiátrico Mandaqui, em 23 de julho de 1960.
Fonte: Acervo Fundação Maria Virgínia e José Herculano Pires, 2019.

Portanto, apesar da proximidade de Wandyck de Freitas às ideias adhemaristas, por sua vez, o clube nutriu proximidade com políticos próximos do trabalhismo. Segundo Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2018) tanto o PSD quanto o PTB são oriundos do getulismo e das ideias trabalhistas, visto que o getulismo influenciou muito na política brasileira daquele período. Vale ressaltar que o próprio Wandyck participou ativamente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

Segundo Marques de Melo (2013), os jornalistas possuíam consciência corporativa aguçada, bem como, recebiam bem a participação nos sindicatos. Como até a década de 1970, a função de jornalista não era exercida em tempo integral, era comum a interação com grupos

de formações distintas (direito, letras, comércio e até repartições públicas). De acordo com o autor, os profissionais paulistas de jornalismo, desde a década de 1950, já contavam com a ampliação do número de mulheres no setor, entretanto, havia resistência dos homens em relação a contratação feminina. Considerando tal dado, isso evidencia nas redes de sociabilidades do Clube, cuja participação das mulheres se expressa, principalmente, a partir das esposas dos jornalistas, em detrimento da não participação de mulheres jornalistas. Como é o caso dos Serões Espíritas, do item a seguir.

2.3 Pautas de discussões e os Serões Espíritas

Os Serões Espíritas foram propostos no ano de 1956, isto é, oito anos após a fundação do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo. Portanto, de acordo com o livro de atas⁵⁷ dos Serões Espíritas, as reuniões se iniciaram em 18 de agosto de 1956, com seguintes demandas: prece e discussões do tema (baseado no *Livro dos Espíritos*, de Allan Kardec); perguntas, fixação do tema; decisão dos temas da próxima reunião e prece de encerramento. Tais serões revelam que a proposta dos jornalistas espíritas membros do clube não era apenas uma ação no âmbito da sociedade e das empresas jornalísticas, mas também de fixação do caráter doutrinário.

O livro de atas dos Serões Espíritas foi iniciado em 18 de agosto de 1956 e encerrado em 10 de janeiro de 1959. Todas as questões do *Livro dos Espíritos* foram debatidas em dois ciclos: o primeiro foi realizado em 18 de agosto de 1956 a 7 de dezembro de 1957, no qual buscou-se tratar de temas ligados à doutrina, sem seguir necessariamente a ordem de questões do livro; já o segundo, de 25 de janeiro de 1958 até 10 de janeiro de 1959, atentou-se em seguir a ordem das questões para melhor debate e entendimento.

Ademais, é considerável destacar o papel da esposa e dos familiares de Herculano Pires nas reuniões dos serões, bem como, nas reuniões dos Serões, como é possível observar nas atas, há uma apreciável participação feminina. De acordo com Maria Virgínia Ferraz, esposa de Herculano, ele tinha o objetivo de divulgar e pregar a doutrina, porém, considerava que as pessoas tinham dificuldade em compreender os textos de Kardec. Como ela salientou e entrevista:

A fundação do Clube dos Jornalistas Espíritas foi mais uma ideia que o Herculano teve para ajudar na divulgação. Durante dez anos, tirando o tempo em que ele

⁵⁷ É importante destacar que houve uma preocupação em deixar registradas as ideias dos debates, os temas e os participantes. Com isso, conforme Rosimar Esquisani (2007), as atas são documentos formais importantes acerca da organização e atuação de um grupo ou associação. Nelas, estão presentes a delimitação dos interesses de debate e pode ser considerado como um importante recurso para a recuperação da memória.

precisava sair para viagens, para pregar o espiritismo, aos sábados, eu, ele e nossos filhos e os amigos estávamos lá. Era para estudar o espiritismo, a finalidade era esta. E lembro-me que, durante todo esse tempo, além da leitura do evangelho, nós estudamos *O Livro dos Espíritos*. E ele ainda achou que as pessoas não aprenderam bem, nem ele, que todas as vezes em que ele estudava o livro dos espíritos, ele descobria alguma coisa muito importante que ele não tinha percebido na leitura anterior. [...] Quando ele saiu [...], ele teve que ir para Araraquara [...] auxiliar o diretor, que agora não lembro o nome, a organizar a Faculdade de Filosofia de Araraquara, ele deixou uma pessoa - não sei se é o senhor Jorge Rizzini - dirigindo o clube, as reuniões de estudo. (HERCULANO, 2016).

A importância conferida ao Livro dos Espíritos, de Allan Kardec, ao ponto de se debater detidamente as questões durante o período de dois anos que o livro de atas abarca, evidencia não somente o ideal de difusão da doutrina, mas também a consideração com esta obra de Kardec como a base doutrinária. Assim, a “Codificação” de Kardec possui uma aura de autoridade, além de ser uma doutrina que dá primazia ao letramento, isto é, é uma pressão religiosa da cultura escrita (LEWGOY, 2000).

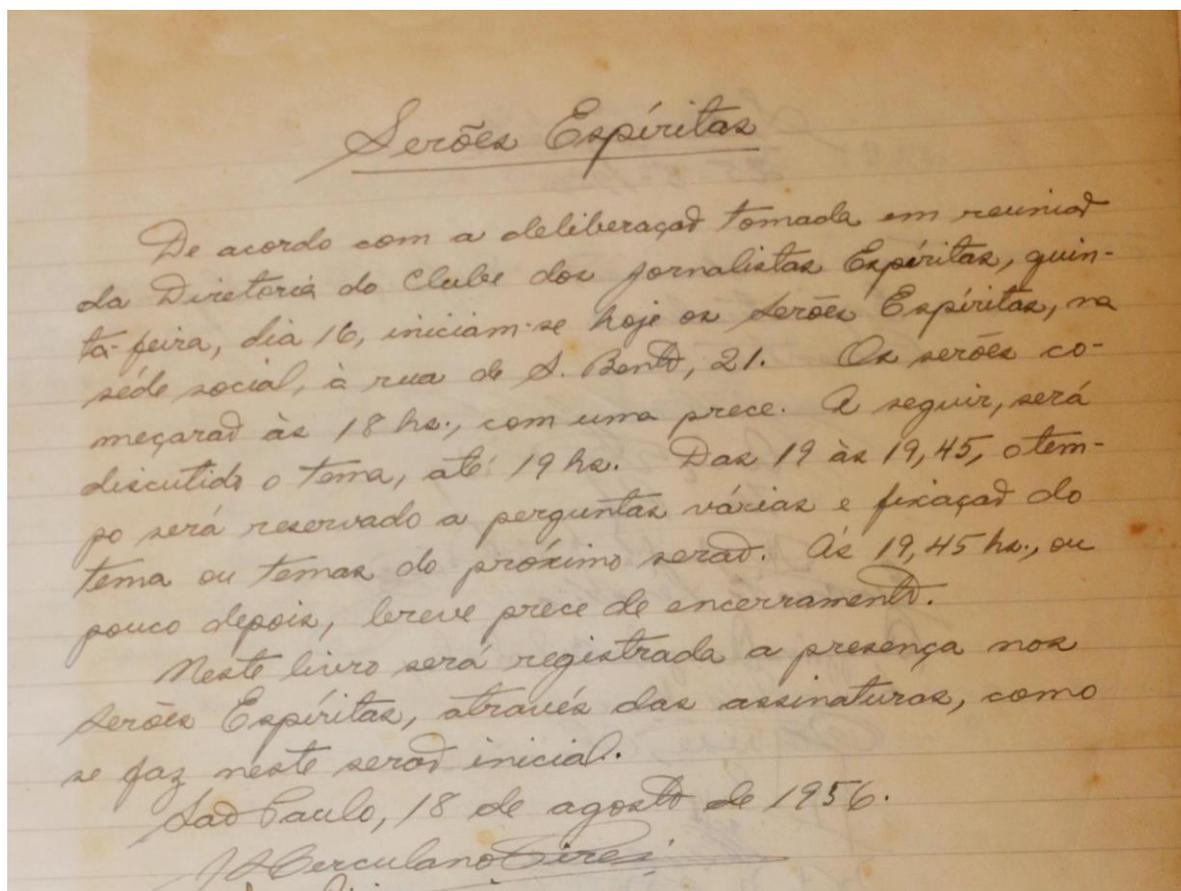


Figura 12: Livro de atas dos Serões Espíritas.

Fonte: Acervo Fundação Maria Virgínia e José Herculano Pires. Fotografia da autora, 2019.

Em decorrência da mudança de sede da Praça da Sé para a Rua São Bento e do primeiro centenário da doutrina espírita, realizou-se uma série de conferências, todas ministradas por homens, mas contou com a presença de mulheres como ouvintes. Abordaram-se temas preocupados com a missão espírita (no jornalismo, na intelectualidade e na sociedade), personalidades espíritas, a doutrina (reencarnação) e as interseções com a umbanda e a medicina:

Quadro 6- Ciclo de conferências de 1957.

Data	Conferência
07 de janeiro de 1957	Conferencista: José de Freitas Nobre Tema: A missão do jornalista espírita 170 participantes assinaram a ata
08 de janeiro de 1957	Conferencista: Romeu Campos Vergal Tema: A missão social do espiritismo 196 participantes assinaram a ata
09 de janeiro de 1957	Conferencista: Carlos Imbassahy Tema: A missão intelectual espírita 188 participantes assinaram a ata
10 de janeiro de 1957	Conferencista: Jorge Rizzini Tema: Monteiro Lobato, Olavo Bilac e outros intelectuais espíritas Sem coleta de assinaturas
11 de janeiro de 1957	Conferencista: José Herculano Pires (em substituição de Deolindo Amorim) Tema: Espiritismo e Umbanda
12 de janeiro de 1957	Conferencista: Levindo Melo (lida por Luiz Monteiro de Barros) Tema: Espiritismo e medicina 165 participantes assinaram
13 de janeiro de 1957	Conferencista: Aristides Lobo Tema: Problema da reencarnação

Fonte: a autora, 2020. Baseado no Livro I, dos Serões Espíritas, 1956-1959.

Como observei no periódico *Diário da Noite*⁵⁸, do grupo *Diários Associados*, tais conferências eram atividades já realizadas pelo grupo anteriormente aos serões, correspondentes ao início da década de 1950, cujo espaço de articulação era tanto na Biblioteca

⁵⁸ Herculano Pires e Wandycck de Freitas, membros do clube, foram colaboradores do periódico.

Municipal de São Paulo, quanto na Mocidade Espírita 3 de Outubro. Sendo assim, conforme noticiou o jornal, em 13 de fevereiro de 1954, Herculano Pires, representando o clube, proferiu a palestra “Do Sagrado ao Espiritismo”, na Biblioteca Municipal (DIÁRIO DA NOITE, 1954a).

Em 10 de julho de 1954, foi a vez do jornalista Aristides Lobo proferir a palestra “Por que deixei de ser materialista” (DIÁRIO DA NOITE, 1954b), pois ele havia sido militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e abdicado da militância para se tornar espírita. Em todo esse percurso houve uma preocupação com a circulação de ideias de escritores e jornalistas espíritas, principalmente no que concerne ao eixo Rio-São Paulo.

Dentre os encontros dos serões, buscou-se estudar o *Livro dos Espíritos*, acerca do qual foram registradas três notas de conclusão, referentes ao ano de 1957: a primeira, sobre as lembranças do passado; a segunda, sobre o sexo dos espíritos; a terceira, sobre a origem e a natureza dos espíritos. Sendo assim, todas elas representam uma tentativa de esquematização do conteúdo abordado e não necessariamente um argumento interpretativo ou questionador da doutrina.

No tema “lembranças do passado”, abordado na reunião de 13 de março de 1957, realizou-se uma síntese a partir do capítulo “Retorno à vida corporal”, do livro dos médiuns. De acordo com o tema abordado, segundo o *Livro dos Espíritos*, Deus não desejaria que os espíritos encarnados tivessem lembrança da vida passada, pois haveria o caminho do livre-arbítrio e as possibilidades das errâncias. À medida em que o sujeito adquirisse nova existência, ele se tornaria mais dotado da capacidade de distinguir o bem e o mal, bem como, poderia ter a capacidade de experimentar lapsos de recordação das outras vivências. Por outro lado, as lembranças do passado seriam claras para espíritos mais “elevados” ou desencarnados. (KARDEC, 2009). Então, os membros concluem:

Conclusão: há três categorias de lembranças, que são intuitivas, positivas e espontâneas pesquisadas ou obtidas pela pesquisa hipnótica na memória. Dez formas de lembranças foram estudadas: 1. tendências de pessoa; 2. sonhos: revelações de cenas; 3. intuições de deveres e obrigações etc.; 4. simpatias e antipatias imediatas e profundas; 5. precocidade, crianças precoces; 6. recordações positivas de crianças; 7. visões de cenas, em formação de fenômenos de segunda visita; 8. recordações locais por visitas a cidades, países etc.; como caso de Lamartine; 9. casos de dupla personalidade, regresso mental em momentos de transe mediúnico; 10. pesquisas hipnóticas de Dr. Rocha, regressão e memória (CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SÃO PAULO, Livro de Atas, 1956-1959).

A respeito do tema “sexo entre os espíritos”, deriva-se acerca do estudo do capítulo “Pluralidade das existências”. Segundo *O Livro dos Espíritos*, o sexo é uma questão pertinente ao organismo, portanto, ao corpo humano. Os espíritos estariam mais ligados aos sentimentos

e simpatias, neste sentido, um mesmo espírito poderia reencarnar tanto como mulher quanto como homem, de acordo com as provas e expiações que deverá atravessar (KARDEC, 2009).

Então, concluiu-se na reunião de 30 de março de 1957 que: “1. Os espíritos não têm sexo; 2. encarnações num e noutro sexo; 3. Decorrem as reencarnações das necessidades evolutivas; 4. no plano espiritual, há similitude dos sentimentos, afinidades espirituais” (CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SÃO PAULO, Livro de Atas, 1956-1959).⁵⁹

Por fim, no tema “origem e natureza dos espíritos”, estudado em 06 de abril de 1957, buscou-se articular o capítulo “Dos espíritos”. Neste capítulo, os espíritos seriam seres dotados de inteligência e oriundos de um plano espiritual. Enquanto obra de Deus, os espíritos não seriam a mesma coisa que a divindade, senão os filhos com princípios, submetidos à vontade divina. A criação de tais seres ocorreria incessantemente, porém, a origem é desconhecida. Há determinadas questões que são consideradas como não compreensíveis, pois o ser humano não poderia ter acesso a todas as respostas. “Dissemos que a existência do Espírito não tem fim; é tudo o que podemos dizer, por enquanto” (KARDEC, 2009, p. 56). O estudo foi sintetizado da seguinte forma no livro de atas do Serão:

1 A origem dos espíritos é a vontade de Deus; 2. a natureza dos espíritos é espiritual, mas quando no perispírito é semimaterial; 3. a condição atual da evolução humana não nos permite penetrar mais profundamente no problema da origem; 4. o espírito é obra de Deus, e não emanção de Deus; 5. o espírito é uma individualização do princípio inteligente do Universo (CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SÃO PAULO, Livro de Atas, 1956-1959).

Em 26 de janeiro de 1960, o periódico *O Jornal* (RJ), circulou a chamada para o retorno dos serões do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, na seção de notícias sobre clubes e reuniões institucionais em São Paulo. Foram noticiadas as reuniões do Departamento do Algodão da Federação das Associações de Recuperação Florestal do Estado de São Paulo (FARESP), como uma preocupação para o fortalecimento da atividade agrícola e agropecuária, além da reunião com médicos dos Diários Associados, acerca da necessidade de implantação da “medicina moderna” nos sistemas de produção. Então, na chamada de retorno das atividades do Clube dos Jornalistas Espíritas, a nota explica o esquema de funcionamento das atividades:

⁵⁹ Anos mais tarde, na década de 1970, J. Herculano Pires publicou um livro chamado *Pesquisa sobre o amor*, no qual, ele expôs que a homossexualidade ia em desacordo com fertilidade e com a criação divina. Logo, “o homem busca a sua metade feminina e a mulher a sua metade masculina. Se não predominar esse critério dos opostos não se completa a unidade biológica e espiritual que sustenta a espécie humana. [...] A normalidade, no caso, está definida pela própria finalidade ontogênica do sexo” (PIRES, 2008, p. 26). Trata-se de uma questão conservadora no meio espírita, a qual, no contemporâneo, apresenta-se mais radicalizada sob o discurso do médium espírita Divaldo Franco.

Os “serões espíritas”, que constituem, já, uma tradição do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, vão ser reiniciados a partir da semana próxima. Dividem-se os sermões em duas partes - na primeira, faz-se a leitura, exposição e debate de um trecho de “O Livro dos Espíritos”. Na segunda, os presentes são convidados a formular questões que a mesa procurará resolver ou porá em discussão. (O JORNAL, 1960, nº12082, p. 8).

A divulgação das atividades do clube no Rio de Janeiro, cidade sede da Federação Espírita Brasileira (FEB), indica uma busca por dar a conhecer a organização daquela ação associativa em cidades importantes na difusão do espiritismo. Ademais, aparenta uma estratégia de manutenção de vínculos no campo em disputa. Isto porque o território está correlacionado às instâncias de poder que remetem ao vivido, às apropriações; então, carregado de complexidades, tal poder não é apenas da instância do político e do econômico, mas também do cultural e do simbólico; cuja “funcionalidade” territorial se apresenta pela via dos recursos materiais e a produção de significados ocorrem na interação entre os atores (HAESBAERT, 2007).

Ao mesmo tempo em que evidencia uma tentativa de coesão entre jornalistas espíritas, também se destaca o pioneirismo e o tradicionalismo do grupo paulista, frente aos jornalistas do Rio de Janeiro, que já haviam levantado a possibilidade de estabelecer uma entidade de jornalistas e escritores espíritas, como vimos acerca da resolução do I Congresso dos Jornalistas e Escritores Espíritas que não foi colocada em prática.

2.4 O II Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas

O II Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas foi organizado pelo Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, no ano de 1958. Entretanto, Rizzini (2001) destaca que havia poucos jornalistas espíritas em São Paulo e poucos recursos financeiros em caixa, no Clube dos Jornalistas Espíritas. Foi necessário intermédio político para fomento da atividade. Sendo assim, o clube “conseguiu do prefeito Adhemar de Barros a sanção ao projeto de lei do vereador Mário Câmara que concedia a subvenção de duzentos mil cruzeiros para as despesas da realização do II Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas” (RIZZINI, 2001, p. 120).

Tratava-se do Projeto de Lei nº 56/1958, apresentado em 21 de fevereiro de 1958 e aprovado em 24 de março de 1958, sob a lei nº 5.488, na qual foi decretada e promulgada os seguintes artigos:

Art. 1º - É concedido ao Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo o auxílio especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), como contribuição do Município à

realização, nesta Capital, de 18 a 23 de abril próximo, do II Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas.

Artigo 2º - A Entidade beneficiada prestará contas ao Município, até 60 (sessenta) dias após o encerramento do Congresso, do emprego do auxílio ora concedido.

Artigo 3º - Para concorrer às despesas com a execução da presente lei, fica aberto, na Secretaria de Finanças, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), a ser coberto com os recursos provenientes do saldo disponível apurado no balanço de 1957.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Entretanto, é mister evidenciar que tal solicitação de auxílio recebeu parecer positivo por parte da Câmara, considerando o papel dos homens de imprensa na difusão da doutrina e da própria imprensa e literatura espíritas:

A Comissão de Justiça manifestou-se pela legalidade da propositura. Quanto ao mérito, caberá a esta comissão opinar. Devemos lembrar nesta oportunidade que esta Edilidade não tem regateado aplausos e solidariedade a conclaves dessa natureza, pelas altas finalidades com que sempre se revestem. Em se tratando de um conclave, que reunirá homens de imprensas e intelectuais, é bom que se ressalte das vantagens que serão auferidas pela coletividade, referentemente à doutrina espiritual e a sua difusão pela cultura moderna. Por esses motivos e considerando o grande número de precedentes havidos na Câmara, relativamente às entidades outras, quer culturais, que científicas, quer religiosas opinamos favoravelmente à aprovação do presente. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 10 de março 1958, p, 193).

Porém, também recebeu uma negativa por parte da vereadora Helena Iracy Junqueira, do Partido Democrata Cristão (PDC), alegando o “malefício” da doutrina espírita:

Reconheço que algumas realizações de inspiração espírita e de caráter assistencial, são exemplos de generosidade e dedicação. Convivo com pessoas que professam essa doutrina e que prezo muito. No entanto, à luz das minhas convicções filosóficas e religiosas, como também pela observação de certos fatos sociais, considero a difusão da mencionada doutrina e o desenvolvimento da literatura espírita no país, um mal para a população. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 10 de março 1958, p, 194).

Com o dinheiro em mãos, o clube emitiu uma convocatória para o congresso tanto na imprensa comercial quanto na imprensa espírita. Na seção “Movimento Espiritualista” Brasileiro, do segundo caderno de *O Semanário* (RJ), de 13 a 19 de março de 1958, nº100, além de abordar assuntos ligados à magia, à umbanda e à quiromancia, destacou-se uma nota sobre o congresso, na qual explicava os temas, o motivo de comemoração. Desta maneira, fez-se a chamada:

O Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo está encarecendo a todos os confrades, jornalistas e escritores espíritas, que se dirijam diretamente à Comissão Organizadora, a fim de tomarem conhecimento do Regimento Interno do II Congresso, bem como, dos trabalhos em andamento, adesões, teses, hospedagem, abertura e encerramento etc. (O SEMANÁRIO, 13 a 19 de março de 1958, p.7).

Assim, no dia 10 de abril de 1958, *O Diário da Noite*, jornal paulista do grupo *Diários Associados*, noticiou na página de entretenimento que o evento aconteceria no dia 18 de abril daquele ano. Conforme o jornal, o congresso seria uma comemoração da *Revue Spirite*, com

isso, católicos, protestantes e materialistas também estariam convidados. Foi programada para iniciar as atividades às 20 horas, no auditório do Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento⁶⁰, localizado na Praça Almeida Júnior, número 100, São Paulo, Capital.

Destacou-se o objetivo de construir uma unidade entre os intelectuais espíritas a respeito da defesa e da difusão da doutrina espírita, bem como, o aprimoramento da imprensa e da literatura espírita brasileira. Diz a reportagem a respeito da possibilidade de participação de pessoas de outras confissões religiosas:

Uma das características curiosas do congresso é a possibilidade de participação de intelectuais não-espíritas. De acordo com o regimento interno, jornalistas e escritores católicos, protestantes, materialistas e de outras tendências poderão participar das sessões plenárias, como “delegados fraternos”, com direito a voz, embora, naturalmente, sem direito a voto. Segundo informam os organizadores do congresso, esses intelectuais não-espíritas poderão, inclusive, apresentar e defender teses contrárias ao Espiritismo, dentro do temário. Essas teses não seriam objeto de votação, mas apenas de debates. (DIÁRIO DA NOITE, 10 de abril de 1958, nº10181, p. 5).

Vê-se na expressão “delegados fraternos” e na convocatória uma tentativa de um ecumenismo religioso e, por outro lado, busca retomar o lado filosófico próprio da origem do espiritismo, que se colocava à prova de outras teses e argumentações. Apesar disso, os participantes não-espíritas não tinham poder decisório. Considerando a história do espiritismo, não podemos perder de vista que o Allan Kardec fez referência nos seus livros aos detratores da doutrina, assim como, se preocupou com o diálogo e confronto entre os campos que lhe faziam oposição, tais como católicos e cientistas. Então, o jornal destacou os temas que seriam abordados:

Da liberdade de culto; Da expansão e defesa da imprensa espírita; Da História e das funções da imprensa espírita; Do Espiritismo como ciência, filosofia e religião; Missão Social do Espiritismo; Missão do jornalista espírita; Missão do escritor e do intelectual espírita, em geral; Espiritismo no rádio e na televisão; do Livro e das editoras espíritas; Espiritismo e espiritualismo. Este último item se subdivide nos temas: O Espiritismo em face das religiões; O Espiritismo e as demais correntes espiritualistas; A mediunidade através dos séculos. (DIÁRIO DA NOITE, 10 de abril de 1958, nº10181, p. 5).

A respeito desses temas, havia uma preocupação com a constitucionalidade da prática espírita, considerando o direito à liberdade de uso mediúnico e de pensamento. A preocupação acerca da expansão e defesa da imprensa espírita abarcava a estruturação de um curso de jornalismo espírita, com o objetivo profissionalizar a imprensa nativa (RIZZINI, 2001). Havia

⁶⁰ Nota-se a interseção de grupos espiritualistas, a começar pelo espaço sede do evento. O Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento foi idealizado por Antônio Olívio Rodrigues e fundado em 27 de junho de 1909, sendo considerado a primeira ordem esotérica brasileira. Ver em: <https://cecpensamento.com.br/historia/> (último acesso em abril de 2020).

uma preocupação em construir uma narrativa histórica da imprensa espírita, como também em associar os percursos dos jornalistas e escritores à uma missão, típica da trajetória do espiritismo que associa trabalho à evolução espiritual. Inclusive, a década de 1950 foi o momento em que se instituíram os primeiros cursos de jornalismo no Brasil, portanto, oferecer um curso de jornalismo espírita era uma maneira de especializar os agentes da imprensa espírita, visto que nem todos trabalhavam na imprensa leiga/comercial.

Um balanço sobre o evento foi publicado em *O Semanário* (RJ), na edição nº111, da semana de 29 de maio a 5 de junho de 1958, cuja reportagem foi assinada por Olívio Novaes. De início, destaca-se a importância do uso da palavra “espiritismo” pelos congressistas espíritas, alegando que esta palavra fora proposta por Kardec, no *Livro dos Espíritos*, bem como, a organização para um movimento em defesa da mediunidade e o estabelecimento da cidade sede do terceiro congresso, isto é, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Assim, a mesa diretora do evento foi composta por homens jornalistas espíritas das seguintes cidades: Lauro Schleder (presidente do evento) e Francisco Raitani (vice-presidente), do Paraná; Carlos Imbassahy (vice-presidente), do Rio de Janeiro; A. Pereira Guedes (vice-presidente), Olívio Novaes e Guiomar Ferreira de Matos (assessores), do Distrito Federal; Noraldino de Melo Castro (assessor), de Belo Horizonte e João Teixeira de Paula (assessor), Eurípedes de Castro (secretário geral), Vicente Cruz (secretário de expediente), Renato Wasth Rodrigues (secretário de atas), Jorge Rizzini e Fernando Campos (assessores), de São Paulo. Vejamos no quadro abaixo os órgãos de imprensa participantes:

Quadro 7- Imprensa espírita e comercial com base nos dados da reportagem de *O Semanário*, nº111, 1958.

Imprensa Espírita	Imprensa Comercial
Jornal <i>Mundo Espírita</i> - Paraná Jornal <i>Síntese</i> - Belo Horizonte Revista <i>Almenara</i> - São Paulo Jornal <i>O Clarim</i> - Matão, SP Revista <i>Internacional do Espiritismo</i> - Matão, SP Jornal <i>A Voz da União</i> - Distrito Federal	<i>Rádio América</i> (SP) - responsável pelo programa <i>Hora Espírita</i> ; <i>Rádio Difusora</i> (SP) - responsável pelo programa <i>Entre dois Mundos</i> ; <i>Rádio Progresso</i> (SP); <i>Rádio Guanabara</i> (RJ) - suplemento seleções espiritualistas.

Fonte: A autora, 2020. Dados de *O Semanário*, nº111, 1958.

O texto foi escrito de maneira elogiosa acerca dos organizadores e das medidas tomadas em prol da organização da imprensa espírita, havendo destaque para a atuação de José Herculano Pires. Além disso, o evento foi gravado para difusão na rádio paulista:

Encerrando as solenidades, discursou o presidente do Clube dos Jornalistas Espíritas de S. Paulo, Dr. José Herculano Pires, líder incontestado do movimento espírita do Estado bandeirante, jornalista profissional credenciado junto à Câmara Municipal de S. Paulo e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de S. Paulo. Sua oração foi um hino de beleza e estímulo a quantos o ouviram naquela noite memorável, quando mais uma vez a voz de São Paulo encontrou eco na consciência da comunidade brasileira. Todos os discursos proferidos foram gravados e retransmitidos pela Rádio Progresso de São Paulo - ZYR-81 que manteve junto ao Congresso os técnicos de reportagens da emissora de Caetano Mero, srs. Dr. B. Milano Netto e Marco Antônio Milano. (NOVAES, 1958, p. 15).

Desta forma, conforme destacado no jornal, ficou decidido no congresso que os desenvolvimentos cultural e espiritual deveriam estar alinhados aos princípios da Codificação de Allan Kardec e não em busca de superação ou modificação. Opuseram-se ao sincretismo religioso, à “formas primitivas” de manifestações mediúnicas e formações doutrinárias pessoais. Apesar disso, os congressistas endossaram que deveria haver respeito às diferentes manifestações religiosas ou concepções espirituais, resguardando suas respectivas distinções. Para eles, naquele momento o “Espiritismo constitui uma síntese de conhecimento representando uma base ideológica para o nosso século, sob a qual deverá desenvolver-se a civilização do futuro” (NOVAES, 1958, p. 15).

Recomendou-se um movimento no Congresso Nacional a fim de alterar as restrições de culto e prática mediúnicas do Código Penal, além de uma preocupação com as ações da imprensa espírita:

Solidariedade da imprensa e rádio na difusão do Esperanto; Maior cuidado na publicação de trabalhos espíritas na elaboração de programas radiofônicos e outros, no intuito de se evitarem inconveniências e deturpações da Doutrina; Desaconselhar a publicação na imprensa espírita de matérias referentes a outras concorrentes ou movimentos que, enganosamente, se aproxima do Espiritismo, mas que a ele não pertencem, [...] Sugerir a criação de um serviço de imprensa espírita, com função de manter colaboradores permanentes nos diversos órgãos doutrinários, [...] A organização, pelas instituições espíritas, sobretudo, as de jornalistas, escritores e intelectuais em jornais, programas de rádio e televisão, boletins de crítica litero-doutrinária, para exame constante, objetivo e independente, da matéria divulgada, Recomendar às instituições doutrinárias, representativas do movimento espírita nos Estados uma articulação no sentido de organizar juridicamente, a “Fundação do Livro Espírita”. (NOVAES, 1958, p. 15).

De acordo com Jorge Rizzini (2001), assessor do evento e biógrafo de José Herculano Pires, a oposição ao uso indiscriminado da palavra “espiritismo” deveria ser corrigida no meio espírita e na imprensa, assim como, no ambiente intelectual. Herculano Pires considerava que as reflexões sociológicas de Nina Rodrigues⁶¹ e de Gilberto Freyre⁶² referiam-se “ao fetichismo

⁶¹ Animismo fetichista foi publicado pela primeira vez em 1935.

⁶² Casa grande e senzala foi publicado pela primeira vez em 1933.

africano ou caboclo, atribuindo-lhe a designação imprópria de Espiritismo, revelando, assim, absoluto desconhecimento do processo histórico do aparecimento do Espiritismo, da existência da doutrina Espírita” (RIZZINI, 2001, p. 124). Isto é, para o presidente do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, as práticas mediúnicas precisavam ser diferenciadas das afro-brasileiras. Ao final do evento, os participantes foram certificados com o “Credo Jornalista”.

Nota-se que a perspectiva do grupo, em relação às diferentes práticas mediúnicas, diferenciava o espiritismo kardecista como uma prática inerente ao desenvolvimento das sociedades modernas, enquanto as práticas afro-brasileiras eram consideradas “primitivas”, “fetichistas”; além de um embate de classes mais baixas (religiões afro-brasileiras) e classes médias e intelectualizadas (espiritismo). Logo, tanto nas ciências sociais, quanto no próprio espiritismo kardecista, observava-se a construção de classificações e hierarquizações, porém, no caso de religiosos nativos, tratava-se de uma defesa por espaço e legitimação.

De acordo com Emerson Giumbelli (1997b), a categoria “espiritismo” no Brasil, é carregada de ambiguidades e imprecisões e, de maneira geral, é aplicada a práticas terapêuticas - considerando “espiritismo”, “curandeirismo” e “possessão” como aspectos iguais. Ele aponta dois movimentos em direção ao uso da palavra espiritismo, além do termo defendido por kardecistas: primeiro, um movimento de simplificação e generalização; segundo, um movimento de apropriação e ressignificação - este ligado à afirmação da Umbanda, em 1930, e a outras práticas espiritualistas. Portanto:

Podemos nos referir, em primeiro lugar, a um movimento de simplificação e generalização, que explica a aplicação de “espiritismo” a qualquer ideia ou prática que recorra à noção de “espíritos” e de sua intervenção no mundo cotidiano. Mais importantes, talvez, foram os movimentos de apropriação e ressemantização do termo, que deram origem a novos sistemas doutrinários e rituais, como é o caso do “espiritismo” do Centro Redentor, surgido na década de 1910 e depois rebatizado como Racionalismo Cristão, e do “espiritismo de Umbanda”, institucionalizado desta forma no final da década de 1930 e depois proclamado como religião genuinamente brasileira. (GIUMBELLI, 1997b, p. 32)

Segundo Giumbelli (1997b), entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, as práticas mediúnicas e de possessão mobilizaram no pensamento médico reflexões intelectuais e intervenções sociais, no que diz respeito às práticas médicas e penais. Com isso, o médico Nina Rodrigues abordou as práticas que lidavam com espíritos a partir de uma perspectiva psiquiátrica - no caso do candomblé, por exemplo, a possessão foi compreendida como uma derivação da “histeria”, isto é, com uma base patológica.

Inclusive, tal como refere-se Rizzini ao fetichismo, o trabalho publicado em 1935 por Nina Rodrigues chama-se *Animismo Fetichista*. Apesar da crítica de Herculano Pires a Nina Rodrigues, apontada por Rizzini, não há uma recusa da noção de fetichismo no que concerne

às religiões afro-brasileiras, mas sim à diferenciação da prática espírita e de legitimação do grupo.

A constante rememoração da origem da palavra “espiritismo” desde a proposta por Allan Kardec demonstra um esforço de construção da identidade do grupo e a busca pela exclusão dos diferentes. Recordar o passado é uma ferramenta importante para afirmar a identidade de um grupo, bem como, de indivíduos (TODOROV, 2002). Por outra via, como analisa Marcelo Camurça (2017) com base na teoria do *continuum mediúnico* de Procópio Camargo (1961), a palavra “espiritismo” adquiriu uma perspectiva ambígua aqui no Brasil, pois a experiência da mediunidade tornou-se uma chave interpretativa tanto para a umbanda quanto para o espiritismo formulado por Allan Kardec. Além de sujeitos externos às religiões, tendiam a englobar as duas práticas sob o rótulo “espiritismo”, a própria umbanda adotou o termo para legitimar seus núcleos e federações.

Todavia, como ressalta Camurça (2017), havia uma tendência em direcionar as práticas espirituais próximas ao afro-brasileiro como "mágicas", "fetichistas" e isto se trata de uma associação de caráter evolucionista e positivista. No contemporâneo, essa perspectiva já se encontra revisada, “pois religiões baseadas em doutrinas podem ter seus comportamentos ditos ‘mágicos’; e religiões baseadas em obrigações e rituais podem ter incrustados nestes, dimensões éticas” (CAMURÇA, 2017, p. 20).

Conforme o nome do congresso e o debate proposto pelo temário, observa-se uma preocupação com a profissão de jornalista, o processo intelectual e a relação com a doutrina espírita. Considerando que a religião é um conjunto de símbolos e de discurso, ao mesmo tempo em que a realidade religiosa demanda a existência do transcendente, é preciso que a comunicação entre plano espiritual e plano físico / humano seja expressa a partir de uma interação imanente. Seja a partir de símbolos, seja a partir de especialistas que representam expressões e efeitos do poder espiritual (ELLER, 2018).

Com base em Charaudeau (2018), compreendo que as noções espíritas buscam dialogar com o “efeito de verdade”, visto que lidam com a crença do arsenal espírita como uma doutrina científico-filosófica, mas que depende das subjetividades e das convicções dos sujeitos que nela estão envolvidos. Segundo o autor, tal efeito “está mais para o lado do ‘acreditar ser verdadeiro’”. Surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo” (CHARAUDEAU. 2018, p. 49).

Entretanto, os discursos dos adeptos mais puristas ou tradicionais desejam ir em direção à noção de “valor de verdade”, pois acreditam-se que o aspecto científico e de cura da doutrina são inerentes à realidade espiritual e às expressões no mundo material. Conforme argumenta Charaudeau, este valor “não é de ordem empírica. Ele se realiza através da construção explicativa elaborada com a ajuda de uma instrumentação científica que se quer exterior ao homem [...], que pode definir-se como um conjunto de técnicas de saber dizer, de saber comentar o mundo” (CHARAUDEAU, 2018, p. 49).

Além da importância do jornalismo para legitimar a doutrina, o Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas demarca a importância da literatura e da intelectualidade para a doutrina. Pois, como se sabe, o sistema de representação espírita é de caráter letrado, na qual a base escrita fundamenta os preceitos doutrinários, principalmente, no que diz respeito aos livros da Codificação de Kardec. Há um grande incentivo à produção literária. Como salienta Lewgoy (2000), o espiritismo não é apenas a religião do livro, mas os próprios participantes vivenciam a leitura, a escrita e o estudo como construção da identidade. Inclusive, tanto a psicografia é um dos importantes recursos da prática mediúnica, quanto os romances espíritas constroem narrativas acerca da relação entre o visível e o invisível, e, o imaginário acerca do plano espiritual.

Ao tomar contato com as teses dos primeiros congressos de jornalistas e escritores espíritas, percebo que embora tenha sido um grupo dotado de heterogeneidades e disputas, houve uma demanda pela construção da memória histórica da doutrina e da imprensa espírita. De um lado, o próprio jornalismo possui uma forte ideologia missionária de mediador e representante do povo, a partir da “mobilização das ideias de prestação de serviços para produção do bem-comum e o engajamento com os interesses da sociedade” (LOPES, 2009, p. 13). De outro lado, havia uma forte disposição para a reconstrução da memória histórica do movimento.

Conforme Pierre Nora (1993), com a cientificização das sociedades ocidentais, a memória correlacionada à história apresenta-se de maneira arquivística, baseada no registro e no traço visível. A sociedade não somente respeita o vestígio, produz e requer o arquivo. A própria narrativa histórica é incompleta, carregada de lacunas e problematizações no seu processo de reconstrução do acontecimento.

Neste sentido, o processo de revitalização histórico envolve a definição identitária de um grupo, além do dever de memória, cujos sujeitos acreditam-se responsáveis pelo processo de reconstrução. “Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das

etnias e minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens” (NORA, 1993, p. 17).

Por fim, como vimos acima, o segundo congresso foi organizado pelo Clube dos Jornalistas Espíritas do Estado de São Paulo. Observamos não somente uma articulação dentro do próprio campo espírita, mas também com a política. Uma preocupação com a história da imprensa espírita, com a literatura, com os opositores da doutrina e com as ações da esfera pública, que intervieram na liberdade de culto.

3. O CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SÃO PAULO: ESFERA PÚBLICA, DISPUTAS E ATUAÇÕES

A cidade de São Paulo iniciou o processo de transição de “capital dos fazendeiros” para uma metrópole industrial a partir da década de 1880, tornando-se uma frente importante em relação ao Rio de Janeiro, sobretudo, diante dos cenários das Grandes-Guerras e a “quebra da bolsa de valores”, em 1929, nos Estados Unidos. A cidade experimentou uma formação considerável de mercado consumidor interno; aumento do investimento de capital nacional e estrangeiro; e facilidade de mão de obra imigrante e oriunda do campo, cuja parcela tornou-se operária. Ao longo da primeira metade do século XX, observou-se também um aumento do fluxo e do estabelecimento de profissionais liberais nas áreas centrais e periféricas.

Com isso, houve um empenho na ampliação da malha de transportes e expandiu-se a composição dos bairros operários e dos bairros aristocráticos (inclusive, demarcados pela elite cafeeira), bem como, a delimitação das zonas que compõem a Grande São Paulo: Zona Sul, Zona Leste, Zona Oeste e Centro. (PETRONE, 1955). Entretanto, o estudo de Pasquale Petrone (1955) acerca do crescimento da cidade entre 1880 e 1950, evidencia que a cidade cresceu com pouco planejamento urbano (irregular e desordenada) e com dificuldade administrativa, apesar de ter se tornado uma cidade com grande recurso financeiro no país. Assim, as administrações municipais não souberam lidar com o desenfreado desenvolvimento, com os novos loteamentos, nos quais somente uma parte atendia aos requisitos de planejamento urbano e que o autor considera como uma espécie de “colcha de retalhos sem nenhuma harmonia e entrosamento” (PETRONE, 1955, p. 163).

Com isso, a elite paulistana exercia uma forte influência na política e no estado, embora o Rio de Janeiro ainda possuísse protagonismo na política nacional. A ideia de modernização e de progresso marcaram fortemente a identidade do paulista. É importante destacar que a vinda de imigrantes europeus também contribuiu para a disseminação da concepção de branqueamento da sociedade, cuja mão de obra negra foi muitas vezes desqualificada. No cenário intelectual, discutia-se o que é ser brasileiro e o crescimento econômico. (SCHUCMAN, 2020).

Naquele contexto, parte significativa do espiritismo deslegitimava a participação política de espíritas, embora Chico Xavier tenha sido uma personalidade difusora do espiritismo evangélico e com tom nacionalista em, *Brasil, coração do mundo, pátria do evangelho*, no ano

de 1938. De acordo com o prefácio de Emmanuel, argumentou-se sobre a potência do Brasil diante do contexto de ditadura Vargasista e suposta ameaça comunista:

O Brasil não está somente destinado a suprir as necessidades materiais dos povos mais pobres do planeta, mas, também, a facultar ao mundo inteiro uma expressão consoladora de crença e de fé raciocinada e a ser o maior celeiro de claridades espirituais do orbe inteiro. [...] Se outros povos atestaram o progresso, pelas expressões materializadas e transitórias, o Brasil terá a sua expressão imortal na vida do espírito, representando a fonte de um pensamento novo, sem as ideologias de separatividade, e inundando todos os campos das atividades humanas com uma nova luz. (XAVIER, 1969, pp. 7-8).

De acordo com Sinuê Neckel Miguel (2014), o cenário espírita paulista possuía uma tendência mais liberal e dotado de uma recusa à via política, principalmente, recusa à via da esquerda e à uma crítica à burguesia. Segundo o autor, Herculano Pires, membro do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, recusava a luta político-partidária, pois seria violenta e competitiva - em contrapartida, defendia um movimento cristão universal. Portanto, Pires acreditava apenas nas candidaturas apartidárias.

Sinuê Neckel Miguel (2014) observou que, por parte dos ortodoxos, havia a concepção de que a doutrina espírita estaria orientada pelo Espírito da Verdade e acima das questões transitórias da política, devido à reforma íntima (evolução espiritual) e relativização da pobreza e da riqueza (sem a crítica acerca das condições materiais). Assim sendo, a crítica de esquerda mais expressiva adveio do Movimento Universitário Espírita (MUE), o qual aproximava a doutrina espírita ao socialismo, inspirado nos modelos de ação política da Juventude Universitária Católica (JUC).

A principal bibliografia relativa à narrativa de fundação e declínio do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo é a biografia de Jorge Rizzini (2001), *J. Herculano Pires, o apóstolo de Kardec*. Entretanto, é pertinente destacar que se trata de uma narrativa de um autor que teve laços estreitos com o biografado e com a atuação no Clube - o qual foi presidente substituto quando José Herculano Pires precisou deslocar-se para Araraquara a fim de lecionar no curso de filosofia de uma faculdade privada da região.

As ideias defendidas pelo grupo tendiam a seguir as idealizações de Herculano, com isso, a “história de vida” aparece atrelada à história do grupo e a trajetória de um sujeito em sua conduta profissional (jornalista, escritor e professor) e a conduta moral “exemplar” - tal como adjetiva Rizzini - na vida pessoal e no espiritismo. Apesar da identidade do mentor do grupo ser abordada como imutável, as concepções defendidas sofreram mudanças ao longo do tempo, no que concerne, por exemplo, as aproximações entre espiritismo e socialismo; como também, religião e educação.

Considerando a atuação de Herculano, a sua vasta produção bibliográfica e a busca por construção de teses no espiritismo, torna-se oportuno considerar o quando / o momento em que esse protagonismo é evocado. Com isso, considero, tal como Pierre Bourdieu (2006), que o mundo social normaliza a ideia de que as identidades são constantes, rígidas e que o nome (a “constância nominal”) não somente designa a realidade biológica, mas também a social e o relato de vida. Ademais, o autor argumenta que quando se pesquisa a trajetória de um sujeito e suas relações de grupo, é necessário considerar o campo (isto é, o espaço onde ocorrem as interações dotadas de complexidades, antagonismos e protagonismos) e o conjunto de interações, os agentes e os confrontos envolvidos.

A biografia, portanto, é a busca de construção de inteligibilidade e de coerência das ações do sujeito no tempo e no espaço, tanto quem escreve quanto quem é investigado abarcam o sentido da existência narrada. Assim, o relato biográfico ou autobiográfico fornece sentido e lógica, “uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário” (BOURDIEU, 2006, p. 184).

Por fim, um aspecto pertinente a destacar é que perdura, nos estudos internacionais sobre espiritualismo, a metáfora das práticas próximas à ideia de comunicação tecnológica (sob a forma de telégrafo), e, portanto, o uso do termo médium (meio) (NOAKES, 2019; SCONCE, 2000). Como a presente tese estuda a atuação de jornalistas em relação à doutrina espírita, é possível associar a posição de tais jornalistas em defesa do espiritual /mediúnic; isto é, uma possibilidade de atuação religiosa da sociedade e das práticas socioculturais também de intermediação. No caso em análise, há duas crenças reunidas: a do fazer jornalístico e a doutrina espírita.

De acordo com o pesquisador das teorias do jornalismo, Nelson Traquina (2005), a própria comunidade de jornalistas (em seu aspecto genérico) é composta por crentes ávidos pela profissão, a qual exige dedicação total. Dotada de um *ethos* altruísta, a profissão às vezes é comparada a jornadas de sacrifícios pessoais, como na vida de clérigos. “Para esta comunidade de crentes, o objeto de culto é a própria profissão que exige dedicação total, porque o jornalismo não é uma simples ocupação, um passatempo; é mais que um trabalho porque é uma vida” (TRAQUINA, 2005, p. 53).

Dessa maneira, conforme a literatura acadêmica, entre as décadas de 1930 e 1970, a doutrina espírita vivenciou uma expressiva reflexão interna acerca de: práticas doutrinárias, constituição dos centros espíritas, processos de unificação e enraizamento na cultura brasileira (ARRIBAS, 2014; MIGUEL, 2014). Os congressos, simpósios e reuniões possibilitaram a

defesa de teses que direcionaram os objetivos do espiritismo. Naquele período, o campo espírita possuía uma ambivalência / um desafio a enfrentar: uma busca por unificação, ao mesmo tempo em que havia debates e fragmentações acerca da concepção doutrinária, suas dissidências e permanências em relação à literatura-base, composta pelos livros de Kardec.

No presente capítulo, pretendo analisar o *Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo* a partir das seguintes questões: como a construção de debates numa esfera espírita interferiram para a manutenção da doutrina no Brasil e sua relação com a sociedade civil? Como se constituía a negociação de ideias entre o clube e a imprensa?

3.1 As inter-relações e embates com instituições espíritas

Apesar de o espiritismo possuir uma doutrina estruturada por Kardec de forma coesa e sob a forma de livros que compõem uma chamada “codificação”, observa-se nos noticiários que as instituições espíritas e seus representantes eram bem demarcados. A título de exemplo, isto se expressa na nota de inauguração do programa espírita “Hora Espiritual”, produzido pela Liga Espírita do Estado de São Paulo, publicada no *Diário da Noite*, de 4 de junho de 1949:

Será inaugurado amanhã às 9 horas na Rádio Tupi de S. Paulo, o programa espírita radiofônico organizado pela Liga Espírita do Estado S. Paulo, denominado Hora Espiritual. Esse programa será irradiado todos os domingos, a mesma hora, em ondas curtas e longas. Falarão ao programa inaugural os srs. Antenor Ramos, presidente da Liga Espírita; Jonny Doin, pela mocidade espírita; jornalista Antonio D’Angelo Neto, pelos espíritas do Brasil; sra. Anita Brisa, em nome da mulher espírita; e o jornalista Wandyck Freitas pelo Club dos Jornalistas Espíritas de S. Paulo. Encerrando o programa serão apresentados vários números pelo corpo coral da Liga Espírita, dirigido pelas professoras Rachel e Gioconda Peluso. (DIÁRIO DA NOITE, 1949, 4).

Havia relações amistosas e busca pela construção de vínculos e espaços de sociabilidade, tal como a aproximação com a União Social Espírita. Entretanto, os laços também poderiam ser ambíguos. Ao mesmo tempo em que Rizzini (2001) declara a desavença de Herculano com Wantuil de Freitas (presidente da FEB entre 1943 e 1970), a relação parece ambígua, pois Pires elogiou o presidente da FEB pelo trabalho editorial, no Departamento Editorial da federação. Além disso, manter o vínculo com o presidente da instituição era uma via importante na constituição dos vínculos de sociabilidade:

Wantuil de Freitas visitou São Paulo pela primeira vez em março de 1959. A União das Sociedades Espíritas do Estado de São Paulo convidou diretorias de importantes instituições para recepcioná-lo. O Clube dos Jornalistas Espíritas, então adeso à USE, atendeu ao convite por uma questão de fraternidade e ética. Coube ao autor deste livro representar a instituição na sessão solene da FEESP porque nesse ano de 1959, indicado por Herculano Pires, assumira a presidência do Clube. (RIZZINI, 2001, p. 104).

Nesse sentido, a demanda por uma unificação interna - acerca da doutrina e ritualística - aparece nos discursos de diferentes grupos espíritas, cujo marco controverso pode ser apontado pela constituição do Pacto Áureo, concretizado entre a cúpula da FEB e federativas estaduais. Entretanto, é preciso destacar que, embora haja tal delimitação, Emerson Giumbelli (1997) observou que, já nos primórdios do espiritismo brasileiro (por volta da década de 1880), havia uma movimentação para centralizar a doutrina a partir de normas, ritualísticas e condutas, bem como, através da filiação à Federação Espírita Brasileira. Uma primeira tentativa malsucedida foi, em 1890, com o Centro Espírita do Brasil (cujas reuniões e interesse de confraternização se tornaram esparsas), e, em 1891, grupos espíritas começaram a declarar-se aderidos à FEB. Assim, após o Código Penal de 1890, a instituição federativa constituiu-se como um importante ponto de apoio e de resguardo das instituições espíritas e realizou campanha para a formação de delegados espíritas de todo o país.⁶³

É neste sentido que pode ser observado no paulista *Jornal de Notícias*, de 1948 e 1950, a articulação de um movimento unificador da doutrina através de congressos, bem como, a demarcação do pioneirismo da União Social Espírita (U.S.E) frente à FEB. Sob o título “Movimento de Unificação Espírita”, a manchete de 4 de maio de 1946, na coluna “Seara Espírita”, convocava em nome da Federação Espírita de São Paulo, da Liga Espírita, da União Federativa Espírita e da U.S.E, a unificação de espíritas da capital e do interior. Porém, a medida não seria impositiva, recomendava-se que diretores dos centros estudassem a proposta e remetessem a adesão à União Social.

Somente em 1947 que o movimento unificador começou efetivamente a ser mobilizado no estado. No ano de 1948, ganhou maior expressão no território brasileiro sob a forma de congresso (*I Congresso Brasileiro de Unificação Espírita*, de 31 de outubro a 03 de novembro de 1948) e a participação de delegações de várias partes do país - com maior expressão do sul e sudeste.

Todavia, de acordo com as reportagens, a FEB não manifestou interesse na participação. Com isso, a possibilidade de filiação à U.S.E ou à federação do Rio de Janeiro causou dúvidas entre diretores espíritas. Afinal, aderir à unificação paulista seria preterir à FEB? Para o jornalista Wandyck de Freitas, membro do Clube dos Jornalistas, subordinar-se à matriz carioca seria valorizar o espiritismo evangélico (ligado à abordagem ligada ao cristianismo redivivo e

⁶³ Célia Arribas (2014) observou que a Liga Espírita do Brasil, sob o comando de Leôncio Correia, organizou um Congresso Constituinte Espírita Nacional, em 1926, com o objetivo de construir unificação e criar uma unidade federativa nacional. Porém, tais planos iam em confluência da instituição da FEB, a qual esforçou-se pela manutenção do monopólio doutrinário.

religiosa) e roustanguista (ligada aos adeptos dos textos de Jean-Baptiste Roustaing), em detrimento da codificação de Kardec. Diz ele:

Já dissemos mais de uma vez que a obra unificadora empreendida pela União Social Espírita é um acontecimento histórico, apesar da incompreensão de muitos que, julgando ser a U.S.E uma sociedade e como tal alimentando os mesmos interesses subalternos que têm caracterizado tantas sociedades espíritas, dele se afastam para prestigiar a que consideram a “casa máter” do espiritismo. Sendo o espiritismo no Brasil de orientação eminentemente kardecista, estúpido seria, como pretendem alguns, subordinar o movimento unificador à “casa mater”, a qual na sua exagerada exaltação de Roustaing classifica a cada passo o grande mestre codificador da doutrina, de “fomentador de discórdias”. (FREITAS, 1948, p. 8).

Como se vê acima, havia uma crítica acerca da receptividade da “casa máter” acerca dos *Os Quatro Evangelhos*, de Roustaing - aplicado pela ala mais religiosa do espiritismo. O que causava tanta polêmica era o fato de que a proposta de Roustaing teria sido recebida mediunicamente, trazia interpretações sobre Jesus e aceitava a ideia de virgindade de Maria. Diante dessa polêmica, a tese do autor não foi bem recebida na França, inclusive, Kardec recebeu a tese com parcimônia (GIUMBELLI, 1997a).

No que concerne à polêmica desse livro espírita, Emerson Giumbelli (1997a) observou que havia desde a presidência de Bezerra de Menezes (entre 1895 e 1900) na FEB, uma receptividade para a doutrina como forma revelada, expressa tanto na literatura de Kardec, quanto em *Os Quatro Evangelhos*, de Roustaing. Já naquele período, havia uma divisão, na qual o autor denominou de “espiritismo mais cívico / científico” – cujo evangelho era um exemplo de vida a ser seguido pelo espírita – e, de outro lado, o “espiritismo religioso”; no qual era oferecida uma maior ênfase ao evangelho.

Foi no contexto de 1898, que a exposição das teses de Roustaing foram defendidas e publicadas em *O Reformador* (impresso oficial da federação). Nesse sentido, conforme argumenta o Giumbelli (1997a), a ala mais religiosa abarcou os evangelhos de Kardec e de Roustaing não somente como um aspecto moral, mas como textos que necessitavam de exegese.

Já no contexto de 1948, para o Clube, a diretoria da FEB estava mais atenta a Roustaing, em detrimento da leitura da fundamentação de Kardec. Logo, para eles, havia mais o aspecto evangelista no Brasil (o chamado espiritismo-evangélico) e a permanência do roustanguismo. (RIZZINI, 2001). O problema, percebido por Célia Arribas (2014), devia-se ao fato de que a nova proposta de filiação implicaria na constituição de um novo órgão federativo nacional, portanto, a FEB tornar-se-ia restrita ao Rio de Janeiro, o que provocou um maior acirramento no campo espírita. Além disso, conforme argumenta a autora, havia uma disputa territorial entre Rio e São Paulo:

[...] os espíritas de São Paulo, que haviam começado de forma acanhada na sua organização, foram pouco a pouco ganhando destaque entre os pares de outros estados, igualmente desorganizados e/ou igualmente insatisfeitos com a FEB. A repercussão do (e a identificação com o) movimento espírita paulista chegou a tal ponto que os personagens de São Paulo, sobretudo Edgard Armond e Herculano Pires (entre outros, não nos esqueçamos), passaram a se tornar referências nacionais). (ARRIBAS, 2014, p. 124).

Diante desse contexto de disputas, a FEB articulou e consolidou seu plano de unificação em 5 de outubro de 1949, no Rio de Janeiro, no *II Congresso Espírita Pan-Americano*, a partir do plano de criação de um Conselho Federativo Nacional (CFN). As diretrizes foram apresentadas por Wantuil de Freitas. Isto é, foi realizado um “Acordo de Cavalheiros”, ou “Pacto Áureo”, conforme foi chamado por Arthur Lins. (ARRIBAS, 2014).

No ano seguinte, em 10 de janeiro de 1950, por ocasião do *II Congresso Espírita Estadual*, Carlos Jordão da Silva, secretário-geral da U.S.E (SP), em vez de opor-se à FEB, traçou uma linha do tempo cujo argumento localizava a ação da USE como pioneira no processo unificador que foi consolidado pela FEB. Disse ele ao Jornal de Notícias:

Como é de conhecimento dos espíritas em geral, a União Social Espírita, desenvolveu grande atividade no campo da unificação nacional com a realização do *Congresso Brasileiro de Unificação*, em outubro de 1948, que culminou no acordo celebrado no Rio de Janeiro a 5 de outubro do ano passado [1949], entre a Federação Espírita Brasileira e as entidades estaduais. Esse acordo visou a união e confraternização da família espírita brasileira, satisfazendo ao anseio dos que em nome de Jesus nos inspiram e conciliam a uma maior colaboração no setor da fraternidade humana. (SILVA apud JORNAL DE NOTÍCIAS, 2950, p. 2).

Apesar do acordo ter sido selado, ainda havia discordâncias acerca da unificação: Deolindo Amorim, José Herculano Pires e Júlio de Abreu Filho demonstraram-se ressentidos pela não convocação. Herculano denominou o caso como “bula papalina” da FEB, pois a matriz doutrinária havia delineado formas de condutas no âmbito religioso e com as mocidades. (RIZZINI, 2001).

Entretanto, pude observar na ata de reunião da USE, em 17 de junho de 1950, que houve uma ocorrência conciliatória entre Herculano Pires em relação ao vice-presidente da FEB, Francisco Rocha Garcia, afirmando que o confrade estava em busca de solidariedade a fim de unificar o espiritismo:

O orador, em oportunas e precisas palavras, esclareceu, inicialmente, a posição do Clube dos Jornalistas Espíritas em relação à Federação Espírita Brasileira, frisando o ideal de concórdia existente entre todos, no mesmo anseio de fraternidade e compreensão e ressaltando que as críticas porventura feitas a entidades espíritas visam acima de tudo a construir um ambiente de maior entendimento, mais aproximação e melhor aproveitamento de todos, numa eficiente soma de esforços comuns em prol da Doutrina codificada por Allan Kardec. O homenageado agradeceu essa expressiva demonstração de carinho da União Social Espírita e acrescentou que trouxe da Federação Espírita Brasileira uma única incumbência: conquistar os corações dos confrades de São Paulo. Fez referências ao pacto firmado em 5 de outubro de 1949 e

pediu que se não mais lembrasse o passado, em vista dos comuns objetivos da fraternidade que a todos animam no presente e foram o sublime fundamento daquele pacto. (USE, 1950, p. 40).

Já em 02 de setembro de 1950, conforme registrado em ata, Herculano Pires afirmara que a menção ao clube diante da reunião de junho deveu-se à notória divergência entre o Clube e a Federação. Como pode-se observar, havia ambiguidades e divergências em relação à Federação Espírita Brasileira, porém, as formas de reação dependiam das necessidades de interações e dos comportamentos ligados aos grupos.

3.1.1 A combinação de práticas espiritualistas místicas e afro-brasileiras à doutrina de Kardec

No tocante às práticas místicas / espiritualistas no meio espírita paulista, essa tendência foi gradualmente incorporada por adeptos do espiritismo, todavia, foi sob a chancela de Edgard Armond (presidente da FEESP) que elas se legitimaram. Como é o caso das ideias do espírito Ramatis, mentor espiritual do paranaense Hercílio Maes (1913 - 1993), que combinava concepções extraterrestres com a vida espiritual na Terra.

Hercílio Maes, natural de Curitiba (PR), formou-se em contabilidade e, mais tarde, em direito, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). De família de classe média baixa, cresceu em lar católico. Casou-se e teve três filhos. Diante das dificuldades financeiras e após atropelar duas pessoas, aproximou-se com mais afinco da doutrina espírita por recomendações de amigos. Entretanto, desde a infância, já apresentava relatos de contato com um ser espiritual, o qual se apresentaria como Espírito Ramatis, quando o médium completara 30 anos. Tratava-se de uma trajetória espiritual intensa, pois havia circulado pela maçonaria, teosofia, Rosacruz e terreiro de umbanda (nesse último, consultou o caboclo “Ventania” devido às recorrências cirúrgicas sem diagnóstico definido pelos médicos). Enquanto prática mediúnica, ficou conhecido como médium de psicografia, psicofonia, vidência e receitas médicas. (MAES, 2010).

Ramatis era um espírito de tradição orientalista (Índia védica, Egito e Indochina), suas principais abordagens eram pertinentes às questões cósmicas, cármicas, energéticas e extraterrestres (tal como a existência da vida em Marte). Entretanto, alguns membros mais ortodoxos, como Herculano Pires, teceram críticas à vertente mística como sendo uma forma de desvio doutrinário. (ARRIBAS, 2014). Então, o Clube dos Jornalistas Espíritas se articulou a fim de opor-se à aplicação da base esotérica no âmbito doutrinário. Foi direcionada uma carta à FEESP e uma publicação no “Diário de São Paulo”.

Conforme transcreve Rizzini (2001), a perspectiva dos opositores ao Ramatis era de que se tratava de um espírito pseudo-sábio; cuja obra remetia à ficção. Sendo, portanto, um desserviço doutrinário (pois oferecia uma perspectiva utópica e não científica) e aos ensinamentos cristãos.

Na visão de Herculano Pires havia alguns “absurdos” que ridicularizavam no livro *O Sublime Peregrino*, de Ramatis e psicografado por Hercílio Maes:

Este livro é o mais grave da sua produção, porque atenta diretamente contra o próprio Cristo, oferecendo a espíritas e não espíritas uma visão deformada da visão do Senhor e dos seus ensinamentos, acusando os espíritas kardecistas de intransigentes e sustentando o dogma da santíssima trindade. (...) Entre as suas novidades figuram estas: Jesus não carregou a cruz; nada disse aos seus companheiros de suplício; não foi o Cristo, mas o médium do Cristo (tese teosofista); durante a gravidez de Maria, procurou impregnar o seu novo corpo com o gosto dos alimentos de sua predileção em encarnação anterior (!); sua entrada em Jerusalém foi uma baderna que ele não pôde controlar, e assim por diante. Jesus não tinha consciência de sua missão e Maria Madalena era um espírito elevado, que combinou com Jesus, no espaço o encontro na Terra. (PIRES apud RIZZINI, 2001, p. 96).

A posição de Herculano e a abordagem de Rizzini na biografia (o qual classifica o acolhimento dos espíritas ao Ramatis como uma hipnose) ainda reverberam na memória de Mauro Maes, o qual escreveu uma biografia sobre o pai, o médium Hercílio Maes. Mauro revelou o ressentimento em relação aos opositores. Portanto, a ferrenha oposição de Herculano causou grande desapontamento em Hercílio e Mauro Maes (filho e biógrafo do médium). Diz o biógrafo:

No início da divulgação das obras, Hercílio sofreu algumas críticas, principalmente de Henrique Rodrigues e Herculano Pires, jornalista e sociólogo que mantinha uma coluna no *Diário de São Paulo* com o pseudônimo “Irmão Saulo”. Foi nessa coluna que deu início a uma campanha contra os livros de Ramatis. Reconhecia o valor intelectual dele, mas “alertava para o perigo de suas ideias”. Jorge Rizzini, autor da biografia de Herculano Pires, também era crítico de Ramatis; considerava suas revelações fantasiosas. Essa situação fez meu pai sofrer muito. Eram afirmações do tipo: “Ramatis não existe, isso é coisa tua”, que levantavam dúvidas quanto às origens das mensagens, como se elas fossem frutos de uma mediunidade anímica. O comandante Edgard Armond foi seu maior defensor. Emitia sua opinião sobre os livros de Ramatis no jornal *O Semeador* e, com espírito crítico, fortalecia-o e auxiliava-o, o que lhe rendeu vários inimigos. A Federação Espírita de São Paulo chegou a nomear uma comissão de doutrina sobre *O Sublime Peregrino*, suspendendo a venda da obra em suas livrarias “por conter erros prejudiciais à doutrina espírita”. (MAES, 2010, p. 20).

Por sua vez, a defesa do médium em relação às críticas direcionava-se à pertinência da mensagem disseminada em detrimento da busca pela veracidade da mediunidade. Defendeu-se Hercílio:

Mesmo que Ramatis não existisse, mesmo supondo-se a tese de Herculano Pires, o que importa é o conteúdo das mensagens. São sensatas, amorosas, lógicas e convertem ao bem? Que importa se fosse apenas inspiração minha? Eu também sou espírito. Herculano usa de argumento ingênuo, pois o maior Mestre que tivemos até hoje não era desencarnado, mas encarnado - Jesus Cristo. Vamos supor que na Terra existisse

um médium chamado Ramatis, e o seu guia um tal de Hercílio Maes, ditando as mensagens que nós todos estamos estudando. Qual seria a diferença? O nome apenas? Eu, por exemplo, aqui em Curitiba, conheci elevadíssimas mensagens de um espírito chamado Irmão do Espaço, e, que sejam dele ou do médium, elas me causaram estranha emoção e renovação espiritual. (HERCÍLIO MAES apud MAES, 2010, pp. 20-21).

Em ambos os casos, as biografias trazem os sujeitos com suas trajetórias e posicionamentos (biografados e biógrafos⁶⁴), explicitam os acontecimentos e o lugar da trajetória inicial, bem como, os respectivos nomes próprios. Como visto acima, Mauro Maes defende a importância do predomínio do conteúdo da mensagem, independente da confirmação da existência do fenômeno espiritual.

Pierre Bourdieu (2006) aponta tal abordagem como uma ilusão biográfica ou retórica, cuja construção da trajetória marca posições de um agente em relação a diferentes grupos, dialogando com a oficialidade e as ações civis. Nesse sentido, a narrativa das trajetórias (isto é, o envelhecimento social, que é distinto do envelhecimento biológico) também é dotada de relações amistosas e de confrontos entre os agentes. Ele afirma que “[os] acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado” (BOURDIEU, 2006, p. 190).

Por outro lado, em face das emoções apontadas tanto no texto de Rizzini sobre Herculano, quanto no texto de Mauro Maes sobre Hercílio, compreendo que devemos também considerar o diálogo da escrita com a dimensão corpórea e/ou fantasmagórica cuja memória e a dimensão biográfica evocam. Célia Arribas (2014) argumentou que, embora algumas biografias sobre o meio espírita sejam limitadas e simplórias, elas oferecem os percursos e possibilidades de construção dos sujeitos em relação com um contexto histórico determinado.

Neste sentido, tal como o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2010) argumenta, a escrita biográfica dialoga não somente com o racional, mas também com as sensações, paixões e emoções. No processo de construção narrativa da identidade, busca-se abordar o sujeito carnal, a existência que se foi, a fim de trazer às palavras uma naturalização do pretense real. Todavia, conforme o próprio autor ressalta, o texto biográfico possui uma ambiguidade: ao mesmo tempo em que não consegue abordar tudo a respeito da vida em análise, traz-se à tona experiências do carnal, do corpóreo. “O texto biográfico parece oscilar entre a ênfase na letra ou a ênfase na carne” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2020, p. 13).

⁶⁴ Apesar do pretense distanciamento do texto e das personagens narradas, os biógrafos possuem trajetória de vida carregada de afinidade, proximidade e vivência com os sujeitos dos acontecimentos.

Na concepção de Herculano, era preciso chamar os adeptos do movimento espírita para uma autocrítica, inclusive, para atentar-se ao esvaziamento das ideias de “tolerância, fraternidade e paciência”, pois ser espírita não significaria ser extremamente bom ou santo, mas o sujeito que procura o bom-senso. Havia uma clara desavença com o presidente da FEB, Wantuil de Freitas, adjetivado como impetuoso e arbitrário por acolher concepções “mistificadoras” e aceitar a ideia de “espiritismo de umbanda”. Isto é, considerando que toda prática mediúnica seria espiritismo, inclusive a afro-brasileira.

Os argumentos tanto de Rizzini quanto de Herculano são de oposição às práticas de matriz afro-brasileira. Portanto, apesar de a mediunidade não ser exclusividade da doutrina de Kardec, havia necessidade de diferenciação: de um lado, uma prática mística e mais primitiva e, de outro, o espiritismo, uma prática ilustrada e científica. De acordo com o biógrafo, Herculano publicou no Diário de São Paulo, em nome do Clube:

“Afirmar que fenômeno é doutrina é simplesmente ignorar o sentido desses dois termos. E mais: é ignorar a afirmação de Kardec, em “O livro dos Espíritos”, de que os fenômenos pertencem à parte experimental do Espiritismo, e de que: “a verdadeira Doutrina Espírita está no ensinamento dado pelos Espíritos”. Se os conselheiros federais, em vez de decidirem pela própria cabeça, lessem a “Introdução à doutrina espírita”, encontrariam todas as graves questões que os preocuparam já suficientemente esclarecida pelo Codificador” (PIRES apud Rizzini, 2001, p. 101).

Nesta via, outro argumento importante a ser destacado é pertinente à resenha de lançamento da obra *Kardecismo e Umbanda*, de Cândido Procópio Camargo, em 1962, por Herculano Pires ao *Diário da Noite*. Naquela ocasião de 14 de abril também houve um debate com o tema no Clube dos Jornalistas Espíritas com a presença de Camargo. De acordo com a resenha, a pesquisa acadêmica do livro buscava compreender as motivações das religiões mediúnicas brasileiras: expressas pelo espiritismo e pela umbanda, além das suas respectivas variações em um “continuum mediúnico”.

Para Herculano, a novidade é que a literatura em análise trazia consigo a abertura para a doutrina espírita no espaço acadêmico brasileiro, pela via da explicação sociológica e com apoio internacional da Federação Internacional dos Institutos de Pesquisas Sociais da Suíça. Portanto, no que concerne à ideia de continuum, trazia consigo um aspecto mais civilizado, amenizado às religiões afro-brasileiras, que lidavam diretamente com espíritos, rituais, bebidas, diversidade de ritmos e expressões.

Outro aspecto novo, para Herculano Pires, era uma distinção formal e histórica entre kardecismo e umbanda (apontada como sincretismo religioso). Era a possibilidade de romper o preconceito do campo científico e o espiritismo no Brasil. Contudo, a resenha não evidenciou as possíveis contribuições para a umbanda e apenas enfatizou a perspectiva espírita. Assim, o

texto sociológico também traria uma explicação sobre religião, a qual Herculano - com formação acadêmica em filosofia - aproxima-a à compreensão de religião de Henry Bergson.

Argumenta Herculano na resenha do jornal:

Esclarece o autor: “Por religião internalizada entendemos a escolhida pelo fiel, que pensou encontrar nela a satisfação de necessidades e uma experiência de adesão à verdade”. E logo mais “Diversamente, consideramos religião tradicional a aceita principalmente em conformidade com a tradição”. A explicação é mais ampla, e o autor esclarece ainda que formulou apenas “conceitos-tipos, nunca encontrados puros na realidade”. Acentua também que o conceito de “internalização” não é empregado em sentido psicológico, mas sociológico. De qualquer maneira, estamos diante de conceitos que se assemelham aos adotados por Bergson, quando dividia as religiões em “estáticas” ou tradicionais, e “dinâmicas” ou individuais. (PIRES, 1962, p. 6).

Devido ao texto com conceitos e citação de autor, nota-se um esforço de diálogo com pares da intelectualidade espírita, como também entre espíritas e a academia. Entretanto, podemos notar o uso da abordagem sociológica como forma de legitimar o espiritismo em detrimento da umbanda - evidenciada na resenha como mágica e sincrética, enquanto a doutrina de Kardec aparece como uma prática mediúnica pura.

A respeito desta questão, na revisão da literatura sobre a obra Kardecismo e Umbanda, Marcelo Camurça (2017) partilha da crítica realizada por pares que o modelo proposto por Procópio Camargo do “continuum mediúnico” pode induzir à hierarquização entre ambas as práticas, sobretudo, na construção de valorização diante da disputa do termo “espiritismo”. Portanto, segundo o autor, Camargo analisa ambas as religiões com o viés espírita, no qual o espiritismo é mais sóbrio, consciente e ético, enquanto a umbanda é mais inconsciente, mágica e expansiva. “Ao pretender interpretar as diferenças e gradações entre as duas religiões, o artefato teórico de Camargo pode terminar desqualificando a Umbanda” (CAMURÇA, 2017, p. 20).

Considero que de fato tais práticas mediúnicas devem ser distinguidas. Todavia, não através da via da pureza doutrinária, mas através da evidência histórica de racismo, deslegitimação, perseguição e apagamento que as religiões de matriz afro-brasileira (tais como, umbanda e candomblé) sofreram (e sofrem) no contexto sócio-histórico do Brasil. Portanto, apesar da disputa de autoridade para o uso do termo “espiritismo” e o senso comum tentar unificá-las, tal aglutinação evidencia as dicotomias “bem e mal”, “evoluído e não evoluído”; uma doutrina branca e de origem burguesa à frente das práticas negras e das camadas mais empobrecidas, herança da história higienista brasileira. Sendo que, ao mesmo tempo em que o Clube dos Jornalistas Espíritas, sob o posicionamento de Herculano Pires, abriu o espaço para o debate das gradações entre as práticas mediúnicas, também valeu-se da pesquisa acadêmica como uma das vias de legitimação para o espiritismo de Kardec.

3.1.2 Relação com os médiuns e com o espiritismo internacional

Dentre as diferentes interações no campo espírita nacional (tal como exposto abaixo sobre os contatos e abordagens jornalísticas acerca dos médiuns, como com Chico Xavier e José Arigó), houve também uma tentativa de entrosamento com o movimento espírita internacional. Nessa busca pela interação com espíritas de países vizinhos, houve intercâmbio com a Argentina e publicações nos jornais. Neste caso, tratava-se de uma denúncia das restrições do governo peronista em relação à prática mediúnica, resultado na obrigação de registro dos médiuns no Departamento de Psicopatologia - o qual necessitava de laudos psiquiátricos (RIZZINI, 2001).

No *Jornal de Notícias* (periódico paulistano, no qual Herculano era o secretário-geral), de 11 de março de 1950, foi publicado na íntegra o telegrama destinado a Perón, em 10 de março de 1950, com a assinatura do Clube dos Jornalistas de São Paulo:

O Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, tomando conhecimento das medidas de restrição das medidas de restrição ao movimento espírita argentino, leva a v. exa. o seu respeitoso, mas veemente protesto. O registro das associações espíritas, e principalmente o dos médiuns, na Diretoria de Psicopatologia do Ministério da Saúde representa desrespeitos às atividades espíritas e coação ao exercício da mediunidade, como tentativa de reduzir a caráter patológico manifestações normais já cientificamente observadas e classificadas. O Clube dos Jornalistas Espíritas manifesta sua estranheza pela adoção de medidas que impedem o livre desenvolvimento do neoespiritualismo em terras de Cosme Marinho, nome glorioso do Espiritismo americano. J. Herculano Pires, presidente; Domingos Antônio D'Angelo Neto, vice-presidente; Pedro Granja, primeiro tesoureiro; João Ferraz Anhaia, segundo tesoureiro; Wandyck de Freitas, secretário. (CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SÃO PAULO, 1950, P. 2).

Naquele momento, a figura do médium como expressão do fenômeno espiritual era frequentemente noticiado, sobretudo, a partir das seguintes personalidades: Chico Xavier (desde a década de 1930) e José Arigó (entre as décadas de 1950 e 1970). A relação com Chico Xavier foi expressa de maneira amistosa, exaltando o caráter do médium, mesmo após as acusações de plágio em *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* (1938), advinda da família de Humberto de Campos. Conforme anúncios publicados no Diário de São Paulo, o Clube realizou caravanas para Uberaba, em visita a Chico.

Conforme o depoimento de D. Maria Virginia (HERCULANO PIRES, 2015), desde a década de 1940, Herculano Pires nutria uma relação amistosa com Chico Xavier. Pode-se ser observado no *Diário da Noite* que Chico foi mencionado como uma personalidade de referência em relação aos outros médiuns. Geralmente, o médium era apresentado não por suas características grandiosas como líder espiritual, mas por sua ação humana, pela capacidade de doar-se e a virtude acima dos bens materiais.

A título de exemplo, Chico Xavier foi citado em reportagem como modelo a ser seguido, no *Diário da Noite*, de 17 de fevereiro de 1948, com a fotografia da entrevista de José Herculano Pires ao sr. Raul Soares - cirurgião-dentista lotado na Praça da Sé (SP) cujo médium Pedro Machado teria sido seu paciente. Soares afirmava a veracidade da psicografia de Machado, atribuída ao espírito de Mahatma Gandhi. O repórter do *Diário* mencionou que havia um crescente interesse sobre espiritismo e espiritualismo na sociedade, sobretudo, após a quebra de barreiras com o fenômeno de Chico Xavier. Tratava-se, portanto, de uma exposição de possíveis casos mediúnicos. Assim como Chico Xavier, Pedro Machado também era mineiro e de origem pobre, portanto, a exaltação da simplicidade familiar / financeira e da falta de erudição foram pontos-chave para confirmar a autenticidade e a virtude da comunicação, como exposto na reportagem. Ademais, o novo médium foi considerado como um “possível êmulo de Chico Xavier”, isto é, um médium tão capacitado quanto o psicógrafo de Emmanuel e André Luiz.



Figura 13. Diário da Noite- Reportagem sobre o médium Pedro Machado e referência a Chico Xavier, 17 de Fevereiro de 1948.

Fonte: Biblioteca Nacional (acesso em novembro de 1021).

Moacyr Jorge narrou em sua reportagem de 10 de maio de 1960, ao *Diário da Noite*, que Chico Xavier atraía para Uberaba uma “legião de aflitos”. O médium foi apontado como uma pessoa querida no meio espírita, capaz de solucionar males e de oferecer consolo aos necessitados. Apesar da fama, Chico conservaria simplicidade e modéstia no atendimento de receituários psicográficos e de mensagens doutrinárias. O jornalista, então, narrou que “Chico Xavier atende a todos que estejam na fila. Ricos e pobres recebem tratamento idêntico. Ninguém é recebido em particular ou em caráter especial, mesmo em se tratando de jornalistas. Todos são obrigados a permanecer na fila duas, três, quatro horas seguidas” (JORGE, 1960, p. 19).

O receituário aos enfermos era feito sem que ele soubesse a doença ou necessidade, assim como, o atendimento era gratuito. Por fim, um fato que contribuía para persona de Chico e justificava a veracidade das comunicações era a origem pobre e sem desenvolvimento da intelectualidade:

Para muitos, o famoso médium espírita é uma incógnita. Para outros é um fenômeno. A última hipótese parece a mais acertada. Quem lê os livros que ele diz escrito em “mensagens do além” e com ele conversar, crê que uma cultura mais vasta o que tenha ditado. Chico quando moço foi garçom de hotel. Não tinha tempo para estudar, nem dinheiro. Sempre foi pobre. Mais tarde, empregou-se numa mercearia: foi caixa. Conseguiu um emprego no Ministério da Agricultura, na Divisão de Fomento, como datilógrafo. Está prestes a aposentar-se por tempo de serviço. Nunca frequentou uma escola secundária, mas durante as “sessões espíritas” quando os seus olhos ficam velados pelos dedos da mão esquerda, escreve maravilhosamente, e os escritos recebidos já foram qualificados pelos seus adeptos como: “Pérolas do Além”. (JORGE, 1960, p. 19).

Entretanto, somente a partir de 1970, quando o clube chegou ao fim, que Herculano iniciou uma parceria na imprensa com Chico Xavier, seja no *Programa Pinga-Fogo*, na *Tv Tupi* (cujas edições foram ao ar no ano de 1970) e na coluna do *Diário de São Paulo*, “Chico Xavier Pede Licença” (será exposto mais detalhadamente no capítulo 4). Segundo Rizzini:

A parceria Herculano Pires e Chico Xavier no “Diário de São Paulo” resultou em quatro obras de grande importância na História da Literatura Espírita Brasileira. Eis os títulos: Chico Xavier pede Licença; Na Era do Espírito; Astronautas do Além e Diálogo dos Vivos, as quatro editadas pelo Grupo Espírita Emmanuel, da cidade de São Bernardo do Campo. Após a leitura dessas obras publicadas por sugestão de Emmanuel e que são preciosas ligações de sabedoria espiritual [...]. (RIZZINI, 2001, p. 225).

De acordo com Sandra Stoll (2003), a natureza pobre, de sacrifício e abnegação da vida conferiam a Chico Xavier uma noção de santidade. Tal como visto acima, o grupo enfatizou o aspecto “humilde” da vida de Chico como uma virtude. Apontou-se também para a organização de caravanas e a presença de “legião de aflitos”. Conforme com a descrição de Stoll, inicialmente, a casa de que o médium recebia necessitados espirituais era um “barraco de três cômodos”, o qual sofrera expansões à medida em que atraía mais público. Entretanto, ele

recusava a ostentação e expressava desapego material, desejo pelo espaço físico reduzido e recusa do projeto de casamento.

A respeito da relação com Divaldo Franco, não há muitas referências além dos rumores de que o jornalista espírita não possuía afinidades com o médium baiano, talvez isso tenha influenciado na ausência de reportagens. No que tange a José Arigó, o Clube, por meio da imprensa, articulou com outros jornalistas a defesa do médium diante dos enfrentamentos judiciais, pois fora acusado do crime de “curandeirismo”.

Conhecido popularmente como José Arigó, José Pedro de Freitas (1922 - 1971), natural de Congonhas do Campo (MG), foi uma personalidade de origem pobre que atraiu multidões à procura de seu trabalho espiritual, assim como Chico Xavier. Ficou célebre por realizar cirurgias com instrumentos não-esterilizados e por receitar medicamentos homeopáticos.

Dona Maria Virginia, esposa de Herculano, relatou no documentário *Herculano pires: Um convite para o futuro*, de Edson Audi (HERCULANO PIRES, 2015) como foi o primeiro contato da família com o médium. Portanto, havia um apreço familiar com o médium:

A Arigó, eu devo muito. Foi ele quem me curou [...] A primeira vez que eu fui lá nem o Herculano conhecia o Arigó. Eu fui com a minha irmã, que ela iria visitar as obras do Aleijadinho, e o Arigó me deu um remédio que eu sarei de uma coisa que eu já tinha passado por todos os médicos e ninguém descobria o que era. Chegou ao cúmulo de um médico famoso, que eu já não me lembro agora o nome... que já morreu, achar que era sistema nervoso. Que eu imaginava.... O doutor Medina, não sei se vocês conhecem de nome, que era um ginecologista famoso, ele me recomendou que eu fosse a esse médico. Deu uma carta ao meu marido, depois que nós já tínhamos passado em todos os médicos para ir a esse médico que era de sistema nervoso. E eu que nem conseguia andar quando eu saía dessas dores, que ficava quase louca, que não via nada, que não via se era dia, se era noite. Nem sabia onde era a dor direito. Eu rasguei a carta no consultório daquele médico porque quando eu fui lá, eu nem podia pisar no chão de dor e ele achar que era do sistema nervoso... Foi dessa dor que eu sarei no Arigó. Depois, meu marido foi conhecer a mediunidade dele, averiguar e observar e escreveu um livro sobre o Arigó. Porque o Arigó foi um médium fantástico. Eu creio que um dos melhores que a gente conheceu. (HERCULANO PIRES, 2015).

A atuação mediúnica de José Arigó atraiu a atenção da imprensa nacional e internacional devido às cirurgias mediúnicas e receituários. Entretanto, também recebeu críticas por parte de padres e parapsicólogos. Alertando, portanto, a classe médica e o aparato jurídico-policiaL pela possibilidade de exploração da mediunidade. Devido aos processos judiciais, o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, realizou uma campanha de defesa em favor de Arigó, com a diligência de Jorge Rizzini, Herculano Pires e Moacyr Jorge⁶⁵, nos jornais *Diário de São Paulo* e *Diário da Noite*, ambos do grupo Diários Associados, de Chateaubriand. (RIZZINI, 2001).

⁶⁵ De acordo com Jorge Rizzini (2001), Moacyr Jorge não era espírita, mas simpatizou-se com a causa de Arigó ao tomar conhecimento do documentário realizado por Rizzini naquela época.

Como se pode observar na série do *Diário da Noite*, de 24 de novembro de 1961, a acusações de curandeirismo, charlatanismo/exercício ilegal da medicina, por parte da Associação Médica de Belo Horizonte, levaram a uma série de reportagens em busca por legitimação da prática e luta por absolvição dos processos. (JORGE, 1961b). O grupo de jornalistas alegava que se tratava de uma trama entre o clero católico e a classe médica.

O vespertino *Diário da Noite*, destacou em sua manchete que havia uma “romaria” de doentes brasileiros e estrangeiros a fim de serem operados pelo espírito-guia de Arigó, o Doutor Fritz. A reportagem de Moacyr Jorge, de 30 de outubro de 1961, destacou que tais operações seriam consideradas impossíveis (isto é, a última esperança do paciente), como também ressaltou que tanto Chico Xavier quanto José Arigó eram “os dois mais conhecidos líderes do espiritismo no Brasil. Ambos já alcançaram fama em todos os estados e no estrangeiro” (JORGE, 1961a, p. 12).

O jornalista comparou a busca espiritual a uma atração turística, mas, apesar disso, tratava-se de uma busca pela defesa da liberdade de culto. Citou, então, o apoio do deputado Geraldo Martins, na Assembleia Legislativa de São Paulo:

Na sessão da Assembleia Legislativa de São Paulo, de sexta-feira última, o deputado major Geraldo Martins discorreu sobre a liberdade religiosa e denunciou estar a Constituição sendo desobedecida em Congonhas do Campo, Minas Gerais, onde um leader [sic] espírita estaria sendo perseguido. Muita gente deve ter tomado conhecimento da notícia sem saber do que se trata e de quem se trata. Os jornais não deram o nome do perseguido. Trata-se de José Arigó, um caboclo mineiro, de 40 anos de idade, que está atraindo enfermos de todos os pontos do Brasil e do estrangeiro, realizando curas chamadas “impossíveis”. A sinceridade de José Arigó é fabulosa. (JORGE, 1961a, p. 12).

De origem católica, teria expressado sua mediunidade com um espírito de um médico alemão. Com isso, as cirurgias eram feitas em transe, entretanto, os instrumentos cirúrgicos não eram esterilizados. Mesmo guardados em uma lata de goiabada, como o repórter destaca, não causavam infecções aos operados.⁶⁶ O possível sucesso das cirurgias e o estrangeirismo do na fala do espírito, afastariam a concepção de farsa, tal como fora apurado pelo jornalista Antônio Cardoso para a reportagem de Moacyr Jorge. Diz Cardoso, apontando a presença da observação de um médico diante da atuação de Arigó:

“Arigó sentou-se à mesa e entrou em transe. O dr. Fritz pergunta quem necessita ser operado. Um cidadão, com lesão numa das vistas, levanta-se e ocupa a cadeira do meio da sala. O dr. Fritz pede a todos que se aproximem. Pega uma tesoura, que tirou da caixa de goiabada, e, rapidamente, sem a menor hesitação, começa a cortar diversos tecidos do globo ocular. Este enche-se de sangue, mas a operação continua. O dr. Fritz retira a tesoura com algum tecido. Limpa-a na mão suja de um dos presentes. A noiva do médico Oliveira Santos e o irmão retiram-se, abandonam o recinto boquiabertos. O médico Oliveira Santos continua assistindo. Examinando todos os detalhes com

⁶⁶ Vale destacar que a maneira como o jornalista chegou àquela conclusão foi por observação. Portanto, não é possível assegurar a veracidade dos fatos.

cuidado. A operação continua por mais dois minutos. No fim, entrega Arigó ao doente o algodão para tapar a vista. Assim, ainda há uma outra operação do mesmo gênero. A mesma rapidez, o mesmo pulso de há pouco. O dr. Fritz pergunta se no recinto há algum doente mais grave. Naquele dia não havia”. (CARDOSO apud Jorge, 1961, p. 12).

Um aspecto importante da reportagem de Moacyr Jorge foi que buscou-se caracterizar Arigó como um homem simples, sem vaidade e orgulho, apesar do prestígio social que tinha alcançado como médium diante de uma parcela dos necessitados. Isto é, a pobreza como uma prova de idoneidade:

Não atribui a si, sem sequer elogios, nem se diz um ser superior, nem tem vaidades, nem abusa do prestígio que conseguiu para realizar negócios escusos. Não pede dinheiro pelo que faz. Vive modestamente, comendo o mesmo arroz e feijão que comem os seus adeptos. Vive uma vida bem diferente de muitos espíritas mistificadores, que usam a dupla personalidade para mistificar, para iludir, para se tornarem “deuses” dizendo que são enviados do além para se tornarem líderes. José Arigó é autêntico, não ilude, não mistifica, não forja o recebimento do Além. Fala simples. Sobre ele já falaram muitas autoridades médicas e apesar de processado foi indultado no governo do sr. Juscelino Kubitschek em vista de vários artigos publicados em seu favor na imprensa brasileira. (JORGE, 1961b, p. 12).

Portanto, buscou-se ir na contramão do discurso de acusação. O papel investigativo do jornalismo também foi utilizado como um recurso de legitimação e de busca por autenticidade. Lançando mão, inclusive, do aparato político, como o caso do apoio do deputado e do ex-presidente da república, Juscelino Kubitschek. A série de reportagens continuou em 13 de novembro de 1961, na qual voltou-se a abordar a questão como cerceamento da liberdade de culto, advinda por “maus religiosos”.

Naquele contexto, confrades participantes do *III Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas*, realizado em Belo Horizonte, entre 1 e 6 de novembro de 1961, sob a representação de Herculano Pires (figura 14). A delegação paulista marcou presença no debate, que se mobilizou diante das acusações judiciais ao médium José Arigó.

Um fato importante foi a sinalização de que uma parcela dos jornalistas espíritas presente na reunião discordou do apoio a Arigó devido ao médium não ser kardecista, enquanto outros consideraram que o fenômeno mediúnico era digno de comoção e apoio. Tornando evidente a diversidade de concepções no âmbito do movimento espírita. Desta maneira:

Alguns congressistas entenderam que o certame não devia pronunciar-se a respeito, por não se tratar de assunto pertinente ao temário, e também por não ser o referido médium considerado como espírita. Alegavam que Arigó, de família católica, nunca se tornara espírita e usava crucifixo e imagens de santos em seus trabalhos. Outros, entretanto, protestaram contra essas alegações afirmando que a origem religiosa do médium não tinha importância, uma vez que o fenômeno mediúnico ficara bem comprovado, pois Arigó operava em estado de transe, “tomado” pelo espírito do médico alemão Dr. Fritz. Vários congressistas ressaltaram a importância do caso Arigó para a fenomenologia espírita, lembrando que foram numerosas as intervenções cirúrgicas por ele realizadas, e muitas delas referentes a doenças graves, exigindo operações melindrosas. Acentuaram ainda que muitos médicos do Rio, S. Paulo e de

outras capitais do país tiveram ocasião de assistir as operações, declarando-se assombrados com a habilidade cirúrgica do médium e mais ainda que com a ausência total de assepsia e de anestesia nas operações. (DIÁRIO DA NOITE, 1961, p. 17).



Figura 14. Certificado de participação de Herculano Pires no III Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas, 1960.

Fonte: Fotografia da autora, acervo da Fundação Maria Virginia e Herculano Pires, 2019.

O deputado Cid Franco (Partido Socialista Brasileiro - PSB), envolvido em questões espíritas e socialistas, respondeu em entrevista que a situação de Arigó requiritava investigação científica em vez de punição judicial. Citou, portanto, as deliberações do III Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas (realizado entre 1 e 5 de novembro de 1961), o qual concluiu que a perseguição a Arigó seria pelo desvio das práticas médicas oficiais, embora o seu transe fosse considerado verídico pela maioria presente no Congresso e pelo deputado. Ademais, o extenso texto também considera o documentário de Rizzini e Pedro Granja como prova documental / testemunhal de que não havia possibilidade de falseamento das cirurgias e dos transes. (JORGE, 1961, p. 9).

Assim, Moacyr Jorge declarou apoio às conclusões do III Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas e defendeu o estudo do fenômeno espiritual como medicina alternativa. Nessa via, teceu apoio à causa de Arigó e citou nomes dos jornalistas que o apoiaram, sobretudo, de Herculano Pires, cujo percurso profissional foi apontado como chancela ilibada:

Não aceito a hipótese de uma “representação”, de uma fraude. Jorge Rizzini, Pedro Granja, Jason Gallenbeck, Herculano Pires (sim, o jornalista e escritor Herculano Pires, o mesmo que foi subchefe do Governo Federal em São Paulo, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, autor das crônicas que aparecem no “Diário de S. Paulo” sob o pseudônimo de “Irmão Saulo”, e outras muitas pessoas de honorabilidade comprovada não iriam prejudicar o conceito de que são merecedores ligando-se a indivíduos inescrupulosos, a “atores” de um filme. (JORGE, 1961, p. 9).

Também em 30 de novembro de 1960, o Diário de Noite, sob reportagem de Moacyr Jorge, divulgou a transmissão do documentário na TV Tupi, alegando o interesse popular no caso Arigó. Entretanto, recomendava-se que menores de 18 anos e pessoas nervosas seriam sensíveis ao teor do filme: operações mediúnicas com cortes feitos por Arigó. No ano seguinte, em vias internacionais, Jorge Rizzini, enquanto jornalista e membro do Clube dos Jornalistas Espíritas, escreveu uma reportagem para o *Diário da Noite*, em 6 de setembro de 1962, na qual legitimava a prática mediúnica de Arigó e divulgava o documentário em parceria com Argentinos das cidades de Mar del Plata e Buenos Aires. “Em Mar del Plata, o que mais nos impressionou foi a união dos espíritas. Cardecistas [sic] lúcidos, eles têm por objetivo a unificação” (RIZZINI, 1962, p. 6).

Nessa busca por contato com práticas espíritas de países vizinhos, reportou-se sobre a médium vidente Elvira Chichero, do Centro Espírita Pancho Sierra, em Mar del Plata, onde a médium descreveu suas visões após a oração do “Pai-Nosso”. É importante ressaltar que a reportagem informou quem foi Pancho Sierra, oferecendo um aspecto cultural do espiritismo argentino: ele teria sido um respeitável médium argentino, no qual tornou-se mentor do Movimento Espírita daquele país, após a sua morte.

Salientou Rizzini que, embora Bezerra de Menezes fosse pouco conhecido naquela região, a médium descreveu a presença do espírito do representante do espiritismo brasileiro. Por fim, como resultado da boa recepção do documentário, Rizzini defendeu na reportagem que “somente o espiritismo, em verdade, é capaz de unir os povos, porque nele não entram a ambição, a vaidade, o orgulho, a prepotência. Apenas, e tão somente, o amor evangélico do Cristo” (RIZZINI, 1962, p. 6).

Apesar dos esforços, Arigó foi condenado em 18 de novembro de 1964. Entretanto, de acordo com Emerson Giumbelli (2012), apesar de processado e condenado, Arigó conseguiu livrar-se da pena através do indulto concedido por interferência do então presidente da República, Juscelino Kubitschek, no ano de 1956. Com isso, ele continuou realizando sessões de cura e cirurgia espiritual até ser condenado mais uma vez em 1964. O médium faleceu em 1971, vítima de um acidente de carro na BR-135, em Congonhas do Campo.

No caso do documentário sobre Arigó, buscou-se atestar a prática do médium pela via da imagem em movimento, a construção de apelo popular e a aproximação com o movimento espírita internacional. Deve-se considerar que o documentário lida com fatos, pessoas e acontecimentos históricos. Todavia, apesar da estreita ligação com o factual, ele não é um gênero imagético da verdade, e sim uma representação de um ponto de vista (sobretudo, a partir daquele que idealiza o argumento) em relação a um sujeito ou acontecimento de um determinado dado. De acordo com Bill Nichols (2016), os documentários não são neutros, são formas de representar o mundo, cuja função do gênero é articular-se e contribuir para a memória ou a história social, por isso, há um intercâmbio com as dimensões da ética, da persuasão e da fidelidade.

Sobre a atuação do Clube na década de 1960, o Jornal *A Tribuna* reportou ações do em Semanas Espíritas, realizadas no litoral paulista. Em 4 de novembro de 1962, na X Semana Espírita de Santos, no Centro Espírita “Ismênia de Jesus”, Herculano Pires apresentou a palestra “Espiritismo e Ciência”, como representante do Clube e professor da Faculdade de filosofia de Araraquara. Dentre os participantes, membros de diferentes instituições espíritas estavam presentes:

A mesa que presidiu às solenidades de encerramento esteve assim constituída: prof. Altivo Ferreira, presidente da União Municipal Espírita de Santos; cap. Honório de Melo, secretário da Federação Espírita do Paraná; sr. Camilo Lourenço, pelo Centro Espírita “Ismênia de Jesus”; o orador, prof. J. Herculano Pires, representantes da Federação Espírita Portuguesa, do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, da União Municipal Espírita de São Vicente e dos centros espíritas de Santos e São Vicente. (*A Tribuna*, 1960, p. 9).

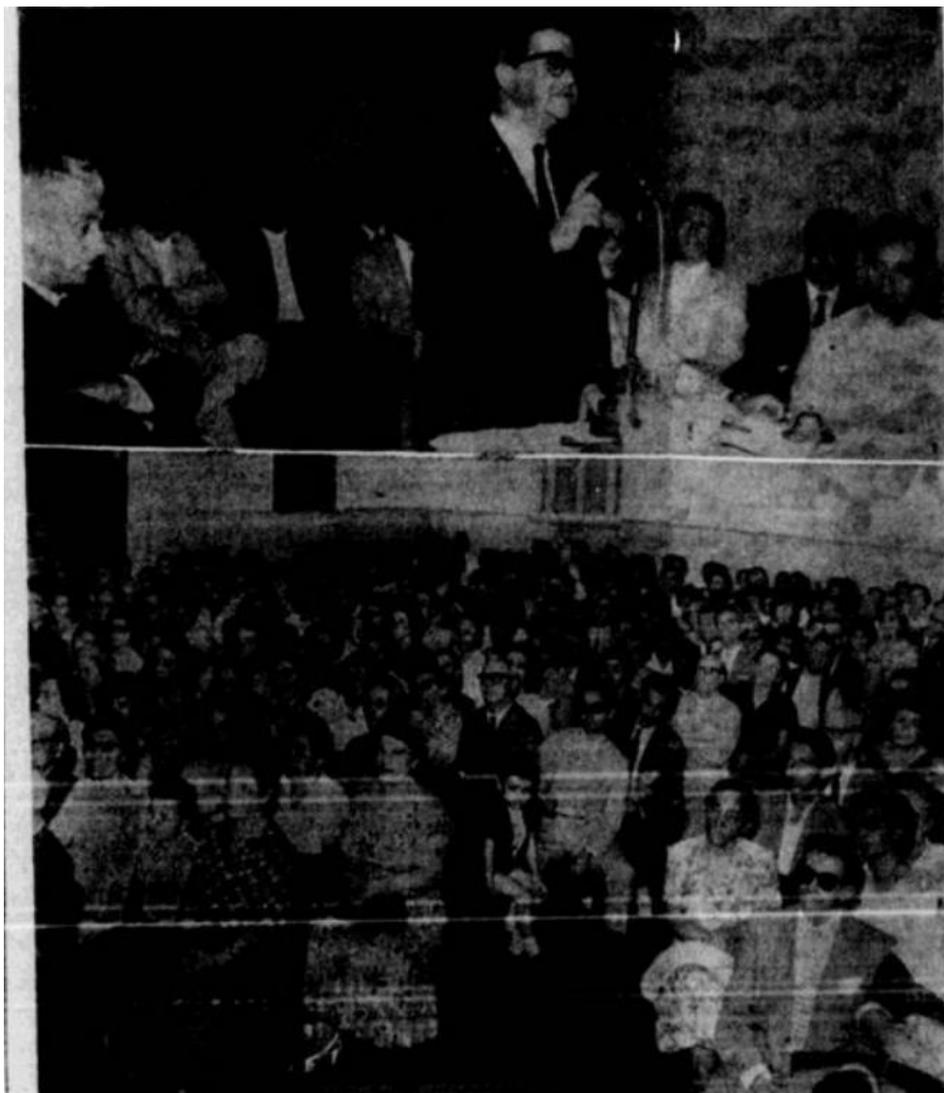


Figura 15: Apresentação de Herculano Pires, representando o Clube dos Jornalistas Espíritas, na X Semana Espírita de Santos, 1960. Herculano Pires com microfone, na fotografia superior.

Fonte: A Tribuna, 6 de novembro de 1962, nº 186, p. 9.

Envolvido com a mobilização das mocidades espíritas, o Clube emitiu um parecer sobre as teses debatidas na 1ª Confraternização de Mocidades e Juventudes Espíritas do Brasil, em Marília, no ano de 1965 (ver Anexo B). Neste sentido, demonstrou uma preocupação com a compreensão do pilar filosófico da doutrina espírita. O documento assinado por José Herculano Pires, como professor e presidente do Clube, avaliou as seguintes teses: 1. Pluralidade dos mundos habitados, assinada sob o pseudônimo de Aglaé; 2. Estudo comparativo das filosofias com a filosofia espírita, sob o pseudônimo de Dassil; 3. Ação e reação, sem pseudônimo.

A análise concluiu que o meio espírita possui recorrente preocupação com a possibilidade de vida em outros mundos, embora para o Clube tal preocupação fosse mais da ordem da astronomia em vez de filosófica. A lei da ação e reação também era um elemento caro

aos pensadores da doutrina, visto que estava interligada à evolução do sujeito, preocupação pertinente também ao âmbito filosófico em Kardec.

A apreciação das teses revela um desejo pelo debate e aprofundamento da base filosófica, bem como, uma defesa pelo constante estudo da doutrina. Um esforço pela reflexão sem perder a base em Kardec. Assim, admitiu que a filosofia espírita deveria ser concebida como uma problemática, não como dogma. Portanto, um processo constante de busca pela verdade - pertinente aos moldes cartesianos, seguidos por Herculano. “O próprio Kardec afirmou que o espiritismo não se apresenta como verdade absoluta, mas como um processo de descoberta da verdade, o que na filosofia espírita é livre dos prejuízos do espírito de sistema” (CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS, 1965).

Já em 23 de outubro de 1966, a XIV Semana Espírita de Santos, organizada pela União Municipal Espírita de Santos (UMES), no Centro Espírita Beneficente 30 de Julho. O Coronel Genésio Nitrini representou o Clube dos Jornalistas Espíritas como diretor, enquanto Herculano proferiu uma palestra sobre “Espiritismo e Parapsicologia”. Segundo a reportagem,

O orador analisou a evolução do pensamento religioso através da História, situando o espiritismo no contexto dos conhecimentos científicos e do pensamento filosófico moderno. Estudou, ainda, as várias escolas parapsicológicas, afirmando que a Parapsicologia, quando estudada sem preconceitos e dentro de rigoroso método científico, confirma tudo aquilo que o espiritismo revelou e ensina no campo da chamada fenomenologia. (A Tribuna, 1966, p. 3).



Figura 16: XIV Semana Espírita de Santos, em 1966. Herculano Pires palestrando no microfone, fotografia superior.

Fonte: A Tribuna, 25 de outubro de 1966, nº 178, p. 3.

Portanto, além de uma postura de defesa de determinados médiuns no campo espírita, realizou-se o esforço de trazer a filosofia (sobretudo, a fenomenologia) para o âmbito da doutrina. Ademais, buscou incorporar o viés da parapsicologia como forma de explicações científicas acerca da crença na existência dos espíritos. Assim, Herculano Pires buscou manter diálogo com o que ele considerava ciência em relação à religião. Segundo Célia Arribas (2014), havia disputas no âmbito da parapsicologia, na qual Herculano se posicionava a partir da capacidade de intervenção e comunicação com seres desencarnados. Contando com a fundamentação da psiquiatria, psicologia e do espiritismo seria possível compreender a existência de tais fenômenos.

3.2 O Comando Jornalístico do Diário da Noite: o “verdadeiro” e o “falso” espiritismo

Como forma de manter a “pureza” espírita, sob o critério de legitimidade investigativa do jornalista, membros do clube criaram o “Comando Jornalístico do ‘Diário da Noite’”, cuja seção “Há ou não fenômenos espíritas em São Paulo” foi iniciada em 19 de abril de 1949. Dentre eles, Herculano Pires e Wandick de Freitas buscavam de avaliar e expor possíveis fraudes ou embustes que agiam de má-fé para benefício próprio, que poderiam colocar a doutrina sob má reputação ou mistificação através das “sessões de materialização ou efeito físico” (ARRIBAS, 2014).

Assim, o grupo era composto por uma maioria adepta à teoria e a prática da doutrina: “deputado F. C. Castro Neves, escritor Pedro Granja, médico José Ribeiro de Carvalho, experimentador Hugo Freitas da Cunha, Experimentador Estevão Mattei, engenheiro Americo Bovi, jornalistas espíritas Wandycck de Freitas e Herculano Pires e jornalista Hermínio Sacchetta, da direção dos ‘Diários Associados’ de São Paulo” (FREITAS, 1949a, p. 14). Os modos de organização do discurso predominantes nas reportagens eram os narrativos e os argumentativos (finalidade persuasiva), com colocação de pontos de vista do autor da reportagem; isto é, com caráter enunciativo.



Figura 17. Da esquerda para a direita: José Herculano Pires, João Sebastião Silva, Wandick de Freitas, Dr. José Ribeiro de Carvalho, Pedro Granja, Hermínio Sacchetta, integrantes do “Comando” do Diário da Noite, em nossa redação. 22 de abril de 1949. Redação do Diário da Noite.

Fonte: Fundação Maria Virginia e Herculano Pires, 2019.

Tratava-se de uma difícil interação entre espiritismo e o processo de atuação sanitária entre os próprios espíritas, forças repressivas e a imprensa. Dessa forma, algumas sessões se relacionavam com o espiritismo e a prática de efeitos físicos. Num primeiro momento, quando tomei contato com a série de reportagens, a minha hipótese partiu da ambígua relação entre espiritismo e umbanda, magia e feitiçaria. Entretanto, observei nas reportagens do *Diário da Noite* que a ação partiu, de um lado, de um desejo investigativo do jornalismo e das curiosidades sobre fantasmas para um público heterogêneo (isto é, um objetivo mercadológico) e, de outro, de uma parcela de espíritas com o objetivo de averiguar o “verdadeiro” espiritismo.

Portanto, ao mesmo tempo em que a existência de fenômenos físicos do espiritual seria uma fonte de comprovação dos preceitos doutrinários, o desmascaramento do “charlatanismo” e da “impostura indecorosa dos exploradores” era uma forma de dialogar com a história da doutrina, cujos efeitos físicos foram codificados por Allan Kardec. De acordo com a concepção do grupo, demandava-se um constante estudo e vigília a fim do espírita / curioso não se deixar levar por levandades.

Conforme Jorge Rizzini (2001), tratava-se de uma reação a fraudes de efeitos físicos espiritualistas, era uma devolutiva da dignidade ao movimento espírita. O jornalismo, nesse caso, estava relacionado à busca moral e discursiva da construção da perspectiva do que é ser espírita e do que é uma “verdadeira” sessão espírita nos moldes da proposta de Allan Kardec. Portanto, acreditavam que o jornalismo poderia informar os leitores e denunciar a “epidemia de sessões de efeitos físicos”, a partir de uma ação enérgica, pois as fraudes das sessões de materialização e a exploração da credulidade alheia estavam se multiplicando no Rio de Janeiro e em São Paulo. Por outro lado, acreditava-se que a comprovação dos efeitos físicos colocaria em evidência a imortalidade da alma e a comunicabilidade entre seres visíveis e invisíveis.

As reportagens possuíam um tom denunciatório, mas também irônico: “[...] muitos médiuns e fantasmas resolveram tomar férias, ante o aparecimento do comando” (FREITAS, 1949a, p. 14). Carregadas de caráter narrativo⁶⁷, a estrutura argumentativa evocava um jornalismo literário e com posicionamento parcial dos jornalistas, tanto das práticas daquele momento vivenciado pelo grupo quanto de uma história do espiritismo.⁶⁸ O espiritismo era

⁶⁷ Sobre a narrativa, de acordo com Patrick Charaudeau (2016, p. 151): “Há narrativas ‘reais’ e narrativas ‘inventadas’ (testemunhos, reportagens, romances), há narrações que são puras descrições (como na redação escolar: ‘*Conte seu dia de domingo*’), há histórias fictícias (‘*Eu vou te contar uma história*’) e outras que tendem à objetividade (resumos, relatórios)”. A narrativa dos jornais em análise, na presente tese, seriam ‘reais’, com o teor de testemunha e reportagem devido ao caráter jornalístico.

⁶⁸ O texto jornalístico torna-se mais objetivo e imparcial a partir da década de 1950, na qual adotou-se o modelo norte-americano.

compreendido como uma doutrina que resistia aos embates de opositores, céticos e de exploradores da fé alheia (desde o moderno espiritualismo de Hydesville e das obras de Allan Kardec). Neste sentido, o Brasil ocuparia lugar de vanguarda, como a “pátria do evangelho”.⁶⁹

O grupo questionava o porquê de as sessões mediúnicas serem abertas a leigos, mas não haver receptividade para verificações jornalísticas. De acordo com eles, recursos fotográficos e fonográficos provariam a autenticidade ou falsidade da exposição do ectoplasma e da capacidade de fala dos espíritos (o fenômeno da “voz direta” na qual o ser comunicante manteria o mesmo timbre de voz quando encarnado). Os temas iam desde médiuns, estudiosos do tema (como William Crookes), até a diferenciação entre espiritismo, teosofia e metapsíquica (ver quadro 8).

A crescente atração dos fenômenos também trazia à tona a rentabilização da mediunidade, a qual se apresentava como oposta à prática da caridade. Na reportagem de 1 de junho de 1949, Wandyck de Freitas expõe a importância da caridade ante movimentos fraudulentos:

[...] doutrina que dá à caridade um sentido de reparação social antes desconhecido; que não participa do banquete dos estados nem empresta a Deus, porque ensina a dar “a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”; doutrina de luz que resplandece em todos os âmbitos da Terra e que se agiganta pelo esforço dos homens de boa vontade e serena compreensão, espancando as trevas do obscurantismo, não se açoitava nas dobras do mistério. (FREITAS, 1949c, p. 8).

Entretanto, o que conferia autoridade ao grupo para a investigação? O Clube dos Jornalistas Espíritos (que assinava as reportagens), a imprensa e a participação de um médico e um deputado. Esta combinação estava atrelada ao apoio da União Social Espírita (USE) do estado, a qual Herculano Pires era membro. Segundo o ofício publicado na seção do *Diário da Noite*, a entidade, representada pelo secretário geral Carlos Jordão da Silva, concordava com caráter de testemunho ante à suspeita da autenticidade dos fenômenos expostos nas reportagens:

Não podia, portanto, a USE deixar de trazer seus aplausos a essa iniciativa louvável, que visa esclarecer o povo sobre possíveis mistificações para a satisfação de fins subalternos de elementos inescrupulosos. Da possibilidade, já perfeitamente comprovada pela realização do fenômeno, nenhuma dúvida resta, pelo que louvável e todo trabalho que visa desmascarar a mistificação e esclarecer as criaturas. (FREITAS, 1949a, p. 14).

⁶⁹ O fenômeno de Hydesville refere-se ao caso da comunicação mediúnica por pancadas entre um espírito e as irmãs Fox, filhas de um pastor metodista nos EUA, no final da década de 1840 (marco histórico importante para o chamado “Moderno Espiritualismo”). No que tange ao Brasil, o grupo faz menção ao livro de *Chico Xavier, Brasil, coração do mundo, pátria do evangelho*, publicado na década de 1930.

Quadro 8 - Temas abordados na seção / série de reportagens “Há ou não há fenômenos espíritas?”

Tema	Fenômenos
Diferença entre espiritismo, teosofia e metapsíquica acerca da compreensão de mediunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Espiritismo: indivíduo dotado de sensibilidade especial de realizar a comunicação com o mundo dos mortos e com fenômenos com categorias diversas; - Metapsíquica: indivíduo dotado de faculdades estranhas de produzir efeitos como levitação e os fenômenos podem ser “personismo”, “animismo” e “espiritismo”; - Teosofia: acreditava no emprego consciente dos fenômenos físicos, como voz direta e materialização;
Fraudes Espíritas Brasileiras ou Insucessos nos fenômenos	<ul style="list-style-type: none"> - Oscar Barbosa, “médium fracassado”; - Oswaldo Pereira de Oliveira (SP) e Francisco Antunes Belo (Pindamonhangaba), os fenômenos não se produziram; - Sebastião de Sousa Aranha - mediunidade e presditação; - Médium João Cosme - O Centro Espírita “Padre Zebeu” recusou a comprovação do fenômeno
Casos Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> - William Crookes - Divulgação de fraudes como casos verdadeiros na revista “Estudos Psíquicos”, em Lisboa; - Médium Polonês Stephan Ossowiecki; - Médium Frank Kluski
Fenômenos de efeitos físicos bem sucedidos	<ul style="list-style-type: none"> - Luiz Parigot de Sousa, médium de efeitos físicos de Curitiba; - Levitações e materialização de mãos realizadas pelo médium Zezinho (José Carlos Neves); - Moldagem de pé com parafina - médium Ana Prado, Belém

Fonte: A autora, 2023. Dados baseados em Diário da Noite - Sessão “Há ou não fenômenos espíritas?”, 1949.

A mediunidade foi uma categoria recorrente ao longo das reportagens, pois, para este grupo, a existência de “falsos médiuns” denotava falta de compreensão e erro de aplicação da doutrina. De acordo com eles, a cidade de São Paulo estava rodeada de fenômenos ligados ao “espontâneo” e aos “caprichos”. Deveria ser realizada uma depuração dos falsos médiuns e a correção dos médiuns autênticos, mas que também recorriam a fraudes.

Recomendava-se que os dirigentes espíritas agissem em prol da educação mediúnica e do aperfeiçoamento da prática. Defendiam:

Que as mediunidades continuem eclodindo espontaneamente em quaisquer circunstâncias, talvez não se possa impedir, mas que esses médiuns se desenvolvam sem nenhuma orientação inteligente, já não se pode admitir. E que desenvolvido um médium, qualquer que seja a sua força, continue sendo apresentado a assistências constituídas de centenas de indivíduos ignorantes, saturados de religiosismos estereis perniciosos, enjaulados como feras, apresentados como verdadeiras atrações de feiras, como seres miraculosos, isso é então inconcebível e intolerável. (FREITAS, 1949, p. 22).

Como se vê, admitia-se a espontaneidade no meio mediúnico, mas ela precisaria ser domada, doutrinada. Para eles, a moral e a intelectualidade formariam a base sólida para a condução dos fenômenos. Além da denúncia da “falsidade” também denunciaram o “monopólio dos médiuns”, dentre o qual grupos ou entidades “subornavam” médiuns, induziam-lhes a fraudes. Com isso, relataram um fenômeno curioso: alguns médiuns fraudavam os fenômenos quando não estavam sob controle rigoroso de credulidade, porém, verificava-se que havia capacidade sensitiva diante de observação atenta.

As seguintes ações de efeitos físicos e materializações foram consideradas fraudulentas pela série de reportagens: “levitações de cornetas (megafones); toques de mãos (simulação de materialização); voz direta; transporte (um par de luvas de borracha transportado para a sala da sessão dentro dos sapatos); ‘raps’ (pancadas); estalos de dedos e nervos” (FREITAS, 1949, p. 18). Além da amarração de mãos com as próprias gravatas dos médiuns; e levitação de objetos leves, algumas sessões também simulavam transe e possessão de espíritos inferiores.

As reportagens do Comando Jornalístico chegaram ao fim em 19 de junho de 1949, de acordo com o relato, poucos médiuns se dispuseram ao crivo daqueles jornalistas e especialistas, o que os levou a concluir que havia uma “epidemia de fraudes” no meio espírita paulista. “Vários centros que se diziam espíritas, com o aparecimento do ‘comando’ suspenderam suas sessões semanais para que seus ‘fatigados médiuns’ gozassem de merecido repouso” (FREITAS, 1949, p. 10).

Portanto, eles consideravam que tal ação jornalística era um alerta ao meio espírita e mesmo com a dissolução do comando, a vigília continuaria tanto como jornalistas quanto espíritas. Segundo a reportagem de Wandyck de Freitas, no balanço das ações:

Apontamos as explorações que vinham sendo feitas abusivamente em nome da respeitável doutrina codificada por Kardec e relatamos, honestamente, os fatos realmente dignos da atenção e do estudo de quantos se interessam pelo apaixonante tema da imortalidade da alma proclamada por milhões de espíritas em todo mundo, entre os quais se contam altas expressões da ciência, da filosofia e das letras dos últimos cem anos, e da comunicação entre os vivos e os chamados mortos. (FREITAS, 1949, p. 4).

Algumas manchetes enfatizavam a existência de efeitos físicos e a vida extracorpórea. Como pode-se observar no quadro 9 abaixo, legitimava-se determinadas práticas mediúnicas

(tais como pancadas e levitações) e utilizava-se palavras do senso comum, tal como “fantasmas”, a fim de se referir a espíritos, ou melhor, perispírito, considerando a dimensão visível do espírito que guarda semelhanças físicas.

Quadro 9 - Manchetes de fenômenos da Seção “Há ou não há Fenômenos Espíritas em São Paulo?”, do Diário da Noite.

Edição	Manchete e título auxiliar
14 de maio de 1949, nº 7493	“Conviveu com fantasmas toda uma existência A vida extraordinária de Madame Esperance - personagens de carne e osso se alternam em assombrosa intimidade com seres extraterrenos - Quando Criança, brincava com Espíritos infantis - Flores e plantas do Espaço e materialização de uma linda jovem árabe.” (p.1)
30 de maio de 1949, nº. 7506	“Locutor do outro mundo e um programa para crianças Sessão de ‘voz direta’ - ‘Olhem a mãozinha, dando adeus!’ - Espíritos materializados dão conselhos aos petizes - O jovial ‘saludo’ de D. Pablo - Correria atrás de uma bola de ectoplasma.” (p. 20)
7 de junho de 1949, nº 7513	“Maravilhosos fenômenos em sessão com o ‘Comando’ Pancadas, levitações, materialização de mãos observadas detidamente numa sessão que durou duas horas - Na expectativa da ‘voz direta’ - Geraldo, mestre na produção de fenômenos físicos - Os espíritos que se materializarem serão fotografados, filmados e televisionados - Resultados satisfatórios sem algemas, sem cabinas, sem transe ou isolamento do médium e também sem música.” (p.10)
21 de junho de 1949, nº 7524	“Autênticos fenômenos físicos foram comprovados pelo ‘Comando’ Levitações e materializações de mãos que afastam qualquer possibilidade de fraude, observadas em novas experiências com o médium Zézinho - Moldagens em parafina serão tentadas em próximos trabalhos - O sr. Ulpiano Del Picchia desmente declarações do médium Sebastião de Sousa Aranha e confirma as denúncias do DIÁRIO DA NOITE.” (p. 12)
4 de julho de 1949, nº 7534	“Moldagem de pés em parafina, por espíritos materializados e visíveis Os espíritos materializaram-se e desmaterializaram-se, à vista dos assistentes - ‘Quando a fraude é impossível’.” (p. 20)

Fonte: A autora, 2023. Dados baseados em Diário da Noite, 1949.

A seguir, no quadro 10, as manchetes enfatizaram fenômenos internacionais a fim de evidenciar uma prática global, inclusive, de países abastados como Inglaterra e França. Ademais, também apontaram o relato de uma israelita materialista e de um polonês.

Quadro 10 - Manchetes de fenômenos internacionais da Seção “Há ou não há Fenômenos Espíritas em São Paulo?”, do Diário da Noite.

Edição	Manchete e título auxiliar
8 de julho de 1949, nº 7538	“O médium Ossowiecki vê através de corpos opacos Convincentes experiências realizadas com o célebre clarividente polonês - Desenho colocado, em Londres, dentro de envelopes opacos e reproduzido pelo sensitivo em Varsovia”. (p. 10)
11 de julho de 1949, nº 7540	“Como se revelam misteriosas possibilidades do ser humano Mais algumas experiências notáveis com o médium polonês Stephan Ossowiecki, realizadas em Paris, assistidas por Richet, Geley, Osty e outros - Leituras de pensamentos - Reprodução de desenhos e frases ‘vistos’ através de corpos opacos.” (p. 20)
12 de julho de 1949, nº 7541	“Não fosse a certeza da morte, o marido a teria considerado viva Charles Livermore não acreditava que o espírito da esposa cumprisse a promessa, mas encontrou-a depois de morta - ‘Meus filhos, poderá o mundo duvidar ainda?’ - Nepenthes, o espírito que falava o grego clássico - ‘Mais bela do que nunca.’” (p. 10)
14 de julho de 1949, nº 7543	“Dezenas de espíritos desfilarão perante uma assistência trêmula Um fantasma completamente luminoso - Os extraordinários fenômenos de materialização obtidos com o poderoso médium Frank Kluski - A mais imponente variedade de fantasmas humanos materializados.” (p. 10)
15 de julho de 1949, nº 7544	“‘Vi, abracei e beijei minha filha 13 meses após sua morte!’ Impressionante relato feito pelo casal Fred e Esther Figner, das materializações do espírito da jovem Rachel, nas sessões com a médium Ana Prado, em Belém do Pará - Israelita materialista, tornou-se um dos maiores propagandistas do espiritismo no Brasil.” (p.12)

Fonte: A autora, 2023. Dados baseados em Diário da Noite, 1949.

Por fim, como pode ser observado no quadro 11, a questão da fraude no campo espírita foi amplamente enfatizada, cujo resultado da campanha traçou um balanço entre a possibilidade de existência de fenômeno espírita concomitantemente a um excesso de engodo e mistificação por parte daqueles que diziam praticar o “alto espiritismo”.

Quadro 11 - Manchetes de fraudes da Seção “Há ou não há Fenômenos Espíritas em São Paulo?”, do Diário da Noite.

Edição	Manchete e título auxiliar
23 de maio de 1949, nº. 7500	“Há muitos fenômenos e muitíssimas fraudes A ‘União Social Espírita’, movimento que congrega setecentas sociedades espíritas do Estado de São Paulo aplaude a Campanha promovida pelo DIÁRIO DA NOITE - ‘Iniciativa louvável que visa esclarecer o povo’ - ‘Louvável é todo trabalho que visa desmascarar a mistificação e esclarecer as criaturas’.” (p. 22)
1 de junho de 1949, nº 7508	“Arrancando a máscara de um campeão da fraude A história da mais espetacular série de mistificações praticadas nos meios espíritas do Estado de S. Paulo - Oscar Barbosa, o médium fracassado, que fez a mais sensacional e inglória carreira - Fraudes a granel na capital e em numerosas cidades do interior - ‘Materializações’ dos espíritos de Monteiro Lobato e de uma formosa jovem que ‘morreu’ há 322 anos - O poder dos fatos - Fátima Miris do Espiritismo - Impressionantes provas fotográficas.” (p. 10)
9 de junho de 1949, nº 7515	“Sessão Espírita na redação do ‘Diário da Noite’ Não deu os resultados esperados e a experiência com os médiuns Oswaldo, de S. Paulo, e Belo, de Pindamonhangaba - Nada mais além de leves ‘raps’ - Os materialistas mantiveram-se em atitude de simpática expectativa, mas os fenômenos não se produziram.” (p. 12)
13 de junho de 1949, 7518	“Espíritos de santos e poetas que se amesquinham, materializados Examinando as atividades de um médium cuja atuação está seriamente comprometida pelos próprios espíritos que se materializaram através de suas faculdades - Mediunidade e prestidigitação - Os trabalhos do sr. Sebastião de Sousa Aranha na União Federativa Espírita Paulista.” (p. 22)
15 de junho de 1949, p. 7520	“Emprestou dinheiro ao espírito e dele aceitou uma letra de câmbio Deprimentes acontecimentos durante as sessões realizadas na ‘União Federativa Espírita Paulista’ - O espírito comprou ações de uma companhia - O cofre onde o espírito depositava as importâncias arrecadadas foi encontrado vazio - Vai contestar as declarações do sr. Caetano Mero o médium Sebastião de Sousa Aranha.” (p. 12)
18 de julho de 1949, nº. 7546	“Generalizada a fraude entre os médiuns de efeitos físicos Fenômenos autênticos e simulados que verificamos em sessões que se realizam em São Paulo e nas experiências com o ‘Comando’ - Quais são os médiuns fraudulentos - fatos comprovados na obscuridade e à meia luz - irresponsabilidade na direção das sessões de materialização e efeitos físicos comprometem a mediunidade.” (p.22)
21 de julho de 1949, nº 7.549	“Há ou não há fenômenos espíritas em São Paulo? Há - responde a maioria dos membros do ‘Comando’ Esclarecemos, porém, que há ‘fenômenos’... - O grande ensinamento que se deve tirar das materializações de espíritos - Os integrantes do ‘comando’ e outros elementos vão fundar um Instituto de Pesquisas Psíquicas - Os elementos materialistas só assistiram a deploráveis fraudes.” (p. 10)

Fonte: A autora, 2023, dados baseados em Diário da Noite, 1949.

O que teria levado a esse “boom” de sessões de efeitos físicos? Donald Warren (1984), brasileiro estadunidense, observou a terapia espírita do Rio de Janeiro, sobretudo, a prática de medicina espiritual de Bezerra de Menezes estava vinculada à cultura brasileira de medo de fantasmas, almas penadas e espera pelo “milagre do santo” / curas milagrosas. Trata-se de uma cultura de predominância rural, a qual o autor denominou de “espiritualismo reflexo”, entendido como “um ambiente no qual entidades rarefeitas - almas penadas, santos, encostos etc. - funcionavam como veículos que incorporavam os medos e as esperanças inconscientes alimentados por brasileiros no confronto com as incertezas de um meio bastante hostil” (WARREN, 1984, p. 58).

Portanto, uma crença ligada aos costumes interioranos e do catolicismo popular. Com o aumento da estrutura urbana e a crescente romanização do catolicismo, as práticas espirituais e de cura foram deslocadas para públicos privados, daí a existência de grupos terapêuticos, curas telepáticas e fenômenos mediúnicos na primeira metade do século XX.⁷⁰ A caridade como pertinente na ajuda espiritual e o espiritismo cristão / evangélico (prevalente desde 1920), tornaram-se características distintas perante à prática realizada na França. (WARREN, 1984).

De fato, a mediunidade é uma questão cara ao espiritismo, o qual possui um livro dedicado somente ao desenvolvimento mediúnico. Isto é, *O Livro dos Médiuns*, publicado pela primeira vez em Paris, no ano de 1861. Segundo Allan Kardec (2007), a faculdade mediúnica é inata ao ser humano sendo que uns são mais ou menos sensíveis e possuem faculdades distintas (efeitos físicos; elétricos / magnéticos; sensitivos; audientes; falantes; videntes; sonambúlicos; curadores; pneumatógrafos). Embora as comunicações espíritas “elevadas” pudessem ser estabelecidas com médiuns com pouca escolaridade, recomendava-se o processo de intelectualização do sujeito. Por outro lado, dever-se-ia ressaltar que esta seria uma característica da presente encarnação, pois o espírito seria capaz de guardar traços intelectuais da vida passada. Portanto,

[...] pela mesma razão por que um médium pode escrever numa língua que lhe seja desconhecida. A mediunidade propriamente dita independe da inteligência, bem como das qualidades morais. Em falta de instrumento melhor, pode o Espírito servir-se daquele que tem à mão. Porém, é natural que, para comunicações de certa ordem, prefira o médium que lhe ofereça menos obstáculos materiais. (KARDEC, 2007, p. 284)

A mediunidade em debate nas reportagens do “Comando Jornalístico” foi a de efeitos físicos, a qual na definição do livro dos médiuns foi caracterizada como uma prática de médiuns

⁷⁰ Tais práticas foram observadas por Warren durante sua pesquisa no Brasil, em 1940, e sintetizadas no artigo *A terapia espírita no Rio de Janeiro por volta de 1900*, publicado em *Religião e Sociedade* (1984).

facultativos conscientes de suas ações e da produção de efeitos / fenômenos espíritas. Entretanto, é importante notar que já, no século XIX, Kardec enfatizava a dificuldade e a raridade de realização de tais fenômeno:

[...] mais raras ainda são as capazes de produzir os grandes efeitos tais como a suspensão de corpos pesados, a translação aérea e, sobretudo, as aparições. Os efeitos mais simples são a rotação de um objeto, pancadas produzidas mediante o levantamento desse objeto, ou na sua própria substância. Embora não demos importância capital a esses fenômenos, recomendamos, contudo, que não sejam desprezados. Cumpre, entretanto, ponderar que a faculdade de produzir efeitos materiais raramente existe nos que dispõem de mais perfeitos meios de comunicação, quais a escrita e a palavra. (KARDEC, 2007, p. 212).

Allan Kardec (2007) abordou a relação entre charlatanismo e mediunidade pela via moral, que conduzia à aproximação de espíritos menos elevados. Então, caso “um médium qualquer que ele seja, se tornar objeto de legítima suspeição, pelo seu proceder, pelos seus costumes, pelo seu orgulho, pela sua falta de amor e de caridade, repeli, repeli suas comunicações, porquanto aí estará uma serpente oculta entre as ervas” (KARDEC, 2007, p. 304). Vale ressaltar que para o codificador do espiritismo a aproximação de espíritos não está necessariamente ligada a uma mediunidade bem desenvolvida, mas sim à ideia de que todo ser encarnado na condição humana possui sensibilidade de lidar com o invisível.

Segundo Patrick Charaudeau (2016), através do modo de organização da narrativa, o ato de contar envolve a construção de argumentos que representam ações humanas e imaginários com crenças ligadas à unidade do ser (a recuperação, a revelação de um estado original, o qual pode ser mítico, inalterável, alegórico ou idealizador de heróis) e à crença da “realidade plural” do mundo e do ser (um mundo fragmentado, sem começo e fim, com parcelas de representações da autenticidade do vivido - isto é, com diferentes pontos de vista dos acontecimentos). No caso da crença na “realidade plural”, as narrativas podem ser picarescas (árduas aprendizagens da vida e antimodelos de heróis), breves (fábulas satíricas), romanescas e de testemunho histórico (acúmulo de documentos, arquivos e informações). Os gêneros jornalísticos (como notícias locais e fatos diversos / *fait divers*) podem ser inseridos neste tipo de organização discursiva e as narrativas, em geral, podem lidar com ambos os tipos de imaginários, porém, “um desses dois imaginários pode constituir, segundo os gêneros ou as épocas (reflexos das preocupações sociais, a dominante da narrativa” (Charaudeau, 2016, p. 156). Além disso, tais imaginários/ crenças evidenciam se a narrativa tem um universo contato com maior ênfase na realidade ou na ficção.

No caso da série “Há ou não há fenômenos espíritas em São Paulo”, a construção narrativa se propôs como uma abordagem de fatos diversos, com caráter mais ligado à realidade e um teor de testemunho histórico - tanto de narrar uma história de fenômenos de efeitos físicos

do espiritismo nacional e estrangeiro do passado, quanto de testemunha ocular das práticas daquele tempo. Assim como, também trouxe contos alegóricos, dotados de valores simbólicos de contos populares e lendas, e relatos que idealizavam heróis (ou seja, a construção de arquétipos ideais de ser), como a própria constituição de Allan Kardec como um respeitável mestre missionário e codificador. Entretanto, tratava-se de argumentos parciais com base na concepção do grupo de espiritismo científico.

3.3 Os circuitos cultural, político, social

Nesta seção, buscarei articular a preocupação do clube na promoção de livros espíritas, na atuação política e social. Assim, pretende-se compreender a atuação nas esferas política e cultural. Havia uma preocupação com o livro e a literatura espíritas, cuja concretização se realizava a partir de Campanhas do Livro Espírita (RIZZINI, 2001).

Como ponto de partida, é preciso considerar que a literatura e o estudo são pontos importantes na formação do espírita, pois, esta expressão de tradição iluminista considera que o conhecimento contribui para o aprimoramento do sujeito. Como observou Bernardo Lewgoy (2000), ao tornar-se espírita, implica tomar conhecimento e estudar a bibliografia (em leitura privada ou em atividade de estudo no centro espírita). Isto implica que seus participantes sejam letrados e com formação escolar, portanto, “o espiritismo kardecista é uma linha de orientação religiosa que seleciona membros das elites” (LEWGOY, 2000, p. 115).

Seguindo essa premissa literária, conforme Célia Arribas (2014), Herculano possuía preocupação tanto com a erudição do espírita (em diferentes temas: antropologia, história e filosofia) quanto com o conhecimento da doutrina. Neste sentido, o jornalista primava pelo debate das ideias e pela construção da concepção crítica a fim de evitar “os “mal-entendidos”, as “inovações”, as “alterações” ou qualquer modificação na apreensão e divulgação da doutrina espírita.” (ARRIBAS, 2014, p. 194). Com isso, tornava-se pertinente o ativismo pelo espiritismo e as disputas por concepções doutrinárias mais “fidedignas”.

O espiritismo carrega uma abertura para o racionalismo e para o secular. De acordo com Emerson Giumbelli (2008), certas práticas religiosas se construíram no âmbito da secularização, não em oposição a ela. Nesta medida, recorreu-se ao âmbito jurídico e noções de laicidade. Tal como observado por Max Weber (2015), o Estado racional moderno e as “igrejas” ocidentais sofreram influência do racionalismo jurídico e do modo de organização burocrático,

racionalizado e formalista; isto é, a racionalização da vida e a motivação religiosa pelo trabalho, denominado de “desencantamento do mundo” (SELL, 2017).

3.3.1 Circuito cultural: doutrina espírita, livro e teatro

Na seção Notas Religiosas, do *Jornal de Notícias*, de 11 de março de 1950, o jornalista Wandycck de Freitas, então secretário do Clube, publicou um texto sobre a importância do conhecimento do evangelho na doutrina espírita. Considerou desnecessária a demasiada atenção à fenomenologia no espiritismo e teceu críticas aos espíritas científicos. Segundo Freitas, alguns adeptos continuavam discutindo questões que já tinham sido respondidas em Kardec, o que demonstrava uma fragilidade no aprofundamento da ala científica.

Tal problema estaria mais elaborado pelos espíritas religiosos, pois eram mais atentos às questões evangélicas. No ponto de vista dele, aqueles interessados pelo ramo científico do espiritismo, “com raras exceções, não cuidam de estudar também a parte religiosa da doutrina e muitos, após superficial leitura do evangelho, chegam à errônea conclusão de que somente a parte científica da doutrina deve merecer estudo afincado” (FREITAS, 1950, p. 2).

Como o autor destaca, o aspecto religioso é uma parte imutável e eterna da doutrina (ligado ao transcendente), enquanto outras interpretações poderiam surgir sobre novos aspectos da existência. Entretanto, apesar da crítica, demarcou a necessidade de um estudo aprofundado da literatura de Kardec:

O Estudo de um dos aspectos do espiritismo, como é óbvio, não dará ao adepto senão uma imperfeita noção da doutrina e a eliminação da parte religiosa, tira-lhe o infinito alcance moral, para cujo estudo deve propender os esforços do adepto que almeja superar suas imperfeições e acelerar sua marcha evolutiva, um dos fins essenciais da escola espírita. (FREIRAS, 1950, p. 2).

Outra crítica foi pertinente ao monopólio editorial da FEB e à especulação financeira no meio espírita. De acordo com a reportagem de 30 de março de 1950, do *Jornal de Notícias*, o objetivo da Campanha do Livro Espírita era a arrecadação de fundos para a produção de livros a preços módicos. Com a tradução de Júlio Abreu Filho, os livros de Kardec seriam vendidos a dez cruzeiros (40% do valor que era cobrado pela FEB) e seriam vendidos na Livraria Allan Kardec Editora. Com isso, Wandycck de Freitas (membro do Clube dos Jornalistas) fez o apelo e o convite para a participação na Campanha:

É um acontecimento que merece apoio incondicional de todos os espíritas de S. Paulo, pois, como já tivemos oportunidade de frisar, milhares e milhares de humildes confrades estão impossibilitados de adquirir as obras básicas da doutrina, em virtude dos altos preços impostos pela editora da Federação Espírita Brasileira, que pretende o monopólio do livre espírita e que, dispondo de um fundo editorial de seus milhões de cruzeiros, vem combatendo os editores que pretendem lançar obras espíritas a

preços baixos, prejudicando com isso maior difusão da doutrina através do livro. (FREITAS, 1950, p. 5).

Em virtude da divulgação da literatura espírita e da busca por tornar a doutrina mais acessível, o Clube organizou um evento beneficente, no Teatro Municipal, chamado Dia do Livro Espírita, em 18 de abril de 1950. É importante ressaltar que a escolha da data remete à publicação de *O Livro dos Espíritos*, de Allan Kardec, em 18 de abril de 1857 - ou seja, prestes a completar o centenário da primeira publicação em Paris.

Conforme a faixa (figura 18) colocada no bairro da República, em frente ao teatro, lê-se que o evento teria a participação dos jornalistas Pedro Granja, D'Ângelo Neto e Campos Vergal, sob o patrocínio do Clube dos Jornalistas Espíritas. Na figura 18, embora a fotografia não tenha essa legenda em seu arquivo original, pode-se notar a localidade através da identificação do prédio Eldino Brancante (margem superior, à esquerda), Administração Predial, escritório localizado entre a Rua Marconi e Barão de Itapeninga, República. Onde está localizado o prédio do Teatro.



Figura 18. Ação de divulgação do Dia do Livro Espírita, 1950.
Fonte: Fundação Maria Virginia e Herculano Pires, 2019.

O evento lotou a capacidade máxima (figura 19), de cerca de 1500 pessoas. Tinha-se por objetivo iniciar a Campanha do Livro Espírita e inaugurar o novo departamento do Clube com o projeto de editoração e venda dos livros de Kardec com preços módicos, chamado de Caixa do Livro Espírita (RIZZINI, 2001).

A lotação do evento (figura 19) contou com figuras políticas (como representantes dos governos do estado e do município) e da elite paulistana estiveram presentes no evento. Outro destaque foi para o Hino Nacional tocado pela Banda da Guarda Civil de São Paulo. (RIZZINI, 2001). Por um lado, demonstrava um esforço de articulação política e social, como também, uma demarcação de um espiritismo nacional, cuja solenidade foi marcada pelo Hino. Durante as apresentações, falou-se sobre a importância de Allan Kardec; o que é a doutrina espírita; o tema da guerra como algo desumano; e, por fim, a importância de Chico Xavier como médium.

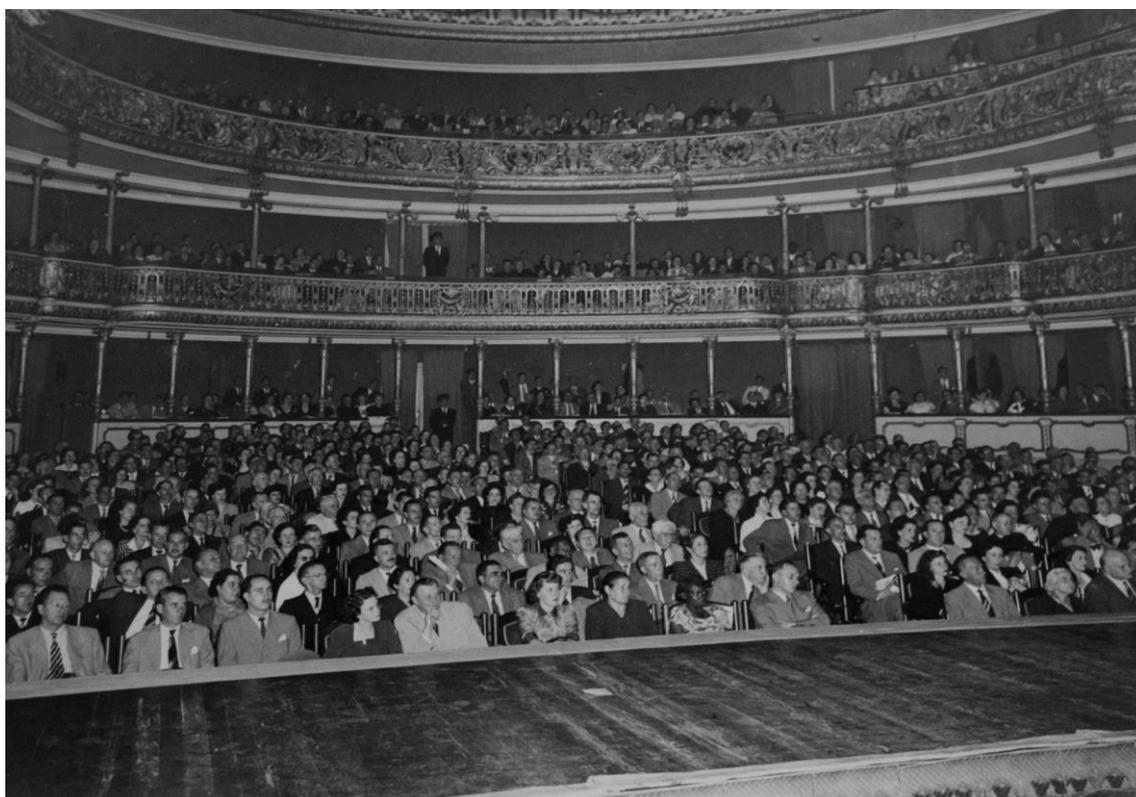


Figura 19. Dia do Livro Espírita, Teatro Municipal, 18 de abril de 1950.
Fonte: Fundação Maria Virginia e Herculano Pires, 2019.

Como resultado das ações desse evento, o Clube publicou livros em parceria com o jornalista Júlio Abreu Filho, no ano seguinte, em 1950, tal como a coletânea de textos de Kardec, extraída de *Revue Spirite*, intitulada *Espiritismo, sua antiguidade, evolução e propagação*. Ademais, também se empenhou esforço na editoração economicamente mais acessível de *O Livro dos Espíritos* e *Evangelho Segundo o Espiritismo*. (RIZZINI, 2001).

Antecipando a afirmação que não era contrário à Federação Espírita Brasileira (FEB), o jornalista Herculano Pires dizia realizar uma crítica em relação à instituição a fim de manter a integridade da doutrina. Para ele, os espíritas deveriam valorizar o estudo doutrinário, os argumentos da *Revue Spirite*⁷¹, e consumir a literatura espírita. Entretanto, ele expõe o problema da concorrência editorial:

Decisivamente, na direção da FEB estão faltando elementos espíritas. Os homens que lá estão imperando podem ser comerciantes sagazes, e até mesmo capazes de aniquilar com dois trancos qualquer concorrente do mercado livreiro ou editorial, mas não são espíritas. Porque espíritas não negariam jamais o seu apoio a iniciativas de caráter coletivo e justo como o Congresso de Marília ou da USE em São Paulo, não procurariam intrigar um novo editor das obras de Kardec com os livreiros, não procurariam combatê-los por meio de reduções artificiais de preço, nem teriam a coragem, nunca jamais suspeitada, de negar valor à gloriosa iniciativa da edição em português da “Revue Spirite”, de Kardec. (HERCULANO apud RIZZINI, 2001, pp. 98-99).

Também buscava-se interpretar o cotidiano sob a ótica da reencarnação, proposta pelo espiritismo. Tal era o caso da pequena Giannella de Marco (1943-2010), uma maestrina de cinco anos de idade, de origem italiana e que fez turnês ao redor do mundo como uma criança prodígio. Giannella apresentara-se em São Paulo por meio da ação do Departamento de Cultura do Estado.⁷² O Clube interpretou a performance da regente como inerente ao processo de reencarnação, no jornal *Diário da Noite*:

Num intervalo do concerto, o sr. João Batista Pereira, a convite do Club dos Jornalistas Espíritas dirigiu a palavra à assistência que lotou completamente o ginásio do Pacaembu, estudando o “fenômeno” Giannella, procurando demonstrar tratar-se de “uma impressionante prova em favor da tese reencarnacionista”, ponto de vista confirmado pelos espíritos de Emmanuel e Bezerra de Menezes, através de duas mensagens psicográficas, a primeira das quais recebida pelo médium Francisco Cândido Xavier, e que foram lidas por um dos diretores do Club dos Jornalistas Espíritas. (DIÁRIO DA NOITE, 1950, p.12).

O Clube patrocinou o evento no Teatro Municipal para formar a “Caixa do Livro Espírita” e, conforme a reportagem acima, também presentearam a jovem artista com uma estátua esculpida por José Jerez, com as devidas semelhanças. O texto também fora publicado no jornal do clube, *O Kardecista*, cujo texto afirma que João Batista Pereira, divulgador do espiritismo em São Paulo, interpretou a ação da criança como um talento de outras vidas, recorrendo às autoridades como Léon Denis, Frederico Myers (metapsiquista) e Allan Kardec. Além disso, D’Angelo Neto recorreu a Emmanuel e Bezerra de Menezes como sancionadores do fenômeno. (RIZZINI, 2001).

⁷¹ Traduzida no Brasil pela editora Édipo, do jornalista Júlio Abreu, em 1949.

⁷² A performance da pequena Giannella de Marco rendeu imbróglis na justiça brasileira e italiana devido a quantias financeiras de contratos e exploração parental da imagem da filha.

3.3.2 Circuito político

No âmbito político e jurídico, o Clube dos Jornalistas Espíritas entrou na discussão a respeito do estabelecimento da pena de morte, primeiramente, em campanha contrária à condenação de morte em cadeira elétrica para o assassino norte-americano Caryl Chessman⁷³. Segundo Rizzini (2001), o Clube juntou-se a outros países na campanha de pedido de clemência, pois não haveria provas definitivas acerca dos crimes.⁷⁴

Depois, em oposição à Câmara Federal, utilizou-se o espaço do *Diário da Noite*, em 5 de maio de 1953, e publicou-se na íntegra o telegrama para os parlamentares:

Jornalistas Espíritas de São Paulo protestam contra a proposta de retrocesso [na] nossa legislação penal, [do] deputado Ary Pitombo mais 80 parlamentares. Quando mais se debate graves problemas de ordem social, incrível se admita [como] solução [para o] aumento [da] criminalidade por meio [de] medida retrógrada [da] pena de morte, atentado sentimentos críticos [do] povo brasileiro. Tomamos liberdade lembrar ilustres deputados [a] reforma [do] sistema penitenciário, elaboração [de] projeto eficiente [de] proteção à infância, moralização [dos] quadros policiais e elevação [do] nível econômico e cultural do povo. Atenciosas saudações. (CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SP, 1953, p. 10).

O deputado estadual do Partido Socialista Brasileiro, Cid Franco, prestou solidariedade ao Clube na Assembleia da Câmara Legislativa de São Paulo, também no *Diário da Noite*, em 07 de maio de 1953. Além de repetir do telegrama enviado pelos jornalistas espíritas aos parlamentares federais, Franco também se posicionou contrário, apontando como parte das causas da criminalidade a miséria social. Portanto, a pena de morte seria uma perversidade do Estado. Diz ele:

Têm razão os jornalistas espíritas de São Paulo. A pena de morte não resolve o problema da criminalidade em nenhum dos países especialistas. Constitui simplesmente, mais um crime que se acomete de forma legal. Hoje, no Brasil, há criaturas humanas morrendo de fome. Há nordestinos que não encontram outra coisa para comer senão xique-xique. Há miséria, sofrimento, vemos a fortuna dos negacionistas, dos exploradores do câmbio negro, dos vendilhões de nossas fontes de riqueza a trustes estrangeiros, que conservam nosso país num estágio semicolonial. (CID FRANCO, 1953).

⁷³ Conhecido na década de 1950 como o “bandido da luz vermelha” por crime de sequestro, estupro e roubo, em Los Angeles (EUA).

⁷⁴ A questão da pena de morte alcançou, no contemporâneo no âmbito espírita, certo consenso ligado aos Direitos Humanos como uma causa anti-democrática e punitivista, embora países como Estados Unidos e orientais ainda a mantenham. Bem como, vez ou outra, tal ideia seja levantado por conservadores de direita. Porém, tem-se discutido cada vez mais a espetacularização das execuções e do cotidiano nos presídios por meio dos aparatos midiáticos (tal como séries televisivas).

No Brasil, a última execução de pena de morte teria sido em 28 de abril de 1876, no Rio de Janeiro. A comutação da pena deveu-se às condenações arbitrárias e injustas, à influência de ideais humanitários e liberais correntes da época. Entretanto, a abolição das execuções para crimes comuns somente foi oficializada na Constituição de 1891. Apesar da longa tradição do Brasil nesse debate, com o estabelecimento do Estado Novo (1937), o Decreto-Lei 431 de 1938 autorizou a pena de morte para crimes não-militares (crimes contra o Estado e homicídio qualificado por motivo fútil), delimitando a lei de segurança do Estado, extinta apenas com a Constituição de 1946. (D'AVILA, 2018)⁷⁵.

Considerando a doutrina espírita, em *O Livro dos Espíritos* (2009), Kardec compilou na questão 760, que a pena de morte deveria ser contestada e, por conseguinte, a respectiva supressão representaria um avanço na humanidade. Para a doutrina, tal julgamento seria uma ação humana e não espiritual, portanto, o caminho do progresso seria o reconhecimento humano de quem comete crimes e a possibilidade de arrependimento. Assim, para a doutrina, a “pena de morte é um crime, quando ela é aplicada em nome de Deus, e os que a infligem são acusados igualmente de homicídio” (KARDEC, 2009, p. 240).

No que tange às questões de caráter estritamente político, a postura do clube era de caráter essencialmente “apolítico” e com viés doutrinário. Portanto, ao mesmo tempo em que seus membros circulavam por espaços políticos, o âmbito doutrinário deveria permanecer neutro. Deve-se ressaltar que o Clube possuía consciência de ser o pioneiro enquanto uma associação jornalistas espíritas no país, como no caso da nota do Diário da Noite, “Não representa os jornalistas espíritas”, de 26 de dezembro de 1952, referente ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos:

O jornalista J. Herculano Pires, presidente do Club dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, pede-nos a publicação do seguinte: “O convite que está sendo distribuído para o ato de posse da diretoria executiva da Comissão Paulista pela Rejeição do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, inclui o nome do signatário, na qualidade de presidente da Associação dos Jornalistas Espíritas. A única organização do gênero existente em São Paulo é o Club dos Jornalistas Espíritas, de que o signatário é, de fato, presidente, até o fim do ano. Essa entidade, entretanto, é especificamente doutrinária e apolítica. Seus Estatutos proíbem taxativamente a sua participação em movimentos, campanhas ou organizações de natureza política. O signatário não assinou qualquer documento na qualidade de presidente do Club dos Jornalistas Espíritas e não integra a referida Comissão Paulista como representante dos jornalistas espíritas, não tendo, por outro lado, o signatário aproveita a oportunidade para tornar público que apenas subscreveu um manifesto contrário ao acordo, por ser esse o seu ponto de vista diante do problema, não tendo, entretanto, participando nenhuma reunião da comissão que está distribuindo convites com a inclusão indevida do seu nome”. (DIÁRIO DA NOITE, 1952, P. 5).

⁷⁵ Entre 1946 e 1964, a Constituição previa pena de morte somente em tempos de guerra ou em consonância com a lei militar.

O Acordo Militar Brasil-Estados Unidos foi assinado em 15 de março de 1952, pelo presidente brasileiro Getúlio Vargas e pelo norte-americano Henry Truman. Tratava-se de uma permuta de materiais militares estadunidenses em troca de recursos minerais estratégicos brasileiros (urânio e areias monazíticas). Diante de um contexto de Guerra Fria, nacionalistas combateram o acordo, alegando que a entrega de materiais estratégicos afetava a soberania brasileira e atendia aos interesses hegemônicos dos Estados Unidos. Entretanto, o pacto só terminou em 11 de março de 1977, durante o governo ditatorial de Ernesto Geisel (1974-1979). (ARAÚJO, 2023).

Com isso, apesar dos estatutos do Clube dos Jornalistas Espíritas se negarem à participação política, é curioso a omissão do presidente do clube diante da oposição do acordo, visto que, tal como na campanha de Defesa da Educação Pública, posicionou-se ao lado do nacionalismo.

Sinuê Miguel (2014) argumenta que o espiritismo sempre esteve ligado à política seja na fundação da doutrina, com argumentos burgueses ou do socialismo utópico, seja no Brasil, com articulação de poderes e a inserção no âmbito político, tal como Bezerra de Menezes e o deputado José Freitas Nobre. Inclusive, com Chico Xavier e o espírito Emmanuel temas políticos eram apresentados como uma seara nebulosa, cuja missão evangelizadora deveria ser o alvo principal do espírita.⁷⁶ Entretanto, o autor aponta que a associação entre política e interesses pessoais e imediatistas contribuiu para uma desconfiança em relação a um posicionamento político explícito. O espiritismo, enquanto doutrina, conseguiria abarcar diferentes aspectos da vida cotidiana de maneira moralmente superior.

3.3.3 Circuito social: Em Defesa da Escola Pública

Diante da ambivalência entre oposição e aproximação em relação ao catolicismo no campo espírita, o discurso do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, ora enfatizou uma busca por ecumenismo, ora por oposição. Sandra Stoll (2003) analisou as aproximações e afastamentos do espiritismo em relação ao catolicismo, cuja proposta de “Espiritismo à brasileira” propõe observar as aproximações da doutrina à ideia cristã de santidade. Para ela, o espiritismo brasileiro guarda especificidades: enquanto prática religiosa importada, encontra

⁷⁶ Entretanto, não podemos perder de vista que em Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho (1937), o socialismo foi apontado como uma doutrina subversiva, assim como, na edição do programa Pinga Fogo, da TV Tupi, em 1971, Chico Xavier, apontando a influência dos guias espirituais, defendeu o militarismo como a melhor opção para guardar a democracia de forças escusas.

um solo com uma religião hegemônica e consolidada, isto é, o catolicismo. Assim o matiz católico foi incorporado como um valor importante. Segundo Stoll:

Do modelo católico de expressão de espiritualidade, Chico Xavier extraiu, portanto, alguns dos elementos fundamentais que delinearão a sua imagem pública. Basicamente, são os votos monásticos - castidade, pobreza e obediência - que dominam essa construção. O que significa que Chico Xavier fundiu a prática da mediunidade espírita ao modelo de virtuosidade característico da religião culturalmente no país. Com isso criou um em torno de si uma aura de credibilidade que contribuiu para consolidar sua liderança religiosa. (STOLL, 2003, p. 173.).

Assim como, Bernardo Lewgoy (2004) buscou compreender os antagonismos e aproximações do espiritismo e o catolicismo, sobretudo, em Chico Xavier. De acordo com o autor, o espiritismo com Chico Xavier adquiriu uma perspectiva de união nacional e conciliadora com os valores cristãos, dentre a qual, o médium buscou representar valores familiares pertinentes ao *ethos* católico das classes populares e de respeito às ordens cívicas. Assim, o espiritismo de Chico perdeu “uma imagem de religião bizarra dos livres-pensadores e jacobinos, demoníaca e cientificista, para se tornar uma orientação respeitável para cidadãos integrados à nova ordem urbano-industrial que se consolida no Brasil a partir dos anos 1930 (LEWGOY, 2004, p. 49)”.

Além disso, vale destacar um outro contraponto acerca do sincretismo religioso: segundo Pierre Sanchis (1994), o catolicismo brasileiro possui propensão a atravessar diferentes práticas religiosas devido ao caráter tradicional de longa duração e de busca por manutenção no tempo e no espaço. Conforme o autor, “o catolicismo possui uma característica histórica de longa duração com laço de fé e absoluto pessoal, cujo “interior do mundo cristão, pelo menos ocidental, o catolicismo parece-me o único a evidenciar esta marca, sincrética de natureza e, conseqüentemente, sincrética de vocação” (SANCHIS, 1994, p. 10).

É nesta tensão ambivalente que o *Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo* opôs-se, a partir do 1º Convenção Espírita em Defesa da Escola Pública, à proposta do deputado da União Democrática Nacional (UDN), Carlos Lacerda (1958) de mudança no sistema educacional do Brasil, atingindo ampla repercussão na imprensa e na esfera pública (RIZZINI, 2001).

Na perspectiva de Rizzini (2001), a Campanha em Defesa da Escola Pública, liderada pelo clube (com base na doutrina espírita), foi “brilhante” e “árdua”. Isto porque o projeto teria sido decidido na Câmara Federal e de maneira unilateral, sem discussões, embora contasse com o apoio dos católicos. A ação movida contrária à implementação do Projeto de Diretrizes e Bases ocorreu apenas quando estava em trâmite no Senado, cuja cadeira de presidência do Legislativo era ocupada por João Goulart.

O debate sobre a educação era antigo: desde a década de 1920, houve uma busca pelo refinamento legislativo nas diferentes instâncias políticas acerca das incumbências com a educação e as escolas - tanto o ensino privado quanto a Igreja Católica marcaram presença nesse embate, sendo mais acalorado no período entre 1948 (pertinente ao projeto de Clemente Mariani, ministro da Educação) e 1961 (desdobramentos do projeto do deputado Carlos Lacerda, de 1958). A participação da Igreja Católica no debate do projeto da LDB foi representada pela Associação de Educação Católica (AEC), fundada em 1945, com o objetivo privatista e de oposição ao monopólio estatal do ensino. Evidenciando, então, acordos entre Igreja, setor empresarial, políticos, instituições educacionais e órgãos de comunicação e publicidade. (SILVA, 2011).

Na “Exposição do Projeto de Diretrizes e Bases” (anexo B), escrito por Herculano Pires para o Clube dos Jornalistas Espíritas, na Campanha de Defesa da Escola Pública, argumenta-se que o projeto de 1948 era “bom” e produzido por um corpo técnico. Enquanto o projeto substitutivo proposto por Lacerda, favorecia comerciantes de ensino e a Igreja Católica, tornando-se perverso.

De acordo com o texto redigido, forças negativas atuaram durante o processo de reformulação da educação nacional. Ou seja, o polo negativo é uma conotação pertinente no jargão da doutrina espírita. Sendo os componentes das forças negativas: comerciantes do ensino, clero católico e políticos. Com isso, havia um imperativo pela necessidade de um grande movimento de opinião pública, na qual, para a articulação do projeto, seria preciso compreender sete pontos nodais do projeto (ver quadro abaixo).

Quadro 12: Pontos nodais do projeto ou os sete nós.

Pontos nodais do projeto
1. A obrigação do ensino delegada a escolas particulares;
2. Educação familiar e ensino religioso sectário: privilégio de grupos;
3. Comércio do ensino mantido pelo dinheiro público: a composição do Conselho Federal;
4. Ensino primário: déficit na inserção da alfabetização e continuidade escolar;
5. Quadro docente: professores formados versus professores habilitados
6. Omissão da liberdade de cátedra;
7. Recurso do Estado para a Educação.

Fonte: A autora, com base no documento Exposição do Projeto de Diretrizes e Bases, 2022.

A boa qualificação do projeto pioneiro seria porque a proposta de Mariani buscou dialogar com o “Manifesto dos Pioneiros” da Educação Nova, assinado por intelectuais, cuja meta seria ampliar o espectro das camadas escolarizadas e modificar o modelo educacional do Estado Novo. Desta maneira, o retorno à origem do projeto estabeleceria uma genealogia para a compreensão e engajamento na causa. Porém, o modelo de 1948 encontrou pouca adesão político-partidária e oposição de Gustavo Capanema, o ministro da Educação do governo de Getúlio Vargas.

Por outro lado, o projeto de Lacerda, propunha a descentralização do ensino, a representação do setor privado no Conselho Nacional da Educação, ligado à moralização do sujeito, importância da família, abertura à privatização e laços com o ensino confessional. (SILVA, 2011). Ou seja, pontos nodais que tanto intelectuais da educação quanto o Clube dos Jornalistas Espíritas fizeram suas críticas.

Reforçava-se que o problema não era necessariamente a construção de um Projeto de Diretrizes para a educação brasileira, mas o conluio entre empresários, Igreja Católica e políticos. Nesse sentido, Carlos Lacerda e a reformulação do projeto de 1958 representava o acordo das “forças reacionárias” para aquele clube de espíritas.

Por conseguinte, é recorrente no texto a presença de expressões que relacionam a política e o benefício de particulares. De acordo com Patrick Charaudeau (2008), apesar de depender do contexto sócio-histórico, é frequente no discurso de opinião pública uma dissociação entre política e povo, bem como, a sensação de impotência e corrupção. Com isso, a classe política apresenta-se de maneira enfraquecida, desacreditada e descomprometida com a população; cujo discurso militante apresenta-se como protesto e ação social, pois “dizer é fazer”.

A Igreja Católica evidenciou-se como um grande oponente em relação a grupos espíritas e laicos nessa disputa acerca da educação, isto torna expressa a conjuntura acerca dos laços históricos entre a Igreja e o Estado. Assim como, explicitam-se a complexa e conflituosa presença de práticas e posturas da tradição católica no meio espírita, rechaçada por alguns grupos. (MIGUEL, 2014).

Tal como analisa Marcelo Camurça (2022), o espiritismo travou lutas intensas com a Igreja Católica desde a inserção da doutrina no Brasil, porém, ao longo da primeira metade do século XX, o episcopado condenou taxativamente a doutrina como herética, perdição e oposta a Jesus por evocar demônios. Diante dos combates doutrinários, adeptos do espiritismo

consideravam o catolicismo como anacrônico, cuja doutrina traria um aprimoramento das perspectivas cristãs - classificada por Camurça como um tipo de “neocristianismo”.

Além dos eventos, o periódico carioca *O Semanário*, de 25 de março de 1960, publicou na seção Movimento Espiritualista, o manifesto do Clube dos Jornalistas Espíritas, direcionado a João Goulart, em apelo à causa. O Clube enfatizou a presença de jornalistas, escritores e professores dos três níveis de educação, conferindo-lhes capacidade de argumentação ante o projeto de lei. Defenderam, então:

Não temos dúvidas em afirmar a V. Excla. e aos Exmos. Srs. Senadores que, se por uma infelicidade, o atual projeto fosse mantido por essa casa, a educação brasileira, em pleno século XX, regrediria para a Idade Média. Os princípios confusionistas⁷⁷ do projeto aprovado, que mistificam o problema do ensino, misturando deveres do Estado com interesses particulares, em evidente benefício de interesses confessionais - ainda mais nocivos do que aqueles, por implicarem coação da consciência - são simples resíduos do obscurantismo medieval.

Como pode ser compreendido acima, há um resgate da figura dos bandeirantes como corajosos desbravadores dos territórios e para a identidade paulista. Entretanto, a ação dos bandeirantes é marcada pela violência territorial, simbólica e física dos indígenas. De acordo com Lia Schucman (2020), o destaque para o mito do bandeirante fora retomado na sociedade paulistana a partir de 1932, em oposição ao governo de Vargas. “Os bandeirantes aparecem como figuras representativas que trazem consigo a possibilidade de unificação da população para pegar em armas em nome de São Paulo. Desse modo, foi conveniente omitir as divisões raciais e de classes para a construção e um orgulho paulista” (SCHUCMAN, 2020, p.110)

Durante o movimento de Defesa da Educação Pública, João Goulart (1919-1976), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), na condição de vice-presidente no mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1961), do Partido Social Democrático (PSD), era também Presidente do Senado pela força constitucional de 1946, cujo artigo 61 outorgava o exercício da função. A pressão realizada pelos defensores da educação pública, laica e gratuita indicava uma demanda para que o processo não passasse no Senado, mas também contasse com a benevolência de Goulart, pois este seguia a política trabalhista de Vargas, tendo estabelecido estreita ligação com movimentos sindicais (em acordo com o PTB e o PSD). (ABREU et al, 2001)

O movimento oposicionista teve duas frentes: no Rio de Janeiro, a Comissão Nacional em Defesa da Escola Pública; não-religiosa, composta por membros como Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira; em São Paulo, a 1ª Convenção Espírita em Defesa da Escola Pública, de 11 a 16 de julho de 1960, a qual contou com o apoio de pessoas externas ao espiritismo, mas envolvidas com a causa nacional, tal como Florestan Fernandes. Houve também a adesão dos

⁷⁷ Neste caso, entende-se com a palavra “confusionista” a ideia de confusão.

partidos políticos: Partido Socialista Brasileiro e Frente Nacionalista de São Paulo. (RIZZINI, 2001) A posição do Partido Socialista Brasileiro expressou apoio ao Clube pela via da oposição à comercialização do ensino (ver figura 20 e anexo F). Deve-se destacar que, no início da década de 1960, o partido estava inserido na campanha nacionalista, o que ampliou suas bases políticas em diferentes setores, embora ainda tivesse restrições legais. (ABREU et al, 2001)

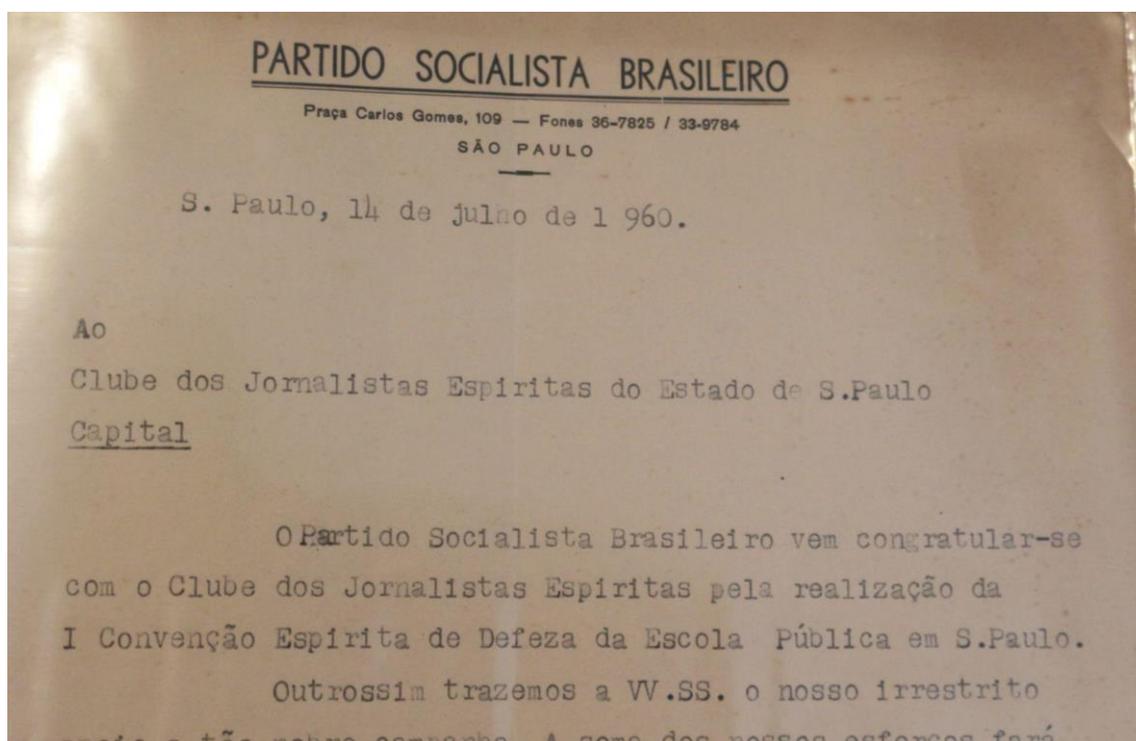


Figura 20. Apoio do Partido Socialista Brasileiro à Campanha de Defesa da Escola Pública, do Clube dos Jornalistas Espiritas de São Paulo, 1960.

Fonte: Fundação Maria Virginia e Herculano Pires, 2019.

Por sua vez, a Frente Nacionalista, que reunia diversos partidos (dentre eles, filiados ao PTB, ao PCB e à UDN) apresentou sua moção de solidariedade ao Clube pela via da defesa dos direitos nacionais (ver figura 21 e anexo G). Naquela ocasião, a frente paulista representava o comitê LOTT-JANGO⁷⁸, referente à coligação para pleito presidencial. A Frente Nacionalista, fundada em 1945 e finalizada em 1961, com a fundação do Partido Nacionalista, defendia uma oposição tanto ao estatal quanto ao capital privado estrangeiro, assim como, à União Soviética e aos Estados Unidos. Logo, seus ideais nacionais eram mais ligados em favor do empresariado brasileiro. Entretanto, Rogê Ferreira⁷⁹, o secretário geral que assina a moção de apoio, era ligado às causas estudantis, trabalhistas e contra o capital estrangeiro, tendo-se filiado a diferentes

⁷⁸ General Henrique Lott e Jânio Quadros.

⁷⁹ José Antônio Afonseca Rogê Ferreira (1922-1991).

siglas (UNE, PSB, PTN, PTB) entre 1949 e 1964, dentre outras com a redemocratização pós-ditadura. (ABREU et al, 2001)

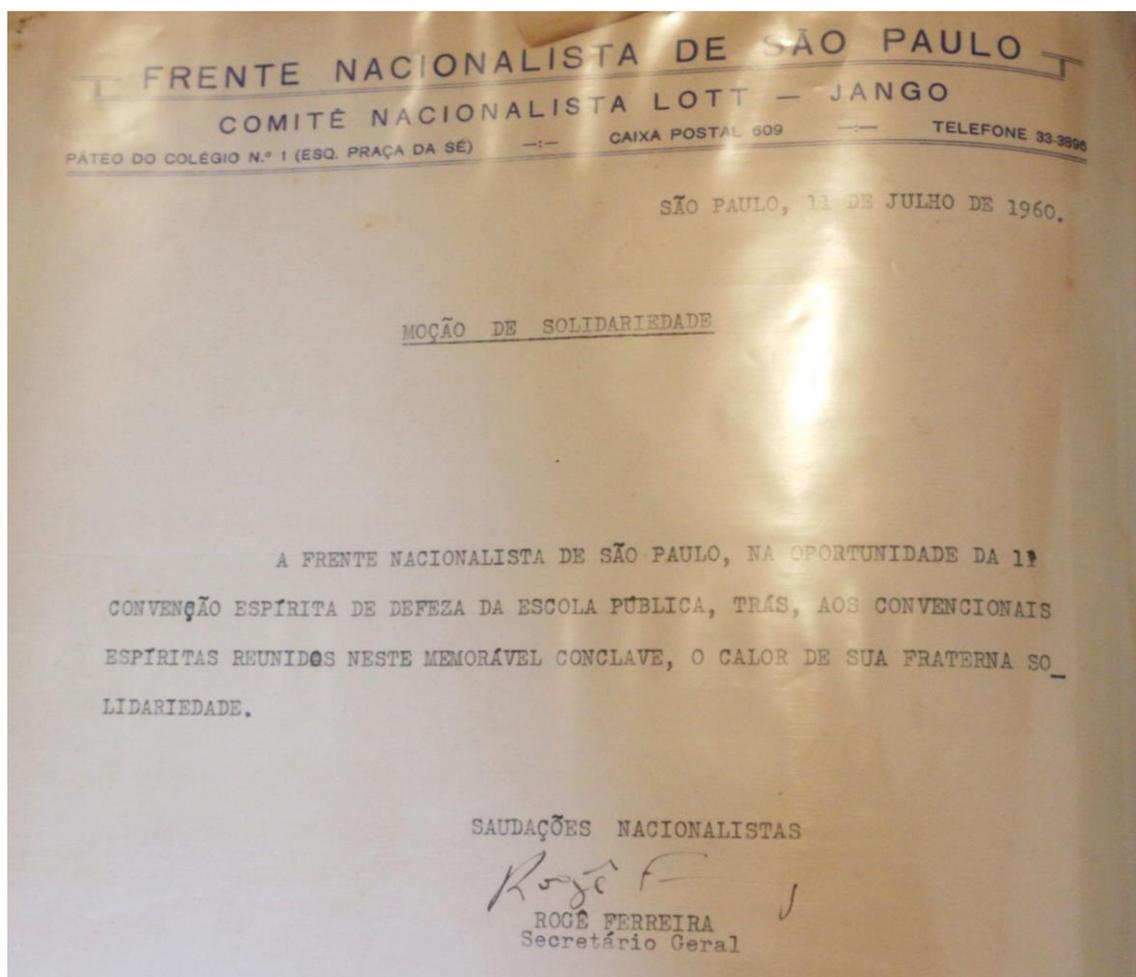


Figura 21. Apoio da Frente Nacionalista à Campanha de Defesa da Escola Pública, do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, 1960.

Fonte: Fundação Maria Virginia e Herculano Pires, 2019.

Assim, o Clube dos Jornalistas Espíritas se posicionou através do texto publicado em “O Semanário” (RJ), de 2 a 8 de julho de 1960 (nº 216)⁸⁰, sob o pseudônimo de Irmão Saulo (usado por Herculano Pires), defendia-se que seria “dever das instituições espíritas a defesa da educação democrática”, chegando a adjetivá-lo como um projeto retrógrado e medieval. Isto porque tal projeto de lei permitia uma educação conforme os preceitos ideológicos, religiosos e privados segundo o interesse da família, em detrimento da obrigação de o Estado manter toda a educação laica, pública e gratuita.

⁸⁰ O SEMANÁRIO. Rio de Janeiro, [1960], nº 216. Disponível em: <http://memoria.bn.br> (último acesso em: setembro de 2018).

Perante a manchete “‘Atacarão’ a cidade dia 11”, o Diário da Noite, de 1º de julho de 1960, divulgou a *I Convenção Espírita de Defesa da Escola Pública*, na qual o secretário do Clube dos Jornalistas Espíritas, Renato Walsh Rodrigues declarou à redação que participariam professores da escola pública e particular, a fim de realizar uma “energética defesa pela escola pública”. Dentre o público participante, esperava-se estudantes, professores, operários e profissionais liberais. Estavam confirmadas as presenças dos palestrantes: Florestan Fernandes (USP); Dante Moreira Leite (Faculdade de Araraquara); Apolo Oliva Filho (Fundação Álvares Penteado); Aparecida Rebelo (Educandário Pestalozzi); Luiza Camargo Branco (Educandário Amélie Boudet); e Walter Accorsi (Escola Superior de Agronomia de Piracicaba). Logo, declarou o secretário que “o Clube teve em vista movimentar o meio espírita contra essa ameaça. E resolveu dar um sentido dinâmico ao seu trabalho, procurando atingir, no esforço de esclarecimento que desenvolverá, a toda a população. Daí a razão de ser dos comandos nas ruas”. (RENATO WALSH RODRIGUES, 1960, p.2).

Por fim, durante a semana da convenção, o Diário da Noite publicou, em 13 de julho de 1960, que os espíritas não tinham finalidade religiosa com a campanha, mas uma busca pela educação leiga e sem discriminação. Com isso, o diretor do Clube, Alfredo Cruso (figura abaixo), declarou ao jornal que: “Os comandos já distribuíram milhares de boletins no centro da cidade, operando nas horas de maior movimento. E como esses boletins oferecem esclarecimentos incisivos sobre o problema, todos serão atingidos por esse verdadeiro bombardeio de boas ideias” (ALFREDO CRUSO, 1960, p. 5). Portanto, acreditava-se que as ações do Clube tinham forte potencial de intervenção na sociedade civil.

O jornal não publicou o panfleto na íntegra, entretanto, a letra capitular “V” pode ser notada na imagem de Alfredo Cruso (figura 22). Trata-se do panfleto “Você já pensou nas escolas do Governo fechadas por falta de verba?” (anexo I), cujo apelo parte do uso do “você” genérico como estratégia persuasiva baseada em questionamentos acerca da possibilidade do aumento das crianças “vadias”, do aumento do analfabetismo e do desemprego docente. Tal como nos manifestos mais longos, há uma oposição entre ricos e pobres (escolas públicas versus privadas), bem como, a questão religiosa cujo apoio da Igreja refletia, para o grupo, o privilégio de uma única religião e o cerceamento da liberdade de pensamento. Todavia, embora a causa tivesse como aliados representantes da esquerda, o panfleto encerra-se como o motivo da letra “V” capitular: para a defesa de uma educação liberal brasileira, seriam necessários protestos a

fim de alcançar a vitória e fazer o signo da vitória tal como o conservador inglês Winston Churchill⁸¹.



Figura 22: "Ninguém escapará à ação dos comandos", disse o sr. Alfredo Cruso.
Fonte: Diário da Noite, 10.873, 1960.

A despeito da possibilidade de crescimento de crianças "vadias", acreditava-se que com a sanção do projeto e com o direcionamento da verba pública para as escolas privadas, haveria redução do investimento do ensino público e, portanto, escassez de vagas em escolas públicas. Com isso, o aumento de crianças nas ruas. Ademais, o projeto previa a possibilidade do ensino familiar, o qual o Clube realizou críticas, direcionando para o Estado a responsabilidade da educação e da formação do sujeito - seja rico ou pobre. A possibilidade de ensino familiar dialoga com o senso comum ligado aos valores patriarcais e a importância da família na sociedade brasileira, desconsiderando as vulnerabilidades sociais, de classe e geográficas (tais como, campo e cidade).

Sérgio Buarque de Hollanda (2012), no ensaio *O homem cordial*, de 1930, analisa uma condição presente no século XX, na qual, haveria no Brasil resquícios da permanência da norma familiar ligada ao círculo doméstico, sanguíneo, patriarcal, e a vontades particularistas que

⁸¹ O britânico e primeiro-ministro Winston Churchill (1874-1965) utilizou em seu discurso de pressão das tropas nazistas (ligadas ao "Eixo" - Alemanha, Itália e Japão - na Segunda Guerra Mundial) o signo de "V" da vitória como expressão do êxito das tropas dos Aliados (Inglaterra, França, EUA e URSS).

iriam compor os profissionais liberais e os cargos de confiança da burocracia governamental. Entretanto, enquanto o autor enfatizava apenas uma parcela que sofria o impacto entre os valores familiares e mundanos na transição do ensino familiar para o superior (como a tradição desde o Império na formação de sujeitos públicos das faculdades de direito de São Paulo e Olinda), a própria associação de “homem cordial” leva ao apagamento da capacidade de reação das classes menos favorecidas, pertinentes com os valores oligárquicos.

Apesar das críticas pertinentes ao conceito de “homem cordial” feitas pela literatura acadêmica⁸², a mobilização em defesa da escola pública aponta um diálogo com aquela estrutura apontada da sociedade brasileira: ao mesmo tempo em que havia, de um lado, uma necessidade de clamor e esclarecimento da população e, de outro, uma parcela do poder pactuava com a concepção de que uma parte significativa iria se omitir a favor da ordem social e da confiança nos candidatos. De fato, viu-se maior adesão de intelectuais e estudantes nos movimentos.

À vista disso, outro panfleto da campanha chamava-se “História em 4 quadros” (anexo H), no qual o grupo traça um panorama entre saber e religião nos seguintes moldes: Antiguidade (culto dos deuses); Idade Média (predomínio do catolicismo na manutenção da fé e do saber); Idade Moderna (Renascimento e Humanismo como libertadores das amarras teológicas) e Idade Atual (educação democrática e laica). Portanto, para o grupo, a ação com o apoio de comerciantes do ensino e da Igreja Católica era uma reação contra o ensino estatal, laico e democrática. Isto é, um fanatismo religioso contrário à civilização.

A estratégia persuasiva de oposição entre ricos e pobres no ensino enfatizava o dever do Estado em nivelar o acesso educacional da população como um progresso civilizacional e liberal. Porém, conforme analisou Pierre Bourdieu (2014) sobre o sistema escolar e a distinção, a valorização educacional está correlacionada ao sistema de classes e de hierarquização acerca do valor do diploma - seja do ensino básico ou médio, seja do superior.

De acordo com o argumento de Bourdieu (2014), as classes ricas e dotadas de capital cultural (acumulação de conhecimento e consumo de símbolos, informações e práticas) investem na educação e na construção de relações mundanas (capital social) como forma de reproduzirem uma distinção, cuja burguesia ascendente buscará tanto se aproximar ao

⁸² Ramatins Racino (2017) analisou como as literaturas consolidadas de Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre contribuíram para a reprodução do pensamento oligárquico brasileiro, cujas mestiçagem e convivência entre brancos (colonos), negros escravizados e indígenas eram compreendidas como amistosas e não violentas, pautadas na cordialidade. Entretanto, tais referências, conforme o autor, estão carregadas de preconceito racial e reprodução do etnocentrismo europeu em relação à Europa, sobretudo, no que tange à representação de negros e indígenas como atrasados, primitivos, selvagens e ociosos.

conhecimento educacional quanto ao capital econômico. Por sua vez, o empresariado da indústria e do comércio dão primazia ao valor econômico.⁸³

Dentro desta perspectiva apontada por Bourdieu (2014), profissionais liberais (como no nosso caso em análise, jornalistas) têm preocupação com a educação dos filhos e no consumo de recursos materiais e culturais pertinentes à burguesia. Entretanto, como pode ser observado nos panfletos e nos discursos das campanhas, há uma crítica ao excesso de valorização do econômico, tal como o beneficiamento privado do dinheiro público, e uma demanda pelo acesso educacional de qualidade de maneira universal.

Diante da condição brasileira, considerada parte do terceiro mundo, a educação poderia ser um projeto de futuro. Contudo, ainda que fosse feito o “V” da vitória após a campanha, a luta educacional brasileira teria pela frente muitos desdobramentos e motivos por reivindicações na longa duração. Inclusive, devido à formação estrutural brasileira de passado colonial, oligárquico e racista, cujo sistema educacional privilegia aqueles que têm acesso a bens culturais e educação privada⁸⁴.

Conforme o próprio modelo da sociedade francesa - o qual Herculano Pires compreendia como referência da educação laica e democrática -, Pierre Bourdieu (2014) observou um problema: à medida em que a defesa pela escolaridade aumentou e houve um crescente número de diplomados, resultou na transformação da relação entre cargo e diploma. Isto é, o surgimento da concorrência de classe por cargos e diplomas, assim como, na defasagem ou desvalorização do diploma para uma determinada parcela (geralmente, pertencente a classes menos abastadas). Segundo ele:

A entrada na corrida e na concorrência pelo diploma que, até então, haviam tido uma reduzida utilização da escola exerceu o efeito de obrigar as frações que, até então, haviam tido uma reduzida utilização da escola exerceu o efeito de obrigar as frações de classe, cuja reprodução estava garantida, principal ou exclusivamente, pela escola, a intensificar seus investimentos para manter a realidade relativa de seus diplomas correlativamente, sua posição na estrutura das classes, assim, o diploma e o sistema escolar que o atribui tornaram-se um dos pretextos privilegiados de uma concorrência

⁸³ Como não se trata na presente pesquisa de analisar o sistema escolar e, por conseguinte, de aprofundá-lo, mas sim a atuação do clube, utilizo a fundamentação de Pierre Bourdieu (2014).

⁸⁴ Considerando a questão estrutural brasileira e sua permanência na longa duração, podemos apontar a Lei de Cotas, que contempla estudantes de escolas públicas, pessoas de baixa renda, negros (pardos e pretos) e indígenas, somente foi sancionada nacionalmente no ano de 2012, sob o número 12.711. Ainda no tempo presente a questão de renda e étnica na educação é um grande debate que deve ser considerado. Ademais, a modificação da base do ensino médio brasileiro possui disparidade entre os planos curriculares educacionais das escolas públicas e privadas: aponta-se uma tendência à profissionalização e formação de mão de obra, no primeiro caso, e a formação de sujeitos encaminhados para o ensino superior. De acordo com Maria Raquel Caetano (2018), desde a década de 1930 o ensino médio é alvo de disputas, dentre as quais, desejava-se dividir o ensino em profissional (para as classes populares) e ensino propedêutico (para as classes abastadas). Ou seja, na contemporaneidade, tanto a tendência de ligação com o setor empresarial quanto a oposição da construção da mão de obra profissional e da constituição de sujeitos reflexivos continuam em debate.

entre as classes que engendram um aumento geral e contínuo na demanda da educação, assim como uma inflação de diplomas. (BOURDIEU, 2014, p. 124).

Conforme a *Declaração Espírita de Princípios Educacionais* (ver em anexo E), escrita após a I Convenção a fim de ser enviada em um memorial para o Senado, política e educação possuíam laços estreitos, visto que se tratava de um projeto nacional de construção de diretrizes. Naquele caso, as diferentes posições ideológicas de professores deveriam ser levadas em consideração (fossem espíritas ou comunistas) desde que compreendessem uma perspectiva democrática e laica. Ademais, havia uma defesa no ideal participativo na política partidária. O documento definia a posição de espíritas paulistas, mas também se articulava com a doutrina espírita em perspectiva nacional. Havia uma demanda também pela diplomação através de supletivos. Para aquele grupo, tratava-se de uma base humanista, na qual a ampliação educacional reduziria a miséria.

Neste sentido, em defesa dos ideais progressistas e de liberdade de culto, o espiritismo se posicionou a favor dos interesses da sociedade civil contra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, todavia, ela fora promulgada sob a forma da Lei 4.024/1961. Na literatura acadêmica, também se compreende que houve uma vitória da Igreja Católica e do setor privado no texto final da LDB de 1961. Conforme argumenta Taís da Silva:

O texto final da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1961, exemplifica para nós o alcance e a força da influência da Igreja no setor educacional. Sua maneira de atuação, com a AEC, não era em si, uma novidade, mas serviu mais uma vez para a Igreja defender, difundir e pressionar para ver seus pontos serem discutidos e aprovados. [...] a vitória da Igreja na LDB de 61 não é a vitória de uma luta de 13 anos, mas sim de um processo mais longo que visava o retorno católico no setor educacional. Vemos e defendemos a LDB/61 como o triunfo e a materialização de um combate católico que se inicia na década de 1920, objetivando o domínio do setor educacional, possuindo, como dado importante, a continuação do poder do Estado como meio pelo qual a Igreja exerce sua influência na educação, política e na vida social nacional. (SILVA, 2011, p. 10).

Em *Pedagogia Espírita*, livro escrito anos mais tarde, na década de 1970, Herculano Pires (2008) relembrou a ocasião da chamada “Defesa da Escola Pública”. O autor inseriu tal debate em uma perspectiva cultural, na qual o ensino religioso seria inerente à transmissão da cultura no âmbito escolar. Tratou esta questão tanto pela via do debate escola particular versus escola pública, como também uma busca pela luta da formação espiritual.

Os espíritas, naquele caso, buscavam lutar contra o sectarismo evangélico/católico e a marginalização do espiritismo nas escolas. Dentro dessa perspectiva do autor, o ensino religioso poderia ser oferecido nas escolas como ensinamento cultural, em contrapartida do ensino da religião como doutrina a ser seguida. Com isso, ela considerou que houve apenas uma solução

ou individual, ademais, carrega consigo um processo de fragmentação de opiniões coletivas e antagônicas, dentre elas, cismas religiosos e luta de classes. (CHARAUDEAU, 2018).

No caso de grupos militantes, conforme argumenta Patrick Charaudeau (2018), o envolvimento com uma determinada ação está carregada da defesa de uma opinião pública a serviço de um bem supremo. Assim, o militante é

aquele que sai à rua, vai às manifestações, às reuniões, participa dos grandes protestos, assume determinada identidade discursiva feita de paixão em função de suas declarações, de suas sentenças peremptórias a favor ou contra ideias ou pessoas, julgamentos performativos na medida em que o militante deve crer, como foi dito, que “dizer é fazer”, e constrói uma imagem de combativo que o integra a um imaginário de virilidade (“Nós combatemos!”) ou de fecundidade (“Nós combatemos pelos nossos filhos!”). (CHARAUDEAU, 2018, p. 272).

O posicionamento do clube nos indica uma militância de caráter religioso, cujo espiritismo combinou-se com uma defesa democrática e nacionalista, em prol do patrimônio público. Isto é, o “Nós combatemos” para a posteridade de uma pluralidade religiosa e democrática, mas também para os filhos espíritas, pois, segundo Herculano Pires (2008, p. 158): “Os espíritas [...] tiveram de participar da luta para salvaguardar a formação espiritual de seus filhos” . Mais tarde, com a mudança de posicionamento de Herculano Pires para a via do cultural, indica-nos um olhar afastado do calor da opinião pública e militante de outrora, mas também a influência da formação acadêmica do jornalista em filosofia, cuja produção intelectual dialogou também com a antropologia.

No ano de 1955, ao depor do cargo de conselheiro na USE, Herculano Pires afirmou afastar-se para dedicar-se à filosofia e preparar-se para a formação cultural e filosófica do espiritismo. Assim como, em 1968, o Clube dos Jornalistas Espíritas demandou uma articulação para fundar a Universidade Espírita de São Paulo, uma proposição do I Congresso Educacional Espírita para o estabelecimento do Instituto Espírita de Educação. (USE, 1955 e 1968) Neste sentido, pode-se destacar a preocupação dos espíritas com a educação e com o debate entre as interferências do religioso no saber não somente laico, mas também com base na filosofia da doutrina espírita.

Devemos considerar que, embora haja uma pretensão de neutralidade, colocar-se em favor da erudição, da educação de brancos e negros independentemente de classe, e defender a liberdade e a legitimidade de uma religião minoritária é também um atravessamento do político, por meio das microvilosidades do sistema. Todavia, sem o rompimento das estruturas burguesas e evidencia um associativismo com proposições unilaterais, em determinados momentos.

4. ASSOCIATIVISMO E O TRABALHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: DECLÍNIO DO CLUBE E OUTRAS POSSIBILIDADES ASSOCIATIVAS

Neste capítulo, busco refletir sobre associativismo e a importância dos núcleos de comunicação social no processo de difusão, propaganda, construção e projeto de unificação do pensamento doutrinário. Houve legado da iniciativa do Clube para as outras instituições de comunicação espírita? Como a Federação Espírita Brasileira (FEB) atualmente se posiciona em relação à comunicação social e o espiritismo?

A princípio, Jorge Rizzini⁸⁷ (2001) procurou registrar o pioneirismo e as ações do Clube, bem como, a grande circulação de pessoas em torno da associação. Entretanto, parece-me que o projeto da FEB, de fundação da Associação de Escritores e Jornalistas Espíritas é apontado como a origem de um associativismo espírita devido à capacidade de articulação da matriz espírita carioca. Neste sentido, a proposta neste capítulo é traçar um fio condutor, em perspectiva panorâmica, acerca das ações pertinentes de comunicação social e como tal campo foi utilizado como uma das ferramentas de construção da legitimidade e das próprias narrativas de grupos espíritas.

Conforme Lewgoy (2000), devido à história de colonização do Brasil, a associação entre letramento e religião foi relegada a uma minoria (sobretudo, clérigos e burocratas), enquanto que a oralidade, as práticas mágicas e devocionais alcançaram caráter mais popular. Com o crescimento de uma esfera pública literária após o advento do império, o espiritismo foi inserido como característica polêmica e anticlerical entre os letrados. Com isso, não podemos perder de vista que a doutrina espírita brasileira foi estruturada em caráter associativista, sobretudo, a partir da consolidação da FEB, a qual se impôs como uma alternativa religiosa ao catolicismo e cujo Pacto Áureo foi uma estratégia de manutenção do monopólio articulador advindo da instituição (LEWGOY, 2011).

Ademais, como o presente capítulo aborda o declínio institucional do Clube e novos trajetos entre comunicação social e espiritismo, parto da concepção de Pierre Bourdieu (2006) sobre as trajetórias, dentre as quais os percursos dos sujeitos envolvem deslocamentos e posicionamentos no espaço social, que dependem do tipo de capital em jogo (cultural / simbólico; econômico; social), e conferem sentido e valor ao percurso profissional, pessoal e espacial. Logo, não se trata apenas de um envelhecimento biológico, mas de um envelhecimento

⁸⁷ Jornalista, espírita e biógrafo de Herculano Pires. Também, chegou a ser presidente do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo.

social, o qual pode romper ou fortalecer vínculos com outros agentes. Ou seja, um “conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente de diferentes campos” (BOURDIEU, 2006, p.190).

De acordo com Charaudeau (2018), dentre as dimensões do processo informativo e comunicativo há o chamado “propósito”, o qual os produtores da mensagem estabelecem um recorte da sociedade acerca de alguns temas pertinentes aos acontecimentos e à vida em sociedade. Nesse sentido, através do “propósito”, os profissionais de comunicação buscam os “critérios de atualidade, sociabilidade, de imprevisibilidade, assegurando-lhes assim uma *visibilidade*, uma *publicização*, e produzindo um possível efeito de captação” (grifos do autor, CHARAUDEAU, 2018, p. 106).

Trata-se de um associativismo de classe média, o qual, segundo Armando Boito Jr. (2004), a classe tem por característica tendências à meritocracia (culto ao mérito do indivíduo e culto ao mérito da profissão) e, por conseguinte, suas perspectivas associativas têm tendência refletir as relações de trabalho e a degradação salarial, mantendo, ainda assim, a perspectiva progressista. Segundo o autor, o próprio sindicalismo de classe média possui tendência à hierarquização das funções, identificação de grupos e aproximação do direito burguês, sendo, portanto, distinto daquele da origem dos sindicatos dos trabalhos manuais (ligados à superação à hierarquia salarial, bem como da superação da vanguarda e da massa).

Para Ana Maria Doimo (2004), a tradição associativista do espiritismo é evidente nos centros espíritas, cujos trabalho voluntário, estudo e formação profissional são características valorizadas na constituição participativa. Há preocupação com o ensino profissionalizante e defesa da prática mediúnica (tal como foi expressiva no início do século XX). Conforme a autora, a proximidade de ideais seculares com o apreço pela educação e pela ciência, permitem a vivência de uma religiosidade mais secularizada, culminando na incidência do associativismo kardecista (sobretudo, ações de “caridade” dos centros espíritas para a sociedade).

4.1 O declínio do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo

Sem explicitar os motivos, Rizzini (2001) salienta que, já na década de 1950, o Clube teve baixa na associação de personalidades conhecidas do jornalismo: Pedro Granja, Júlio Abreu Filho, Wandyck de Freitas, Paulo Alves de Godoy, dentre outros. Seria por incompatibilidade das concepções doutrinárias? Esta questão não foi possível confirmar nas

fontes documentais. Entretanto, como pude observar nas atas deliberativas da União Social Espírita, Herculano Pires buscou marcar presença tanto enquanto intelectual espírita quanto como representante do clube, entre 1949-1970.

Inclusive, as interações com os confrades anteriormente mencionados ocorriam de maneira amistosa, conforme discorre a pauta, algumas divergências manifestavam-se em relação a Edgard Armond. Como um grupo é dotado de pluralidades e divergências internas e externas, a rotatividade de alguns membros é plausível de acontecer. Neste sentido, novos integrantes somaram forças, tais como os irmãos Vicente Cruso e Alfredo Cruso, proprietários da gráfica Politipo e da revista “Ilustração Espírita”.

O Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo chegou oficialmente ao fim em 20 de janeiro de 1970. Conforme Rizzini (2001), o declínio foi somado à desarticulação do grupo, a sede do clube foi utilizada pelo proprietário do imóvel e também membro do clube, Heitor Giuliani, para guardar joias e pedras preciosas fruto de contrabando. Segundo o biógrafo, o escândalo impactou Herculano Pires, pois a “sede do Clube - uma instituição filantrópica de caráter religioso - servia para camuflar negócios escusos. O nome do Clube, felizmente, não fora citado nas reportagens, mas era impossível manter a sede naquele prédio” (RIZZINI, 2001, p. 126).

Segundo a série de reportagens do *Correio Paulistano*, de 15 a 19 de junho de 1962, o prédio na rua São Bento, no centro de São Paulo, era utilizado como joalheria clandestina e teria ligação com uma rede de contrabandos da Europa. Joias, relógios e brilhantes foram apreendidos em dependências ocultas, enquanto o dono da joalheria teria buscado contatos para recorrer da situação. Portanto,

De acordo com os informes obtidos das autoridades presentes à rumorosa diligência, foram feitas revelações de que a Joalheria Leal era considerada pela Fiscalização Federal e Estadual como um “reduto proibido”, imune à ação dos agentes da lei. O proprietário, Heitor Giuliani, segundo comentários de pessoas que o conhecem, mantém íntimas e estreitas relações de amizade com altas personalidades da nossa administração, fato esse que foi comprovado pelos numerosos contatos telefônicos que os responsáveis pela joalheria mantiveram durante todo o tempo em que lá se encontravam as autoridades. (CORREIO PAULISTANO, 1962, p. 8).

A partir desse conflito, José Herculano Pires teria decidido se desarticular do clube. Sendo assim, o desfecho do clube indica um conflito moral, ético e doutrinário com as relações materiais. Por outro lado, também demonstra a construção de sociabilidade com a elite paulista, pois, como exposto na reportagem do *Correio Paulistano*, as relações de amizade interferiam nas condutas e procedimentos ligados aos enriquecimentos, vantagens e acesso a lugares.

Inclusive, é possível observar em diferentes anos, no *Diário da Noite*, *Correio Paulistano* e *Jornal de Notícias*, notas sobre desfiles de joias da Joalheria Leal com a

participação da elite, apoio ao festival do Livro Espírita, do Clube dos Jornalistas Espíritas e em ações beneficentes ao Lar Irmã Catarina. Deve-se destacar também que o nome do Clube não foi divulgado nas reportagens, logo, exerceram capacidade de influência a fim de evitar um escândalo moral e doutrinário.

Apesar do ocorrido em 1962, como abordei no capítulo 3, o Clube realizou participações em semanas espíritas e congressos ao longo da primeira metade da década de 1960. Já entre 1965-1970, percebi um hiato nas notas jornalísticas e na própria biografia de Rizzini, o qual salientou que os Serões Espíritas (reuniões de estudo da doutrina espírita):

Os serões espíritas, Herculano Pires passou a realizá-los na Sociedade de Estudos Espíritas 3 de Outubro em um velho sobrado na rua Florêncio de Abreu, 337, graças à inesquecível e valorosa Anita Brisa. Mas só por alguns meses porque os móveis, a biblioteca e os documentos do Clube continuavam na rua de São Bento. A diretoria voltou, pois, a reunir-se na antiga sede, mesmo porque Heitor Giliani, que sempre fora espírita exemplar, continuava na vice-presidência. O ambiente, porém, não era o de outrora. Heitor Giuliani não comparecia às reuniões, na verdade não queria mais a sede do Clube em sua propriedade. (RIZZINI, 2001, pp. 126-127).

Em janeiro de 1970, delineou-se o fim do Clube quando reuniões se tornaram difíceis devido à impossibilidade de autonomia no acesso ao prédio por desejo do proprietário. À vista disso, Herculano endereçou uma carta a Giuliani repassando o cargo de presidente; isto é, o vice-presidente que não comparecia às reuniões e, concomitantemente, a transferência de cargo significava a cessão das reuniões do Clube. Diz Herculano:

Impossibilitado de continuar no exercício da presidência, por motivos imperiosos e alheios à minha vontade, vendo depositar em suas mãos essa responsabilidade, de acordo com as disposições estatutárias.

Na própria sexta-feira, dia 23, devíamos comemorar o 22º aniversário do Clube. Não podendo estar presente à reunião, a que comparecerão os frequentadores habituais, o prezado confrade deverá dirigi-la, mesmo porque qualquer outro membro da Diretoria não poderá entrar no prédio. Neste mês, devemos proceder à eleição e posse da nova Diretoria. O Confrade deverá providenciá-la. Não poderei aceitar nenhum cargo.

Dentro de um mês, devemos mudar a sede. Não são como nem para onde. Não Disponho de tempo nem de recursos para as providências e muito menos de companheiros que me ajudem.

[...]

Minha responsabilidade moral e espiritual pelo Clube que fundamos há 22 anos cessou. Não posso mais prosseguir e entrego-o nas suas mãos. Minha demissão é irrevogável. (PIRES apud RIZZINI, 2001, pp. 127-128).

Entretanto, as atas da USE do ano de 1970 apontam a participação do Clube até dezembro daquele período, seja como participação no conselho deliberativo, seja na apresentação de ideias internas à doutrina. Segundo o documento, o Clube atuou na pauta do III Congresso Estadual Paulista a fim de cuidar da publicação e circulação de jornais espíritas conforme as circunstâncias legais. Como também, ficou encarregado de oferecer um parecer acerca do controle de natalidade conforme a visão espírita.

Considero que o contexto político da época, de ditadura civil-militar também impunha um silenciamento diante das ações na sociedade civil. Deve-se considerar que, como exposto no capítulo anterior, o Clube apoiou a candidatura Lott-Jango e, dentro da defesa nacionalista, andou ao lado de camaradas socialistas na Defesa da Escola Pública.

Com a instauração da ditadura militar, atos institucionais foram baixados, aposentadorias compulsórias, expulsão de universitários e perseguição aos “subversivos”, posicionamentos sectários não eram bem-vindos. Bem como, em 1968, houve um recrudescimento das forças repressivas com o Ato Institucional nº 5, tornando a imprensa, artistas e opositores sob censura (CORDEIRO, 2009).

Sinuê Miguel (2014) defende o argumento que o movimento espírita e suas distintas representações omitiram-se durante a ditadura militar, de caráter autoritário e repressor, a fim de esquivar-se de possíveis ameaças visto que se tratava de um grupo minoritário. Entretanto, como o autor aponta, apesar desse posicionamento hegemônico da FEB e de outras lideranças, o Movimento Universitário Espírita, assumidamente de esquerda socialista, debateu amplamente acerca das injustiças sociais e defendeu o socialismo cristão no âmbito espírita.

Ainda de acordo com Miguel (2014), o início da década de 1960 também foi marcado por um caráter político efervescente em diferentes instâncias políticas da América Latina, onde impôs-se a atuação de grupos universitários como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento Universitário Espírita (MUE) e a Juventude Universitária Católica (JUC). A juventude religiosa também atuou ativamente em demandas político-sociais, sendo o MUE baseado no “socialismo espírita” e o JUC baseado no socialismo humanista da esquerda católica francesa. Nesse sentido, segundo Perllato (2013) tanto a ação da JUC, quanto a atuação das Comunidades Eclesiais de Base, fundamentadas na Teologia da Libertação foram contrapontos importantes em relação à ditadura militar e na defesa da democracia.

Conforme pesquisado por Denise Rollemberg (2008), tratava-se de um período no qual as instituições associativistas, como a Ordem Brasileira dos Advogados (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), atuaram no regime militar com posturas ambivalentes; isto é, tanto de rejeição quanto de conivência ao cerceamento. Ao mesmo tempo em que a ABI atuava contra a prisão de jornalistas, mantinha laços com governos militares, cujo caráter ambivalente expunha, de um lado, a luta por liberdade de expressão e, de outro, “relações cinzentas” de controvérsias internas com o momento repressivo e de vigilância.

Conforme Janaina Cordeiro (2009), ao mesmo tempo em que o período de 1969 e 1974, o Brasil vivenciava uma prosperidade econômica, o chamado “milagre econômico”, concomitantemente, vivia-se de um período de morte, torturas e exílio, os “anos de chumbo”.

Devemos atentar-nos tanto com o apoio ativo, como a passividade e a indiferença “entre aqueles que se engajaram na luta contra o regime, seja pelo enfrentamento armado, seja por vias institucionais, e os que colaboraram, há uma série de comportamentos muito diversos, que ao fim permitem compreender a formação de um consenso social em torno do regime”. (CORDEIRO, 2009).

Desta maneira, pode-se apontar que a trajetória do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo foi marcada por polêmicas e posições duras, mas também, de defesa doutrinária. Sobretudo, em defesa do que o líder e seus asseclas consideravam pertinentes à pureza doutrinária. Sem entrar em conflito direto com a ditadura, como veremos a seguir, Herculano Pires continuou em perspectiva combativa mesmo enquanto indivíduo e intelectual espírita. Como bem observou Célia Arribas (2014), ele continuou a defender o estudo sério da doutrina através de jornais, livros, programas de rádio e TV. “O professor não cansava de ensinar o que para ele consistia o espiritismo e de combater o que para ele não consistia espiritismo” (ARRIBAS, 2014, p. 203).

4.2 A trajetória de Herculano após o Clube dos Jornalistas Espíritas

Geralmente, a constituição de um grupo está atrelada à liderança. Apesar do trabalho em equipe e da transferência de responsabilidades a outros membros, como Jorge Rizzini, as dinâmicas de sociabilidade desenrolaram-se em torno da figura e do carisma de Herculano Pires. De formação universitária tardia, em filosofia na USP, aos quarenta anos, o jornalista espírita combinou o existencialismo sartreano e o cartesianismo⁸⁸ como a base espírita em seus escritos literários e jornalísticos na última década de vida.

A própria inserção na imprensa comercial remete ao período em que as escolas de comunicação ainda estavam em processo de fundação e consolidação. É inegável a habilidade autodidata para o caminho das letras desde a adolescência até o fim da vida, inclusive no sonho de ser professor universitário.

Sérgio Miceli (2001), ao estudar a gênese do campo intelectual brasileiro, argumenta que a trajetória escolar e as dificuldades de acesso ao sistema de ensino interferem na capacidade de percepção de alternativa de carreira em cargos públicos e na própria literatura. Sendo comum a aquisição do título de bacharel correlato ao exercício do trabalho que possibilita a subsistência. Essa condição às margens possibilita um espírito crítico e de risco na própria

⁸⁸ Esta abordagem pode ser localizada em seu livro “Pesquisa sobre o amor” (2008), no qual Herculano Pires fundamenta-se em Sartre, Simone de Beauvoir, Descartes, Bergson e Kierkegaard.

literatura, pois são capazes de assumir riscos tanto no que concerne às retribuições materiais quanto simbólicas. Por outro lado, tornam-se dependentes do trabalho nas profissões liberais, como assalariados ou autônomos e, portanto, “menos sensíveis às gratificações e subsídios concedidos por instâncias externas ao mundo intelectual com vistas a tutelar a problemática das obras e direcionar as tomadas de posição dos produtores (MICELI, 2001, p. 183).”

Célia Arribas (2014) destacou a atuação de Herculano Pires como um “intelectual espírita”, um “professor filósofo” e militante na imprensa: “Herculano, desde a sua conversão sempre se preocupou com imprensa espírita. Para ele, o espiritismo precisava ser divulgado através dos mais diversos órgãos e jamais poderia ser restrito a discussões internas somente” (ARRIBAS, 2014, p. 193).

A posição de intelectual caía bem a Herculano, e acrescento que é pertinente notar a pluralidade de atuação, cujo *ethos* da imprensa fez parte do cotidiano dele até o fim da vida. Diante de um tempo em que poucos detinham o acesso à palavra a um grande público, ele construiu redes de sociabilidades tanto no ambiente espírita quanto nas instâncias públicas, tanto quanto estava consciente do alcance das suas estratégias comunicativas.

Em 28 de julho de 1971, o médium Chico Xavier⁸⁹ participou de uma entrevista ao vivo, no programa “Pinga-Fogo” na *TV Tupi*, e quando questionado sobre as relações entre a vida material e o espiritismo, afirmou que o espiritismo evangélico não se sentia inclinado a tomar partido político e nem a solucionar problemas desta ordem, sendo o trabalho dignificador do ser humano. Já na entrevista do mesmo programa, em 21 de dezembro de 1971, respondeu cautelosamente sobre o problema político e social brasileiro, considerando que as forças militares agiam para proteção da democracia ameaçada por ideologias desagregadoras. Porém, afirmou que era preciso orar para que retomasse a liberdade de expressão democrática. De acordo com a argumentação dele, deveria ser solicitada a: “custódia das forças armadas até que possamos encontrar um caminho em que elas continuem nos auxiliando como sempre, para que nós não venhamos a descambar para qualquer desfiladeiro de desordem” (XAVIER, 1971b).

Diante do silêncio de Herculano Pires, procurei no corpo editorial jornal *Mensagem*, dirigido e produzido por ele, argumentos que indicassem o posicionamento do jornalista diante

⁸⁹ Segundo Bernardo Lewgoy (2004), Chico Xavier era uma personalidade que evocava uma santidade com valores cristãos no meio externo ao catolicismo. Mesmo no regime militar, a postura do médium foi de “um homem de bem”, capaz de doar-se ao próximo e ser o orgulho nacional que alcançava espíritas e simpatizantes. Portanto, com o processo de anistia de 1979, “ampla, geral e irrestrita”, foi sugerido, por Augusto César Vanucci, o apoio a Chico ao Prêmio Nobel da Paz. “A candidatura de Chico significava apostar numa pessoa que encarnasse a nacionalidade, desde que esse gesto igualmente representasse, fora do catolicismo, os valores cristãos do perdão e da caridade, e não o revanchismo e a vontade de julgar os membros do antigo regime - o que seria o caso se o escolhido fosse Dom Helder Câmara” (LEWGOY, 2004, p. 117).

do regime militar e, em maior parte, o conteúdo dialoga com a doutrina espírita e os embates com a FEB perduraram.

Por outro lado, chamou-me atenção, o exemplar de número 10, de setembro de 1976, no qual fez-se homenagem a Juscelino Kubitschek, em razão do falecimento do ex-presidente, em agosto daquele ano. Juscelino é apresentado como um bom representante do patriotismo e do nacional-desenvolvimentismo, além de um governo com amor. Ao mesmo tempo, o discurso indica uma resignação em busca de otimismo para o futuro e traça personagens históricos como genealogia da pátria democrática e liberal:

Brasília é o carisma do mundo novo que surge dos sonhos de Anchieta e Nóbrega, do martírio de Tiradentes, da profecia de D. Bosco, da visão política de Pedro I, do liberalismo construtor de Pedro II, das previsões mediúnicas de Francisco Cândido Xavier e dos anseios de paz e liberdade da raça brasileira, desde o Caçador de Esmeralda até aos bandeirantes atuais que percorrem os céus brasileiros nas asas de Santos Dumont. Guardemos este nome em nossos corações: Juscelino. Ele foi o imperador democrático de uma fase de otimismo, confiança e esperança em nossa Terra. O Construtor de Brasília ajudou-nos a construir o futuro. O mundo está em desespero. Mas nós esperamos, confiantes. (MENSAGEM, 1976, p. 15).

As previsões de Chico Xavier evocam o famoso e controverso, *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*, de 1938, com autoria atribuída a Humberto de Campos, cujo Brasil teria uma missão com o mundo de ser um lugar espiritualizado, com riquezas naturais e convivência harmoniosa das três raças: “o Brasil espiritual, o Brasil evangélico, em cujas estradas, cheias de esperança, luta e sonha e trabalha o povo fraternal e generoso, cuja alma é ‘a flor amorosa das três raças tristes’, na expressão harmoniosa de um dos seus poetas mais eminentes” (XAVIER, 1969, p. 13).

Por sua vez, o argumento do jornal *Mensagem* também evoca o bandeirantismo, as marcas da sociedade paulista. Inclusive, os “anseios de paz e liberdade da raça brasileira”, o mito do homem cordial, seguido do grande projeto da construção de Brasília carregado da imponência arquitetônica e do ideal de progresso.

Como exposto nos capítulos anteriores, a atuação de Herculano Pires em relação ao catolicismo e protestantismo ora se apresentou numa perspectiva combativa ora numa tentativa ecumênica. Geralmente, a competitividade apresentava-se como uma busca por inserir o espiritismo como religião legítima na cultura e na sociedade enquanto a perspectiva ecumênica buscava dialogar com o ideal de liberdade de culto.

O próprio jornal *Mensagem*, foi criado por Herculano em dezembro de 1974, com o apoio do Grupo Espírita Cairbar Schutel, em postura combativa à FEESP, para o que ele chamou de adulteração doutrinária, devido à tradução do *Evangelho Segundo o Espiritismo*,

feita por Paulo Alves de Godoy.⁹⁰ A adulteração estaria na troca de palavras para eufemismos, que poderiam mudar o sentido de compreender a doutrina. Tais como as seguintes modificações: “milagres” para “fatos paranormais”; “espíritos maus” para espíritos “menos maus”; “amai vossos inimigos” para “amai aos que não nos amam”; a inclusão de “Jesus, o meigo nazareno”; e exclusão das palavras mau, ódio, inimigo.

Para Herculano, essas modificações ofereciam um caráter místico a Kardec e minimizavam os problemas do mundo. Tratando-se de uma obra “sagrada e clássica”, segundo ele, não poderia haver modificações naqueles moldes. “Negar a existência de inimigos é negar uma realidade palpável e constante na Terra. O Espiritismo se desatualiza com essa mudança sem sentido, perde o seu contato com a realidade, transforma-se numa doutrina de sonhadores lunáticos” (MENSAGEM, 1974b, p. 3). Uma crítica legítima à modificação de sentido para um “purista” da doutrina, sobretudo, num momento de ditadura militar, cujo contexto era uma política de inimigos internos.

Entretanto, é preciso considerar que o processo de tradução é também uma recriação da estrutura linguística, tanto positiva quanto negativa, cujo processo de traduzir é uma espécie de degradação da obra. “Aí, novamente, esse processo manifesta-se como uma série de tendências deformadoras que operam durante a tradução (queira o tradutor ou não, obedeça ou não a normas culturais, literárias, morais etc.)” (BERMAN, 2009, p. 349).

Desta forma, o imbróglio envolvia um outro problema social: José Herculano Pires também era tradutor profissional, cujo Evangelho havia sido traduzido em contrato com a editora Edicel e os direitos cedidos à FEESP. Ele argumentou:

No primeiro item, declara a Federação que foi obrigada a fazer a sua própria tradução de O Evangelho Segundo o Espiritismo para poder vender o livro a preços mais acessíveis ao grande público, o que não poderia fazer com outras traduções, por não poder utilizar-se delas sem pagar direitos. Esse item atinge diretamente e injustamente a minha tradução do livro, do qual a própria Federação Espírita do Estado de São Paulo chegou a tirar uma edição sem nenhum pagamento de direitos. Esclareço que a minha tradução, como trabalho profissional feito para a Edicel (Editora Cultural Espírita Limitada) foi paga por essa editora. Entenda-se bem este ponto: a Edicel me pagou o trabalho de tradução, pois não tenho condições de fazer trabalhos dessa natureza gratuitamente. A Edicel é uma editora comercial. Não obstante, os direitos para o lançamento de quantas edições ela desejasse fazer, eu lhos cedi gratuitamente. Quando a Federação se interessou por minha tradução pela minha tradução, assinei juntamente com o editor Frederico Giannini Junior um documento cedendo gratuitamente os meus direitos à Federação Espírita do Estado de São Paulo. (MENSAGEM, 1974a, p. 2).

⁹⁰ Herculano Pires, então diretor do periódico patrocinado pelo Grupo Espírita Cairbar Schutel, afirmou em nota que o veículo deveria se chamar “Vigilância”, devido ao teor denunciatório na doutrina, porém, “Mensagem” fora sugerido por Rizzini.

Ademais, também indica a interação com circuito editorial leigo e os limites das horas de trabalho a serviço da doutrina espírita, sobretudo, quando o trabalho doado também era uma via de subsistência:

Todas as traduções existentes foram feitas com o fim de difundir o livro de Kardec, menos a de Paulo Alves de Godoy, cujo propósito evidente foi o de modificar o livro e portanto de adulterá-lo. Foi essa a única tradução em todo mundo que se atreveu a tanto. De minha parte, tive de suspender serviços profissionais de tradução para editoras não-espíritas, que me pagariam de acordo com as tabelas vigentes, para fazer a tradução da Edicel por preço bastante inferior. Posso citar a tradução da obra pedagógica “O Emílio”, de Rousseau, que a Editora Cultrix me encomendou, e cujos originais devolvi, sendo então confiados ao escritor Sérgio Milliet; que realizou a tarefa para aquela editora. (MENSAGEM, 1974a, p. 2).

Com a crítica, Herculano perdeu o programa radiofônico, “No Limiar do Amanhã”, da *Rádio Mulher*, a pedido dos patrocinadores do Grupo Espírita Ismael, de São Bernardo do Campo. Tal situação traz em evidência o funcionamento do campo artístico e literário relacionado às estruturas sociais, nas quais, um conjunto de práticas e ideologias de grupos e agentes dependem da posição ocupada na estrutura das classes dominantes; ou seja, aquilo que Pierre Bourdieu (2015) de “habitus”.

A contribuição de Bourdieu é cara neste ponto, pois aponta para a ambiguidade da vida de escritores e artistas, na qual o cotidiano se aproxima do usufruto do tempo burguês / das classes dominantes (círculos de amizades e familiares), concomitante à necessidade material que o aproxima da classe média. Com isso, há ocasiões em que são expostos como produtores de mensagens, a serviço de um grupo comercial, como coloca o autor:

[...] a relação que mantém com o mercado literário e artístico, cujas sanções anônimas, imprevisíveis e cambiantes, podem criar entre eles disparidades notáveis, constitui o princípio da representação ambivalente que escritores e artistas (forçados a se enxergarem de modo mais ou menos claro em sua verdade objetiva, ou seja como produtores de mercadorias) possuem do “grande público”, ao mesmo tempo fascinante e desprezado, em que identificam quase sempre o “burguês” escravizado à preocupações vulgares dos negócios e o “povo” entregue ao embrutecimento das atividades produtivas. (BOURDIEU, 2015, p. 192).

Após a situação da “adulteração do Evangelho”, *Mensagem* continuou a ser circulado, com publicações irregulares (ora mensais, ora bimestrais), até 1976. Segundo nota de Herculano, na publicação de novembro de 1975, a continuidade havia sido planejada a fim de tornar-se um jornal cultural para um público mais amplo. Jorge Rizzini contribuiu com um balanço sobre a imprensa espírita, no qual o jornalista considerou que o jornal possibilitava alcançar pessoas com diferentes condições financeiras enquanto que o livro, a depender da qualidade gráfica, possuía preços mais elevados e ainda havia a margem de lucro do editor.

Neste balanço realizado por Rizzini (1975), é interessante notar que o autor também faz uma observação acerca da mudança na apresentação do livro espírita: no início, as capas eram

mais místicas, lembravam a literatura de terror e mistério, circulavam em centros espíritas. Depois, à medida em que ganhou interesse do público, as capas tornaram-se mais elaboradas. Para ele, o ponto ruim era que o projeto gráfico tornava o livro encarecido, portanto, diminuindo o alcance dos livros. Diz ele:

“Era o livro espírita até bem pouco tempo uma mercadoria que impressionava mal. Nossas editoras empregavam na confecção de suas obras um papel de baixa qualidade, áspero e amarelo, e a capa, quase sempre sombria ou terrorífica, tinha qualquer coisa que fazia o leitor lembrar os filmes de Drácula... E, por isso mesmo só era posto à venda nos centros espíritas. Foi preciso muito tempo para os editores compreenderem que o livro espírita, afinal, podia modernizar-se e rivalizar com o livro leigo nos balcões das grandes livrarias e, assim, tornar-se um negócio extremamente rendoso. E hoje o livro espírita, indiscutivelmente, é uma forte indústria na mão de alguns endividados cármicos” (RIZZINI, 1975, p. 14).

Para esta análise, ele destaca *Mundo Espírita* (de Curitiba e considerado de elevado padrão), e os paulistanos *Folha Espírita* (dirigido pelo deputado espírita Freitas Nobre), *Jornal Espírita* (da Livraria Allan Kardec, considerado pelo autor como um veículo sem criatividade e com publicações de fenômenos espíritas do século XIX) e o próprio *Mensagem*. Segundo ele:

A tríplice vitória constitui uma alegria para todos nós que sonhávamos com uma imprensa espírita dirigida ao grande público, mas ao lado dos elogios há restrições a fazer, quer doutrinariamente quer do ponto de vista profissional. É que “Folha Espírita”, não obstante seu formato gigante, é um tanto ou quanto temeroso. Falta-lhe coragem para assumir posição quando a doutrina é aviltada e deformada por espíritas ou instituições espíritas de renome. Dir-se-ia que seus artigos são escritos não com tinta, mas com essência de jasmim... No caso das adulterações no Evangelho (caso que repercutiu fundo no Brasil inteiro e, inclusive, no Plano Espiritual), o jornal não teceu um só comentário a respeito, fugindo, assim, à responsabilidade profissional (e espiritual) de bem informar ao público. Além de carecer de um pulso doutrinário inflexível, alguns de seus colaboradores efetivos mal conhecem ainda a difícil arte de escrever, apesar da vigilância constante do lápis vermelho do deputado Freitas Nobre, um dos mestres do jornalismo em São Paulo. (RIZZINI, 1975, p. 14).

O argumento do autor revela uma reflexividade do grupo acerca do posicionamento em relação à doutrina espírita: deveria ser militante e em vigília, com “pulso doutrinário inflexível”. Como também, uma diferenciação da imprensa espírita feita por espíritas oriundos do jornalismo comercial, em oposição aos neófitos. Vale destacar que o grupo assume o Evangelho Segundo Espiritismo tal como um livro sagrado, cujas escrituras devessem permanecer com o sentido fiel da língua original.

Todavia, nem tudo era confronto, havia também tentativas de diálogo com outras religiões, mesmo após o fim do Clube. Já na publicação do *Jornal Mensagem* de setembro de 1975, Herculano prestara homenagens ao amigo, o bispo D. Paulo Rolim Loureiro, que havia falecido. Sem deixar de colocar o ponto de vista enquanto espírita acerca da morte, apontou a boa convivência entre um católico e um espírita:

Perdi um grande amigo, mas nos encontraremos no outro lado. D. Paulo foi meu amigo da adolescência e continuamos amigos através dos anos. Ainda há pouco estivemos

juntos numa solenidade no Instituto Padre Bento. Quando chegou a minha vez de falar, o locutor me anunciou como professor da Pontifícia Universidade Católica. D. Paulo se divertiu com o engano. É que durante a cerimônia estivemos sempre juntos. Ao despedir-nos, ele me disse: “Sei que você vai às vezes fazer palestras espíritas na minha diocese. Pois está intimado a hospedar-se na minha casa!” Nunca o problema religioso alterou nossa amizade. (PIRES, 1975, p. 2).

Tal como na campanha de Ação de Graças do Bradesco (1976), realizada por Amador Aguiar, fundador e proprietário do Banco e amigo de Herculano. O evento possuía caráter ecumênico, no qual o jornalista realizou uma prece espírita, assim como, um padre católico fez uma oração seguido de um pastor protestante (HERCULANO PIRES, 2015). Segundo a prece dele:

A voz, inteligência suprema, causa primeira de todas as coisas e de todos os seres, elevamos neste momento a nossa gratidão pela existência que nos concedeste [sic]. Vós sois, na vossa existência, a suprema fonte de que tudo emana, e vós sois ao mesmo tempo a transcendência em si mesma. Mas, nós, na nossa existência terrena, caminhamos para vós em busca da transcendência. Permita que em nossas tentativas de elevação, através da rotina da vida, das experiências na vida terrena, possamos atingir os planos em que poderemos tocar com os dedos templos do nosso espírito. A verdade que nos foge no momento da encarnação. Todos os anos - e não somente nos anos, mas também nos meses e nos dias - que nosso pensamento se volte para a vós, permitindo-nos compreender o sentido real da existência. A vida transfunde todas as distâncias do espaço cósmico e está em toda a parte. O vegetal vive, o animal vive, mas o animal existe. Existir não é apenas viver. É viver para transcender-se. Viver para subir, para elevar-se constantemente da Terra às alturas do céu. Permita, ó inteligência suprema, causa primeira de todas as coisas e de todos os seres, que consigamos realizar nossa vida, esse desiderato supremo da vossa suprema deliberação. (HERCULANO PIRES, 2013).

A fala / prece acima proferida pelo jornalista espírita está fundamentada no *Livro dos Espíritos*, de Allan Kardec, cujos preceitos consideram Deus como “a inteligência suprema, a causa primeira de todas as coisas” (KARDEC, 2009, p. 35) e “a inteligência é um atributo essencial do espírito” (idem, p. 40). O sujeito é compreendido como parte inerente da transcendência suprema, mas dotado de particularidades. Na busca de compreensão de sentido real da existência, o espiritismo seria considerado uma fonte explicativa. Ademais, na fala dele também é levada em consideração o capítulo “Princípio Vital”, no qual Kardec trata sobre os seres orgânicos e inorgânicos, cuja matéria seria criada pela lei da atração em ambos os casos. Entretanto, no que tange aos seres orgânicos, o codificador do espiritismo compara os corpos às máquinas, tal como os pensadores positivistas: “[...] se a máquina está mal montada, a atividade cessa; se o corpo adoece, a vida se extingue. [...] O coração é a máquina de vida; mas o coração não é o único órgão em que a lesão causa a morte; não é mais do que uma das peças essenciais” (idem, p. 52).



Figura 23. Comemoração de Ação de Graças do Bradesco, São Paulo, década de 1970.
Fonte: Fundação Maria Virginia e Herculano Pires, 2019.



Figura 24. Comemoração de Ação de Graças do Bradesco, São Paulo, década de 1970.
Fonte: Fundação Maria Virginia e Herculano Pires, 2019.

Seguindo a trajetória entre jornalismo na imprensa comercial e o intercâmbio no espiritismo, Herculano realizou parceria com Chico Xavier em uma coluna do Diário de São Paulo. De acordo com o site da Fundação Maria Virgínia e Herculano Pires⁹¹, a coluna “Chico Xavier Pede licença”, criada em agosto de 1971, foi um resultado do sucesso da entrevista do médium à TV Tupi, no programa Pinga Fogo, o qual contou com a participação de Herculano Pires. Neste sentido, estabeleceu-se uma parceria entre o médium (cujas psicografias seriam publicadas) e o jornalista espírita (cujos comentários mediavam e esclareciam a abordagem espírita para um público heterogêneo, porém, para ele, o ato mediúnico não seria um ato mágico ou sobrenatural, mas sim elemento da natureza).

A partir da coluna, o objetivo era trazer o conhecimento sobre a doutrina espírita para questões ligadas à relação entre vivos e mortos (sobretudo, entes queridos), deve-se considerar que Chico Xavier estava inserido como uma figura chanceladora do espiritismo (ARRIBAS, 2014). Ao mesmo tempo em que a coluna atendia à curiosidade sobre o tema do espiritismo, também era uma forma de educar o sujeito a lidar com a morte, pois caberia aos que ficassem no plano terreno serem pacientes, amarem, servirem e semearem um mundo mais justo. A missão da imprensa seria servir à humanidade, ao patrimônio espiritual, orientação, esperança e fé (IRMÃO SAULO, 1971g).

A figura de Emmanuel possuía uma narrativa de fundação tanto nos romances históricos de Chico Xavier quanto na escrita jornalística: as vidas europeias das reencarnações passadas, como o romano Publius Lentulus e o padre jesuíta Manoel da Nóbrega, contrastam a chegada da “civilização” a um país indígena. Enfatizava-se o espiritismo com sua pureza e, de outro lado, o sincretismo brasileiro:

A conversão do gentio prossegue em pleno século XX. As crenças indígenas e africanas misturaram-se às práticas do cristianismo. A ignorância popular, geralmente secundada pela ignorância-ilustrada, confunde espiritismo com umbanda e candomblé. Publicam-se livros e realizam-se cursos sobre religiões mediúnicas, misturando a revelação do Espírito da Verdade com danças selvagens, despachos e defumações. (IRMÃO SAULO, 1971a)

Sinuê Neckel Miguel (2014) observou que as problemáticas do aborto, da eutanásia e do divórcio foram levantadas no meio espírita como orientação doutrinária e interna. Entretanto, devido às limitações do recorte de pesquisa, o autor não pôde identificar a presença do debate na imprensa laica. O autor observou em revistas espíritas a defesa da legalização do divórcio, embora houvesse uma demanda pelo acordo mútuo e postura contrária à contracepção (tal como, o uso da pílula anticoncepcional).

⁹¹ Disponível em: <https://www.fundacaoherculanopires.org.br> (acesso em agosto de 2022).

Ao analisar as reportagens da coluna “Chico Xavier Pede Licença”, pude compreender que tal debate espírita também foi levado para um público mais heterogêneo, preocupado com o âmbito familiar e civil. Entretanto, os discursos não evocavam a atenção do poder público, mas a responsabilidade individual de cada sujeito. O aborto foi compreendido como um crime e interrupção de uma vida inocente, neste sentido, a literatura de Kardec e a mensagem psicografada de Emmanuel embasaram do argumento. Nestas vias, o aborto só poderia ser concebido em caso de colocar a genitora em risco. (IRMÃO SAULO, 1971e).

No que tange a eutanásia, conforme a coluna, o adiamento da morte poderia ser uma benevolência para aquele que compreende a morte como um fim último (isto é, os materialistas), porém, para o espírita (ou espiritualista) que acredita na continuação da vida após o funcionamento orgânico, a eutanásia deveria ser compreendida como um assassinato. De um lado, buscou-se justificar pela via das pesquisas parapsicológicas e, de outro, comparar a defesa da eutanásia com práticas medievais:

Esses dados, obtidos nas experiências científicas do espiritismo, estão hoje sendo confirmados pelas pesquisas parapsicológicas e físicas sobre o transe da morte. Basta a descoberta do corpo bioplasmático pelos físicos e biólogos para advertir os espíritos sistemáticos de que podem estar enganados. Os inquisidores medievais queimavam os supostos hereges em nome da caridade, para livrá-los do fogo eterno do inferno. Os materialistas atuais pretendem abreviar a morte em nome da piedade racional. Elas por elas, temos o dogmatismo da ignorância tripudiando sobre os direitos da vida. (IRMÃO SAULO, 1971f).

Irmão Saulo associa os escritos do espiritismo às buscas científicas acerca da parapsicologia do século XX (isto é, investigação sobre as relações entre o físico, o psicológico e o espírito no âmbito acadêmico), enfatizando o caráter cientificista e experimental que deu origem à doutrina de Kardec. Tratava-se de um campo de estudos caros a Herculano, o qual ministrou cursos de introdução à parapsicologia (1963) e escreveu o livro *Parapsicologia hoje e Amanhã*, publicado pela primeira vez em 1965. Trata-se de um livro bem fundamentado teoricamente, com o objetivo de mapear o panorama parapsicológico daquele período, além disso, Herculano tece uma crítica à baixa receptividade do meio acadêmico e ao padre Oscar Quevedo, o qual negava a reencarnação postulada pelo espiritismo e defendia a ideia de resíduo paranormal herdado do paraíso terrestre. (PIRES, 2018).

No que concerne à interpretação da coluna acerca do divórcio em distintas reportagens, tratou da questão da mutabilidade da cultura / sociedade, cuja lei conjugal deveria ser regida pelo amor. Portanto, diante da desfeita do laço, a separação carnal estaria conjugada à separação espiritual. Para Irmão Saulo, o espiritismo concebia a possibilidade do divórcio, pois compreendia que os laços feitos por Deus não se desfazem, enquanto os laços humanos, com

interesses materiais seriam passíveis de rompimento. A figura de Chico Xavier e Emmanuel foram um recurso importante na legitimação de defesa da causa. É importante destacar que a sexualidade estava em contraposição ao amor:

Entre os interesses que podem influir na determinação do casamento figuram também a vaidade e a atração sexual, ambos elementos estranhos ao amor e por isso mesmo de natureza efêmera. Em casos dessa natureza, como em vários outros, a separação se torna inevitável e o divórcio aparece então como a lei civil que serve de remédio à separação dos casais, permitindo aos pares frustrados a reconstrução do lar em bases legítimas com outros cônjuges. “Um dia se perguntará – diz ainda o trecho citado – se uma cadeia indissolúvel não aumentará o número das uniões irregulares”. (IRMÃO SAULO, 1971b).

A sexualidade, para eles, era vinculada apenas à reprodução da espécie e à consolidação do amor. Desta maneira, a finalidade do prazer estava associada à animalidade, sendo uma característica negativa. Assim, sob o pseudônimo de Irmão Saulo, Herculano interpretou a “crise da família” como uma condição contemporânea ligada à reencarnação:

A crise da família, que é apenas uma parte da crise geral do mundo contemporâneo, encontra explicação satisfatória à luz do princípio da reencarnação. Desentendimentos entre casais, rebeldia dos filhos, descontrole de outros elementos familiares podem ter sua origem nas vidas anteriores. Por sinal, foi esse o motivo que levou Ian Stevenson, segundo suas próprias declarações, a iniciar as investigações sobre a reencarnação. Não encontrando explicação possível, nem qualquer teoria aceitável para explicar anomalias estranhas no lar de vários de seus clientes, o conhecido neuropsiquiatra norte-americano resolveu corajosamente aceitar a teoria da reencarnação como hipótese de trabalho. A insistência das mensagens psicográficas no tocante à reencarnação e suas consequências não é, portanto, absurda. A mensagem de Emmanuel, ora considerada, encontra apoio no interesse atual dos cientistas pela reencarnação. (IRMÃO SAULO, 1941c).

Diante do tema da família, o feminismo também foi abordado, visto que está diretamente interligado à maternidade / gênese e ao casamento. Irmão Saulo colocou o espiritismo como uma solução para a questão, pois demandaria a igualdade de gênero, de direitos e diversidade. Portanto, homem e mulher seriam um complemento do outro: a virilidade e o afeto. Para ele, o espírito não teria sexo, mas viria à Terra com funções específicas:

O que ressaltam de uma análise de conjunto das trovas mediúnicas dessas onze poetisas desencarnadas, todas elas conhecidas em nossas letras. Antonieta Saldanha define bem a situação, nos versos "O homem levanta o mundo, / A mulher sustenta o lar". No campo dos direitos, a mulher pode desempenhar encargos até a pouco só reservados aos homens, mas, no campo das funções, cada qual tem a sua posição biológica e social bem definida e irreversível. (IRMÃO SAULO, 1971d).

Diante dos trechos das colunas, opiniões do intelectual espírita são associadas à revelação do espírito Emmanuel, através do médium Chico Xavier. Isto é, o corpus doutrinário está relacionado ao corpus bibliográfico e às práticas culturais, com presença de referências eruditas (LEWGOY, 2000). No caso de Irmão Saulo, pseudônimo de Herculano, pode-se notar constante referência à filosofia, poesia e os atravessamentos no cotidiano; enquanto a parte pertinente a Chico Xavier era de natureza religiosa.

QUADRO 13- Títulos selecionados da Coluna Chico Xavier Pedir Licença

Tema	Título
Indagação sobre os mortos	<ul style="list-style-type: none">● Indagações sofridas● Brevidade da vida● Incêndio do Edifício Joelma● Morte e reencontro● Nossa influência sobre os mortos● Apego afetivo
Espiritismo Evangélico	<ul style="list-style-type: none">● Permanecer com Jesus e Kardec● A missão do Cristo● Lembrança do Cristo● Oração ao céu do Brasil● Agradecer para servir● Nos dias difíceis● Ante o campo da vida
Literatura, poesia e psicografia de espíritos intelectuais	<ul style="list-style-type: none">● A filhinha excepcional● Lema da vida● Água na fonte● Até breve, São Paulo!● Missão da imprensa● Na língua dos homens [referente aos ataques de jornalistas a Chico Xavier]● À espera de um amigo
Compreensão da doutrina espírita sobre: reencarnação e comunicação com os espíritos	<ul style="list-style-type: none">● Ante os desajustes atuais● Lição de trânsito● Manifestação de familiares● Matar por benevolência [sobre eutanásia]● Mediunidade e experiência● Imperativos da indulgência [evolução, ordem moral e espiritual]● Missão dos espíritos● O que mais rogar?● A parálitica● No momento de julgar● A questão 202● Agulhões invisíveis● Amigos da galhofa [más intenções do consulente]● O filho excepcional
Temas da vida cotidiana (divórcio, relação familiar etc.)	<ul style="list-style-type: none">● Apoio afetivo● Matrimônio e divórcio

	<ul style="list-style-type: none"> ● Assistência à criança ● Diante dos obstáculos [sobre a vida social] ● Mocidade e velhice ● Indagações sobre a felicidade ● Pais e filhos ● Mudanças compulsórias na vida ● Na senda diária ● Casos de adoção ● Amor, casamento e divórcio ● Ante o aborto ● Casais menos felizes ● Sobre o casamento ● Sobre o feminismo
--	--

Fonte: A autora, baseada na Fundação Maria Virgínia e J. Herculano Pires, 2022.

A coluna buscava naturalizar o lugar e a interferência dos mortos no cotidiano através da doutrina espírita. A morte até poderia ser ameaçadora, carregada do não-dito, entretanto, a narrativa das reportagens enfatizava a coletividade. Apesar da doutrina espírita defender a evolução individual do sujeito, a relação com entes queridos e com a sociedade em geral era defendida por Irmão Saulo e Chico Xavier. Para eles, não seria possível viver sozinho, ao contrário do que poderia pensar o sujeito “egoísta”:

Mas a vida social se incumbe, por si mesma, de provar-lhes a realidade desses ensinamentos. Porque ninguém pode viver sozinho, isolado, fechado na sua casca. Todos precisam de todos. Há duas formas de transcendência, ensina o psicólogo Karl Jaspers: a transcendência horizontal e a transcendência vertical. O homem só pode elevar-se, transcender os limites estreitos do seu ego e da sua animalidade, ligando-se aos outros no plano das relações sociais (horizontal) ou elevando-se a Deus através do sentimento religioso (vertical). Quem se eleva através da transcendência horizontal acaba também se elevando através da vertical e vice-versa. É fácil e cômodo considerar os outros como outros, como estranhos a nós. O comum dos homens procede assim. Mas os homens que superam o comum, que possuem mente mais arejada que o vulgo, sabem que os outros são o nosso próximo e que as dores dos outros são nossas também. Daí o ensino de Emmanuel: "Se alguém precisa de ti, também precisas de alguém." A sociabilidade perfeita consiste na compreensão desse princípio. (IRMÃO SAULO, 1971h).

Como observou Norbert Elias (2001), a sociedade moderna construiu formas distintas de lidar tanto com o moribundo / doente, quanto com o morto, pois ambas as situações expõem a fragilidade e a finitude da vida. A própria forma de lidar com o corpo mudou ao longo do tempo, visto que o funeral e o enterro deixaram de ser ligados à família e foi delegado a funerárias e cemitérios (alguns com a estética de parques). Por outro lado, os adultos criaram narrativas para explicarem às crianças a finitude biológica, bem como, rituais seculares e religiosos foram concebidos não somente com uma tratativa sanitária, mas também moral. A implacabilidade da morte “natural” ou violenta (sobretudo em países em desenvolvimento, cuja

noção de segurança da integridade física é distinta daquela em países desenvolvidos) entra em conflito com os valores sociais modernos do sujeito individualizado - o qual divide a sua relação entre “mundo externo” e “mundo interno” -, pois o rememora da circunstância da própria morte. No caso das mortes “naturais”, o hospital tornou-se um lugar mais adequado, enquanto no caso das despedidas, busca-se evitar o esvaziamento total, a ruptura da morte. (ARIÈS, 2017).

Por fim, outro aspecto a destacar acerca do engajamento de Herculano Pires na doutrina espírita, mesmo após o declínio do clube, o espírito associativista foi mantido na categoria de participação individual, conforme o certificado de participação do V Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas, de 2 de Abril de 1972, ocorrido em Niterói, Rio de Janeiro. De acordo com o jornal *Luta Democrática* (RJ), o evento ocorreu entre 30 de março e 2 de abril, com o objetivo de estabelecer um novo regimento e mesa diretora. Política e preconceito racial deveriam ser excluídos da pauta, devido às possíveis cisões internas.

A Polícia Militar de Niterói ofereceu cerimônia solene e apoio na hospedagem de 200 congressistas, bem como, o espaço do evento foi nas dependências do Orfanato Dr. March. Os temas propostos buscaram relacionar espiritismo, comunicação, humanidades e estudos jurídicos:

IMPrensa E PROPAGANDA - desenvolvimento da imprensa espírita, programas radiofônicos, técnica de comunicação, etc.; CIENTÍFICA - assuntos científicos correlatos como o Espiritismo, teorias, temas e técnicas; FILOSÓFICA - Deus e a criação, análise das tendências modernas e influência do espiritismo sobre elas, os problemas do ser e da alma; RELIGIOSA - conceitos dogmáticos e transcendentais, posição dos espíritas face a falsas conceituações religiosas e influência da crença na formação espiritual da criatura; ESTUDOS SOCIAIS - as obras de benemerência social e a manutenção das mesmas dentro dos princípios espíritas, assistência às diversas classes sociais, etc; PEDAGÓGICA - métodos de educação na formação moral intelectual e física, metodização e racionalização do estudo doutrinário, modernização de técnicas didáticas, cursos de cultura espírita, escolas de evangelho; ESTUDOS JURÍDICOS - legislação pertinente a congressos e reuniões, filosofia penal dos espíritas, a pena de morte, o médium em face do Código Penal e o divórcio perante o espiritismo. (CANSADO, 1972, p. 5).

A partir das proposições apontadas acima, o primeiro pilar do congresso é exposto na preocupação com os moldes de constituição da imprensa espírita e da propagação. A tríade ciência, filosofia e religião foi demarcada, sem perder de vista a efervescência da parapsicologia da década de 1970. Os debates sobre pedagogia, classe social e caridade continuaram sendo pautas importantes, porém, não houve crítica explícita ao regime militar.

É preciso destacar que, apesar do nome, o jornal fluminense *Luta Democrática* possuía caráter sensacionalista, fundado pelo político nordestino e conservador Tenório Cavalcanti (ENNE, 2004), assim, tal reportagem / anúncio foi veiculado dentro de um jornal de grande circulação fluminense, não necessariamente com o propósito de oposição à ditadura.

Destacaram-se a busca pela educação moral, evangelizadora e com o longo passado ligado ao Código Penal e à manutenção da doutrina. Como exposto na coluna Chico Xavier Pede Licença, aqui também a pena de morte e o divórcio foram pautas pertinentes entre os espíritas.



Figura 25: Certificado de Participação de José Herculano Pires no V Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas.

Fonte: Acervo da Fundação Maria Virgínia e José Herculano, 2019.

Além da sociabilidade entre espíritas com militares como abordado na reportagem, pode-se notar no certificado as cores da bandeira do Brasil, a videira (referindo-se ao *Livro dos Espíritos* de Kardec) e a máxima “O Espiritismo comunica aos homens a verdade nos fará livres”. Portanto, a referência à imagem da “cepa de vinha” refere-se aos prolegômenos do evangelho espírita:

Coloca na cabeça do livro a cepa de vinha que te desenhamos⁹², porque ela é o emblema do trabalho do Criador; todos os princípios materiais que podem representar o corpo e o espírito nela se encontram reunidos: o corpo é a cepa; o espírito é o licor; a alma ou o espírito unido à matéria é o grão. O homem quintessencia o espírito pelo trabalho e tu sabes que não é senão pelo trabalho do corpo que o espírito adquire conhecimentos. (KARDEC, 2009, p.33.).

⁹² Referência a um desenho que teria sido feito pelos espíritos numa das sessões espíritas.

Pode-se compreender a proposta dos congressistas da comunicação social enquanto divulgadora do espiritismo, cuja doutrina seria capaz de conter todas as explicações humanas a ponto de libertá-los. De acordo com a nota do *Diário de Pernambuco* (1972), estabeleceu-se um Código de Ética para a militância espírita, bem como, uma proposta de divulgação internacional da doutrina, com base no Esperanto.

4.3 Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores Espíritas - ABRAJEE

Entre 26 e 27 de julho de 1975, jornalistas e escritores se reuniram no Rio de Janeiro, com uma proposta de encontro nacional, a fim de elaborar os projetos de associação de classe e o “Código de ética para a imprensa espírita” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1975). Entretanto, somente no VI *Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas*, entre 15 a 18 de abril de 1976, foi concretizada a Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores Espíritas (ABRAJEE).

Durante a pesquisa, chamou-me atenção uma reportagem do *Diário de Pernambuco*, em 4 de maio de 1976, na qual buscou-se narrar os principais fatos do evento ocorrido em Brasília, cuja fonte original era o jornalista espírita pernambucano Aureliano Alves Neto, do jornal *Vanguarda*. Naquela ocasião, o relato enfatizou a homenagem do Coral do Teatro Municipal de São José do Rio Preto (SP) a Caruaru, a partir de um número folclórico.

Neste sentido, a participação de várias cidades e da homenagem ao Nordeste, enfatizam uma preocupação com a unificação da doutrina. Além disso, destacou-se a presença de estrangeiros da Colômbia, Porto Rico, Venezuela, Estados Unidos, Holanda e Portugal, porém, não ficou explícita a atuação ou o projeto de internacionalização. Como síntese do evento, definiu-se o uso do trabalho artístico na comunicação e atenção à juventude espírita:

Entre os diversos itens conclusivos do VI Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas, salientam-se que recomendam a adoção de recursos artísticos como técnica auxiliar de comunicação na difusão doutrinária; a criação da Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores Espíritas, de âmbito nacional; maiores cuidados aos jovens, a fim de que sejam devidamente orientados e prestigiados na sua formação intelectual e filosófico-científico-religiosa para a vida terrena a enfrentar; dar ênfase ao pensamento incerto na “Revista Espírita”, de Paris, nos seguintes termos: “Reconduzindo os homens aos sentimentos de seus deveres recíprocos, o Espiritismo neutraliza o efeito das doutrinas subversivas de Ordem Social” (Allan Kardec). (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1976).

Note-se, então, algumas diferenças: embora o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo também abarcasse escritores, o nome da entidade denominava apenas jornalistas e era circunscrito ao Estado de São Paulo, mesmo acolhendo sócios de outros estados. Então, com a ABRAJEE, observa-se uma tentativa de unificação nacional de jornalistas e escritores espíritas.

Além do mais, a profissão de jornalistas já se encontrava dissociada da profissão de escritor, cuja própria linguagem jornalística já possuía o modelo de “neutralidade”, “objetividade” e “imparcialidade”.

A instituição é mencionada no site da FEB como parte de uma história de uma estratégia de divulgação do espiritismo. Assim como, também é citada outros blogs (como por exemplo, *Expediente Online e Espiritualidade e Sociedade*), na dissertação de Marco Aurélio Oliveira (2014) e no livro de Rizzini (2001). Oliveira (2014) argumenta sobre o interesse na constituição de uma imprensa espírita mais robusta e os Congressos de Jornalistas e Escritores Espíritas como ambiente de debate e constituição de uma associação nacional de jornalistas e escritores com o mesmo propósito doutrinário.

A perspectiva de Oliveira é acadêmica, com o propósito de realizar uma narrativa histórica acerca da imprensa espírita e fundamentada em memorialistas espíritas - como Clóvis Ramos -, enquanto as outras abordagens tratam-se de visões nativas do próprio espiritismo e suas diversidades. Tal como é o caso de Jorge Rizzini, o qual cita brevemente a ABRAJEE para defender um certo pioneirismo na ação de Herculano Pires ao fundar o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo:

Herculano Pires, por unanimidade eleito presidente do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, fora empossado pelo presidente provisório D'Angelo Neto. O Apóstolo de Kardec elegeu-se por dois motivos básicos: conhecimento profundo dos três aspectos do Espiritismo aliado à sua moral inatacável, dentro e fora do movimento doutrinário. (Lembremos que a Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores Espíritas - ABRAJEE, que teve Deolindo Amorim como primeiro presidente, foi fundada no Rio de Janeiro em 1976, ou seja... vinte e oito anos depois do Clube). (RIZZINI, 2001, p. 86).

Desta forma, o jornalista Deolindo Amorim é considerado como um dos fundadores da instituição. Entretanto, trata-se de um coletivo, no qual a decisão foi primeiramente definida no *Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas*, em 1972, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro. Efetivando-se anos mais tarde, no Congresso de 1976, diante da presença de cerca de 200 delegados, na sede da Comunhão Espírita Brasileira (Brasília). (O FLUMINENSE, 1976). Somente em 25 de abril de 1977 que foi registrada no Rio de Janeiro como uma associação privada, cuja atividade central seria a defesa dos direitos sociais.

O jornal mineiro *A Flama Espírita*, de 17 de junho de 1978, publicou uma nota de convocação da ABRAJEE solicitando a devolução de questionários para o levantamento de fundadores e a estruturação da instituição. Como naquele momento a tesouraria ainda não estava constituída, a contribuição financeira para associar-se seria anual e estipulada em 100 cruzeiros, quantia cujo destino estaria reservado para despesas de manutenção. No ano seguinte, em 1979, a instituição organizou o *VII Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas* (entre

15 e 18 de novembro, no Rio de Janeiro), com o objetivo de compreender a imprensa espírita e a divulgação doutrinária. Homenageou-se o inglês William Crookes (1832-1919), responsável por investigações físicas, e o médium Divaldo Franco. Ademais, o evento contou com a participação da banda e do coral da Polícia Militar do Rio de Janeiro (os quais performaram o Hino à Bandeira e a Canção da Alegria Cristã), com patrocínio da FEB, (JORNAL DOS SPORTS, 1979).

Como parte do projeto de associação de classe e de unificação doutrinária, a ABRAJEE, sob a presidência de Américo de Oliveira Borges, buscou não se restringir ao Rio de Janeiro, como pode ser observado em notas jornalísticas acerca da presença no 1º Encontro de Jornalistas e Escritores de São Paulo, em 24 de maio de 1980. Assim como, em parceria com a Federação Espírita do Estado da Bahia, para a realização do *VIII Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas* (17 a 21 de abril de 1982, em Salvador - BA), em colaboração com a FEB. (A FLAMA, 1980a; 1980b).

Conforme o *Diário de Pernambuco*, o VIII Congresso contou com a articulação de Ildefonso do Espírito Santo, na comissão organizadora, a fim de reunir delegados de Recife, São Paulo, Maceió, João Pessoa, Fortaleza, Natal, Belém, Brasília e Belo Horizonte. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1981a). De acordo com Idelfonso, o objetivo do congresso era repensar a linguagem espírita, a qual seria demasiadamente codificada e impediria a compreensão do leigo (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1981b). Para isso, Divaldo Franco foi o porta-voz da divulgação da mensagem do congresso espírita, pois, conforme a reportagem:

Sua linguagem é clara, objetiva e envolvente. Numa de suas últimas vindas ao Recife, em dezembro de 1979, reuniu sete mil pessoas no “Geraldão” num domingo à tarde, em dia de futebol. Naquela ocasião, o presidente da Federação Espírita Brasileira esteve presente e uma representante do Movimento Kardecista de Portugal. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1981c)

Neste sentido, pode-se notar a valorização de Divaldo Franco enquanto um agente dotado de linguagem simplificada e orientado para o intercâmbio multicultural, pois as participações de delegados internacionais foram destacadas nos eventos. Segundo Bernardo Lewgoy (2008), Divaldo foi um importante atuante no proselitismo e na construção de redes de sociabilidades no campo espírita desde a década de 1960, com palestras no exterior (tal como na França, Inglaterra, Espanha e Portugal). Enquanto os espíritos-guia de Chico Xavier eram mais brasileiros, a narrativa de Joanna de Ângelis⁹³ era intercultural, latina e feminina, atraindo espíritas da América Central e do Sul, e imigrantes brasileiros adeptos ou não à doutrina.

⁹³ Bernardo Lewgoy (2008) resumiu a biografia de Joanna de Ângelis a partir das suas diferentes encarnações (europeia, hispânica e brasileira): “Em suas encarnações anteriores Joanna teria sido a mártir cristã Joana de Cusa,

É importante destacar que a instituição manteve vínculos estreitos com a Federação Espírita Brasileira. Na divulgação da instituição a fim de atrair novos membros, em *O Reformador* de setembro de 1981, são apontados os seguintes objetivos de ação: divulgação doutrinária; intercâmbio entre Brasil e exterior; aperfeiçoamento cultural; disseminação do livro espírita; organização de congressos de jornalistas e escritores; fundação de uma gráfica-escola e edição de um jornal / revista de abrangência nacional. Os membros não precisavam ser jornalistas, apenas militar pelo espiritismo.

Com Luís Olímpio Teles de Menezes como patrono, o principal objetivo era a divulgação doutrinária. Assim, a divulgação recuou nas origens dos primeiros congressos de jornalistas e escritores espíritas para apresentar a origem de fundação: “Velho sonho dos espíritas desde o I CBJEE, em 1939, a ABRAJEE foi fundada durante a realização do VI CBJEE, realizado em Brasília, em abril de 1976, funcionando sua sede no Rio de Janeiro desde 26 de março de 1979” (BARBOSA, 1981, p. 294).

De acordo com as fontes, a ABRAJEE teria entrado em declínio por volta de 1990 e tendo se desdobrado na Associação Brasileira de Divulgadores Espíritas (ABRADE), também não mais existente. Entretanto, trata-se de um posicionamento do autor, pois, observei na revista *Reformador* que ao longo do ano 1980, as reuniões da ABRAJEE eram divulgadas no órgão oficial da FEB, bem como, havia notas amistosas entre ambas. Inclusive, caso a nova instituição terminasse, o patrimônio seria doado à célula mãe do espiritismo carioca⁹⁴.

No blog pessoal do jornalista espírita Wilson Garcia, *Expediente Online*, o autor argumenta que a submissão da ABRAJEE ao Conselho Federativo Nacional (CFN) ocorrera ainda sob a presidência de Américo Borges, por intermédio de Francisco Thiesen, então presidente da FEB. O autor adjetiva esta associação como arbitrária e considera que a filiação ao Conselho da FEB restringe a capacidade crítica acerca dos erros e acertos da instituição mais consolidada.

Contrário à dependência da instituição, Garcia também oferece a narrativa de fundação da ABRAJEE, desde o *I Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas*, em 1939. Tal recuo

uma discípula de São Francisco de Assis, e Sórora Juana Inés de La Cruz, intelectual mexicana do século XVII, tida como uma das primeiras feministas da história do novo mundo. Em sua última encarnação, como freira na Bahia do século XVIII, Joanna teria sido assassinada por soldados portugueses em defesa de seu convento, sendo por isso aclamada como ‘mártir da independência do Brasil’” (LEWGOY, 2008, p. 90). Além disso, comparou a diferença entre Joanna de Ângelis (mentora espiritual de Divaldo) e Emmanuel (mentor de Chico Xavier): Joanna é feminina, poliglota e indianizante, enquanto Emmanuel é viril, monoglota (utiliza apenas português e esperançoso pelo esperanto) e etnocêntrico e mestiço.

⁹⁴ Informação presente na campanha de divulgação da instituição. Confrontar BARBOSA, Pedro Franco. Você conhece a ABRAJEE? *O Reformador*, nº 1822, p. 184.

histórico acerca da primeira deliberação para a fundação de uma associação de jornalistas e escritores espíritas, recupera uma conjuntura de nacionalização do espiritismo e do contexto repressivo do governo do Estado Novo, de Vargas, caracterizado por um desejo de liberdade de expressão e de culto. Para Garcia, a vinculação da entidade à federação asfixiou a capacidade associativa e organizadora de ideias. O que teria culminado na mudança de nome para a Associação Brasileira de Divulgadores do Espiritismo (ABRADE). Entretanto, os objetivos já não eram voltados para congregar uma classe profissional, mas sim promover estratégias de divulgação doutrinária. (GARCIA, 2013).

Na entrevista de Wilson Garcia à *Gazeta Kardec* (publicado também no blog de Garcia, *Expediente Online*), do jornalista Carlos de Barros, em 2015, outros elementos são apontados para o declínio da ABRAJEE:

Fui eu, junto com outros amigos espíritas, participante da ABRAJEE. Fui seu vice-presidente por dois mandatos e participei fortemente na sua mudança em 1994. Senti-me e sinto-me responsável pelos seus caminhos e descaminhos, mas, principalmente, pela oportunidade que a ABRADE tem de preencher o vazio enorme da Comunicação Social Espírita, que é feita, quando feita, por uma maioria de indivíduos de boa vontade, mas carentes de conhecimentos sobre as Ciências da Comunicação. Infelizmente, depois de algumas boas gestões iniciais, a ABRADE foi assaltada por indivíduos vaidosos, interessados em títulos, despreparados para as funções, divisionários. Isto culminou com as ADEs precocemente decrépitas e algumas desaparecendo. (GARCIA, 2015).

Na concepção de Garcia, os Congressos de Jornalistas e Escritores Espíritas (iniciados em 1939) marcaram a história nas reflexões sobre comunicação social e espiritismo, sendo a ABRAJEE e a ABRADE apenas uma continuidade parcial das ideias debatidas nas circunstâncias passadas. No que tange à ABRADE é importante a crítica que Garcia realiza sobre o objetivo não ser congregar profissionais espíritas que atuam na comunicação social, pois para ele a equipe não especializada está diretamente subordinada à cúpula que traça o Plano de Comunicação Social no espiritismo.

Qualquer pessoa pode exercer ações comunicativas em seu nome e de forma pessoal, mas ninguém, de bom-senso, pode admitir falsos princípios do tipo “tudo é comunicação”, porque, ao fazê-lo, assina atestado de ignorância do que é comunicação. As pessoas não precisam obrigatoriamente do conhecimento especializado de comunicação, mas se elas integram uma instituição voltada à comunicação, de duas uma: ou elas buscam especializarem-se [sic] para melhor exercer seus mandatos ou se fazem assessorar de indivíduos que dominam o conhecimento da comunicação, para que estes possam orientar os planos e as ações. Aliás, isso é o que fazem os gestores das grandes corporações; eles conhecem os princípios da administração e contratam profissionais capazes para as demais áreas. (GARCIA, 2015).

Conforme o site da ABRADE⁹⁵, a instituição é uma associação civil, espírita e cultural, sem fins lucrativos. Parte-se da missão de promover a comunicação social com base nos pilares morais e doutrinários do espiritismo; cujo público-alvo é a sociedade em geral. Atua-se nas seguintes estratégias: política de comunicação social; aprimoramento e viabilização de tecnologias e metodologias de comunicação; promoção de cursos, congressos, fóruns e seminários; manter vínculos com “divulgadores espíritas”.

Já o texto de Marcelo Henrique Pereira (2014[?]⁹⁶), publicado no blog *Espiritualidade e Sociedade* apresenta a fundação da ABRAJEE em 1976, com referência à Deolindo Amorim (como principal fundador da instituição) e José Herculano Pires (como um importante expoente da doutrina e da ação em prol da comunicação social no meio espírita. Os jornalistas poderiam participar da instituição devido à atuação na imprensa e os escritores deveriam comprovar a atuação através de publicações em periódicos e livros. Tanto escritores quanto jornalistas deveriam ser espíritas. Ainda conforme o relato do autor, entre os anos 1990 e 1995, ele fora membro da ABRAJEE, em Santa Catarina, porém, ele teria observado o declínio das atividades devido ao envelhecimento dos membros e, por conseguinte, a morte (“desencarne”, tal como diz). Isto teria dificultado a formação de lideranças. Rememora:

Atuei como inscrito na ABRAJEE entre 1990 e 1995, colaborando diretamente na edição de um periódico (revista “**Perfil**” em Florianópolis (SC). Mas a ABRAJEE enquanto entidade “formal” ia desaparecendo pouco a pouco, muito pela condição de velhice e de desencarne dos que nela militavam e pela ausência de espírito de liderança para promover encontros periódicos de discussão de temas afetos à Comunicação Social Espírita. (PEREIRA, 2014 [grifos do autor])

No que concerne à formação da ABRADE, Pereira (2014) - o qual atuou como secretário executivo da instituição - apresenta articuladores diversos em relação ao que Wilson Garcia elencou. Ildfonso do Espírito Santo (médico baiano e articulador da união em prol do Movimento Espírita) teria sido um dos idealizadores, e Wilson Longobucco (primeiro presidente da ABRADE) e Marcos Vinícius Ferraz Pacheco. O modelo de colegiado somente foi implantado após os anos 2000. Já a atuação em relação à FEB é compreendida pelo autor como uma parceria para a realização de fóruns e atividades.

A atuação da Associação enfatizou a realização de seminários sobre comunicação espírita, voltada para a atuação de jornalistas, escritores e dirigentes de centros, e preocupou-se com o uso de tecnologias (REFORMADOR, 1984). Enquanto o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo esteve envolto em posicionamentos contundentes e embates.

⁹⁵ Disponível em: <https://abrade.com.br/abrade/> (último acesso em outubro de 2021).

⁹⁶ Texto publicado no blog *Espiritualidade e Sociedade* sem data. Entretanto, o autor comemora os dezenove anos de fundação da ABRADE considerando que a instituição foi fundada em 1995, portanto, a data de publicação equivale ao ano de 2014.

As diligências da entidade transcorreram pacificamente entre 1977 e 1994. Foi realizado um encontro em Belo Horizonte, em 13 de agosto de 1994, para estabelecer a transição para ABRADE, nome que definia melhor a atuação da instituição como divulgadora do espiritismo, que propriamente como um núcleo de jornalistas e escritores. Neste sentido, o evento na capital mineira contou com a participação de membros de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro para traçar as deliberações para o ano seguinte. Portanto, registrou-se:

[...] a participação de Representações de Cinco Estados e diretores da Associação de Jornalistas Espíritas de São Paulo e da ABRAJEE - Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores Espíritas. Foi constituída uma comissão, composta dos confrades Ildefonso do Espírito Santo, Ivan René Franzolin e Alfredo Miranda Prado, para examinar as propostas e preparar um Regulamento que norteará o funcionamento da Associação Brasileira de Divulgadores Espíritas - ABRADE, nome proposto para a entidade que substituirá a ABRAJEE. A próxima reunião deverá realizar-se no Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1995. (REFORMADOR, 1994, p. 352).

Dessa maneira, a estruturação da ABRAJEE, a colaboração com a FEB e a transformação em ABRADE possuem perspectivas narrativas controversas, seja de um lado mais ressentido em relação à FEB, como é o caso de Wilson Garcia, um dos articuladores da primeira instituição; seja de uma interpretação interna da instituição posterior, como é o caso de Marcelo Pereira, que considera o declínio e os novos arranjos como parte inerente à constituição de grupos.

4.4 Divulgadores do espiritismo e comunicação social na Federação Espírita Brasileira

O presente item possui uma perspectiva de síntese das preocupações institucionais dos órgãos oficiais espíritas com relação à imprensa. Portanto, apesar do tema central da tese discutir a formação do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo entre 1948 e 1970, a proposta neste item final não se trata de um anacronismo, mas de uma busca pela perspectiva panorâmica a fim de entender / apresentar os usos e a relação da comunicação social e o espiritismo ao longo do tempo.

Isto porque, conforme observado por Bernardo Lewgoy (2011), entre as décadas 1980 e 1990, houve mudanças na sociedade brasileira que influenciaram no modo como o espiritismo era recepcionado: o lugar de condenação e perseguição transfigurou-se em alternativa religiosa, o catolicismo perdeu um número considerável de fiéis e a Nova Era / *New Age* permitiu uma religiosidade menos institucional. Além disso, conforme observou o autor, com a imigração brasileira para Estados Unidos, Japão e Europa, a alternativa de um espiritismo nacionalista foi menos enfatizada em primazia de uma psicologização do bem-estar individual.

Com a tendência mais individualista e psicologizante, a organização coletiva crítica em relação ao debate doutrinário tornou-se mais tênue em relação à ênfase na saúde espiritual. Segundo Lewgoy (2011) as Associações Médico-Espíritas (AMEs) ganharam destaque, tanto nacional quanto internacional, nos debates baseados no espiritismo sobre direito ao aborto, bioética e morte médica (eutanásia, distanásia e ortotanásia), “ocupando o lugar tutelar e complementar aos médiuns, antes preenchido por intelectuais espíritas, como Herculano Pires, Deolindo Amorim e Hernani Guimarães Andrade” (LEWGOY, 2011, p. 101).

Portanto, houve uma mudança no protagonismo associativista: se anteriormente fora os intelectuais da imprensa que construíram o poder da fala ativa no espiritismo, esta posição agora é ocupada por médicos espíritas e as AMEs. Inclusive, a AME-Brasil é composta por cerca de 36 instituições estaduais com o objetivo de assistência terapêutica e, desde seu início⁹⁷, buscou articular-se também pelo caráter congressista e de simpósios - isto é, uma busca por articulação entre os pilares da ciência e da religião. (SOARES, 2010).

Apesar de o movimento espírita estar inserido no âmbito de uma classe média intelectualizada, de deter um potencial reflexivo e prático no âmbito da pedagogia, medicina e psicologia em relação à sociedade, o discurso interno de diferentes grupos evidencia uma desconfiança em relação ao político - prática considerada como coletiva. Neste sentido, tais grupos tenderiam para o uso reformista e individual, cujo espiritismo atua como agente educativo. (MIGUEL, 2014).

Além da divulgação doutrinária e do mercado livreiro, as tecnologias de comunicação são ferramentas importantes no espiritismo para a construção de redes no exterior e de parceiros (LEWGOY, 2011). No que tange à formação de uma instituição de comunicação social espírita, o fio condutor da narrativa parte da ABRAJEE e seus desdobramentos no núcleo de comunicação social da FEB. A mudança para Associação Brasileira de Divulgadores do Espiritismo (ABRADE) traz então a proposta principal da federação naquele momento: a divulgação da doutrina, em vez da associação de classe profissional. Ildefonso do Espírito Santo⁹⁸, que estava no congresso de 1994 de estruturação da instituição, argumenta que “ABRADE e ADES têm uma estrutura mais flexível e permite a participação de maior número de pessoas” (SANTO, 1999, p. 37).

⁹⁷ As reuniões foram iniciadas no ano de 1967, porém, a oficialização da fundação da primeira AME do país foi em 13 de janeiro de 1968, em Araras, interior de São Paulo. (SOARES, 2010)

⁹⁸ Ildefonso do Espírito Santo (1923 - 2019), natural da Bahia, foi médico sanitário e atuou em defesa da doutrina espírita. Mobilizou-se em prol da juventude espírita, organizou congressos e exerceu cargos burocráticos na União Social Espírita da Bahia, na FEEB e na AME-BA.

Quais as premissas da Federação Espírita Brasileira (FEB) e dos divulgadores do espiritismo e seus resquícios no presente? Com a criação da ABRADE e da ramificação em ADE (regional / estadual), Ildefonso do Espírito Santo (1999) acreditava que seria possível construir um “movimento espírita”⁹⁹ crítico, com construção de debates sobre a doutrina e produção cultural. De acordo com Santo, a divulgação do Espiritismo ainda era muito difusa, portanto, uma das funções da instituição seria oferecer suporte tecnológico e de equipes multidisciplinares formadas por um corpo técnico especializado - jornalistas, publicitários, sociólogos e pessoas envolvidas nas atividades do movimento. Entretanto, havia um fator complicador: a falta de recursos humanos e uma estrutura pequena.

Apesar de haver outras instituições espíritas com divulgações esparsas, a ABRADE era a única com proposta nacional e com associação ao Conselho Federativo Nacional (CFN), logo, outra preocupação era como realizar parcerias com as federativas regionais. Partia-se da premissa que o processo de disseminação deveria considerar “uma grande curiosidade em torno do Espiritismo por parte da sociedade, a qual poderá ser atendida através de uma divulgação racionalizada” (SANTO, 1999, p. 43).

No final da década de 1990, a internet¹⁰⁰ ainda era muito recente e o acesso do brasileiro ainda não tinha a amplitude do que se veria ao longo dos anos 2000, portanto, as propostas de divulgação eram onerosas, devido às publicidades de radiodifusão, televisiva e impressa. Desta maneira, o projeto de arrecadação financeira e mobilização de pessoas físicas e jurídicas de todo país ainda parecia ser um projeto dificultoso para Ildefonso: "Concretamente, temos de convir que tudo isto é, de certo modo, utópico para a realidade do Movimento Espírita. Para o terceiro milênio, contudo, quem sabe?" (SANTO, 1999, p. 46). Todavia, deve-se destacar que já, em 1990, grupos espíritas davam seus primeiros passos construindo comunidades virtuais, no Google e Yahoo (LEWGOY, 2011) e o fórum do Grupo de Estudos Avançados Espíritas (GEAE), considerado o primeiro grupo de estudos da doutrina na internet, fundado em 15 de outubro de 1992 (CALIL JUNIOR, 2008).

Acerca da relação da FEB e as tecnologias da comunicação, observei que há uma preocupação da federação tanto com o marketing quanto com as tecnologias de comunicação

⁹⁹ Ildefonso do Espírito Santo (1999) propôs pensar o “movimento espírita” a partir da forma institucional, do compromisso social, do desenvolvimento científico e da ética.

¹⁰⁰ A internet foi inventada em 1950, nos Estados Unidos, sendo um projeto tecnológico militar dos EUA, em contexto de Guerra Fria. Somente em 1990 que a internet comercial (web 1.0) dá os seus primeiros passos e expandem-se os primórdios das redes sociais virtuais, sites de vendas e de busca. Entretanto, após a quebra da bolha da internet, foi nos anos 2000, com a web 2.0, que se experimentou as redes sociais virtuais e o compartilhamento de dados tal como conhecemos hoje.

(FONSECA, 2019). Assim, estruturado sob a forma do “Manual de Comunicação Espírita”, escrito por Merhy Seba (2011), publicitário e ex-coordenador do Conselho Federativo Nacional espírita, o material buscou formar espíritas capazes de atingir o público interno quanto o externo (simpatizantes e futuros novos adeptos. Este manual considera a história do espiritismo e a relação com o livro e o jornalismo desde a sua fundação, remetendo à Revista Espírita e o Echo D’Além Túmulo, tomando como premissa o uso de múltiplos meios a fim de divulgar a doutrina.

É importante destacar que o manual traz jargões próprios do campo da Comunicação Social. Neste sentido, o conhecimento doutrinário é intercalado como a apresentação de argumentos internos ao processo de construção da linguagem comunicativa. Diz Merhy Seba:

A Comunicação Social tem por finalidade propiciar condições para o diálogo fraterno entre aquele que emite a mensagem (emissor) e o interlocutor (receptor), tornar comuns as notícias e dados de interesse do movimento espírita às pessoas, às instituições e ao público de modo geral; e, paralelamente, facilitar, pela interação, o conhecimento doutrinário espírita a esses mesmos públicos, de tal forma que a mensagem esclarecedora e consoladora do Espiritismo esteja ao alcance e a serviço de todos no campo moral e espiritual. (SEBA, 2011, p. 16).

Os meios comunicativos considerados são desde autofalantes, bibliotecas, brinquedos funcionais, cartazes, folhetos, TV, internet e assim por diante (inclusive, o documento de 2023 orienta para o uso de redes sociais virtuais e para a internacionalização do espiritismo, com publicação em língua inglesa). O público-alvo da comunicação espírita seria dividido em: o próprio Movimento Espírita; as instituições; pessoas e instituições não-espíritas.

Entretanto, deve-se destacar que para este grupo não se trataria de conversão dos não-adeptos, mas de construção de afinidade e adesão voluntária. “Nesta tarefa, não há o propósito de converter. Há o propósito de dialogar, informar e esclarecer. Divulga-se a Doutrina Espírita porque ela representa uma verdade consoladora, que é válida, útil e necessária aos homens e que concorre para a melhoria da Humanidade” (SEBA, 2011, p.18). Isto posto, indica-nos que o discurso do espiritismo está consoante com a rotatividade dos frequentadores e com o número significativamente pequeno em relação a religiões que utilizam meios de comunicação com fins evangélicos, tais como a crescente evangélica.

A recepção da midiatização no campo religioso auxilia no processo de divulgação da mensagem, na qual um grupo hegemônico pode ter mais força discursiva a depender da

tecnologia utilizada, bem como, impacta no alcance de mais ou menos fiéis / adeptos. (MARTINO, 2017).¹⁰¹

4.5 Imprensa como uma das vias de construção de legitimidade

Iniciei a presente pesquisa com o questionamento acerca do debate na esfera espírita para a manutenção da doutrina na sociedade civil. Com isso, foi possível verificar que os contextos político e social interferiram no posicionamento de órgãos e de intelectuais espíritas em questões civis ao longo de 1940 e 1970, sobretudo com um hiato no período de governos militares. Jornalistas espíritas encontraram espaço na imprensa comercial, tanto devido ao poder de articulação, de construção de redes de sociabilidade, quanto ao interesse popular - cujas manchetes eram escritas de modo sensacionalistas ou evocando chanceladores do espiritismo, como Chico Xavier.

A presença do espiritismo na imprensa cotidiana tornava-se uma das possíveis vias de legitimidade para a doutrina em relação a um público externo. Todavia, a construção de clubes e entidades de classe, bem como a possibilidade de ampla propagação, também era uma via de construção de diálogo interno à própria doutrina, entre pares.

A título de exemplo, podemos citar a preocupação com a comunicação interna da USE, na criação de um departamento de imprensa, denominado Departamento de Estatística e Propaganda. Diante da exigência dos membros de qual seria o melhor veículo para a veiculação das demandas internas do grupo espírita, iniciou-se um levantamento na imprensa espírita (com resposta favorável de *O Clarim*, do grupo Cairbar Schutel, e *O Revelador*, da Liga Espírita) e comercial.

Outros jornais espíritas se colocaram à disposição dos comunicados das entidades viabilizando a circulação de longos comunicados. Por sua vez, a imprensa comercial / leiga exigia outro tipo de comunicação. Como pode se perceber na ata, o jornalista Wandyck de Freitas, que liderou ações do clube acerca da veracidade dos fenômenos espíritas (capítulo 3), estava encarregado da divulgação espírita no jornal. Outro fator, é a presença negociação entre interesse comercial acerca do espiritismo enquanto agenda religiosa, como pode ser percebido

¹⁰¹ Com a pandemia de Covid-19, vale ressaltar que a tecnologia de comunicação foi uma ferramenta essencial para a continuação da propagação espírita. Apesar de permitir que os centros espíritas tivessem livre decisão de funcionamento conforme as questões sanitárias de cada estado, a FEB direcionou salas de reuniões para estudos semanais, uso de plataformas de sites como *YouTube* e *Facebook*. (FEB, 2022). Portanto, as atividades virtuais foram uma estratégia importante para o núcleo de comunicação da instituição a fim de promover o evangelho e promover o contato social, embora virtualizado.

no intercâmbio entre o Jornal de Notícias e o Diário de São Paulo, do grupo de Assis Chateaubriand:

Com a palavra o Departamento de Propaganda, o Sr. Emílio Manso Vieira fez um relato dos comunicados enviados aos jornais espíritas e profanos, comunicando que estes últimos pedem que os artigos sejam pequenos. Comunicou mais o Sr. Vieira que possivelmente em agosto o “Jornal de Notícias” iria suprimir a secção “Seara Espírita”, mas que o Sr. Wandick Freitas prometera se interessar para que essa coluna fosse publicada pelo Diário de S. Paulo. (USE, 1947, p. 39).

Além disso, definiu-se que o jornalista responsável deveria seguir os estatutos da entidade:

O sr. Presidente leu o ofício que o Conselho Deliberativo enviara à Diretoria Executiva, com referência às resoluções tomadas por aquele órgão em sua reunião de 6 do corrente, no qual, além de outros assuntos, havia a comunicação de criação de uma Revista com pedido à Secretaria Geral para indiciar 3 nomes para a direção da mesma. Bauru: - Com referência à indicação de um representante da USE para representá-la na Semana Espírita de Bauru, ficou resolvido para tal fosse indicado um membro do Conselho. Divisão da Capital em zonas: Tal divisão foi apresentada à mesa, achando-se já em vias de ser publicada no próximo número “O Semeador” - Revista. Em vista de já terem sido escolhidos 2 (dois) nomes para a orientação da Revista, o sr. Presidente, propôs que o terceiro fosse o Dr. Julio de Abreu. Esta proposta foi unanimemente aprovada. Quanto ao jornalista responsável, este seria escolhido pela comissão dos 3 membros. Resoluções do Conselho: O sr. Emílio Manso propôs que se exigisse do jornalista um documento dizendo que a Diretoria poderia destituí-lo do cargo no caso de ele não seguir à risca o estabelecido nos Estatutos. (USE, 1947).

Mais tarde, optou-se por manter um terceiro boletim, em contraposição à dependência do *Semeador* (FEESP) ou do Clube dos Jornalistas Espíritas (jornal *Kardecista*). Além disso, evitaria distorções na comunicação, tal como segue a decisão registrada na ata da reunião de 29 de julho de 1950:

Carta da Diretoria Executiva sobre a continuação da publicação do Boletim da USE, ou pelo *Semeador* ou pelo Clube dos Jornalistas Espíritas. Depois de algum debate ficou decidido que a USE tenha o seu boletim exclusivamente informativo e distribuído aos jornais espíritas que o publicarão como contribuição à tarefa unificadora. Assim o Boletim terá mais facilidade em ser lido e se poupará o trabalho da remessa aos interessados e a respectiva despesa. O conselheiro Emílio Vieira oferece, para isso o *Semeador*; o conselheiro Herculano Pires o *Kardecista*, e o confrade Trindade, a *Alvorada de Uma Nova Era*. (USE, 1950, p. 63).

Neste boletim, além das comunicações internas sobre reuniões, confrades espíritas divulgavam questionários, comunicados, teses e pontos de vista, porém, tal anexo deveria ser alinhado com as políticas da USE. Como foi o caso da solicitação de Herculano Pires para circular o folheto “Infiltração política no Espiritismo”. (USE, 1950) Entretanto, deve-se considerar que a necessidade de criação de um veículo próprio também era pertinente à contenção de despesas. O *Semeador*, da FEESP, exigia uma quantia mensal para a publicação em duas páginas. Quanto aos jornais comerciais como *O Estado de São Paulo*, *Folha da Manhã*

e *Jornal de Notícias*, o orçamento seria oneroso, portanto, optou-se pela oferta de 600 cruzeiros do *Diário de São Paulo*. (USE,1947).

É preciso ressaltar que os espaços de discussões eram majoritariamente compostos por homens brancos intelectualizados, tanto no clube quanto nos congressos. No caso da USE, por exemplo, uma participação feminina ativa nas reuniões foi de Anita Briza¹⁰² (1910-1998), a qual, após tornar-se espírita por volta da década de 1940, foi diretora da Liga Espírita. Anita teve uma forte atuação na difusão espírita através do rádio, tais como *Rádio Difusora*, *Rádio Mulher*, *Rádio Morada do Sol* e *Rádio Hora Certa de Guarulhos*, com o programa “Entre dois mundis”. Assim, de acordo com a entrevista de Neide Schneider (1930-), filha e também espírita, Briza foi muito atuante no espiritismo paulista:

Mamãe sempre, em suas andanças e palestras, incentivava o estudo das obras básicas-Kardek, e a união das casas espíritas. Em 1946, por iniciativa da Federação Espírita do Estado de São Paulo, foi criado o Grupo dos Seis, com a atuação do Com. Edgard Armond, pela FEESP e Annita L. Briza, pela LEESP (Liga Espírita do Estado de São Paulo), da participação do Sr. Andrade, Presidente da Sinagoga Espírita Nova Jerusalém e representantes que se alternaram da União Espírita Paulista, considerados como órgãos que contavam com a adesão de diversos centros espíritas. Veio também dar sua colaboração José Herculano Pires ao grupo, de que participei como acompanhante de mamãe. O grupo elaborou um Manifesto aos Espíritas e organizou o Primeiro Congresso Espírita Estadual, de que em junho de 1947 nasceu a USE, na época União Social Espírita. (SCHNEIDER, 2011).

Neste sentido, naquele período efervescente do espiritismo, congressos, formações de ligas e federações, manifestos e participações em imprensa eram considerados como vias relevantes de consolidação doutrinária. Assim como, a fundação de instituições de caridade e assistencialismo a enfermos. É pertinente destacar a participação ativa de uma mulher à frente de instituições predominadas por homens, pois ao longo da história das práticas mediúnicas, sobretudo, a partir do século XIX, a atuação feminina estava mais ligada à mediunidade e ao sonambulismo. Na história do Moderno Espiritualismo (Europa e EUA oitocentistas), os conflitos e expressões mediúnicas entre mulheres tornaram-se explícitos no contexto de luta por direitos femininos e do sufrágio universal, bem como, a mediunidade permitia o exercício de liderança, lidavam com a ideia de pureza, piedade e domesticidade. (BRAUDE, 1989) Enquanto no Brasil, ao longo do século XX, o espiritismo é marcado por expressões masculinas e algumas mulheres psicógrafas (tais como, Zíbia Gasparetto e Yvonne do Amaral Pereira).

¹⁰² Nascida Annita Ludmila Briza Averbach, e conhecida por apenas Anita Briza, filha de tcheco e neta de alemães por parte materna, casou-se com um filho de judeus ucranianos, Miguel Averbach, cuja união era composta por dois filhos. Aproximou-se da doutrina espírita devido à cura de uma enfermidade não diagnosticada pelos médicos e tratada através de passes mediúnicos. Anos mais tarde, após o divórcio e a morte do filho adolescente, Anita lutou em prol de doentes com tuberculose e recebeu uma carta psicografada do filho através do médium Chico Xavier. Além disso, fundou na década de 1950 a Sociedade de Estudos Espíritas 3 de Outubro, com fins de assistência social. (SCHNEIDER, 2011)

Atentando-se pela própria história do espiritismo e de intelectuais, como na obra de Ubiratan Machado (1996), trata-se de um espaço marcadamente masculino, preocupado com o desenvolvimento das letras e da relação entre ciência e religião - herança de um século predominado pelo cartesianismo, pelo positivismo, por intensificação das investigações científicas e práticas industriais. Apesar da marca da cultura escrita, os grupos espíritas estavam preocupados com a difusão doutrinária em diversos meios de comunicação (desde a oralidade até o audiovisual - como no caso dos conselhos espíritas contemporâneos da FEB).

Como vimos, a iniciativa do Clube aparece em atas da USE, em jornais, e alguns grupos evocam a ideia de clube numa perspectiva geral de jornalistas espíritas. Entretanto, no que concerne à construção da memória do grupo na constituição de outras instituições de comunicação espírita, há um apagamento da organização em razão de órgãos oficiais ligados à FEB, que remetem à ideia primária do I Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas de 1939. A Federação Espírita Brasileira (FEB) atualmente se posiciona em relação à comunicação social como um meio de propaganda e difusão da doutrina, porém, destituída da classe de jornalista, com tendência a classificá-los como comunicadores espíritas.

Tanto no discurso biográfico de Rizzini, quanto no discurso dos fundadores da ABRAJEE, podemos considerar que houve uma disputa (talvez, não intencional, mas sinalizadora das diferenças entre grupos e afinidades entre os agentes) na constituição de memória acerca de quem executou o plano de uma primeira instituição de jornalistas e escritores espíritas. Além disso, o nome “clube” em contraposição a uma “associação brasileira” sinaliza uma diferença na pretensão institucional e suas possibilidades de articulação. A própria imprensa atua não somente como difusão, mas também como um suporte de memória. Segundo Joel Candau (2021) através da escrita, os fatos foram socializados como possibilidade de conteúdo memorial, podendo reforçar o sentido de pertencimento a um grupo. Entretanto, as sociedades contemporâneas sofrem com o excesso de informação e de iconografia, cuja recepção e conservação necessitam de um processo de tratamento, escolha e esquecimento de determinados eventos (o que pode ser uma ação difícil e dolorosa).

Ao mesmo tempo em que o religioso busca explicar grande parte dos aspectos da vida social, ele não consegue dar conta de sua totalidade. Neste sentido, os grupos buscam realizar interferências e oposições tanto externas (na sociedade civil) quanto internas, no próprio grupo. De acordo com Paula Montero (2015), apesar de debates e eventos acontecerem no âmbito interno das religiões, uma gama variada de querelas e processos que são direcionados à esfera pública estão ligados a problemas instituídos na longa duração da formação do Estado Brasileiro. No que é pertinente à presente pesquisa, destaco: 1. Caráter religioso - o embate

entre catolicismo e espiritismo; a constituição da categoria de baixo e alto espiritismo (espiritismo e umbanda) -; 2. Formação educacional brasileira desigual; e 3. Jurídico - o Código Penal de 1890, a liberdade de culto e minorias religiosas.

Como vimos, grupos espíritas despendem muito cuidado em relação aos diferentes meios de comunicação social com o objetivo de publicidade. De acordo com Thompson (2009), a comunicação de massa é um agente catalisador da formação dos sujeitos nas sociedades modernas. Portanto, trata-se de um acompanhamento das mídias massivas do final do século XIX e do século XX. No tempo presente, percebe-se uma demanda pelo domínio das tecnologias do mundo digital, entretanto, o princípio crítico e político depende do grupo que deseja produzir e circular ideias.

O espiritismo ainda produz espaços para discussões da doutrina espírita. Todavia, o espaço para debates racionais críticos parece ter sido mais evidente no passado com os congressos, sobretudo porque através da religião buscava-se abarcar diversos campos da vida pessoal. Segundo Paula Montero (2015), o Brasil estaria em um processo inicial de relativização das religiões, no qual agentes religiosos não são mais impelidos a se posicionar publicamente, embora ainda haja uma força cristã hegemônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião (PPCIR), eu parti da hipótese de que, através do associativismo, o objetivo do grupo era utilizar a imprensa como uma via de construção de legitimidade da doutrina espírita. Isso porque eles já possuíam o *ethos* do fazer jornalístico e contato diário com a imprensa leiga. Entretanto, a partir das atas de reuniões, observei que o discurso militante da imprensa não era o mesmo nos encontros dos clubes, pois nas reuniões havia a preocupação de estudar e compreender a doutrina espírita por meio do *Livro dos Espíritos*, de Allan Kardec. Trata-se de uma abordagem de Ciência da Religião aplicada, portanto, tal perspectiva interdisciplinar com aspectos sociais é posta em diálogo constantemente com o religioso, sobretudo, a ênfase na imprensa.

Sob a liderança de José Herculano Pires, o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo construiu redes de sociabilidades (com influências do campo político, informacional e religioso). Inseridos no contexto da cidade de São Paulo, de efervescência política e sindical após a ditadura varguista, permitiu-se a ampliação de espaços de discussões como forma de se posicionar de maneira crítica e/ou defensiva entre opositores e até no próprio campo espírita. Tratava-se de uma figura que produzia controvérsias sociais, cuja doutrina espírita estava atravessada por debates seculares, em sua perspectiva. No que tange à negociação discursiva, via-se uma capacidade de articular espaços para estar presente na imprensa, com ênfase na crítica ao excesso de exploração do fenomênico e ao desejo do retorno das bases do espiritismo tal como proposto outrora por Kardec. Outro ponto é que tais discussões do Clube, como no caso da Defesa da Escola Pública ou de José Arigó, não se tratavam de demandas que partiam da formulação de sínteses ou ensaios, mas eram inerentes à conjuntura, à urgência da notícia. Com isso, tal tipo de associação entre jornalismo e espiritismo se beneficiou do ambiente democrático do período de 1948 a 1970.

O que busquei estudar e analisar nos capítulos anteriores foi o caráter de classe profissional associado à identidade religiosa para uma forma associativista, apoiada na imprensa como forma de legitimação doutrinária. Entretanto, em alguns momentos, o líder do grupo e a figura do intelectual destacava-se mais em relação ao Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo. De acordo com Enzo Traverso (2020), o intelectual do século XX estava imerso em uma sociedade de classes antagônicas, com ideias de direita e de esquerda no campo político, bem como, uma imprensa de massa (os jornais de fatos diversos possuíam tiragens numerosas) e os jornalistas uma função importante na formação de opinião.

Além do uso da imprensa e da organização de discussões acerca da doutrina espírita e da sociedade civil, o Clube dos Jornalistas Espíritas também realizou embates com a Federação Espírita Brasileira, com o catolicismo e a umbanda. É pertinente destacar a oposição São Paulo-Rio de Janeiro, na construção de agenciamentos doutrinários e de campos religiosos.

Portanto, assim como espíritas do Rio de Janeiro traçaram a origem da doutrina e seu processo organizador, os paulistas também traçaram os marcos do espiritismo em terras dos bandeirantes - inclusive, utilizando este termo da herança colonial brasileira como um desdobramento da doutrina no território de São Paulo. A título de exemplo, Cairbar Schutel é denominado como “bandeirante do espiritismo”.

A categoria de intelectual apresenta-se na figura de *outsider*, com críticas contundentes ao Estado (como defenderam Antonio Gramsci e Edward Said), mas também pode se apresentar como um sujeito de notório saber atrelado à personalidade midiática. Nesta última conotação, pode haver certo esvaziamento do conceito, caso o sujeito utilize de sua influência na legitimação do poder, não seja especialista ou pesquisador - portanto, sendo apenas uma personalidade do circuito comunicacional. Desta maneira, torna evidente que a questão da participação do sujeito intelectualizado na imprensa é uma controvérsia na definição de intelectual como substantivo (isto é, como indivíduo).¹⁰³ (TRAVERSO, 2020).

Havia um intuito de coesão pela via de congressos e formações associativistas, fossem pelas alternativas oficiais das federações espíritas, ou fossem pelas formações de clube ou união espírita. A partir da noção do fazer jornalístico como uma missão, utilizou-se para a propagação de viés religioso e para o tom acusatório, como no caso do Comando Jornalístico do Diário da Noite (1949). A respeito dos fatos verificados, narrados e desmentidos pela comissão, é pertinente perceber como o discurso da imprensa também pode construir um “efeito de verdade” / “acreditar ser verdadeiro”, tal como Patrick Charaudeau (2018) analisou sobre os discursos das mídias. No efeito de verdade, há a presença do julgamento, da subjetividade em relação ao mundo, baseado na convicção e na opinião, na busca pela credibilidade entre os receptores da mensagem (CHARAUDEAU, 2018).

O Clube dos Jornalistas Espíritas foi fundado após a abertura democrática dos anos 1940, os membros do Clube (a título de exemplo, José Herculano Pires) adotaram postura crítica

¹⁰³ No contemporâneo, como observou Traverso (2020), o engajamento do intelectual tem sido mais ligado às causas humanitárias, que pode servir tanto à direita quanto à esquerda. Portanto, sem romper com o status quo. Ademais, há uma tendência ao presentismo, em detrimento das causas ligadas ao futuro. Em contraposição ao século XX, sobretudo ao nosso tempo em análise na tese (1948-1970), os intelectuais do contemporâneo vivenciam a influência dos resultados da dinâmica pós-Guerra Fria (1947-1991) e Queda do Muro de Berlim (1989) e a mudança das dinâmicas de caráter identitário e microssociais pertinentes ao século XXI.

à combinação da participação partidária de defesa espírita. O histórico na participação sindical, por outra via, foi importante na participação crítica na sociedade e representou um marco de fundação do clube. Embora seja possível considerar que as reivindicações do clube não eram pertinentes ao viés econômico, mas à superestrutura (ligados à cultura, à religião, à educação e aos valores morais).

Sobre as competições no âmbito religioso, o Clube se posicionou com tom anticlerical, em relação à Igreja Católica, sobretudo, a respeito do debate de Defesa da Escola Pública (1960). Nesse caso, não houve apenas um embate político, mas também um posicionamento de espíritas acerca da educação laica e gratuita, sem interferência do monopólio da Igreja. Tratava-se de um esforço de jornalistas espíritas em atuar na esfera pública, como estratégia de intervenção em demandas sociais, aliados a forças da esquerda, inclusive, Florestan Fernandes. Entretanto, o Clube manteve uma postura liberal, baseada na referência do “V de Vitória” de Winston Churchill.

A laicidade no Brasil é polissêmica, com diversas apropriações, pois, apesar de o estado laico com a compreensão de soberania popular como fundamento e prescindir da religião, há presença de símbolos religiosos nos espaços públicos. Por outro lado, a liberdade de crença e culto possibilitou a legitimação de práticas religiosas marginalizadas. De acordo com Chantal Mouffe (2006), um dos aspectos centrais da democracia liberal é a separação do Estado e da Igreja, por conseguinte, a demanda pelo debate em favor da tolerância e por igualdade de princípios ético-políticos. Entretanto, como argumenta a autora, separar a religião do Estado não necessariamente é distinguir o público e o privado, pois, dentro dos limites constitucionais, grupos religiosos intervêm na arena política ou militam em favor ou contra causas em pauta.

Portanto, trata-se de um debate intenso na literatura acadêmica, no qual, teóricos como Habermas, Rawls, Emerson Giumbelli, Paula Montero, dentre outros estabelecem críticas e proposições interpretativas. Porém, a presente tese buscou analisar as práticas sociais na esfera pública, a partir do caso do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, sem se aprofundar em tal discussão.

Ao longo do estudo para a presente tese, percebi um desejo constante do grupo de defender a doutrina e de diferenciá-la das religiões mediúnicas afro-brasileiras: enquanto os espíritas seriam dotados de desenvolvimento da intelectualidade e da civilidade, os afro-brasileiros teriam práticas mais “primitivas” e mágicas, segundo o grupo.

À vista disso, a tese do continuum mediúnico de Cândido Procópio Camargo foi alvo de discussão e de apresentação nas reuniões do Clube. Houve boas relações com médiuns espíritas, tal como Chico Xavier (mais próximo do catolicismo) e Zé Arigó (o qual teria feito

operações mediúnicas orientadas por um espírito médico alemão e recebeu ampla defesa no *Diário da Noite*). Entretanto, quando o espiritismo era combinado com outras práticas místicas ou o texto de Kardec revisado, já havia um rechaço ao médium, tal como ocorreu com Hercílio Maes e o espírito Ramatis, ou à tradução, como em relação à FEB e a Federação Espírita de São Paulo.

Com o declínio do Clube dos Jornalistas Espíritas, com tendência progressista, as formações associativas seguintes transformaram-se de reivindicações sociais e união dos jornalistas espíritas para uma tendência corporativa, com a finalidade de agregar jornalistas espíritas que realizassem a divulgação institucional do Movimento Espírita, em detrimento da interferência política na esfera pública. No contemporâneo, tem crescido a participação de pessoas ligadas ao movimento espírita pela defesa da esquerda progressista, as quais buscam ir contra aos ataques aos direitos humanos, à educação e à desigualdade de renda, utilizando-se da imprensa e das redes sociais para a veiculação de tal perspectiva. Entretanto, a fim de evitar anacronismos e considerando a delimitação do recorte espaço temporal da pesquisa, optou-se por não abordar tal no presente escopo de investigação. A escolha de análise da ABRAJEE, da ABRADE, e do CFN-FEB, deu-se devido ao legado do I Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas, enfatizados na narrativa de construção histórica dos grupos.

Neste sentido, o objeto de análise foi o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, entretanto, optei por trazer, no primeiro capítulo, uma contextualização da profissão de jornalista e da presença do espiritismo na imprensa paulista de forma a compreender o panorama de entrecruzamentos de tais práticas. Assim como, no último capítulo, trouxe a participação do líder após o declínio do clube e outras estratégias associativistas, com o objetivo de observar as continuidades e rupturas, bem como, os silenciamentos da memória. Desta maneira, no que tange ao item 4.4, acerca dos divulgadores do espiritismo e da Federação Espírita Brasileira, pode-se perceber que a ABRAJEE e ABRADE deixaram de existir e cederam lugar para o Conselho Federativo Nacional da FEB e a substituição da profissão de jornalista para divulgadores do espiritismo. Sendo assim, o uso das tecnologias de comunicação e da imprensa perderam lugar de militância e crítica para a divulgação da doutrina.

Portanto, a tese central desse trabalho é: o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo foi fundado por José Herculano Pires, devido à sua atuação político-social e como profissional da imprensa comercial. Este ator considerava a imprensa como fonte de legitimação discursiva, diante de um contexto de perseguição sanitarista oriundo da criminalização das práticas espirituais desde o Código Penal de 1890 (influenciado por membros da imprensa, judiciário, medicina e religião) e suas respectiva atualização (Decreto 5.156/1904). Com posicionamento

imponente tanto no interior do espiritismo quanto na sociedade civil, o Clube atuou em sputas, críticas e construção de pautas tanto sociais (comunismo, educação e participação partidária) quanto religiosas (tal como, umbanda e catolicismo). Devido ao momento de profissionalização do jornalismo, havia uma distinção de entre jornalistas espíritas amadores (imprensa espírita) e jornalistas espíritas profissionais (imprensa comercial / leiga). Neste sentido, havia clareza e consciência a respeito da importância da produção da mensagem e da informação tanto na consolidação de formas de pensamento e quanto na recepção da mensagem. Com o declínio do Clube, após o uso da sede por um membro para ocultar joias, Herculano continuou atuando em prol do espiritismo (e da imprensa espírita) até a sua morte, em 1979.

Considero que o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo foi uma das tentativas de construção coletiva com a finalidade de demarcar presença do espiritismo na esfera pública. Para tal ação, partiu-se da capacidade de influência da profissão de jornalista ao transitar por diferentes campos. Por outro lado, pode-se dizer que houve uma tensão entre as formas internas no espiritismo, tal como, nos centros espíritas ou centros sociais. Pois, como visto nas atas da USE, a criação de um próprio veículo de comunicação interna em vez de utilizar o Kardecista, jornal do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, conferia autonomia às instituições. Além disso, o Clube possuía suas próprias desavenças e disputas com a Federação Espírita Brasileira e a Federação Espírita de São Paulo, que não necessariamente era a mesma concepção de dirigentes das outras instituições.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de, et al. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. [Online] Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> (acesso em dezembro de 2021)
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Narrar vidas, sem pudor e sem pecado: as carnes como espaço de inscrição do texto biográfico ou como uma biografia ganha corpo. **Revista Albuquerque**, vol. 12, n. 24, jul-dez. de 2020, pp. 12-23.
- ALMEIDA, Angélica. Uma “fábrica de loucos”: a história da “loucura espírita” no Brasil (1900-1950). **REVER**, São Paulo, v. 20, n.2, maio/agosto 2020, pp. 2019-237.
- ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre - as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, set./dez. 2011, p. 166-199.
- AMORIM, Deolindo. Memória do I Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas (1939). In: AMORIM, Deolindo. **Ideias e Reminiscências espíritas**. Juiz de Fora: Instituto Maria, 1980.
- ARAÚJO, Augusto César Dias de. **O Espiritismo, “esta loucura do século XIX”**. Tese (doutorado em Ciência da Religião). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.
- ARAÚJO, Maria Celina. Acordo Militar Brasil-EUA (1952). In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-militar-brasil-estados-unidos-1952> (acesso em fevereiro de 2023).
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos tempos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- ARRIBAS, Célia. **No princípio era o verbo: espíritas e espiritismos na modernidade religiosa brasileira**. Tese (doutorado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.
- ARRIBAS, Célia. O caráter religioso do espiritismo. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 3-16, jan./mar. 2013.
- ARRIBAS, Célia. **Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira**. São Paulo: Alameda, 2010.
- AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. **A mesa, o livro e os espíritos: gênese, evolução e atualidade do movimento social espírita entre França e Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2009.

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova**, 39, 1997, pp. 149-174.

AZEVEDO, Cristiane A. A procura do conceito de *religio*: entre o *relegere* e o *religare*. **Religare**, 7 (1), 90-96, Março de 2010.

AZEVEDO, Silvia Maria. **Brasil em imagens: um estudo da revista Ilustração Brasileira (1876-1878)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo: ensaios sociológicos sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. São Paulo: Global, 2008.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOITO JR., Armando. Classe média e sindicalismo. **POLITEIA: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p.211-234, 2004.

BERMAN, Antoine. A tradução e seus discursos. **ALEA**, v. 11, n2, julho-dezembro de 2009, p. 342-353.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (coordenadoras). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAUDE, Ann. **Radical Spirits: spiritualism and women's rights in nineteenth-century America**. Boston: Beacon Press, 1989.

CAETANO, Maria Raquel. As reformas educacionais, o novo ensino médio e a gestão para resultados - ofensiva empresarial? **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 29, n. 1, p.204-220, Jan./Abr., 2018.

CALIL JÚNIOR, Alberto. Uma etnografia do mundo espírita virtual: algumas aproximações metodológicas. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 10, n. 10, p. 117-136, outubro de 2008.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. **Kardecismo e umbanda: uma interpretação sociológica**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 2010.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Espiritismo em sete lições**. Petrópolis: Vozes, 2022.

CAMURÇA, Marcelo; SENA, Emerson; ANDRADE JR. Péricles. Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 18, n. 57, p. 975-1001, set./dez. 2020.

CAMURÇA, Marcelo. A teoria do “continuum mediúnico” de Cândido Procópio Camargo nos anos 1960 - 1970: atualizações e transformações contemporâneas. **Religare**, v. 14, n. 1, agosto de 2017, p. 05-27.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.12, nº23/24, setembro/1991-agosto/1992.

CARVALHO, Larissa C.; LOUSADA, Vinícius L. A Revue Spirite (1858-1869) e as comunidades de leitores das obras de Allan Kardec. **15º Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação em Caxias do Sul – RS**, 2009. Disponível em: [http://www.febnet.org.br/ba/file/Pesquisa/Textos/Texto%20 ASPHE%202009.pdf](http://www.febnet.org.br/ba/file/Pesquisa/Textos/Texto%20ASPHE%202009.pdf). Acesso em: agosto de 2020.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **O mundo invisível: cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa social, 2008. (ebook)

CHALABY, Jean. O jornalismo como invenção anglo-americana: comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). **Media & Jornalismo**, n.3, 2003, pp. 29-50.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2016.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de Chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médiçi. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 43, jan.-jun de 2009, p. 85-104.

DANTAS, Beatriz Gois. **Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil**. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Campinas, UNICAMP, 1982.

DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). **Caderno AEL**, v. 11, n. 20/21, 2004, pp. 85-127.

BARROS, Antônio; JUNQUEIRA, Rogério. A elaboração do projeto de pesquisa. IN: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2012, pp. 32-50.

DOIMO, Ana Maria. Pluralidade religiosa à brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos: seguido de “Envelhecer e morrer”**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELLER, Jack David. **Introdução à antropologia da religião**. Petrópolis: Vozes, 2018.

ENNE, Ana Lúcia. Imprensa e baixada fluminense: múltiplas representações. **Ciber Legenda**, Niterói, n. 14, 2004, pp. 18-26.

ESQUISANI, Rosimar. As atas das reuniões enquanto fontes para a história da educação: Pautando a discussão a partir de um estudo de caso. **Educação Unisinos**, v. 11, n. 2, maio/agosto 2007.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. Brasil, 1945 - 1964: uma democracia representativa em consolidação. **Locus Revista de História** 24(2), pp. 251-275, 218.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, Campinas, vo. 15, nº 2, novembro, 2009, p. 386-421.

FONSECA, Grazyelle. A Federação Espírita Brasileira e as tecnologias de comunicação. **Anais do CONACIR: IV Congresso Nacional de Ciência da Religião: Religião e democracia: os desafios no espaço público**. Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), 8 a 10 de outubro de 2019, pp. 40-49.

GARCIA, Wilson. A Abrade, oficialmente, está acéfala. **O Expediente Online** (blog pessoal). 30 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.expedienteonline.com.br/a-abrade-oficialmente-esta-acefala/> (último acesso em outubro de 2021).

GARCIA, Wilson. A posse, o poder, o silêncio. **O Expediente Online** (blog pessoal). 15 de outubro de 2013. Disponível em: <https://www.expedienteonline.com.br/a-posse-o-poder-o-silencio/> (último acesso em outubro de 2021).

GIUMBELLI, Emerson. Religião no Brasil dos anos 1950: processos de modernização e configurações da pluralidade. **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, vol. 3, nº 1, 2-12, p. 79-96.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 28 (2): 80 – 101, 2008.

GIUMBELLI, Emerson. **O cuidado dos mortos: uma história de condenação e legitimação do espiritismo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997a.

GIUMBELLI, Emerson. Heresia, doença, crime ou religião: o Espiritismo no discurso dos médicos e cientistas sociais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1997b, nº 40, v. 2.

GUIMARÃES, Valéria. Jornais franceses no Brasil. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**, São Paulo, julho de 2011.

HABERMAS, JÜRGEN. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da esfera burguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**. Ano IX, nº 17, 2007, pp. 19-46.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções 1789 - 1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOHLFELDT, Antônio; VALLES, Rafael Rosinato. **Conceito e história do jornalismo brasileiro na “Revista de Comunicação”**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O homem cordial**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

ISAIA, Artur Cesar. Vargas pôs os valores religiosos a serviço do seu projeto político. **Cadernos IHU em formação - Populismo e trabalhismo: Getúlio Vargas e Leonel Brizola**. São Leopoldo, Rs, nº 1, ano 1, 2005.

ISAÍÁ, Artur Cesar. Umbanda, magia e religião: a busca pela conciliação na primeira metade do século XX. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 23, p. 729-745, out./dez. 2011.

JACINO, Ramatis. Que morra o “homem cordial” - crítica ao livro Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda. **Sankofa, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, Ano X, nº XIX, agosto/2017, pp. 33-63.

KARDEC, Allan. **O livro dos espíritos**. Araraquara: IDE, 2009.

KARDEC, Allan. **Obras póstumas**. Araraquara: IDE, 2008.

KARDEC, Allan. **O livro dos médiuns**. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. Puc-Rio, 2006.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Edufba, 2012; Bauru: Edusc, 2012.

LEWGOY, Bernardo. Uma religião em trânsito: o papel das lideranças brasileiras na formação de redes espíritas transnacionais. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 13, n. 14, p. 93-117, setembro de 2011.

LEWGOY, Bernardo. A transnacionalização do espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 28 (01): 84-104, 2008.

LEWGOY, Bernardo. Representações de ciência e religião no espiritismo kardecista: antigas e novas configurações. **Civitas**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2006.

LEWGOY, Bernardo. **O grande mediador: Chico Xavier e a cultura brasileira**. Bauru: EDUSC, 2004.

LEWGOY, Bernardo. **Os espíritas e as letras: um estudo antropológico sobre cultura escrita e oralidade no espiritismo kardecista**. Tese (doutorado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil: Vol 1**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LOPES, Fernanda Lima. Significados da imagem de intelectual para a construção de identidade do jornalista. **Revista de Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-Compós**, Brasília, v. 12, n. 3, set./dez. 2009.

MAES, Mauro. **Simplesmente Hercílio**. Limeira: Editora do Conhecimento, 2010.

MEDEIROS, Rodrigo Dantas de. **Dom Vital: A Questão Religiosa e a Crise PolíticoInstitucional no Segundo Reinado**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, 2020.

MELO, José Marques. Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma **Matrizes**, Ano 7 – nº 1 jan./jun. 2013 - São Paulo, p. 95-106.

MELO, José Marques. **Sociologia da imprensa brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGUEL, Sinuê Neckel. **Movimento Universitário Espírita (MEU): religião e política no espiritismo brasileiro (1967 – 1964)**. São Paulo, Alameda, 2014.

MIGUEL, Sinuê Neckel. **Movimento Universitário Espírita (MEU): religião e política no espiritismo brasileiro (1967 – 1964)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2012.

MONTERO, Paula. Introdução. In: MONTERO, Paula (org.). **Religiões e controvérsias Públicas: experiências, práticas sociais e discursos**. São Paulo: Terceiro Nome; Campinas: Editora da Unicamp, 2015, pp. 11-25.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 32 (1): 167 – 183, 2012.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos Estudos**, nº 74, março de 2006.

MOREIRA, Regina da Luz. Revolução Constitucionalista de 1932. In: **Fatos e imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil**. CPDOC (online). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932> (último acesso em maio de 2020).

MOUFFE, Chantal. Religião, democracia liberal e cidadania. In: BURITY, Joanildo, MACHADO, Maria das Dores (orgs.). **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleição no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006, pp. 15, 27.

NEGRÃO, Lísias. Umbanda: entre a cruz e a encruzilhada. **Tempo Social: Revista de Sociologia**. USP, São Paulo, nº5 91-2): 113-122, 1993.

NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes. **Os espíritos assombram a metrópole: sociabilidades espiritualistas (espírita e esotérica) em São Paulo**. Tese (doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

NOAKES, Richard. **Physics and psychics: The occult and the sciences in modern Britain**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo (10), dez. 1993.

OLIVEIRA, Marco Aurélio. **Imprensa espírita na cidade do Rio de Janeiro: propaganda, doutrina e jornalismo - (1880 - 1950)**. Dissertação (mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

PEREIRA, Marcelo Henrique. Dezenove anos de comunicação integrativa. **Espiritualidade e Sociedade (blog)**. [“sem data”] [2014?] Disponível em: http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/P_autores_PEREIRA_Marcelo_textos/PEREIRA_Marcelo_tit_Dezenove_anos_de_integracao_comunicativa.htm (último acesso em outubro de 2021).

PERISSINOTTO, Renato. Marxismo e ciência social: um balanço crítico do marxismo analítico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, n. 73, junho 2010, pp. 113-128.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista Sociologia Política**, v. 23, n. 53, p. 121-145, mar. 2015.

PERLATTO, Fernando. Política, religião e democracia no Brasil: um diálogo com Habermas, Taylor e Eagleton. **Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião**, v. 16, n. 1(jan/ jun de 2013) p. 135-160.

PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. **Revista de História**, v. 10, nº21-22, 1955, pp. 127-170.

PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa Paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PIRES, J. Herculano. **Parapsicologia hoje e amanhã**. Campinas: Paideia, 2018.

PIRES, J. Herculano. **Revisão do Cristianismo**. São Paulo: Paideia, 2024.

PIRES, J. Herculano. **Pedagogia espírita**. Campinas: Paideia, 2008b.

PIRES, J. Herculano. **Pesquisa sobre o amor**. Campinas: Paideia, 2008a.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950.** Rio de Janeiro: E-papers, 2007

RIO, João do. **As religiões no Rio.** Rio de Janeiro: Hermanos Garnier, 1906.

RIZZINI, Jorge. **J. Herculano Pires: O apóstolo de Kardec - o homem, a vida e a obra.** São Paulo: Paideia, 2001.

RIZZINI, Jorge. **Kardec, Irmãs Fox e outros.** São Paulo: EME, 1995.

ROLLEMBERG, Denise . Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (orgs.). **Modernidades Alternativas.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96

SANCHIS, Pierre. Para não dizer que não falei do sincretismo. **Comunicações do Iser.** n° 43, ano 13, 1994, pp. 4-11.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo.** São Paulo: Veneta, 2020.

SANTO, Ildelfonso do Espírito Santo. **Repensando o movimento espírita no Brasil.** São Paulo: Editora Mnêmio Túlio, 1999.

SCHUDSON, Michael. O modelo americano de jornalismo: exceção ou exemplo? **Comunicação e Cultura**, n. 3, 2007, pp. 115-130.

SCONCE, Jeffrey Sconce. **Haunted Media: Electronic Presence from Telegraphy to Television.** Durham: Duke University Press, 2000.

SEBA, Merhy (org.). **Manual de Comunicação Social Espírita.** Brasília: FEB, 2011.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber.** Petrópolis: Vozes, 2017.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras: 1988.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos.** São Paulo: Contexto: 2005.

SILVA, Taís Andrade da. Dos ideais da redemocratização a defesa da iniciativa privada: o anteprojeto de Clemente Mariani, de 1948 e o substitutivo de Lacerda, de 1958. - Discussões para a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho 2011.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOARES, Rogers Teixeira. **As associações médico-espíritas e a difusão de seu paradigma de ciência e espiritualidade**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STOLL, Sandra Jacqueline. **Espiritismo à brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Curitiba: Orion, 2003.

TEIXEIRA, L. G. **O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro 1860 a 1930**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TODOROV, Tzvetan. **Memoria del mal, tentación del bien**. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** (volume II). Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVERSO, Enzo. **Onde foram parar os intelectuais?** Belo Horizonte: Ayne, 2020.

WARREN, Donald. A terapia espírita no Rio de Janeiro por volta de 1960. **Religião e Sociedade**, n. 11.03, 1984, pp. 56-83.

WEBER, Max. **Sociologia das religiões**. São Paulo: Ícone, 2015.

XAVIER, Francisco Cândido. **Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho**. Rio de Janeiro: FEB, 1969.

Fontes documentais:

18 DE ABRIL. (Seara Espírita) **Jornal de Notícias**, 30 de março de 1950, nº 1205, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em junho de 2022).

ABRADE (site). Disponível em: <https://abrade.com.br/abrade/> (último acesso em outubro de 2021).

ABRAJEE: ENCONTRO DE BELO HORIZONTE. **O Reformador**, Rio de Janeiro, novembro de 1994, nº 1978, p. 352. Disponível em: <https://www.sistemas.febnet.org.br/acervo/revistas/1994/html5forpc.html?pagina=352> (último acesso em junho de 2022).

ABRAJEE/BA PROMOVE TREINAMENTO. **O Reformador**, Rio de Janeiro, julho de 1984, nº 1858, p. 224. Disponível em: <https://www.sistemas.febnet.org.br/acervo/revistas/1984/html5forpc.html?pagina=224> (último acesso em junho de 2022).

AGITADAS AS ELEIÇÕES NA SALA DE IMPRENSA. **Diário da Noite**. São Paulo, 2 de maio de 1952, nº 8.385. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em novembro de 2020).

ALFREDO CRUSO. Comandos da escola pública continuam “atacando a cidade”. **Diário da Noite**, 13 de julho de 1960, nº 10.873, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em maio de 2022).

ANATOMO-PATOLOGIA DA ADULTERAÇÃO. **Mensagem**, São Paulo,, n. 0, dezembro de 1974b, p. 3. Disponível em: <https://www.fundacaoherculanopires.org.br/jornal-mensagem/141-fornal-teste.html> (acesso em junho de 2022).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISTAS E ESCRITORES ESPÍRITAS. **A Flama Espírita**, 17 DE JUNHO DE 1978, n. 2474, p. 2. Seção Notícias. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em outubro de 2021).

BARBOSA, Pedro Franco. Você conhece a ABRAJEE? **O Reformador**, Rio de Janeiro, nº 1822, p. 184. Disponível em: <https://www.sistemas.febnet.org.br/acervo/revistas/1981/html5forpc.html?pagina=294> (último acesso em junho de 2022).

BRASIL, 1904. Decreto nº 5.156, de 8 de março de 1904. Dá novo regulamento aos serviços sanitários a cargo da União. **Diário Oficial da União** – Seção 1, 10 de março de 1904, página 1135. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5156-8-marco-1904-517631-publicacaooriginal-1-pe.html> (acesso em fevereiro de 2023).

CAMARA LEAL. A mediunidade perante a lei. (Seção Vida Judiciária) Correio Paulistano, São Paulo, 12 de maio de 1940, p. 19. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em outubro de 2022).

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Anais da Câmara Municipal**. 10 de março de 1958, pp. 194-195. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/345SO03.pdf (último acesso em novembro de 2020).

CANSADO, Zair. Daqui e do além: V Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1972, n. 5775, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em setembro de 2022).

CID FRANCO. Nada resolveu a pena de morte no problema da criminalidade. **Diário da Noite**. São Paulo, 7 de maio de 1953, n. 8.693, pp. 1;7.. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em novembro de 2021).

CÍRCULO ESOTÉRICO DA COMUNHÃO DO PENSAMENTO. **Quem somos - história.** Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento, 2020 (site). Disponível em: <https://cecpensamento.com.br/historia/> (último acesso em abril de 2020).

COFRES E PORTAS CAMUFLADAS NA JOALHERIA CLANDESTINA VAREJADA NA RUA SÃO BENTO. **Correio Paulistano**, São Paulo, 15 de julho de 1962, n.35578, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em junho de 2022).

CONTRA O REGULAMENTO SANITÁRIO. **Correio Paulistano**. São Paulo, 20 de março de 1904, nº 14.583. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em abril de 2020).

COOPERATIVA DE CONSUMO DOS TRABALHADORES DO JORNAL DE NOTÍCIAS. **Jornal de Notícias**, 14 de junho de 1947, n. 352. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em novembro de 2020)

CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SÃO PAULO. **Livro de Atas dos Serões Espíritas**. São Paulo, 1956 / 1959.

CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SÃO PAULO. Contra o projeto de pena de morte. **Diário da Noite**, 5 de maio de 1953, nº 86,91, p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em novembro de 2021).

CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SÃO PAULO. (Seção Notas Religiosas) **Jornal de Notícias**. Sábado, 11 de março de 1950, nº 01189, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em novembro de 2021).

DE UBERABA - DO CORRESPONDENTE, EM 12. **Correio Paulistano**, 16 de janeiro de 1905, n.14883, p.2. Seção Mala dos Estados. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em abril de 2020).

DIÁRIO DA NOITE. Gianella de Marco despediu-se de S. Paulo. **Diário da Noite**, 8 de maio de 1950, n. 7792, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em agosto de 2022).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Divaldo Franco fala hoje ao povo espírita. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 de setembro de 1981c, nº 251, ano 156, p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em setembro de 2022).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Congresso. **Diário de Pernambuco**, Recife, 9 de agosto de 1981b, nº 214, ano 156, p. 16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em setembro de 2022).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Encontro espírita na Bahia. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 de agosto de 1981a, nº 220, ano 156, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em setembro de 2022).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Coral Paulista homenageia Caruaru durante Congresso. **Diário de Pernambuco**, Recife, 4 de maio de 1976, nº 118, ano 151, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em setembro de 2022).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Jornalistas e escritores espíritas fazem encontro nacional no R. de Janeiro. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 de julho de 1975, nº 186, ano 150, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em setembro de 2022).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Congresso. (Sessão de classificados) **Diário de Pernambuco**, Recife, 5 de maio de 1972, nº 103, ano 147, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em setembro de 2022).

EM SANTOS A PRÉVIA DO VIII ‘CBJEE’. **A Flama Espírita**, 19 de julho de 1980a, n. 2474, p. 2. Seção Notícias. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em outubro de 2021).

ENCERRADO O 1º CONGRESSO DE UNIFICAÇÃO ESPÍRITA. (Seção Seara Espírita) **Jornal de Notícias**, 5 de novembro de 1948, nº 780, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em junho 2022).

ESCRITORES ESPÍRITAS. **O Fluminense**. 8 de abril de 1976. Seção Clubes e Gente. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em outubro de 2021).

ESPIRITUALISMO EXPERIMENTAL. Nº 2, 3 de outubro de 1886. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em maio de 2020).

ESTADO DE SÃO PAULO, O. Espiritismo. Nº 22.367, 17 de abril de 1948. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/> (último acesso em maio de 2020)

FEB. Atenção e cuidado: covid-19. Disponível em: <https://www.febnet.org.br/portal/2022/01/28/atencao-e-cuidado-covid-19/> (acesso em agosto de 2022).

FREITAS, Wandycck. Encerra suas atividades o “Comando” do “Diário da Noite”. **Diário da Noite**, São Paulo, 19 de junho de 1949, n. 7547, p. 4 e 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em junho de 2022).

FREITAS, Wandycck. Generalizada a fraude entre os efeitos físicos. **Diário da Noite**, São Paulo, 18 de junho de 1949, n. 7546, p. 18 e 22. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em junho de 2022).

FREITAS, Wandycck. Arrancando a máscara de um campeão da fraude. **Diário da Noite**, São Paulo, 1 de junho de 1949c, n. 7508, p. 8 e 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em junho de 2022).

FREITAS, Wandycck. Locutor do outro mundo e programa para crianças. **Diário da Noite**, São Paulo, 30 de maio de 1949b, nº 7506, p. 2 e 20. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em junho de 2022).

FREITAS, Wandyck. Há muitos fenômenos e muitíssimas fraudes. **Diário da Noite**, 23 de maio de 1949a, nº 7500, p. 14 e 22. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em junho de 2022).

FREITAS, Wandyck. Um rótulo falso e um êxito real. **Jornal de Notícias**, 4 de novembro de 1948, nº 779, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em junho de 2022).

II CONGRESSO BRASILEIRO DE JORNALISTAS E ESCRITORES ESPÍRITAS. O Semanário. Rio de Janeiro, 13 a 19 de março de 1958, nº 100. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em abril de 2020)

HERCULANO Pires, Dia Nacional de Ação de Graças 1976 (Completo). YouTube: Canal J Herculano Pires. Disponível em: https://youtu.be/gbacr52_h4M (acesso em setembro de 2022).

HERCULANO Pires: um convite para o futuro. Direção: Edson Audi. MANAUS: Versátil Home Video, 2016. DVD: 72 min.

IRMÃO SAULO. Na senda diária. (Coluna Chico Xavier Pede Licença). **Diário de São Paulo**, 1971h. Disponível em: <https://www.fundacaoherculanopires.org.br/chico-pede-licen%C3%A7a/320-missao-da-imprensa.html> (acesso em agosto de 2022).

IRMÃO SAULO. Missão da imprensa. (coluna Chico Xavier Pede Licença). **Diário de São Paulo**. 1971g. Disponível em: <https://www.fundacaoherculanopires.org.br/chico-pede-licen%C3%A7a/320-missao-da-imprensa.html> (acesso em agosto de 2022).

IRMÃO SAULO. Matar por benevolência. (coluna Chico Xavier Pede Licença) **Diário de São Paulo**. 1971f. Disponível em: <https://www.fundacaoherculanopires.org.br/chico-pede-licen%C3%A7a/326-matar-por-benevolencia.html> (acesso em agosto de 2022).

IRMÃO SAULO. Ante o aborto. (coluna Chico Xavier Pede Licença) **Diário de São Paulo**. 1971e. Disponível em: <https://www.fundacaoherculanopires.org.br/chico-pede-licen%C3%A7a/295-ante-o-aborto.html> (acesso em agosto de 2022.)

IRMÃO SAULO. Sobre o feminismo. (coluna Chico Xavier Pede Licença) **Diário de São Paulo**. 1971d. Disponível em: <https://www.fundacaoherculanopires.org.br/chico-pede-licen%C3%A7a/227-sobre-o-feminismo.html> (acesso em agosto de 2022.)

IRMÃO SAULO. Casais menos felizes. (coluna Chico Xavier Pede Licença) **Diário de São Paulo**. 1971c. Disponível em: <https://www.fundacaoherculanopires.org.br/chico-pede-licen%C3%A7a/264-casais-menos-felizes.html> (acesso em agosto de 2022.)

IRMÃO SAULO. Matrimônio e divórcio. (coluna Chico Xavier Pede Licença) **Diário de São Paulo**, 1971b. Disponível em: <https://www.fundacaoherculanopires.org.br/chico-pede-licen%C3%A7a/324-matrimonio-e-divorcio.html> (acesso em agosto de 2022).

IRMÃO SAULO. Permanecer com Jesus e Kardec. (coluna Chico Xavier Pede Licença) **Diário de São Paulo**, 1971a. Disponível em:

<https://www.fundacaoherculanopires.org.br/chico-pede-licen%C3%A7a/133-permanecer-com-jesus-e-kardec.html> (acesso em agosto de 2022).

JORGE, Moacyr. Hoje na televisão Tupi canal 4 as operações do médium Arigó. **Diário da Noite**. São Paulo, 30 de novembro de 1961c, nº 11.305, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em maio de 2022).

JORGE, Moacyr. Arigó quer enfrentar em São Paulo o julgamento de 60 médicos brasileiros. **Diário da Noite**. São Paulo, 24 de novembro de 1961b, nº 11.300. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em janeiro de 2023).

JORGE, Moacyr. José Arigó “recebe” médico alemão para realizar operações impossíveis. **Diário da Noite**. São Paulo, 30 de outubro de 1961a, nº 11278, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em novembro de 2021).

JORGE, Moacyr. Chico Xavier atrai para Uberaba uma legião de aflitos: foi caixeiro e garçom, o mineiro que escreveu 50 livros espíritas. **Diário da Noite**, São Paulo, 10 de maio de 1960, nº 10.818, p. 19. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em novembro de 2021).

JORNAL DE NOTÍCIAS. Rigorosa campanha da Delegacia de Costumes contra as macumbas. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 5 de agosto de 1948, n. 703, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em outubro de 2022).

JORNAL DOS SPORTS. VII Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas. (O mundo azul - suplemento espiritualista do **Jornal dos Sports**, n. 352) **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1979, n. 15.359, p. 25. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em setembro de 2022).

JUSCELINO. **Mensagem: Jornal de Informação e Cultura**, São Paulo, setembro de 1976, nº 10, ano II, p. 15. Disponível em: <https://www.fundacaoherculanopires.org.br/jornal-mensagem/342-jornal-mensagem-n%C2%BA-10.html> (acesso em junho de 2022).

MANIFESTO DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS - EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. **O Semanário**, 19 a 15 de março de 1960, n. 201. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (acesso em novembro de 2021).

MATTOS, Dalmo Belfort de. Religião e Magia. **Correio Paulistano**. São Paulo, 18 de dezembro de 1935, nº 24562, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em abril de 2020).

MOGI DAS CRUZES. **Correio Paulistano**. São Paulo, 03 de abril de 1903, nº 14.233. Seção Mala do Interior. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em abril de 2020).

MOVIMENTO DE UNIFICAÇÃO ESPÍRITA. (Seção Seara Espírita) **Jornal de Notícias**, 04 de maio de 1946, nº18, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em junho de 2022).

NÃO REPRESENTA OS JORNALISTAS ESPÍRITAS. **Diário da Noite**, São Paulo, 26 de dezembro de 1952, n. 8585, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em abril de 2021).

NO LIMIAR DO AMANHÃ: UM DESAFIO NO ESPAÇO! **Mensagem**, São Paulo,, n. 0, dezembro de 1974a, p. 2-3. Disponível em: <https://www.fundacaoherculanopires.org.br/jornal-mensagem/141-fornal-teste.html> (acesso em junho de 2022).

NO SERVIÇO CRISTÃO. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 11 de novembro de 1950, nº 1307, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em junho de 2022).

NOVAES, OLÍVIO. II Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas. **O Semanário**. Rio de Janeiro, 29 a 05 de junho de 1958, nº 111. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em abril de 2020).

ORGANIZADA A CHAPA DE CANDIDATOS DO PSP À VEREANÇA MUNICIPAL. **Jornal de Notícias**. São Paulo, 21 de outubro de 1947, nº 460. <http://memoria.bn.br/> (último acesso em novembro de 2020).

PICCAROLO, Antonio. Ainda o espiritismo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 18 de julho de 1943, p. 4, nº 22.656. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/> (último acesso em maio de 2020).

PIRES, Herculano. **Jornal Mensagem**. Setembro de 1975, nº4. São Paulo

PIRES, Herculano. Cândido Procópio. (Coluna Sabatina Literária) **Diário da Noite**. São Paulo, 14 de abril de 1962, p. 6, nº .11.418. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso de 2022).

RECEBEU NESTA CAPITAL OS PRIMEIROS DESENHOS “POST-MORTEM” DE BEL MONTE. **Diário da Noite**, São Paulo, 17 de fevereiro de 1948, n. 7118, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (acesso em novembro de 2021)

RIZZINI, Jorge. Imprensa espírita (estagnação, evolução e aberração). **Mensagem**, São Paulo,, n. 5, outubro/novembro de 1975, ano I, p. 14. Disponível em: <https://www.fundacaoherculanopires.org.br/jornal-mensagem/340-jornal-mensagem-n%C2%BA-05.html> (acesso em junho de 2022).

RIZZINI, Jorge. Médiun José Arigó: ponte entre Brasil e Argentina. **Diário da Noite**, São Paulo, 6 de setembro de 1962, nº 11541, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em novembro de 2021).

RENATO WALSH RODRIGUES. “Atacarão” a cidade dia 11: comandos de defesa da escola pública. **Diário da Noite**, 1 de julho de 1960, nº 10.863, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em maio de 2022).

SÃO PAULO. **Lei Municipal** nº 5.488, de 24 de março de 1958. Concede auxílio especial de Cr\$ 200.000,00 cruzeiros ao Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, para a

realização do II Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores, e dá outras providências. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/> (último acesso em abril de 2020).

SCHNEIDER, Neide. Focalizando no trabalho espírita. (entrevista concedida a Ismael Gobbo) **Notícias do Movimento Espírita**, Araçatuba, 5 de novembro de 2011, nº 112. Disponível em: <http://noticiasespiritas.com.br/2011/NOVEMBRO/05-11-2011.htm> (último acesso de setembro de 2011).

SEMANA ESPÍRITA. **A Tribuna**, Santos, 25 de outubro de 1966, n. 178, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em junho de 2022).

SERÁ CONVOCADO EM JUNHO PRÓXIMO O II CONGRESSO ESPÍRITA INTERNACIONAL. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 10 de janeiro de 1950, nº 1139, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em junho de 2022).

SERÁ INAUGURADA AMANHÃ A “HORA ESPIRITUAL”. **Diário da Noite**, São Paulo, 4 de junho de 1949, n. 7511, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em novembro de 2021).

SERÕES ESPÍRITAS. O Jornal. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1960, nº 12082. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em novembro de 2020)

TALARICO, GOMES. Cofres e portas camufladas na joalheria clandestina varejada na Rua São Bento. **Correio Paulistano**. São Paulo, 15 de junho de 1962, ano 108, nº. 32.578. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em setembro de 2020).

USE. **Conselho Federativo Estadual - Atas de Reunião**. São Paulo: USE, 1970. Disponível em: <https://usesp.org.br/a-usesp/memoria/> acesso em setembro de 2022.

USE. **Conselho Federativo Estadual - Atas de Reunião**. São Paulo: USE, 1968. Disponível em: <https://usesp.org.br/a-usesp/memoria/> acesso em setembro de 2022.

USE. **Conselho Federativo Estadual - Atas de Reunião**. São Paulo: USE, 1955. Disponível em: <https://usesp.org.br/a-usesp/memoria/> acesso em setembro de 2022.

USE. **Conselho Federativo Estadual - Atas de Reunião**. São Paulo: USE, 1950. Disponível em: <https://usesp.org.br/a-usesp/memoria/> acesso em setembro de 2022.

USE. **Conselho Federativo Estadual - Atas de Reunião**. São Paulo: USE, 1949. Disponível em: <https://usesp.org.br/a-usesp/memoria/> acesso em setembro de 2022.

USE. **Conselho Federativo Estadual - Atas de Reunião**. São Paulo: USE, 1947. Disponível em: <https://usesp.org.br/a-usesp/memoria/> acesso em setembro de 2022.

VALORIZE O SEU VOTO DANDO A WANDYCK DE FREITAS. **Jornal de Notícias**. São Paulo, 26 de outubro de 1947, n. 465. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em novembro de 2020).

VERDADE E LUZ. **Folhetim: ensinamentos mediúnicos**. 30 de setembro de 1891, nº33. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em maio de 2020).

VIII CBJEE. **A Flama Espírita**, 20 de dezembro de 1980b, n. 2474, p. 2. Seção Notícias. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em outubro de 2021).

X SEMANA ESPÍRITA. **A Tribuna**, Santos, 6 de novembro de 1962, n. 186, p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> (último acesso em junho de 2022).

XAVIER, Chico. Programa Pinga-Fogo, **TV Tupi**, 21 de dezembro de 1971b. Disponível em: https://youtu.be/7s6l2_1TkFE (último acesso em junho de 2022).

XAVIER, Chico. Programa Pinga-Fogo, **TV Tupi**, 28 de julho de 1971a. Disponível em: <https://youtu.be/8JD3wmC2ABU> (último acesso em junho de 2022).

ANEXO A
Estatutos de fundação do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo

ESTATUTOS
DO
"CLUBE DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO"

Capítulo I
Do Nome, Sede e Fins

- Art. 1 - O "Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo", constituir-se-á de elementos da imprensa falada, escrita e de escritores que professam o Espiritismo. Foi fundado no dia 23 de janeiro de 1948, e sua sede será na capital do Estado.
- Art. 2 - Ciêntes e cosnciêntes os seus membros, de que o maior tesouro do ser inteligente, está concretizado na luta intemerata em prol da fraternidade universal, o "Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo", de uma forma geral, patrocinará ou apoiará todos os empreendimentos que tenham por mira a consecução desse nobilitante ideal, estendendo-se ao campo da assistência social.

Capítulo II
Dos Membros, sua Admissão, Direitos e Devêres

- Art. 3 - Poderão ingressar como membro do "Clube", pessoas de ambos os sexos, de idade igual ou superior a 18 anos, sem distinção de raça ou nacionalidade.
- Art. 4 - Para os seus membros, mesmo fundadores, que foram admitidos dentro dos 30 dias de fundação, é indispensável a apresentação, pelo menos, de um trabalho jornalístico assinado, mesmo de caráter eclético.
Parágrafo Único - a exigência deste artigo, não atinge os jornalistas e radialistas quando profissionais.
- Art. 5 - Relativamente aos sócios fundadores, a admissão, para o quadro social, ficará à guisa da diretoria provisória.
Parágrafo Único - Para os membros propostos posteriormente, o exame das exigências do Art. 5 ficará subordinado ao Conselho Fiscal.
- Art. 6 - Aos membros do "Clube" são outorgados, além dos direitos de votar e ser votado, usufruir de todas as vantagens proporcionadas pela entidade, com observância dos regulamentos ou regimentos internos.

Art. 7 - As obrigações a que ficam sujeitos os membros, além dos propósitos constantes do Art. 2 e da observância dos estatutos sociais, cumpre-lhes respeitar as deliberações da diretoria executiva e pautar os seus atos alicerçados na moral exigida pelas leis sociais.

Parágrafo Primeiro - A contribuição mensal de cada membro é obrigatória, ficando o "quantum" á critério de cada um, manifestado na proposta de admissão, inclusive para os membros fundadores.

Parágrafo Segundo - O membro que atrasar três mensalidades, sem motivo justificado a critério da diretoria, será passível de eliminação.

Capítulo III

Da direção social e atribuições dos seus dirigentes

Art. 8 - O "Clube" se regerá pelo sistema de mesa redonda, na qual tomarão parte todos os seus membros, uma vez que os mesmos não estejam em falta com as disposições da entidade.

Parágrafo Único - As reuniões serão semanais, ordinariamente, e extraordinariamente, mediante convocação pela imprensa e por convites pessoais, com antecedência de cinco dias, e instalar-se-ão com a presença de um terço de seus membros no gozo dos direitos sociais, deliberando-se 15 minutos após a hora estipulada com qualquer número de presentes.

Art. 9 - A diretoria executiva, a qual incumbe a administração geral do "Clube", compor-se-á dos seguintes membros: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros e Bibliotecário.

Parágrafo Primeiro - a diretoria reunir-se-á ordinariamente, uma vez por semana, e extraordinariamente quando convocada pelo seu presidente ou por três de seus membros.

Parágrafo Segundo - O não comparecimento á três reuniões, não justificadas pela diretoria, acarretará a perda de cargo.

Art. 10 - Conjuntamente com a diretoria será eleito um "Conselho-Fiscal" composto de 3 membros e 3 suplentes.

Art. 11 - A mesa redonda do "Clube" é o poder máximo da entidade, incumbindo-lhe referendar ou não os atos da diretoria executiva, assim como, determinar àquela as providências que julgar oportunas no cumprimento do programa social.

Parágrafo Primeiro - A destituição, dos membros da diretoria executiva, será possível quando presentes dois terços dos sócios quites, por maioria de votos.

Parágrafo Segundo - O preenchimento das vagas que se verificarem na diretoria executiva serão de alçada da mesa redonda, independente da exigência do parágrafo anterior.

Art. 12 - Compete à diretoria, a administração geral de entidade, para a execução das deliberações de mesa redonda.

Parágrafo Único - Não obstante as atribuições do presente artigo, no cumprimento das finalidades estatutárias, poderá a diretoria tomar as medidas que julgar convenientes "ad referendum" da mesa redonda.

Art. 13 - É a seguinte a competência de cada um dos membros da diretoria executiva:

a) - Ao presidente compete, a representação da entidade em juízo ou fora dele, assinar com o secretário a correspondência social, autorizar os pagamentos, assim como firmar com o tesoureiro as retiradas de numerário social.

b) - Ao vice presidente somente, substituir o presidente nos seus impedimentos declarados.

c) - Aos secretários compete, toda a matéria que diz respeito á secretaria, divididas as atribuições com a aprovação do presidente.

d) - Ao 1º Tesoureiro compete, a guarda do patrimônio social, depositando em estabelecimento de crédito, de escolha da diretoria e em nome do "Clube", toda a importância superior a Cr.\$500,00, cujas retiradas firmará com o presidente.

e) - Ao 2º Tesoureiro compete, coadjuvar o 1º Tesoureiro nos seus trabalhos, substituindo-o nos seus impedimentos declarados.

f) - Ao Bibliotecário compete, todo o serviço concernente á regulamentação e funcionamento da biblioteca.

Art. 14 - Ao Conselho-Fiscal compete, o exame dos balancetes semestrais e a sua aprovação ou recusa, para oportuna apreciação da mesa redonda, assim como, sua manifestação para admissão de novos membros ao "Clube".

Parágrafo Único - No desempenho de suas atribuições, os seus membros não poderão ultrapassar o prazo de oito dias para a desincumbencia do estipulado neste artigo.

Capítulo IV

Da eleição

Art. 15 - Quer os membros da diretoria ou do Conselho-Fiscal, serão eleitos pelo sistema do voto secreto, e cujo mandato terá a duração de um ano, podendo haver reeleição.

Paragrafo Unico - O membro do "Clube" só poderá votar e ser votado, uma vez que a sua admissão date de seis meses antes da eleição.

- Art. 16 - As eleições serão realizadas em reunião de mesa redonda, 30 dias, no mínimo, antes do término do mandato.
Parágrafo primeiro - As eleições serão realizadas, impreterivelmente, na segunda quinzena de dezembro, e a posse no decorrer da primeira quinzena de janeiro, observadas as condições constantes no parágrafo único do art. 8.
Parágrafo segundo - A eleição da primeira diretoria, realizar-se-á depois de esgotado o prazo para o ingresso de sócios fundadores, observadas as finalidades do parágrafo único do art. 8.

Capítulo V
Das disposições gerais

- Art. 17 - O patrimônio social, na hipótese de extinção do "Clube", reverterá em benefício de uma instituição de assistência social, a juízo da mesa redonda, reunião essa para a qual é indispensável a observância do parágrafo primeiro do art. 11.
- Art. 18 - Nenhum dos membros responderá subsidiariamente pelos compromissos de entidade.
- Art. 19 - O "Clube" designará "Membros-Correspondentes" em todas as cidades do país e do exterior, os quais ficam subordinados aos estatutos sociais e demais obrigações, ficando, porém isentos de pagamento de mensalidade.
- Art. 20 - Os casos omissos nestes estatutos serão resolvidos pela mesa redonda, ou pela diretoria executiva "ad referendum" daquela.
- Art. 21 - O "Clube", em face das suas finalidades constantes do art. 2, não se manifestará, em qualquer hipótese, sobre matéria que envolve política partidária, nacional ou internacional.
- Art. 22 - Os presentes estatutos, aprovados na primeira reunião da mesa redonda, após a fundação, somente poderão ser reformados, em todo ou em parte, um ano após a data de sua aprovação.

São Paulo, 29 de janeiro de 1948.

Presidente _____
Vice-Presidente _____
1º Secretário _____
2º Secretário _____
1º Tesoureiro _____
2º Tesoureiro _____
Bibliotecário _____
Conselho-Fiscal _____

ANEXO B

Exposição sobre o Projeto de Diretrizes e Bases

O projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado pela Câmara Federal, encontra-se no Senado, onde poderá ser modificado, substituído por outro ou mesmo rejeitado. A finalidade desse projeto é dar nova estrutura ao sistema educacional do Brasil. Entretanto, forças negativas agiram de tal maneira na sua tramitação que o projeto agora aprovado pela Câmara e em exame no Senado converteu-se em verdadeira ameaça para o ensino em nossa terra. Cabe-nos, portanto, como cidadãos brasileiros, responsáveis pelo futuro do Brasil, tomar conhecimento desse projeto, do que ele representa, e lutar para que ele não seja transformado em lei.

As mesmas forças que agiram no andamento do projeto e conseguiram transformá-lo em verdadeira ameaça, continuam a agir, com a maior intensidade, para que ele seja aprovado. Essas forças, que são constituídas pelos comerciantes do ensino, donos de escolas particulares de todo o país, entre os quais avultam as organizações do clero católico, dispõem de grande apoio entre os Senadores. Apesar disso, o próprio líder da maioria no Senado, sr. Auro Soares de Moura Andrade, está contra essas forças. E outros Senadoras já compreenderam que o projeto constitui um perigo para o Brasil. Assim, existem possibilidades de conseguirmos a vitória no próprio Senado, desde que sejamos capazes de fazer grande movimento de opinião pública contra o projeto.

É preciso deixar bem claro que a ameaça a que referimos é de natureza dupla. Em primeiro lugar, o projeto ameaça a escola pública, gratuita, que o Governo tem obrigação de manter, para educação de todo povo. Em segundo lugar, ameaça a educação livre e democrática dada pelo Governo, para estabelecer no país uma educação orientada pelo clero católico. Assim, numa só cajadada, o projeto mata o ensino público e a educação democrática, para

no lugar de ambos criar um sistema retrógrado de ensino particular, pago e bem pago pelos alunos, e de educação sectária, orientada contra a liberdade de pensamento.

O projeto é imenso, contendo 120 artigos, que são divididos em numerosos parágrafos e itens. Constitui um verdadeiro labirinto legislativo, cheio de dispositivos duvidosos, o que serve para aturdir os que não conhecem a fundo o problema da educação. Entretanto, podemos encontrar nessa trama alguns pontos fundamentais. Analisando esses pontos, que são como os nós de uma grande rede, podemos ver com clareza o que é o projeto. Assim, todos os argumentos confusionistas, usados pelos seus defensores, e que em geral impressionam as pessoas desprevenidas, ficam neutralizados. Conhecendo os pontos que não nos deixaremos iludir, pois ficamos conhecendo os pontos que sustentam a rede, as suas malhas ilusórias, já não nos enganarão mais.

Vamos, pois, estudar os pontos nodais do projeto, ou seja, aquilo que chamaremos: os setes nós do Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Antes, esclareçamos que o referido projeto teve sua origem num trabalho elaborado por técnicos da educação, em 1948, quando era Ministro da Educação o sr. Clemente Mariani. Tratava-se de um trabalho digno, verdadeiro esforço de técnicos esclarecidos, para melhorar o sistema de ensino e de educação no Brasil. Durante mais de dez anos, porém, as forças negativas trabalharam, conseguindo por fim desfigurar o trabalho dos técnicos.

O projeto agora aprovado apresenta, pois, um aspecto positivo, que é o de constituir um esforço para disciplinar o ensino brasileiro, dando-lhe uma estrutura orgânica. Esse aspecto, que decorre do trabalho original, é prejudicado pelo aspecto negativo que os comerciantes do ensino conseguiram introduzir, através de modificações que favorecem as suas intenções. O que mais concorreu para essa deformação foi um substitutivo elaborado pelo deputado Carlos Lacerda, que é uma verdadeira monstruosidade. Esse substitutivo é de 26 de novembro

de 1958. Dez anos, portanto, levaram as forças reacionárias, para conseguirem dar o seu golpe.

Depois desse substitutivo, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal aprovou outro, elaborado pela sua sub-comissão, a Comissão de Educação aprovou nova redação para o substitutivo, isso a 15 de janeiro de 1959. Neste última forma, o projeto foi aprovado pela Câmara Federal, sem discussões, em apenas quatro minutos. Apenas um parágrafo foi rejeitado, porque era um dispositivo tão escandaloso, que poderia provocar grande reação. Como se vê, toda a votação já estava articulado de antemão. Os deputados votaram às cegas, ou levados apenas por interesses políticos em jogo.

Não devemos perder tempo com minúcias do andamento da propositura. O andamento foi longo, e houve outros episódios. Fiquemos apenas nesses, que são os fundamentais. O que interessa é que do projeto inicial, que era bom, passamos ao substitutivo Carlos Lacerda, que era o que de pior se podia querer, depois ao substitutivo da própria Comissão de Educação, que melhorou um pouco a situação e acabou nos dando o projeto aprovado pela Câmara. O que é esse projeto, veremos agora, analisando rapidamente seus sete nós.

1º Nó (art. 3º e 4º)

O projeto diz, em seu artigo terceiro, que o direito à educação é assegurado "pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular", e acrescenta: "pela obrigação do Estado, de fornecer recursos indispensáveis para que a família, e na falta desta, os demais membros da sociedade, se desobriguem dos encargos da educação".

O fornecimento dos recursos é para socorrer famílias pobres, ou grupos sociais necessitados. Mas, noutro artigo, que analisaremos logo mais, o projeto dispensa os pais pobres de

mandarem seus filhos à escola. Como vemos, há aqui uma contradição. Estamos diante de um verdadeiro nó, que é preciso desmanchar.

A primeira coisa que temos de ver, para desmanchar o nó, é que a obrigação de dar educação não é mais do Estado, mas fica dividida entre o Estado e a iniciativa particular. Está aqui o primeiro passo para destruir o ensino público. O segundo passo é que manda o Estado fornecer recursos à família ou ao grupo social interessado na educação de seus membros. Por que recursos, e não escolas? Porque as escolas públicas seriam públicas, e os recursos vão para a particular.

Mais adiante veremos como isto se esclarece. O que nos importa agora é mostrar que logo no artigo terceiro do projeto encontramos a primeira ameaça ao ensino público, com o desvio do dinheiro do governo para as escolas particulares, que fazem comércio do ensino, que são portanto uma forma de ganhar dinheiro, como qualquer outra.

No artigo quarto, o projeto declara que o Estado "não pode favorecer o monopólio do ensino". Mas qual o monopólio? Só pode ser o do próprio Estado, uma vez que o mesmo projeto já assegurou a liberdade da iniciativa particular, garantida, aliás, pela Constituição da República. Vejamos o texto desse artigo, que esclarece melhor o problema. Diz ele assim: "É assegurado a todos, na forma da lei, o direito de transmitir seus conhecimentos, não podendo o Estado favorecer o monopólio de ensino".

Está bem claro. O que o legislador quis dizer é que o Estado não pode monopolizar o ensino. Mas, para não dizê-lo clara e diretamente, procurou uma saída escusa, dizendo que o Estado não pode "favorecer" o monopólio. Redação ambígua, confusa, que mostra a intenção oculta de criar embaraço à escola pública, em favor da particular.

O projeto se caracterizou, pois, logo de início, com anti-constitucional. Porque a Constituição determina, em seu artigo

167, que: "O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos, e é livre a iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem". É evidente que a redação ambígua teve por fim fraudar o princípio constitucional. É por meio da fraude que o projeto pretende subtrair ao Estado a obrigação do ensino, e entregá-la aos comerciantes do ensino.

2º Nó (arts. 1º e 2º)

Vejamos agora o segundo nó:

O projeto diz, no seu artigo primeiro, que a educação nacional é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Mas, no artigo segundo, interpreta a seu modo essa liberdade. O parágrafo único desse artigo diz: "À família cabe escolher, com prioridade, o gênero de educação que deve dar a seus filhos".

Isso parece muito natural e muito incômodo. Mas não é. A prioridade da família, na escolha do gênero da educação, constitui um atentado à liberdade. Por quê? Porque o Estado Democrático, o país liberal, de regime político livre, só pode existir se tiver como base uma educação democrática. Educação, portanto, que deve ser igual para todos, fornecer uma formação democrática geral. Filhos de pobres e de ricos, de brancos e de pretos, de brasileiros e de estrangeiros, católicos, protestantes, espíritas, ateus e etc., devem todos receber uma educação de base que seja orientada no sentido da formação do cidadão para a vida em comum.

A educação familiar, com sistema escolhido pela família, é coisa do passado. Existiu nas civilizações antigas, em suas fases de formação. Mesmo na Grécia e em Roma, depois que a civilização desenvolveu-se, surgiram as escolas estatais. Em Grécia chegou a haver monopólio estatal do ensino, com proibição da abertura de escolas particulares, públicas para que a formação democrática não fosse prejudicada pelos privilégios de famílias e grupos

sociais. Essa educação familiar interessa, portanto, apenas aos elementos retrógrados, que desejam perpetuar privilégios, dividir o povo em grupos, dividir o país em facções. No caso do Brasil, o interesse é tipicamente religioso. O que se pretende é que o ensino tenha caráter religioso sectário.

A escola pública deve ser leiga, para estar acima dos sectarismos. Religião se ensina em casa e na igreja. Mas no Brasil já temos uma escola pública prejudicada pelo ensino religioso facultativo, que tem sido fonte de injustiças e de coação religiosas das crianças. Dispositivos anti-pedagógicos, que desfigura a escola pública e fomenta divisionismos perigosos. O projeto vai além do mal já existente, preconizando o predomínio dos divisionismos religiosos na formação do cidadão brasileiro.

Agora percebemos mais claramente porque se fala, no artigo terceiro, no fornecimento de recursos à família ou ao grupo social. O que se pretende é que o Estado dê dinheiro a certas famílias e a certos grupos, para que estas escolhem as escolas particulares para os seus filhos. Escolas religiosas, que serão pagas com o dinheiro do Governo, dinheiro que se destinava e devia destinar-se exclusivamente à escola pública. Para isso, o projeto cria um sistema de bolsas de estudo, em seu artigo 95, estabelecendo no parágrafo primeiro desse artigo que os recursos assim concedidos "poderão ser aplicados pelo candidato em estabelecimento de ensino de sua livre escolha". As bolsas para o ensino primário serão dadas sempre que houver falta de vagas nas escolas públicas. Mas, como os recursos da escola pública vão ser desviados, haverá sempre falta de vagas, e mais uma vez as escolas particulares serão beneficiadas pelo dinheiro do Governo.

Como se vê, a educação democrática está praticamente destruída. O projeto assegura o predomínio da educação familiar, sectária, oligárquica, anti-democrática. O segundo nó, portanto, é o que garante os privilégios grupais na educação brasileira,

aniquilando os ideais democráticos de nossa formação nacional e atentando contra a liberdade de consciência no país.

3º Nó (arts. 5º, 8º, 10º e 96º)

O terceiro nó do projeto é o que instituiu o comércio do ensino com dinheiro público e assegura o domínio sectário da educação. Foi tão bem articulado, que precisa ser desmanchado para que todos vejam do que se trata. Veremos como foi dado esse nó.

O projeto de 1948 criava um conselho técnico de educação nomeado pelo Governo, presidido pelo Ministro da Educação. O atual projeto cria um Conselho Federal de Educação, de trinta membros, dos quais apenas oito serão nomeados pelo Governo. Os restantes serão indicados pelos Conselhos Estaduais de Educação. Precisamos saber, então, como serão constituídos esses Conselhos Estaduais, pois deles depende a natureza do Conselho Federal.

O artigo 10º do projeto determina: "a lei estadual organizará Conselhos Estaduais de Educação, constituídos de membros de livre nomeação do Poder Público e de representantes escolhidos pelos educadores que integrem o ensino público e privado dos diferentes graus". Mas o artigo 5º assegura a "representação adequada" dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares nos Conselhos Estaduais. Assim, o artigo quinto substituiu o parágrafo terceiro do artigo décimo, que foi rejeitado pela Câmara Federal, como vimos atrás. Esse parágrafo mencionava "critério de proporcionalidade" na escolha dos membros dos Conselhos Estaduais. Mudando o dispositivo de lugar, no texto geral da lei, a Câmara trocou também o "critério de proporcionalidade" pela expressão "representação adequada". Simples passe de mágica, pois o critério ficou sendo o mesmo.

Isso tudo quer dizer, pura e simplesmente, que os Conselhos Estaduais de Educação serão constituídos de representantes das escolas públicas e particulares. Como o ensino particular do

grau secundário é bem maior que o ensino público, em todo o país, os representantes de escolas particulares serão numerosos, nesses Conselhos. Além disso, o clero disporá, e com ele os proprietários de escolas particulares, de muitos instrumentos na representação das escolas públicas, pois são numerosos os professores que lecionam numa e noutras. Pois bem, o Conselho Federal de Educação será constituído, inevitavelmente, por grande número de representantes da escola particular.

Acentua-se que cabe ao Conselho Federal deliberar sobre o ensino dos três graus, como estipula o artigo 8º do projeto, em seu, em seu parágrafo segundo. A esse Conselho cabe também decidir sobre funcionamento de escolas, registro de professores, e aplicação dos recursos federais do ensino, inclusive financiamentos, distribuição de bolsas, e assim por diante. Pela primeira vez no Brasil, os estabelecimentos de ensino particular terão em suas mãos, inteiramente livres, os recursos orçamentários destinados à educação. E poderão fechar e abrir escolas, admitir ou demitir professores, à vontade, de acordo com os seus interesses.

Os Conselhos Estaduais dirigirão o ensino nos Estados, fiscalizando os estabelecimentos de ensino. Isso quer dizer que os próprios donos de escolas particulares fiscalizarão seus estabelecimentos, para os quais já distribuíram as verbas que acharam necessárias. Tudo nas mãos dos particulares, e entre estes o clero católico, com influência majoritária. Para se ter uma ideia do que representa isso, no plano financeiro, basta lembrar que a Constituição determina que dez por cento da arrecadação de impostos da União, e 20 por cento dos Estados, bem como 20 por cento dos municípios sejam destinados à educação. Somando-se essas porcentagens, teremos uma espécie de contra-orçamento da República, manejado pelos donos de escolas particulares, de acordo com seus interesses.

A arrecadação do município de São Paulo, por exemplo, é de dez bilhões de cruzeiros, atualmente. No próximo ano, deverá

subir para 15 bilhões ou mais. Só na capital paulista, portanto, 20 por cento desses bilhões de cruzeiros cairão nas mãos do comércio de ensino, que deles tirará uma migalha para a escola pública. Lembremos agora que a escola particular, além desses recursos públicos, continuará a ter a sua renda própria, com o pagamento de anuidades dos alunos. O comércio do ensino terá todas as possibilidades de sufocar o ensino público. Como se vê, a igualdade entre a escola pública e a particular, que parece ser estabelecida pelo projeto, não existe. O que existe é o predomínio da escola particular, que absorverá as rendas públicas.

Mas não fiquemos nisso, porque ainda há mais. O artigo 96 do projeto chega ao cúmulo de determinar: "o financiamento, a estabelecimentos mantidos pelos Estados, Municípios ou Particulares, para compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos". Quer dizer: os particulares terão ainda a possibilidade de obter financiamento para completa montagem e instalação de suas escolas. O comércio do ensino financiado amplamente, e mais amplamente que se possa imaginar, pelo dinheiro público. E como quem vai decidir esses financiamentos são os próprios particulares, nos Conselhos, é fácil compreender-se que a educação brasileira será reduzida a simples comércio de ensino, em todo país.

4º Nó (arts. 27, 30, 32, 32) [imagem 29 LDB]

O quarto nó se refere ao ensino primário. Vejamos como foi dado:

O artigo 27 do projeto declara que o ensino primário é obrigatório, a partir de sete anos. O artigo 30 reforça essa obrigatoriedade, vedando o exercício de funções públicas ou paralelas aos pais ou responsáveis por crianças em idade escolar que não fizerem prova de ter cumprido a lei. Como vemos, tudo

muito bem, de acordo com os princípios da educação moderna, E o Estado deve zelar pela educação, pois sem ela não há possibilidade de ordem e progresso no país.

Mas esse é apenas um dos fios que foram traçados para formar o quarto nó.

O outro fio é este:

O parágrafo único do artigo 30 estabelece os seguintes casos que os pais e responsáveis ficam isentos do dever de mandar seus filhos à escola, ou mesmo de alfabetizá-los em casa: a) comprovado estado de pobreza; b) insuficiência de escolas; c) matrículas encerradas; d) doença ou anomalia grave da criança.

Como vemos, foi-se por água-abaixo a obrigatoriedade. Basta que o pai seja pobre, ou que não haja escolas em número suficiente na redondeza, ou ainda que a matrícula nas escolas mais próximas esteja completa, para que a criança possa crescer analfabeta, sob a proteção da lei. Dos quatro motivos de isenção, apenas o último é válido, de três anteriores são feitos sob medida para dispensar a existência da escola pública, para aliviar a consciência do Governo, no tocante ao problema fundamental da educação.

Imaginemos a situação do Brasil, com profunda pobreza da quase totalidade da sua população, com o analfabetismo de 60 por cento do país, com a deficiência de seu sistema escolar, com as escolas primárias sempre repletas, sem vagas, diante dessa lei orgânica de analfabetismo, que se pretende impor ao país. Dizem, os defensores do projeto, que essa situação já existe. O projeto, no caso, nada mais é do que uma reprodução da situação do fato de que vivemos. Os pais pobres não mandam seus filhos à escola porque são pobres, ou porque não há escolas, ou ainda porque não conseguem vagas nas escolas existentes. Entretanto, o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não é nem pode ser um relatório ou uma exposição da situação, e não a de justificá-lo. Aceitarmos esses dispositivos seria o mesmo que aceitarmos uma lei de arrecadação que justificasse os motivos de evasão de

rendas. Por que não fazem uma lei assim, referente à arrecadação de impostos?

Mas outros fios ainda aparecem nesse nó. Vejamo-los:

O artigo 32 do projeto e seus parágrafos primeiro e segundo determinam que as empresas comerciais, industriais e agrícolas, "em que trabalham mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos desses". Os pais que não residirem perto do local de trabalho deverão ser socorridos com dinheiro ou bolsa de estudo para seus filhos. O Conselho Estadual de Educação zelarà para que isso se cumpra. E o artigo 32 estende a obrigatoriedade de manter escolas para os filhos dos assalariados às propriedades agrícolas.

Aparentemente, trata-se de medida justa. Na verdade, porém, estamos diante de nova forma de transferência de dever do Estado, de cuidar da educação, para as mãos dos particulares. A própria escola primária rural, tão deficiente na atualidade, ficará a cargo dos sitiantes e fazendeiros. O Governo lava as mãos na bacia de Pilatos, para que o país possa ser crucificado no calvário do analfabetismo e do comércio do ensino. Por outro lado, é evidente a manobra em favor da escola confessional, sectária, das organizações sectárias interessadas no domínio da educação nacional.

A manobra está bem clara: empresas industriais, comerciais e agrícolas, não são instituições educacionais, logo, para cumprirem a lei, tratarão de recorrer a organizações especializadas; estas, instalarão prazerosamente as classes necessárias. O prazer será tanto maior, quanto o Estado, como já vimos, financiará as instalações que as empresas não puderem financiar, e, além disso, fornecerá dinheiro ou bolsas de estudo para os pais que morarem distante, O dinheiro, naturalmente, será para os pais colocarem seus filhos em escolas particulares, pois as escolas públicas, não precisariam ser pagas. As bolsas de estudos, que deviam ser nas escolas públicas, não poderão ser concedidas. E tudo estará nas mãos dos Conselhos Estaduais de

Educação, organismos denominados e controlados, como também já vimos, pelos interessados no comércio de ensino e na educação sectária. Nunca se praticou tamanho atentado ao desenvolvimento da educação no Brasil, e de maneira tão subreptícia, disfarçada em medida a favor da alfabetização. Se não clamarmos contra isto, até as pedras nos acusarão amanhã, de cumplicidade no suicídio educacional do país.

5º Nó (arts. 116 e 117)

Passemos ao quinto nó, que se refere à situação dos professores. Esta situação não interessa apenas aos mestres, mas a todo o povo e ao próprio sistema da educação nacional, pois se não dispusermos de professores aptos e seguros de seus direitos, não disporemos de educação suficiente.

Vejamos o fio deste nó:

O artigo 116 do projeto declara que: "enquanto não houver número suficiente de professores primários, formados pelas escolas normais ou pelos institutos de educação, e sempre que se registre esta falta, a habilitação ao exercício do magistério se fará por meio de exame de suficiência, realizado em escola normal ou instituto de educação particular ou oficial, para tanto credenciado pelo Conselho Estadual de Educação".

Se não há professores, habilita-se alguém para a função. Sistema usado largamente, mas que tende a desaparecer, e precisa desaparecer com urgência, tanto mais que já está servindo para abusos em toda parte. Muitos professores formados estão sem escolas, enquanto os "habilitados" ocupam indevidamente suas cadeiras. Mas nunca se chegou ao ponto de permitir a habilitação em escolas particulares. Isto constitui, porém, mais um passo na luta para a extinção da escola pública. Primeiro, porque valoriza a particular, dando-lhe foros de coisa oficial. Depois, porque, se a escola particular pode fazer tudo o que faz a pública, a existência desta é dispensável.

Mas o pior neste artigo é o que ele representa como processo de aniquilamento do próprio ensino primário no país. Os Conselhos Estaduais de Educação, dominados pelos particulares, são dotados de poder de autorizar escolas particulares a habilitarem professores não-formados, para servirem em escolas particulares. Tudo em família, como se costuma dizer. Os donos do ensino resolverão tudo, e o Ministério da Educação, impotente, conservando apenas o rótulo, endossará passivamente a desintegração interesseira do ensino precário.

Estabeleçamos uma relação entre este dispositivo e os anteriores, que transferem a obrigação do ensino para as empresas comerciais, industriais e agrícolas. Não é difícil perceber-se o objetivo prático da medida. Os professores formados querem ganhar bem. Querem, por outro lado, manter a sua independência. Ora, para as empresas particulares o que interessa é pagar o menos possível. E para as organizações confessionais, o que interessa não são os professores independentes, mas obedientes. Os Conselhos de Educação terão as mãos livres para baratear a "mão de obra" do ensino e para substituir os professores rebeldes nas escolas confessionais, onde os dogmas religiosos interessam muito mais que os princípios científicos.

O mesmo acontecerá no ensino médio e no superior. Sim, porque o artigo 117 permite a habilitação de professores não-formados "por meio de exame de suficiência realizado em Faculdade de Filosofia particulares ou oficiais, ou perante bancas examinadoras para tanto credenciadas pelo Conselho Federal de Educação". No ginásio, colégios, escolas normais, institutos de educação, os professores formados poderão ser substituídos facilmente pelos "habilitados". E como o ensino superior depende da qualidade do ensino secundário, não há dificuldade em compreender-se até onde chegará a desintegração de nosso sistema educacional. Como, ainda, as Faculdades de Filosofia particulares, todas ou quase todas confessionais, gozarão de

direitos de "habilitar", teremos no ensino a mesma floração do "peleguismo" hoje dominante nos meios sindicais.

Trata-se, pois, de um verdadeiro nó, amarrando o ensino e a educação aos interesses dos particulares e das organizações confessionais. Não é à toa que o projeto não cuida dos interesses dos professores. O que lhe importa são os interesses dos donos de ensino. É fácil compreender-se que os professores primários e secundários não disporão de nenhum meio, de nenhuma arma, para defenderem os seus títulos e os seus salários. De pés e mãos amarrados por esse nó do projeto de Diretrizes e Bases, tesão de submeter-se passivamente ao domínio dos patrões.

6º Nó (Missão)

Este é o que podemos chamar um nó abstrato ou metafísico. Os fios que nele se trançam não são visíveis nem palpáveis. São os fios da omissão. Fios invisíveis, mas terríveis e poderosos como os chamados "raios da morte", reduzirão os professores, inclusive os catedráticos universitários, à condição de autômato. O projeto guarda um silêncio tumular sobre a liberdade de cátedra.

É esse, aliás, uma das poucas demonstrações de coerência do legislador. Por que liberdade de cátedra, num sistema de ensino submetido aos interesses particulares e confessionais, sobretudo confessionais? Como ensinar livremente dentro de uma estrutura escolar sujeita a diretrizes sectárias? O professor deve ser um instrumento dócil. Deve dizer o que estiver de acordo com as "verdades feitas", para não inquietar os alunos. Nada de inquietações, pois o que o projeto pretende é a acomodação.

Neste ponto, os defensores do projeto usam sofismas curiosos, apontando, por exemplo, a educação inglês e norte-americana, onde as grandes instituições educacionais são mantidas e dirigidas por particulares ou instituições confessionais. Mas não dizem que o nível de cultura desses países

já não permitem nem mesmo ao sectarismo mais acirrado, fechar a mente dos alunos em alguns dogmas e princípios retrógrados. Não dizem que nesses países a liberdade de cátedra é um princípio inviolável, pois a escola que pretendesse fechar a base dos professores acabaria fechando suas próprias portas, por falta de alunos. No Brasil, pelo contrário, o nível baixo de cultura geral e o predomínio da mentalidade confessional, alimentada longamente, num processo rudimentar de catequese, favorecem a implantação do sistema de rolha no ensino. Basta ver o que já acontece entre nós, como se deu no caso das professoras escorraçadas de Itapira ou na punição de alunos de escolas oficiais de Aparecida do Norte, pelo fato de não comparecerem à Páscoa de Estudantes.

A omissão da liberdade de cátedra é mais uma medida que corresponde ao plano de aniquilamento da escola pública. O projeto confirma, nesse ponto, o seu sentido retrógrado, a sua natureza sectária. Este nó invisível revela a intenção oculta de propositura. Num ginásio oficial da cidade de Tietê, e vigário invadiu a classe em que uma professora ensinava a formação do mundo, de acordo com os princípios científicos, e refutou a professora, declarando aos alunos que ela era mentirosa e não deveria ser aceito o que ela ensinava. Precisaríamos de mais exemplos, para compreender o que representa o nó desta omissão sobre a liberdade de cátedra? (Episódio relatado pela profa. Luiza Pessanha Camargo Bruno, na I Convenção Espírita de Defesa da Escola Pública.)

7º Nó (arts. 93, 94, 95, 112)

Este último nó é o que se refere aos recursos do Estado destinado à Educação. Foi dado com a mesma habilidade dos anteriores. Mas podemos desatá-lo, e é o que vamos fazer:

O artigo 93 do projeto repete o dispositivo constitucional que determina a aplicação de pelo menos 10 por cento da receita

de impostos da União, 20 por cento de cada Estado e 20 por cento de cada município, no custeio e desenvolvimento do ensino. O parágrafo primeiro desse artigo cria três fundos especiais, com aplicação de novo décimo dos recursos da União destinado ao ensino. São o Fundo Nacional do Ensino Primário, o Fundo Nacional do Ensino Médio e o Fundo Nacional do Ensino Superior. Para Cada um deles, o Conselho Federal de Educação elaborará um plano de aplicação dos recursos.

O artigo 94 declara que esses recursos: "serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino, aludindo também a planos que serão elaborados pelos Conselhos Estaduais de Educação. E acrescenta que tudo isso será feito de maneira a se assegurar: "o acesso à escola do maior número possível de educandos", a melhoria do ensino e outros benefícios.

Esses dois artigos, como se vêem constituem aquilo que podemos chamar os fios brancos do nó que vamos desatar. Fios brancos porque favorável, prometendo aplicação do dinheiro público, senão totalmente, pelo menos preferencialmente, no ensino público. Mas o nó vai ser dado com a ajuda de outro fio, os fios negros, negativos, destruidores de todas as boas promessas que podemos vislumbrar nos fios brancos. Já vimos essa duplicidade em todos os nós que desatamos anteriormente. Vejamos então como aparecem os fios negros deste nó:

O parágrafo primeiro do artigo 94 especifica as despesas com o ensino, começando assim: "a) as de manutenção e expansão do ensino; b) as de concessão de bolsas de estudos". O artigo 95 esclarece o problema das bolsas, em seu corpo e nos seus parágrafos. Particularmente esclarecedor é o parágrafo terceiro, deste artigo, que incumbe os Conselhos Estaduais de fixarem: "o número e os valores das bolsas, de acordo com o custo médio do ensino nos municípios e com o grau de escassez do ensino oficial em relação à população em idade escolar", e declara que as bolsas serão anualmente renováveis.

O parágrafo quarto do artigo declara: "As bolsas aos alunos dos cursos primários serão concedidas sem caráter competitivo, quando, por falta de vagas, não puderem ser matriculados nos estabelecimentos oficiais".

O que esses parágrafos dizem é simplesmente isto: os recursos do ensino, que deviam ser preferencialmente aplicados na escola pública, serão desviados para a escola particular através de um sistema inviável e monstruoso de concessão de bolsas individuais de estudo. Inviável por quê? Porque, se o país não dispõe de recursos para ampliar a sua rede de ensino público de acordo com as necessidades da população, como irá dispor de recursos para tornar a educação acessível a todos, através de bolsas individuais, para pagamento do ensino a escolas particulares? E monstruoso por quê? Porque é simplesmente uma monstruosidade a dispersão dos recursos do ensino, num país como o nosso, nesse sistema paliativo da concessão de bolsas, que impedirá o Estado de instalar escolas onde não as tem.

Imaginemos o quadro, para que as coisas se esclareçam. No município X existem um grupo escolar e duas escolas isoladas, com um total de cerca de 500 vagas. Mas a população em idade escolar é de 800 crianças. O chamado "grau de escassez do ensino oficial" é portanto bem elevado. O Conselho Estadual do Ensino verificará, então, "o custo médio do ensino no município", e fixará 300 bolsas para os 300 alunos sem escolas poderem aprender em estabelecimentos particulares. Claro que, se não houver estabelecimentos com capacidade para tanto, logo haverão de surgir. O comércio de ensino é próspero, como todos sabem, e um financiamento em massa, como esse, não será de se desprezar. De acordo com o projeto, o problema estará resolvido.

Vemos assim que o dinheiro público será aplicado no ensino particular como sendo no ensino público. Sim, porque a bolsa de estudo é uma forma pela qual o Estado aplica os seus recursos, embora na escola particular, em favor do "ensino público". Puro sofisma, não há dúvida, mas já aprovado no texto de um projeto

de lei. Entretanto, ao fazer isso, o Estado se priva do direito e do dever que lhe cabem, de instalar escolas públicas que pensam atender aos alunos sem vaga. E ao se privar disso, alimenta o ensino particular, fazendo-o crescer em detrimento do ensino público.

Mas há mais a considerar, pois quem não vê que o Estado jamais disporá de recursos para transformar em bolsistas toda a população em idade escolar sem vagas nas escolas oficiais? Aliás, se o Estado dispusesse de recursos para isso, porque não instalaria as escolas necessárias? O argumento dos defensores do projeto é o de que a instalação ficaria mais cara do fornecer bolsas. Mas já vimos que o mesmo projeto autoriza o Estado a financiar construção, aquisição, instalação e equipamento de escolas particulares. Não é, pois, da manutenção e desenvolvimento do ensino público que o projeto deseja tratar, mas da transferência dos recursos da escola pública para a escola particular. Pura e simplesmente isso.

Lembremos ainda que a distribuição dessas bolsas de estudos, nos três graus do ensino, passaria a ser, como já o é a distribuição atual das bolsas, poderosa arma política, acentuando o regime de privilégios na educação brasileira. Como as bolsas não dão para todos, seriam distribuídas a alguns. E isso é o que se chama transformar os recursos de ensino em fundo de demagogia política, desvirtuando por completo sua finalidade. Como as bolsas devem corresponder não a um ano, mas a todo curso, uma vez efetuada a primeira distribuição o Estado estaria comprometido por todo um quadriênio pelo menos. O sistema de bolsas, como vemos, seria um golpe de sorte no ensino público.

Existe ainda um dispositivo enigmático no projeto, que vem sendo considerado "golpistas", pelos que o têm estudado com isenção de ensino. É o artigo 112, que dispõe o seguinte: "Nas escolas públicas gratuitas de grau médio ou superior, para cada estudante devidamente matriculado tocará uma bolsa de estudos no

valor correspondente ao curso efetivo do ensino, de acordo com a estimativa do orçamento em vigor no estabelecimento”.

O que quer dizer isto? Se o aluno já está matriculado em escola pública gratuita, que necessidade terá de bolsa estudo no valor do ensino que gratuitamente lhe é dado? Chegaram os estudiosos à conclusão de que esse artigo objetivo facilitar ao aluno de escola pública transferir-se para a escola particular que desejar, com as despesas pagas pelo Estado. De fato, o parágrafo primeiro do artigo 95 do projeto declara que os recursos referentes às bolsas de estudos “poderão ser aplicadas pelo candidato ou estabelecimento de ensino de sua livre escolha”.

Confrontados esses dispositivos, parece que o legislador quis garantir a cada aluno, matriculado em escola pública, a continuidade dos seus estudos, em caso de falta de vaga ou mudança de domicílio para lugar desprovido de escola pública do mesmo nível. Isso é uma suposição favorável. Mas também pode dar-se o contrário, ou seja, que o dispositivo seja aplicado pura e simplesmente no desvio, sob qualquer pretexto, dos recursos públicos para a escola particular. Se o aluno dispõe da bolsa e pode aplicá-la como bem entender, ninguém poderá impedi-lo de matricular-se hoje numa escola pública e amanhã transferir-se para a particular, levando consigo a bolsa de estudos que o Governo lhe concede, não se sabe por que motivo.

OUTROS ASPECTOS

O projeto está cheio de outros artigos negativos, que revelam outros aspectos tremendamente prejudiciais. No plano teórico, é uma propositura híbrida, misturando princípios do ensino público e do ensino privado. No plano técnico, há dispositivos simplesmente calamitosos, estabelecendo a anarquia em nosso sistema de ensino. No plano legislativo, é anti-constitucional e anti-democrático. Este trabalho, quisemos

apenas mostrar os pontos essenciais ou nodais, que nos parecem suficientes para provar o perigo da transformação dessa propositura em lei.

Parece-nos que evidenciada a duplicidade dos pontos essenciais do projeto, em que um dispositivo bom é seguido de um mal que o destrói, as confusões feitas pelos seus defensores já não terão mais efeito. Quem acompanhar a análise que fizemos estará suficientemente esclarecido, para não se deixar iludir com argumentos brilhantes. Um edifício pode nos enganar, com sua bela fachada, mas não nos enganará se conhecermos as falhas da sua estrutura interna. O que fizemos aqui foi apenas isso: mostrar as falhas internas da estrutura desse projeto monstruoso, que deve ser rejeitado pelo Senado.

Lembremo-nos, porém, de que essa rejeição tem de ser conseguida pelo povo. Por todos nós, homens do povo, pais e mães de família, jovens que sonham com o futuro da pátria. Se não agirmos com energia e decisão, o projeto será transformado em lei. Precisamos, por isso mesmo, de manifestar nosso repúdio a essa propositura, telegrafando ao Presidente do Senado e ao Líder da Maioria do Senado, ou enviando-lhes cartas, ofícios, memoriais, listas de protestos, pedindo a rejeição do projeto-monstro.

De outro lado, todos os esforços estão sendo feitos para que o projeto se transforme em lei. Já sabemos quantas vantagens ele vai proporcionar a muita gente. Toda essa gente está empenhada numa campanha gigantesca, enviando telegramas, listas, manifestos ao Senado, a favor do projeto. É preciso compreendermos bem isso. Nosso dever, portanto, não é apenas assinar a lista de protestos que é apresentada, mas fazer outras listas, levar nosso parentes e amigos a telegrafar ao Senado, promover o maior número possível de protestos. Façamos isso com amor, com interesse pelo futuro de nosso país e de nossa gente. Lutemos sem cessar, e venceremos.

ANEXO C
Análise das teses sobre a filosofia espírita

CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SÃO PAULO

RUA DE SÃO BENTO N. 21 - SOBRELOJA

SÃO PAULO

PARECER SOBRE AS TESES DE NATUREZA FILOSÓFICA
APRESENTADAS À 1ª CONFRATERNIZAÇÃO DE MOCIDADES
E JUVENTUDES ESPÍRITAS DO BRASIL - MARÍLIA

I Tese: "Pluralidade dos mundos habitados" - Aglaé.

Não se trata propriamente de tese filosófica, mas antes de história astronômica, terminando por uma informação sobre o problema da pluralidade dos mundos habitados na Doutrina Espírita. Não atende às exigências de uma tese. É a simples exposição de um assunto corriqueiro no meio espírita. Pode ser recebido apenas como uma contribuição de boa-vontade, que por sua vez deve ser estimulada, mas sem a classificação de tese filosófica.

II Tese: "Estudo comparativo das filosofias com a filosofia espírita" - Dassil.

Não se trata propriamente de um estudo comparativo, na extensão proposta pelo título, e que exigiria todo um volume. O autor estabelece a condição do "individual e inconstante" para os sistemas filosóficos, e atribui à Filosofia Espírita a condição de "lei constante e universal". O trabalho assemelha-se mais a uma tese, do que a anterior, e revela capacidade filosófica no autor, mas peca pela falta de conhecimento da problemática filosófica. O próprio Kardec afirmou que o Espiritismo não se apresenta como verdade absoluta, mas como um processo de descoberta da verdade; e que a Filosofia Espírita é livre dos prejuízos do espírito de sistema. (Veja-se os

prolegômenos de "O Livro dos Espíritos"). O que há de inconstante nas filosofias (nunca da maneira exposta pelo autor), é justamente o que a valoriza: a busca da verdade. As filosofias do passado pecavam por se apresentarem preciosamente como "leis", por serem dogmáticas. Hoje, o valor de uma filosofia é aferido pela sua problemática, e não pela sua dogmática. A Filosofia Espírita antecipou essa situação, quando não se apresentou como "lei", mas como um processo de busca, livre e capaz de evoluir. Como se vê, o problema foi mal colocado, mas a tese merece ser considerada como uma tentativa de exame do assunto, em geral, pouco tratado nesse meio. Considerada, apenas nesse sentido, também como contribuição, mas jamais aprovada.

III Tese: "Ação e Reação" - (Sem pseudônimo, nº 30).

O problema é realmente filosófico, e assim foi colocado, mas o desenvolvimento do trabalho está longe de corresponder às exigências de uma tese. A citação de Rhoden (o ex-padre Huberto Rhoden) não foi das mais felizes, a menos que o trecho citado, no contexto de que foi extraído, se justifique por algumas relações lógicas. Essa citação nos leva a um conceito quantitativo da lei de causa e efeito, no plano moral, e que nos parece absurdo. Aliás, mesmo no plano físico, e particularmente diante do avanço atual da Física, o princípio newtoniano perdeu a sua rigidez. (Basta ver-se o conceito relativista e o conceito quântico da ação). Quando o autor se restringe ao exame doutrinário do problema, sua colocação é mais feliz, principalmente ao acentuar "o papel do sofrimento" na evolução, oposto à ideia de castigo, que o próprio Kardec só admitiu como forma analógica de exposição do assunto. Esta é a tese mais aceitável das três examinadas, é quena que também não corresponde às exigências de uma verdadeira exposição teórica. Achamos que pode ser aprovada em suas conclusões, ressalvando-se sempre a natureza parcial da aprovação, a fim de que se estabeleça o sistema de apreciação exata das teses filosóficas em nossos

estudos, sem o que ficaremos numa posição insustentável e indefensável, diante dos estudiosos de filosofia.

São Paulo, 5 de abril de 1965.

Prof. J. Herculano Pires

ANEXO D

Campanha em Defesa da Educação Brasileira

Manifesto pela escola pública e laica

[Manuscrito]

A Campanha de Defesa da Educação Brasileira, promovida pela Associação Espírita de Defesa da Escola Pública, encerra nesta data a sua primeira fase, preparando-se para o início da seguinte. Provocada pela ameaça de votação de substitutivo apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Campanha prosseguirá, após a sanção da respectiva lei, uma vez que a ameaça se consumou, não obstante o clamor público, levantada contra ela. A Educação Pública já não está apenas ameaçada, mas duramente golpeada, e mais do que nunca é necessário lutar em sua defesa.

Apesar do golpe consumado, a Campanha não se considerava derrotada. A aparente vitória das forças obscurantistas numa hora hora de crise política nacional, não significa sem triunfo, mas tão somente um golpe de interesses, favorecido pelas circunstâncias. Ao contrário disso, os resultados da primeira fase da Campanha mostram-se positivos, concretos e de caráter duradouro, representando evidente vitória dos seus promotores. Numa rápida análise, podemos indicar os seguintes resultados da Campanha, nessa primeira fase:

- 1) Criação, a 14 de julho de 1960, em São Paulo, numa convenção estadual, de que participaram todas as organizações diretoras de movimento espírita estadual, da Associação Espírita de Defesa da Escola Pública;
- 2) Promoção, pela primeira vez, de intenso debate no meio espírita brasileiro, sobre os problemas educacionais, através de palestras, conferências, mesas redondas, artigos de jornais, revistas e programas radiofônicos espíritas e leigos, e realizações de duas convenções estaduais defesa da escola pública, com intensa distribuição de folhetos de esclarecimento popular em todo o país;
- 3) Despertar de uma consciência pedagógica no meio espírita, e efetiva contribuição para o mesmo na população em geral, com plena compreensão de amplo significado popular da escola pública, em oposição ao sentido privativista [sic], sectário e de classe da escola particular, e conseqüente compreensão da necessidade de preservarmos o patrimônio educacional da tradição republicana brasileira.
- 4) Ampla divulgação da posição espírita em face do problema educacional, mostrando sua plena coincidência com os princípios da pedagogia moderna, e portanto [...] correntes

- esclarecidas e autorizadas que defendem a escola pública, integradas pelas mais altas expressões de pensamento pedagógico brasileiro;
- 5) Despertar da auto-confiança do movimento espírita, que demonstrou a si próprio a sua capacidade de reagir, em âmbito nacional, contra as ameaças das forças retrógradas, opondo a sua vontade esclarecida às manobras obscurantistas, que forçam o país a um retrocesso histórico de imprevisíveis consequências;
 - 6) Demonstração, para o próprio movimento espírita e para o público em geral, da validade do sistema social espírita, que em vez de se apoiar numa estrutura de rígida hierarquia autoritária, se resolve no plano da liberdade e da responsabilidade individuais, de maneira que um pequeno grupo de confrades foi capaz, - diante da justeza da causa, - de levantar em seu favor as organizações doutrinária de todo o país e orientá-las numa campanha sem precedentes;
 - 7) Consolidação da Associação Espírita de Defesa da Escola Pública, como organismo especializado, e sua adaptação inclusiva com mudança de nome, para uma ação permanente no campo educacional, através do desenvolvimento de estudos pedagógicos e à luz do Espiritismo, na constante vigilância da defesa e aprimoramento do patrimônio educacional brasileiro.

Posição Atual dos Espíritas

Analisadas as consequências da primeira fase da Campanha, esclareçamos a posição atual dos espíritas, na fase nova que se inicia, de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo concluiu a Associação Espírita de Defesa da Escola Pública, em seu exame do problema, a posição atual tem de ser de oposição à deformação que se pretende realizar no sistema educacional do país. Os espíritas não podem concordar com essa deformação, e devem lutar, com todas as suas forças, pela reforma da legislação de emergência, forçando o retorno do país à tradição educacional republicana, única diretriz capaz de responder às legítimas aspirações e necessidades de um povo livre.

A posição atual dos espíritas é, portanto, de repulsa ao golpe desferido na educação na educação popular, em benefício de interesses particulares e confessionais. A Associação considera esse golpe como uma tentativa de retrocesso histórico aos padrões educacionais do medievalismo, com predominância dos interesses do clero católico na orientação da educação nacional, e com inteiro desprezo pelas conquistas da pedagogia moderna e dos interesses reais do povo e da pátria. A lei sancionada restabelece-se pelo domínio educacional das ordens

religiosas do Catolicismo Romano, tripudiando assim sobre as conquistas da legislação republicana, e até mesmo sobre os progressos que a educação brasileira já vinha realizando nas últimas fases do período monárquico. Voltamos, praticamente, ao período da educação colonial.

Diante dessa situação crítica, em que os interesses particulares e confessionais colocaram a educação brasileira, os espíritas não podem cruzar os braços. Herdeiros da mais bela tradição pedagógica que se iniciou com a revolução ideológica de Rousseau e se desenvolveu com o movimento das Escolas Novas, os espíritas devem estrita fidelidade aos seus princípios doutrinários e aos ideais educacionais do codificador do Espiritismo, Allan Kardec, o mesmo prof. Denizard Rivail, que foi discípulo de Pestalozzi e defensor da escola pública na França, para cujo aprimoramento contribuiu com notáveis estudos.

Nova Fase da Campanha

Para o cumprimento desse tríplice dever - de consciência, de doutrina e de civismo, - na luta pela preservação do futuro nacional, a Campanha da Defesa da Educação Brasileira inicia, com este manifesto, a sua segunda fase, conclamando os espíritas em geral, as instituições federativas e de unificação, os grupos e centros doutrinários, os organismos educacionais espíritas, para o desenvolvimento de ampla ação conjunta, no sentido do seguinte esquema:

- 1) Apoio ativo, - moral, espiritual e material, particularmente financeiro, - às escolas espíritas e à criação de novas escolas, como meio de defesa das novas gerações contra a deformação sectária do ensino;
- 2) Estruturação da Associação na forma de um instituto espírita de estudos pedagógicos, com a criação de núcleos estaduais, regionais e locais, por todo o país, incumbidos de realizar estudos e pesquisas, bem como examinar objetivamente as consequências da aplicação da lei de Diretrizes e Bases, mantendo atitude de permanente vigilância na defesa dos direitos constitucionais dos cidadãos, no plano educacional e do emprego dos dinheiros públicos destinados à educação;
- 3) Formação de um fundo especial de publicações pedagógicas, dirigido pelo referido instituto para o mais amplo e permanente reforço de esclarecimento da opinião pública e de criação de uma consciência pedagógica nacional;
- 4) Intercâmbio permanente com as instituições nacionais e estrangeiras de estudos pedagógicos, e pleno apoio a movimentos de defesa da escola pública, oriundos da campanha contra o substitutivo do projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

- 5) Luta incessante pelo restabelecimento da lei de Diretrizes e Bases, nos termos do projeto de 1948, anterior ao substitutivo deformante, com os acréscimos e as deformações resultantes dos estudos posteriores, realizados pelos professores da Universidade de São Paulo, bem como, dos resultados de estudos e pesquisas a serem realizados daqui por diante;
- 6) Luta incessante contra o ensino religioso nas escolas, por constituir instrumento de coação das maiorias religiosas contra as minorias, e elemento de condicionamento das consciências, conseqüentemente de deformação do ensino e da educação;
- 7) Luta incessante contra as discriminações raciais, de cor, ideológicas e religiosas, nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares com denúncia e ação judicial nos casos concretos.

Entendemos ser essa a única maneira de comprirmos, com energia, mas sem ódio nem violência, dentro das garantias legais e dos princípios de fraternidade humana, os deveres que pesam, neste momento, de maneira indisfarçável , sobre os ombros da coletividade espírita brasileira.

Seja o nosso lema, nesta segunda fase, da Campanha da Defesa da Educação Brasileira:
Pela educação pública e laica: o dinheiro público para a escola pública.

ANEXO E

Declaração Espírita de Princípios Educacionais

A I Convenção Espírita de Defesa da Escola Pública, reunida em São Paulo, de 11 a 16 de julho de 1960, apoiada e integrada pelos órgãos de máxima representação do movimento espírita estadual, depois de examinar atentamente, com a colaboração de eminentes educadores de orientações ideológicas diversas, a situação atual do ensino e da política educacional no Brasil, resolve:

a) - Declarar lesivo aos interesses nacionais, altamente atentatório às conquistas democráticas da educação brasileiras e ao seu desenvolvimento, e anti-constitucional, o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado pela Câmara Federal e em tramitação no Senado da República.

b) - Manifestar sua esperança de que o Senado rejeite essa nefasta propositura, propiciando a necessária oportunidade à Câmara Federal para reexaminar sua posição, atualmente comprometedoras, em face de problema básico da educação.

c) - Apelar aos Partidos, às Instituições representativas de nossas forças econômicas, sociais e culturais, seriamente ameaçadas pelas inevitáveis e imprevisíveis consequências do referido projeto, e a sua excelência o sr. Presidente da República, para tomarem medidas urgentes de preservação do nosso patrimônio educacional.

d) - Apelar às Bancadas Paulistas na Câmara e no Senado Federal para que tomem posição enérgica na defesa da escola pública, do ensino livre e obrigatório em todo o país, como único meio possível de libertarmos o povo do analfabetismo, da ignorância e da miséria.

e) - Formular a seguinte declaração espírita de princípios educacionais, que define a posição dos espíritas paulistas, em consonância com os de todo o país, segundo a orientação doutrinária e as manifestações individuais e de instituições já efetuadas por todo o território nacional, em face do problema da educação:

1º) No plano geral:

I - Ensino livre, gratuito, e educação leiga, para toda a população através de escola pública, mantida pelo Estado, segundo a política educacional e a filosofia democrática da educação consagradas pela Constituição Federal.

II - Liberdade para a iniciativa particular no ensino supletivo, em todos os graus, desde que respeitados os princípios democráticos e o caráter leigo do ensino público, indispensáveis à formação da unidade espiritual da nação, em bases humanistas.

III - Exclusão urgente do ensino religioso facultativo nas escolas públicas e particulares, por constituir fonte de discriminações e injustiças, prejudicando os superiores objetivos pedagógicos.

IV - Formação moral no ensino leigo, como supletivo da familiar [sic], através de normas éticas de ordem geral e de educação cívica elevada, com vistas à formação humanista.

V - Ensino da religião como matéria filosófica, nos cursos médio e superior, sem qualquer tendência sectária ou particularista,

VI - Instituição de penalidades legais para a prática de qualquer forma de discriminação nas escolas públicas e particulares, inclusive as decorrentes da posição civil dos pais.

VII - Combate à evasão escolar no curso primário, assegurando-se a sua extensão a toda população em idade escolar.

VIII - Instituição de medidas efetivas de aproveitamento vocacional, a partir do curso primário, superando-se, com os recursos do Estado, os prejuízos decorrentes dos desníveis econômico-sociais, no aproveitamento de aptidões especiais.

IX - Incentivo do ensino técnico, agrícola, e da pesquisa científica, através de planejamento adequado e da instalação de escolas primárias, médias e superiores especializadas, em todo o país.

X - Aplicação rigorosa dos dinheiros públicos na manutenção, desenvolvimento e aprimoramento do ensino público, sem qualquer desvio de recursos para a escola particular ou outras finalidades.

2º) No plano doutrinário:

XI - Ensino da Doutrina Espírita no lar e nas instituições doutrinárias, através de cursos especiais, como se faz atualmente.

XII - Instituição de cursos de extensão cultural para jovens e adultos, relacionados com a Doutrina Espírita, a exemplo dos que são ministrados pelo Instituto de Cultura Espírita do Brasil, visando a boa formação cultural do meio espírita.

XIII - Manutenção das escolas espíritas existentes e criação de outras, no maior número possível, como meio de propiciar aos pais espíritas a oportunidade de subtraírem seus filhos às influências e à coação religiosa imperante na maioria das escolas particulares, e até mesmo na escola pública atual, minada pela excrescência legal do ensino religioso facultativo.

XIV - Apoio e incentivo às instituições de pesquisa científica da fenomenologia espírita, objetivando o desenvolvimento constante das bases científicas da doutrina.

XV - Esclarecimento constante da opinião pública sobre o sentido e a finalidade humanista do Espiritismo, como um momento histórico de transição dos problemas sobrenaturais para o plano do natural, enquadrados na sistemática racional das leis que regem o universo,

ANEXO F

FRENTE NACIONALISTA DE SÃO PAULO

COMITÊ NACIONALISTA LOTT - JANGO

PATEO DO COLÉGIO Nº 1 (ESQ. PRAÇA DA SÉ) - CAIXA POSTAL 609 - TELEFONE 33-3896

SÃO PAULO, 11 DE JULHO DE 1960.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

A FRENTE NACIONALISTA DE SÃO PAULO, NA OPORTUNIDADE DA 1ª CONVENÇÃO ESPÍRITA DE DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, TRÁS, AOS CONVENCIONAIS ESPÍRITAS REUNIDOS NESTE MEMORÁVEL CONCLAVE, O CALOR DE SUA FRATERNA SOLIDARIEDADE.

SAUDAÇÕES NACIONALISTAS

ROGÊ FERREIRA

SECRETÁRIO GERAL

ANEXO G

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PRAÇA CARLOS GOMES, 109 - FONES 36-825 / 33-9784

SÃO PAULO

S. PAULO, 14 DE JULHO DE 1960

Ao

Clube dos Jornalistas Espíritas do Estado de S. Paulo
Capital

O Partido Socialista brasileiro vem congratular-se com o Clube dos Jornalistas Espíritas pela realização da I Convenção Espírita de Defesa da Escola Pública em S. Paulo.

Outrossim, trazemos a VV. SS. o nosso irrestrito apoio a tão nobre campanha. A soma dos nossos esforços fará com que os grupos interessados na comercialização do ensino recuem de seus abjetos propósitos.

Na certeza de que a presente campanha em prol da Escola Pública será vitoriosa, aproveitamos para augurar-lhes pleno êxito e enviar-lhes nossas

Saudações Socialistas

Raul Rodrigues - Presidente do
Diretório Municipal

Manoel R. Carvalheiro - Secretário
Geral do D.M.

ANEXO H

Panfleto 1- Clube dos Jornalistas Espíritas: Campanha em Defesa da Educação Brasileira -
Mocidade Espírita “Leopoldo Machado”

Mocidade Espírita “Leopoldo Machado”

Correspondência - Rua Conde D’Eu, 90

Sorocaba - Est. de São Paulo

HISTÓRIA EM 4 QUADROS

I - ANTIGUIDADE - Educação religiosa: seu fim era ensinar o culto dos deuses e a ciência sagrada, submetendo o povo aos reis e aos príncipes. Os mestres eram sacerdotes, donos do saber, e predominavam pelo fanatismo.

II - IDADE MÉDIA - Educação católica: seu fim era propagar, manter e defender a fé, submetendo o povo, os reis e os príncipes ao clero. Os mestres eram sacerdotes donos do saber, e dominavam pelo fanatismo. Os que quisessem ensinar verdades contrárias aos dogmas, seriam queimados como hereges. O homem não valia nada, diante dos princípios teológicos.

III - IDADE MODERNA - Com o Renascimento, a Educação começou a se libertar da Religião. As grandes cidades se transformaram em centros de cultura, contrários ao fanatismo dogmático. Os dogmas de fé foram submetidos à análise e à crítica. Novos mestres surgiram libertos da Igreja, dos reis e dos príncipes, para ensinarem princípios humanos. O humanismo substituiu o fanatismo teológico. O fim da educação era ensinar o homem a ser Homem, e a não ser sectário.

IV - IDADE ATUAL - Educação livre, democrática, humana, dada por professores que não pertencem à Igreja, mas ao Estado. Seu fim é fazer de cada criança e de cada jovem um verdadeiro Homem, liberto dos resquícios do fanatismo. Por isso mesmo, o fanatismo reage, apoiado por comerciantes do ensino e demagogos políticos, contra a escola livre, que é a Escola Pública. Dever de todos os cidadãos conscientes é defender a educação livre, conquista da civilização, defendendo a ESCOLA PÚBLICA.

ANEXO I

Panfleto 2- Clube dos Jornalistas Espíritas: Campanha em Defesa da Educação Brasileira -
Mocidade Espírita “Leopoldo Machado”

VOCÊ já pensou nas escolas do Governo fechadas por falta de verbas? Nos Grupos Escolares vazios, caindo aos pedaços enquanto as crianças vadias aumentam no seu bairro? Em milhares de professores sem classes, num país cada vez mais analfabeto?

Você já imaginou este quadro? Veja só: enquanto faltam recursos para manutenção nas escolas do Governo, que são gratuitas, abertas a todos, as escolas particulares, que são pagas e bem pagas, a absorver as verbas do ensino, e seus donos a passear de “rabo-de-peixe” no nariz dos pobres sem escolas?

Você já pensou na beleza desse quadro? Imagine só: as crianças pobres sendo dispensadas de ir à escola e aprender a ler, - porque a própria lei as dispensa, por serem pobres! - e as ricas e remediadas sendo pagas por seus pais e pelo Governo, duplamente pagas, para frequentarem escolas granfinas e cada vez mais ricas?

Você já pensou no futuro de um país em que a educação sustenta e aumenta os privilégios de classe, mantendo os pobres na ignorância e na pobreza? Já pensou num ensino dirigido por interesses desta ou daquela religião, - em prejuízo das outras e da liberdade de pensamento?

Pois tudo isso é o que pretende o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado pela Câmara Federal e agora em andamento no Senado. Se você não concorda com esse suicídio educacional da Nação, e quer defender a gloriosa tradição liberal da educação brasileira, então proteste junto ao Senado, por meio de cartas, ofícios, telegramas e promova reuniões de protestos em seu bairro, em sua rua, em seu clube, contra a ameaça de uma hora para outra! Só assim poderemos vencer, para depois, sobre o futuro livre do Brasil, erguermos os dedos como Churchill, formando o signo da vitória.

VIVA A DIFERENÇA!

ESCOLA PÚBLICA

É gratuita.

Mantida pelo Governo, para todos.

É leiga: respeita a religião de todos.

É livre: ensina a verdade científica

É democrática: pobres e ricos, brancos e negros, sentam-se juntos.

É humana: respeita a todos.

É progressista: forma o espírito com vistas ao futuro, por um mundo melhor.

É ampla: constrói o Brasil democrático, em que todos são iguais perante Deus e a Lei, sem distinções.

É dinâmica: ensina a pensar.

ESCOLA PARTICULAR

É paga. E bem paga!

Mantida por particulares, para poucos.

É sectária.

É condicionada: só ensina o que convém.

É granfina: pobres não têm vez, negros e mulatos são afastados.

É restrita: repele os filhos de desquitados.

É retrógrada: fecha o espírito em crenças e hábitos antigos.

É estreita: divide as crianças e os jovens, fomentando distinções desumanas.

É estética: não deixa pensar.